



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

PAISAGENS VIVAS DO MÉDIO RIO SOLIMÕES: ARQUEOBOTÂNICA E
DIÁLOGO SOBRE O TURISMO NA COMUNIDADE RIBEIRINHA TAUARY,
TEFÉ, AMAZONAS.

Emanuella da Costa Oliveira

Laranjeiras/SE

2026



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA

PAISAGENS VIVAS DO MÉDIO RIO SOLIMÕES: ARQUEOBOTÂNICA E
DIÁLOGO SOBRE O TURISMO NA COMUNIDADE RIBEIRINHA TAUARY,
TEFÉ, AMAZONAS.

Emanuella da Costa Oliveira

Mestrado apresentado ao Programa de
Pós-Graduação em Arqueologia como
requisito para obtenção do título de
Mestra em Arqueologia.

Área de Concentração: Arqueologia

Linha de Pesquisa: Arqueologia, Patrimônio e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. Fernando José Ferreira Aguiar

Co-Orientadora: Prof. Dr. Myrtle Pearl Shock

Agência Financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CAPES

Laranjeiras/SE

2026



**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DO CAMPUS DE LARANJEIRAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

O48p Oliveira, Emanuella da Costa
Paisagens vivas do Médio Rio Solimões: arqueobotânica e diálogo sobre o turismo na comunidade ribeirinha Tauary, Tefé, Amazonas / Emanuella da Costa Oliveira ; orientador Fernando José Ferreira Aguiar, coorientadora Myrtle Pearl Shock. - Laranjeiras, 2026.
228 f., il.

Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2026.

1. Arqueologia - Tefé (AM). 2. Arqueologia da paisagem. 3. Turismo - comunidade local. 4. Botânica. 5. Interpretação do patrimônio natural e cultural. I. Aguiar, Fernando José Ferreira, orient. II. Shock, Myrtle Pearl, coorient. III. Título.

CDU 902.64(811.3)

CRB-5/1494



BANCA EXAMINADORA

Dr. Fernando José Ferreira Aguiar (Orientador)
Universidade Federal de Sergipe – PROARQ

Dra. Myrtle Pearl Shock (Co-orientadora)
Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA

1ª Examinadora: Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia
Universidade Federal de Sergipe – PROARQ

2ª Examinadora: Dra. Mariana Franco Cassino
Núcleo de Estudos da Amazônia Indígena (NEAI) - Universidade Federal do Amazonas
(UFAM)

Laranjeiras/SE



AGRADECIMENTOS

Começo esta página agradecendo aos meus familiares: minha mãe, Valdileide Silva da Costa Oliveira; meu irmão, Endric da Costa Oliveira; minha prima-irmã, Priscila Silva da Costa; e minha tia, Valdete Silva da Costa, pela paciência (quase sem paciência) e compreensão na escrita deste trabalho. Perdoem-me pelo isolamento e pela pessoa chata que me tornei; foram altos e baixos de emoções acompanhados por vocês, mas obrigada por tentarem entender a importância deste momento. Obrigada por toda ajuda enquanto estava em Aracaju e por me receberem de volta em Porto Velho, Rondônia. É bom sair, chegar e repartir! Obrigada pelo apoio incondicional de vocês!

Agradeço à minha orientação. Obrigada, professor Dr. Fernando José Ferreira Aguiar, pela generosidade de aceitar me orientar, por me receber em sua casa quando cheguei a Aracaju (SE) e por respeitar minhas decisões para a construção deste trabalho. Estendo meus agradecimentos à professora Dra. Myrtle Pearl Shock, que me acompanha há uma década nesta Amazônia linda. Valeu demais pela parceria! Obrigada por toda a ajuda nas revisões de textos, produções de gráficos, por me receber em sua casa em Santarém (PA) e por estar comigo nas análises dos carvãozinhos. Aproveito para agradecer a banca de mestrado, nos nomes da professora Dra. Lorena Luana Wanessa Gomes Garcia (UFS - PROARQ) e Dra. Mariana Franco Cassino do Núcleo de Estudos Indígenas (NEI - UFAM); por aceitarem fazer parte deste momento importante da minha vida, e pelo tratamento de carinho e respeito que me deram.

Obrigada ao grupo de Arqueologia do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (Tefé – Amazonas): Luiza Caroline Vieira Gama, Eduardo Kazuo Tamanaha, Márcjorie Lima do Nascimento, Márcio Amaral, Geórgia Laya Holanda, Christian Ruan (melhor companheiro de campo!), Anne Simões e Kelly Brandão, por serem minha família amazonense! Obrigada pelo apoio logístico e emocional, e pela parceria que espero ser de longa duração, como as paisagens da Amazônia. Aproveito para agradecer às instituições de ensino superior que me apoiaram, cedendo seus laboratórios para que eu pudesse realizar minhas análises: a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e a Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Obrigada às coordenações de laboratório e às chefias de departamento.



Agradeço também às pessoas que foram apoio e me acompanharam nesta trajetória: Priscyla Vianna e Jéssica Oliveira — espero te ver e rever sua família em Pernambuco, por serem amigas de quarto em Aracaju e de vida. Obrigada à turma da pós-graduação de 2024; adorei todos vocês, pessoas incríveis e maravilhosas. Agradeço por ter compartilhado os momentos dessa loucura com vocês. Karlinha, Camila, Josy, Thay... que coisa boa conhecer vocês! Temos que nos ver novamente; pode ser em Sergipe, no Rio Grande do Sul ou na Bahia, não importa onde, ainda nos encontraremos! Agradeço ao meu amigo Carlos Falci, querido Cacá; obrigada por me ajudar nas transcrições das entrevistas, pois, sem você, o trabalho ficaria mais árduo. Me espera em Minas ou aqui do ladinho (ladin), no Amazonas, ainda nos vemos por aí. Aproveito para agradecer à minha amiga-irmã do coração, Eclésia Gonçalves do Nascimento; minha amiga, como é bom contar com você para todas as horas! Te adoro bem grande, obrigada sempre pelo acolhimento. Que bom que estamos pertinho agora, quem sabe a gente consegue se ver mais! À minha amiga, Heloísa Correa, obrigada por me receber na sua casinha em Tefé e por ser uma grande amiga, sou sua fã! A toda família Vieira Gama: Luiza, tia Isabel, Conceição, seu Chico, Felipe; por serem meu afeto na grande Manaus/x. Amo todos!

Sem palavras para agradecer aos meus amigos e às minhas amigas da comunidade de Tauary. Muito, muito obrigada pela acolhida; não tem gente que saiba receber melhor as pessoas do que vocês! Nunca vou deixar de ser grata pelo tratamento que me deram, pela excelente recepção, pela confiança no meu trabalho e pelo carinho gigante que me dedicam! Obrigada pela companhia, pelas risadas, pela bagunça, pela seriedade, pelo açaí, pelas cascas de árvores para chá de estômago, pelo cupu, pela comida boa... por tudo! Estendo meus agradecimentos aos demais amigos da Floresta Nacional de Tefé, pelos quais tenho um carinho igual: Seu Juscelino, meu eterno amigo vascaíno — melhor clube de todos, literalmente devastador (acaba com qualquer pessoa, Deus me livre!) —, Seu Falcão, Dona Rosa e Seu Raimundinho. Gosto de vocês um tantão! Obrigada por sempre terem me recebido com carinho, vocês estão no meu coração para sempre! Vida longa ao turismo de base comunitária da FLONA-TEFÉ.

Por fim, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento desta pesquisa, com base no código de financiamento 001.



Dedico este trabalho à minha família, em especial para minha avó, Terezinha Silva da Costa, e ao meu pai, Manuel Lemos de Oliveira (*in memoriam*), minhas paixões eternas, e meus vascaínos favoritos no mundo.



Sumário

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
1.1 A paisagem na arqueologia e Arqueologia da paisagem: um breve histórico	13
1.2 Paisagem na política patrimonial do país e o Patrimônio Cultural e Natural.....	17
1.3 Turismo de Base Comunitária como valorização do patrimônio cultural e natural: uma alternativa para o turismo sustentável	26
CAPÍTULO 2 – O CAMINHAR ARQUEOBOTÂNICO: CONHECENDO A PAISAGEM DE LONGA DURAÇÃO DA COMUNIDADE DE TAUARY	33
2.1 Estudos arqueobotânicos na região norte do Brasil: o que se sabe sobre a floresta antiga da Amazônia brasileira.....	33
2.2 Caracterização da área de estudo	43
2.2.1 Aplicabilidade metodológica em campo.....	57
2.2.2 Aplicabilidade metodológica em laboratório.....	59
2.2.2.1 Flutuação	60
2.2.2.2 Peneira molhada.....	61
2.2.2.3 Peneira geral a seco	62
2.2.2.4 Triagem das amostras.....	63
2.2.2.5 Categorização dos macrovestígios vegetais.....	64
2.2.2.6 Acondicionamento.....	64
2.2.2.7 Coleção de Referência.....	64
2.2.2.8 Análise e identificação do material arqueobotânico	66
2.3 Resultados das análises arqueobotânicas	72
2.3.1 Unidade de escavação 3x1 (N1064/1065/1066 E941) setor Norte	72
2.3.2 Unidade de escavação 1x1 (N741 E820) setor Sul.....	81
2.3.3 Dados gerais: algumas considerações sobre o sítio	89
CAPÍTULO 3 – A PAISAGEM VIVIDA: ENTREVISTAS, ATIVIDADES E A CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS COMUNITÁRIAS	96
3.1 Atividades comunitárias e socialização dos dados arqueobotânicos	96



3.1.1 Metodologia e organização dos resultados	97
3.1.2 Apresentação sobre Patrimônio cultural e Arqueobotânica:	97
3.1.3 Linha do tempo.....	100
3.1.4 Mapeamento participativo	102
3.2 As entrevistas: perceber o território com os olhos de quem o vive.....	104
3.2.1 Metodologia e organização dos resultados	104
3.2.2 Transformações da paisagem e fauna	107
3.2.2.1 Quintais e Diversidade de Plantas	110
3.2.2.2 Paisagens Locais e Manejo	112
3.2.3 Turismo de Base Comunitária e Trilha ecológica	113
3.2.4 Roça e seus cuidados	118
3.3 Narrativas como ferramenta de patrimonialização: algumas considerações.....	123
CAPÍTULO 4 – ANÁLISE INTEGRADA: TURISMO, PAISAGEM E PATRIMÔNIO	129
4.1 Paisagens vivas e continuidades ribeirinhas.....	129
4.2 Arqueobotânica e Turismo de Base Comunitária: conexões possíveis	132
4.3 Patrimonialização da paisagem de Tauary	153
CONSIDERAÇÕES FINAIS – BEM VIVER E OS CAMINHOS ABERTOS ...	155
REFERÊNCIAS	159
APÊNDICES	178



Lista de Figuras

Figura 1 - As 17 ODS da ONU. Fonte: imagem retirado do site das Nações Unidas Brasil.....	28
Figura 2 - Mapa com a localização do município de Tefé, situado no estado do Amazonas, região norte do país. Elaborado por: Luiza Vieira, 2026.....	44
Figura 3 - Mapa com a ocorrência de sítios arqueológicos no médio rio Solimões com destaque para 3 sítios estudados pelo Grupo de Pesquisa Arqueologia do IDSM nas unidades de conservação de uso sustentável Flona-Tefé, sítios Tauary e Bom Jesus da Ponta da Castanha e RDS – Amanã, sítio Boa Esperança. Imagem cedida por Márjorie Lima, 2022.	45
Figura 4- Comunidade Tauary. Imagens: Acervo IDSM, 2023 e Google Earth, 2025. .	46
Figura 5 - Achado das urnas pela comunidade em 2014 e visita da arqueóloga Jaqueline Belletti a pedido da comunidade. Imagem: Acervo IDSM	47
Figura 6 - Prospeção arqueológica com boca de loba articulada. Imagem: Acervo IDSM.....	49
Figura 7 - Planta baixa do sítio arqueológico Tauary a partir dos resultados das intervenções arqueológicas. Imagem: cedida por Rafael Almeida.	50
Figura 8 - Abertura e escavação da área da 3x1. Imagem: Acervo IDSM e Rafael Almeida.	51
Figura 9 – Cerâmicas da TPA recuperadas na unidade da 3x1. Imagem: cedidas por Rafael Almeida.....	52
Figura 10 – Escavação da área das urnas funerárias do sítio Tauary. Imagem: Acervo IDSM e Rafael Almeida.	53
Figura 11 – Escavação da área 1x1. Imagem: Acervo IDSM e Rafael Almeida.	54
Figura 12 – Cerâmicas recuperadas durante a escavação da área 1x1. A esquerda cerâmica que representa a Fase FLONA. A direita cerâmica que representa a TPA na unidade escavada. Imagem: Rafael Almeida	54
Figura 13 – Apresentação e divulgação do livro “Da terra para a lousa” na escola Boa Esperança da Comunidade Tauary em 2021. Imagem: Acervo IDSM.....	56
Figura 14 - Mapeamento mental participativo das plantas de uso da comunidade Tauary. Imagem: Cassino, 2021, Acervo IDSM	57
Figura 15 - Coleta de sedimento com trado para micro vestígios e a direita sedimento coletado para amostras de macro vestígios arqueobotânicos durante o campo. Acervo IDSM.....	59
Figura 16 - Tanque de flutuação utilizada no laboratório de arqueologia IDSM. Esquema de tanque flutuação elaborada em Rita Scheel-Ybert, 2005-2006, p.19.....	61
Figura 17 - Peneira molhada realizada em campo. O sedimento foi colocado em uma rede de malha de 1,5mm e lavado no rio. Acervo IDSM.....	62



Figura 18 - Peneiramento a seco em malhas geológicas de 4mm, 2mm e 0,5mm, seguida pela triagem das amostras em categorias culturais: carvões, cerâmicas, ossos e líticos/minerais em lupa estereomicroscópica Binocular Opton 2 T no laboratório de Arqueologia do IDSMA. Imagem: Acervo IDSMA.	63
Figura 19 - Armazenamento do material arqueobotânico em eppendorf. Imagem: Emanuella Oliveira.	64
Figura 20 - Exemplo do corte da madeira em seus planos horizontal, vertical e tangencial. Imagem: Rita Scheel-Ybert, p 350. Arq. Mus. Nac., Rio de Janeiro, v.62, n.4, p.343-356, out./dez.2004	67
Figura 21 - Amostras arqueobotânicas de palmeiras lignificadas dos sítios arqueológicos Boa Esperança (a esquerda) e Tauary (a direita). Na amostra de Boa Esperança, a indicação do FV, mostra o vão que o feixe deixou no endocarpo. FV= Feixe Vascular, ENL= Endocarpo Lignificado. Imagem: Emanuella Oliveira.	69
Figura 22 – Imagens A: Endosperma de Buriti face interna da semente (Mauritia flexuosa, MT 85), B: Epicarpo de buriti (Mauritia flexuosa, MT 102, C: Endosperma de bacaba (Oenocarpus cf. bacaba, MT 19), D: Semente de açaí (Euterpe sp., MT 11). Amostras arqueobotânicas do sítio Tauary de A a C, e Boa Esperança imagem D. FED= Fibra Endocarpica, ED= Endosperma, EP= Epicarpo, EE= Espaço do Embrião, TG= Tegumento, EN=Endocarpo. Imagem: Emanuella Oliveira.	70
Figura 23 - Tegumento de castanha da Amazônia (Bertholletia excelsa) face interna (B) e face externa (A). Notar as rugosidades na face externa (exotesta) do tegumento. Imagem: Emanuella Oliveira.	71
Figura 24 - Tegumento de amostra do piquiá arqueológico (Caryocar cf. villosum, MT 17). TG: tegumento, EN: Endocarpo (Espinhas). Imagem: Emanuella Oliveira.	71
Figura 25 - Infográfico gerado por IA sintetizando a estratigrafia do setor norte do sítio através das unidades contíguas da 3x1. Fonte: Emanuella Oliveira, 2026. Elaborado por: ChatGPT em 15/05/2026.....	81
Figura 26 – infográfico gerado por IA sintetizando o setor Sul do sítio a partir da unidade 1x1. Fonte: Emanuella Oliveira, 2026. Elaborado por: ChatGPT em 13/05/2026.	89
Figura 27 – Infográfico gerado por IA a partir do quadro de ubiquidade. Fonte: Emanuella Oliveira, 2026, elaborado por: ChatGPT em 13/05/2026.	91
Figura 28 - Devolutiva: Socialização dos dados arqueobotânicos com a comunidade de Tauary.	98
Figura 29 - Devolutivas, apresentações de projetos e conversas com a comunidade Tauary nos anos de 2023 e 2025.	99
Figura 30 - Explicação, execução e resultados da atividade participativa "Linha do Tempo".	100
Figura 31- Linha do tempo gerada por IA a partir dos dados da dissertação. Fonte Emanuella Oliveira. Elaborado por ChatGPT em 15/05/2026.	102



Figura 32 - Detalhe da produção do Mapeamento Participativo feito por integrantes da comunidade.	103
Figura 33 – Esquema do que seria as áreas de mata e capoeira no início da ocupação de Tauary. A ponta de baixo é comumente chamada de barracão, porto ou praia. No período de desova é nesta praia, na ponta de baixo, que os quelônios põem seus ovos. Imagem: print Google Earth, 2025.....	108
Figura 34 - Reconstituição da paisagem de Tauary a partir da chegada dos habitantes na década de 80. Fonte: Emanuella Oliveira, 2026. Elaborado por IA NotebookLM em 10/05/ 2026.....	110
Figura 35 - Passeio guiado na trilha ecológica de Tauary com um dos entrevistados, exímio conhecedor de plantas, mostrando o fruto do matamatá. Notar vários frutos ao chão. Esta espécie é recorrente em vários pontos da trilha, principalmente no seu início e meio.	117
Figura 36 - Casa de farinha comunitária construída pelo Edital Floresta em Pé da Fundação Amazônia - FAS no igarapé Tauary. Ao redor pés de cupuí, manga e palmeiras tipo açaí e bacaba.	119
Figura 37 - Registros das áreas de sítios de algumas das pessoas entrevistadas em Tauary.....	119
Figura 38 - Mapa gerado a partir de IA com base nos dados do quadro 8. Fonte: Emanuella Oliveira, 2026. Elaborado por ChatGPT, 13/05/2026.	127
Figura 39 - Infográfico gerado por IA representando os 3 contextos da paisagem de Tauary integrado ao TBC. Fonte: Emanuella Oliveira, 2026. Elaborado por: NotebookLM, 11/05/2026.	128
Figura 40 – Açaizal no quintal de um dos entrevistados da comunidade Tauary.	130
Figura 41 - Detalhe da construção do mapeamento participativo. Foto: Christian Ruan, 2025.	138
Figura 42 - Vista da paisagem da comunidade, produtos de artesanatos locais e casa de farinha de um comunitário.....	140
Figura 43- Foto da comunidade de Tauary. Foto: Acervo Arqueologia IDSM.	142
Figura 44 – Foto das espécies arqueobotânicas identificados no registro arqueológico. Elaborado por Emanuella Oliveira, 2025.	144
Figura 45 - quintais com frutíferas; mulheres cuidando de plantas medicinais; fotos das casas e da comunidade. Fotos tiradas em campo durante visitas nos quintais em maio de 2025. Foto: Christian Ruan.....	146
Figura 46 – passeio na trilha ecológica no ano de 2023. Foto: Acervo arqueologia IDSM, 2023.	148
Figura 47 - Fotos: Atividade de turismo comunitário " soltura de quelônios" realizado em 2023. Foto: Acervo arqueologia IDSM.....	149
Figura 48 - jatobá plantado pelos primeiros grupos de habitantes da comunidade Tauary na década de 80. Foto: Acervo arqueologia IDSM, 2023.	150



Figura 49 - Imagem gerada a partir de IA simulando o folder informativo como devolutiva para a comunidade de Tauary. Fonte: Emanuella Oliveira, 2026. Elaborado por ChatGPT em 21/05/2026.	151
Figura 50 - Esboço de placa informativa sobre as transformações da paisagem ao longo dos anos de Tauary que podem ser inseridas em pontos estratégicos da comunidade. Foto: Cristian Ruan, 2025.	152
Figura 51 - Esboço de placa informativa sobre a trilha ecológica com uma visão histórica a partir dos dados arqueobotânicos. Foto: Acervo Arqueologia IDSM, 2023.	152
Figura 52 - Esboço de placa informativa sobre a roça e casa de farinha. Conhecimentos tradicionais que são passados de geração em geração. Foto: Cristian Ruan, 2025.	153

Lista de quadros

Quadro 1 - Macro vestígios identificados taxonomicamente por camada arqueológica da unidade N1065 E941. Imagem: Elaborado por Emanuella Oliveira.	76
Quadro 2 - com os vestígios identificados a nível taxonômico. Imagem: Elaborado por Emanuella Oliveira.	79
Quadro 3 - com os vestígios identificados taxonomicamente por camada arqueológica unid. N743 E841 sítio Tauary. Imagem: Elaborado por Emanuella Oliveira.	84
Quadro 4 - com os vestígios identificados taxonomicamente por nível estratigráfico. Imagem: Elaborado por Emanuella Oliveira.	87
Quadro 5 - com os outros vestígios arqueobotânicos que não foram identificados a nível botânico. Imagem: Elaborado por Emanuella Oliveira.	87
Quadro 6 - Ubiquidade de Morfotipos identificados a grau botânico por camada estratigráfica e de ocupação do sítio somando amostras coletadas em níveis de 10 cm com suas respectivas camadas.	90
Quadro 7 - Relação entrevistas e idade.	106
Quadro 8 - Relação de espécies vegetais no passado e no presente da comunidade de Tauary a partir das entrevistas e escavação arqueológica.	125
Quadro 9 - Esboço guia para a criação do folder informativo como devolutiva para a comunidade ribeirinha de Tauary destacando os principais tópicos.	141

Lista de gráficos

Gráfico 1 - Gráfico com a densidade de vestígios arqueobotânicos para 10L de sedimento por camadas da unidade de escavação N1065 E941 (a exceção da camada. IV que obteve 8L). Imagem: Elaborado por Emanuella Oliveira.	72
Gráfico 2 - Gráfico com a distribuição dos vestígios arqueobotânicos por camadas da unidade de escavação N1065 E941. Imagem: Elaborado por Emanuella Oliveira.	73



Gráfico 3 - Gráfico com a densidade de vestígios arqueobotânicos a partir da peneira geral por nível estratigráfico da unidade de escavação N1065 E941. Imagem: Elaborado por Emanuella Oliveira.	74
Gráfico 4 - Gráfico com a distribuição dos vestígios arqueobotânicos por nível estratigráfico da unidade de escavação N1065 E941. Imagem: Elaborado por Emanuella Oliveira.	75
Gráfico 5 - Gráfico demonstrando a densidade vestígios arqueobotânicos identificados por nível estratigráfico da unidade N1964 E941 (F1). Imagem: Elaborado por Emanuella Oliveira.	77
Gráfico 6 - Gráfico demonstrando a distribuição dos vestígios arqueobotânicos identificados por nível estratigráfico da F1. Imagem: Elaborado por Emanuella Oliveira.	78
Gráfico 7 - Gráfico representando a densidade de Vestígios arqueobotânicos a partir de 10L de sedimento recuperados por camada arqueológica. Imagem: Elaborado por Emanuella Oliveira	82
Gráfico 8 - Gráfico representando a distribuição das amostras arqueobotânicas a partir de 10L de sedimento recuperadas por camada arqueológica da unidade N741 E820. Imagem: Elaborado por Emanuella Oliveira.	84
Gráfico 9 - Gráfico demonstrando a densidade dos vestígios arqueobotânicos identificados no sítio a partir de 10L de sedimento por nível estratigráfico. Imagem: Elaborado por Emanuella Oliveira.	85
Gráfico 10 - Gráfico demonstrando a distribuição dos vestígios arqueobotânicos identificados no sítio a partir de 10L de sedimento por nível estratigráfico. Imagem: Elaborado por Emanuella Oliveira.	86
Gráfico 11 - Número de pessoas entrevistadas em relação ao gênero.	106



Resumo

Esta dissertação investiga a história vegetal de longa duração da comunidade ribeirinha de Tauary, localizada no município de Tefé, Amazonas, articulando arqueobotânica à arqueologia da paisagem e ao turismo de base comunitária (TBC). A pesquisa surge em diálogo com o interesse manifestado pela própria comunidade em conhecer a história de seu território, bem como em refletir sobre possíveis formas de aplicação social do conhecimento arqueológico. Tauary integra, junto a outras comunidades ribeirinhas, o Projeto de Turismo de Base Comunitária da Floresta Nacional de Tefé (FLONA-Tefé), desenvolvido como uma alternativa econômica complementar às práticas produtivas locais, especialmente a agricultura de coivara. Com base na análise de macrovestígios arqueobotânicos e na realização de entrevistas com moradores e moradoras da comunidade, o trabalho buscou compreender as relações históricas entre pessoas, plantas e paisagem, articulando dados arqueológicos e saberes locais ao TBC. Essa abordagem permitiu identificar espécies como castanha da Amazônia (*Bertholletia excelsa*), piquiá (*Caryocar* cf. *villosum*), buriti (*Mauritia* cf. *flexuosa*), bacaba (*O.* cf. *bacaba*), patauá (*O.* cf. *bataua*), dentre outros, e discutir a construção de uma história vegetal ao longo do tempo, evidenciando continuidades, transformações e práticas de manejo da paisagem. Os dados indicam que essas relações perduram desde as ocupações mais antigas associadas à Fase FLONA (cerca de 2.335 AP), passando pela Tradição Policroma da Amazônia, datada entre 840 AP e 364 AP, até as populações ribeirinhas atuais. Conclui-se que a paisagem de Tauary constitui um patrimônio biocultural e um “artefato vivo”, no qual o diálogo entre a ciência arqueológica e os saberes locais fortalece o pertencimento territorial e contribui para a valorização integrada do patrimônio cultural e natural. Nesse contexto, a articulação entre arqueobotânica, conhecimento tradicional e turismo de base comunitária apresenta-se como um importante campo de interlocução, oferecendo subsídios para práticas eticamente engajadas e voltadas à valorização da sociobiodiversidade amazônica.

Palavras-chave: Amazônia; Arqueobotânica; Paisagem; Turismo de Base Comunitária.



INTRODUÇÃO

Os estudos arqueobotânicos têm demonstrado grande potencial para a compreensão das relações entre pessoas, plantas e ambientes ao longo do tempo. A articulação da arqueologia com outras disciplinas, como a ecologia, a botânica e a antropologia, tem ampliado as discussões sobre domesticação, manejo de plantas e paisagens, bem como sobre cosmologias ameríndias, evidenciando que as paisagens amazônicas são historicamente construídas por interações contínuas entre humanos e não humanos. (Ballé *et al.*, 2006; 2008; 2017; Clement *et al.*, 2006; 2010; Clement e Cassino, 2018; Cassino *et al.*, 2019; 2025; Levis *et al.*, 2012; 2017; Cabral, 2016; Fausto, 2008; Fausto e Neves, 2017; Descola, 2016; Viveiro de Castro, 2002; Shock e Moraes, 2019; Lins, 2015). Nesse sentido, a arqueobotânica contribui para compreender a longa duração dessas relações, revelando práticas, escolhas e transformações que conectam populações pretéritas e atuais.

Essas discussões ganham contornos específicos quando situadas no contexto amazônico, onde a diversidade biológica e cultural se articula a longas histórias de ocupação e manejo da paisagem. Na Amazônia, as plantas não podem ser compreendidas apenas como recursos naturais, mas como elementos constitutivos de modos de vida, territórios e memórias coletivas. É nesse cenário que a arqueobotânica tem se consolidado como um campo fundamental para investigar as interações históricas entre pessoas, plantas e ambientes, permitindo conectar evidências materiais do passado às práticas e percepções observadas no presente (Pinheiro, 2022, Cassino, 2025; Alves, 2017; Almeida, 2019; Watling, 2020, 2018; Silva, 2012, 2024; Furquim, 2012, 2020; Caromano, 2010, 2017; Cascon, 2010, 2017).

No Médio rio Solimões, região de abrangência desta pesquisa, os estudos arqueobotânicos teve uma abrangência em 2015 no âmbito do projeto “Uso e Manejo de Recursos Florísticos em Períodos Pré-coloniais no médio rio Solimões”, desenvolvido pelo grupo de arqueologia do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Os resultados dessas pesquisas evidenciaram a presença recorrente de espécies vegetais amplamente utilizadas pelas populações locais — como buriti (*Mauritia flexuosa*), bacaba (*O. bacaba*), tucumã (*A. aculeatum*), açaí (*Eutherpe sp.*), patauá (*O. bataua*),



castanha (*B. excelsa*), piquiá (*C. villosum*), murici (*Byrsonima* sp), cacau/cupuaçu (*Theobroma* sp), milho (*Zea mays*) e tubérculos — tanto em contextos arqueológicos quanto nas práticas contemporâneas (Cassino, 2018, 2019; Oliveira, 2023a; 2023b). A coexistência de espécies cultivadas e não cultivadas aponta para práticas agroflorestais historicamente consolidadas, indicando continuidades e transformações nas formas de manejo da paisagem entre populações pretéritas e atuais.

A comunidade ribeirinha de Tauary constitui um exemplo contemporâneo dessas relações históricas entre pessoas, plantas e paisagem. Seus habitantes transformam e ressignificam o espaço onde vivem por meio do uso cotidiano dos recursos naturais, articulando práticas como a agricultura de coivara, a pesca e outras atividades como o turismo ecológico. Integrando a Associação de Turismo de Base Comunitária da Floresta Nacional de Tefé e Entorno (FLONA-TEFÉ), a comunidade tem a trilha ecológica como um dos principais atrativos turísticos. Nesse conjunto de estratégias, a trilha ecológica funciona como um dos principais dispositivos de mediação entre território, memória e visitantes.

Este mestrado surge em resposta à demanda da própria comunidade, interessada em conhecer a história de seu território e em utilizar a arqueologia como ferramenta de fortalecimento do turismo. Diante disso, o objetivo geral desta pesquisa é analisar os dados arqueobotânicos do sítio-comunidade Tauary como elementos centrais para a compreensão da construção histórica da paisagem e da memória local, considerando as relações de longa duração entre pessoas, plantas e ambiente.

Como objetivos específicos, a pesquisa busca: 1) analisar os macrovestígios arqueobotânicos provenientes das escavações realizadas no sítio Tauary, contribuindo para a reconstrução das práticas de manejo vegetal em perspectiva histórica; 2) articular os dados arqueobotânicos às narrativas de moradores e moradoras da comunidade, por meio de entrevistas, de modo a compreender as percepções locais sobre plantas, paisagem e história do território; e 3) refletir sobre o potencial desses dados arqueológicos para a construção de narrativas compartilhadas, que possam dialogar com iniciativas comunitárias, como o turismo de base comunitária.



Este trabalho está estruturado em quatro capítulos, além desta introdução e das considerações finais. O Capítulo 1 apresenta o referencial teórico que fundamenta a pesquisa, com ênfase na Arqueologia da Paisagem e nas discussões sobre patrimônio cultural e natural, situando o Turismo de Base Comunitária como um contexto específico no qual a comunidade de Tauary se insere. No Capítulo 2, é apresentado o percurso metodológico e analítico da arqueobotânica adotado neste estudo, incluindo um breve histórico da disciplina na Amazônia, as etapas do trabalho de campo e de laboratório, bem como os resultados das análises dos macrovestígios arqueobotânicos, que permitem a reconstrução de uma história vegetal de longa duração para a comunidade de Tauary. O Capítulo 3 dedica-se às entrevistas realizadas com os(as) moradores(as) e às atividades desenvolvidas junto à comunidade, discutindo as narrativas sobre a paisagem atual em diálogo com os dados arqueobotânicos, de modo a evidenciar continuidades, transformações e percepções locais sobre o território. Por fim, no Capítulo 4, os dados e discussões dos capítulos anteriores são articulados para refletir sobre as possibilidades de diálogo entre arqueologia e iniciativas comunitárias, como a trilha ecológica, destacando os limites, desafios e potencialidades dessa aproximação sem deslocar o foco analítico da arqueologia. As considerações finais retomam os principais resultados da pesquisa e apontam perspectivas para investigações futuras.



CAPÍTULO 1 – FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com a proposta de utilizar a arqueologia para investigar a história da comunidade de Tauary e seu potencial turístico, este capítulo apresenta a fundamentação teórica baseada na Arqueologia da Paisagem, no Turismo de Base Comunitária (TBC) e no conceito de Patrimônio Cultural e Natural. Esses elementos estruturam a análise da relação entre pessoas, plantas e paisagens em Tauary. Outros aportes teóricos, conceitos e temas serão incorporados sempre que necessários para ampliar a compreensão dessas interações.

1.1 A paisagem na arqueologia e Arqueologia da paisagem: um breve histórico

O termo “paisagem” possui raízes profundas no pensamento ocidental (Tilley, 2014). Na tradição europeia, paisagem designava inicialmente a representação pictórica de um território, ganhando ao longo do tempo o sentido de extensão territorial visível. No século XVII, com o Dicionário de Furetière, a paisagem passou a ser definida como o território que se estende até onde a vista alcança (Silva, 2014).

A noção de paisagem também é associada à contemplação, essa visão soa ainda na contemporaneidade (Tilley, 2014). Toda nossa bagagem cultural nos convida a olhar paisagem como mera contemplação, estética e estática, ao invés de vinculada a outras esferas, como relação de poder, afeto, enfim, a outras ontologias.

Milton Santos, geógrafo brasileiro, amplia essa concepção ao tratar a paisagem como parte da geografia do espaço, articulando aparência visível, processos históricos e dinâmicas sociais. Para ele, a paisagem é marcada pelas “rugosidades”, que são os vestígios da ação humana ao longo do tempo — uma ideia crucial para pensar a paisagem enquanto construção histórica (Santos, 1997).

Ele aponta que a paisagem pode parecer homogênea em sua aparência, mas esconde desigualdades estruturais que precisam ser analisadas para se entender a geografia das cidades e regiões. Esse olhar sobre a paisagem foi dado a partir do século XX, pois até o séc. XIX a noção de paisagem ainda não incluía a relação ambiente e ser



humano. Vale ressaltar, que parte da geografia cultural e humanista, uma visão de relação mútua, ser humano e ambiente, no lugar onde elas vivem (Salgueiro, 2001).

Na arqueologia o tema paisagem adquiriu dimensões complexas e multidisciplinares, influenciado por áreas como geografia, ecologia e antropologia. A chamada Arqueologia da Paisagem surgiu como resposta à necessidade de compreender as marcas da presença humana no espaço e no tempo (Souza, 2014). Nesse campo, a paisagem é entendida como um fenômeno social, modelado por relações simbólicas, econômicas, políticas e espirituais ao longo da história (Hodder, 1986; Geertz, 2001 apud Fagundes e Piuzana, 2010).

A paisagem em arqueologia, por beber de várias fontes, não é tratado de forma fechada, podendo ser pensada sob um viés mais funcionalista, culturalista, adaptativo, ecossistêmico, ecológico-evolutivo (Fagundes e Piuzana, 2010).

Para Vita-Finzi (Pellini, 2014, p. 11) a paisagem é os resultados dos sistemas de interação de seus constituintes, ou seja, entre os elementos naturais, os meios de produção e os agentes de socialização. A paisagem é a humanização do espaço físico, que pode ser pensado como a área de recursos necessários à produção e reprodução das dinâmicas sociais. Uma abordagem mais de cunho processual.

Gordon Childe não usa paisagem, e sim arqueologia do assentamento, inspirado no trabalho de Gustav Kossina, utilizando do conceito de ética, difusão e o método etnohistórico de Montelius, que aplicou o conceito de área cultural arqueológica. A ideia é de que similaridades e diferenças na cultura material representam diferença étnica. Passando assim a defender que os tipos (cultura material) de uma unidade arqueológica, ao definir uma cultura arqueológica, estão definindo um grupo étnico, e consequentemente um território (Pellini, 2014, p. 10). Um trabalho de cunho mais histórico culturalista por tratar de difusão e ignorar que as mudanças culturais podem ocorrer dentro de um mesmo grupo, e que não necessariamente representem grupos diferentes.

Paisagem para arqueologia pode ser entendida como uma categoria de cultura material, e por isso pode ser analisada como artefato, se enquadrando no campo de investigação desta ciência (Sousa, 2005). Se no início a arqueologia da paisagem estava



fechada às questões ambientais mais voltada à subsistência, isso foi mudando ao longo dos anos (Strauss, 2021). Seu estudo tinha um caráter mais focado nas formas de assentamentos arqueológicos, ou seja, na descrição física do cenário por onde percorreram as sociedades do passado (Silva, 2014). Walker (2012) demonstra que, na América do Sul, a arqueologia da paisagem supera a busca por sítios isolados para entender a escala regional da ocupação humana. Para o autor, a paisagem sul-americana é um documento histórico onde a agência humana se manifesta na transformação da ecologia e da topografia em longas durações.

A partir de influências pós-processuais a paisagem começa a ser lida também de forma mais intangível. A partir dessa perspectiva, a paisagem deixou de ser vista apenas como cenário para a ação humana e passou a ser considerada como elemento ativo na produção das identidades sociais. Autores como Christopher Tilley (1994; 2014) propõem uma abordagem fenomenológica da paisagem, compreendendo-a como resultado das experiências corporais e sensoriais dos indivíduos com o ambiente. Nessa perspectiva, o corpo é simultaneamente sujeito e objeto da paisagem, sendo por ela afetado e a afetando.

No campo da arqueologia da paisagem, as contribuições de William Balée e Charles R. Clement oferecem bases conceituais importantes para compreender a interação entre sociedades humanas e ambientes amazônicos ao longo do tempo. Balée (2010; 2017) define a Ecologia Histórica como o estudo das relações entre seres humanos e ambientes, reconhecendo que tais interações transformam e co-constroem paisagens. Esse enfoque rompe com a ideia de ambientes “prístinos” ao enfatizar que a biodiversidade atual, em grande parte, resulta de práticas humanas passadas, como o manejo de recursos, a modificação de habitats e a introdução de espécies úteis. Complementarmente, Clement (2006; 2010; Clement, Cassino, 2018) discute o conceito de domesticação de paisagens, entendendo-o como um processo gradual e cumulativo em que a ação humana direciona a composição e a estrutura de ecossistemas, favorecendo espécies e ambientes de interesse cultural e econômico. Essa perspectiva dialoga diretamente com a tese de Erickson (2008) sobre a paisagem domesticada da Amazônia. Erickson argumenta que a própria estrutura da floresta — sua composição de espécies, densidade e localização — deve ser analisada como um artefato construído, onde o manejo das plantas e do solo (como as Terras Pretas) constitui uma forma de engenharia ambiental intencional. Ele argumenta que a própria



estrutura da floresta e a composição de suas espécies hiperdominantes funcionam como um registro arqueológico da agência humana. No contexto amazônico, esse processo inclui desde a dispersão e cultivo de plantas até a formação de mosaicos de floresta antrópica, nos quais elementos naturais e culturais são indissociáveis.

A arqueologia da paisagem tenta compreender as maneiras pelas quais os grupos humanos ao longo dos anos ocuparam e modificaram a paisagem em função de suas práticas econômico-produtivas, sociais e culturais, da mesma forma entendendo como as pessoas foram influenciadas, motivadas e restringidas por ela, em um processo de compreensão das diferentes sociedades humanas em seus ambientes, apresentando uma visão de estudos que associem natureza e cultura em suas totalidades (Fagundes e Piuzana, 2010). O tema paisagem e arqueologia tem sido interessante para discutir a relação entre as pessoas e os espaços que elas ocupam.

Lugares e paisagens produzem espaços e temporalidades em relação aos corpos que os habitam, que os usam, e que neles circulam. Ser humano é ser vinculado a uma localidade de uma maneira fundamental (Tilley, 2014). Lugares são fatos existenciais elementares e a construção social de um lugar, em termo de outro, é um meio universal de experiências. Lugar é mais que um ponto no espaço, ele tem significado emocional e histórico (Holzer, 2003). As paisagens constituem potentes meio de socialização e entendimento, já que conhecer uma paisagem é compreender quem você é, como seguir em frente e a qual lugar você pertence (Tilley, 2014).

A paisagem, portanto, é mais do que um espaço físico: é um lugar carregado de significados, emoções, histórias e práticas culturais. Trata-se de uma entidade viva, transformada pela ação humana e, ao mesmo tempo, transformadora das relações sociais. Como afirmam Bowser e Zedeño (2009), lugares intensamente reocupados ou revisitados ao longo do tempo tornam-se persistentes e adquirem relevância simbólica e identitária.

Para compreender o legado botânico de Tauary, propomos articular a percepção dos(as) moradores(as) com os dados arqueobotânicos obtidos no sítio. A análise das práticas cotidianas, dos sentidos atribuídos ao território e dos saberes tradicionais possibilita uma leitura ampliada da paisagem como lugar significativo e socialmente construído, sem separar cultura e natureza.



Tilley (2014) afirma que, nas discussões sobre paisagem, ainda há uma tendência de tratar cultura e natureza como esferas distintas: a cultura como aquilo transformado pelo ser humano, e a natureza como algo menos perturbado, puro, estático e destinado apenas à contemplação. Essa dicotomia, no entanto, constitui um entrave para compreender as relações entre ambas, pois cultura e natureza são indissociáveis. Como lembra Merleau-Ponty (2012:229 apud Tilley, 2014, p. 49), tudo é cultural assim como tudo é natural.

Assim, é equivocado separar paisagens naturais de paisagens culturais, ou mesmo dissociar o material do espiritual. Tudo está entrelaçado no Ser social (Tilley, 2014, p. 49), de modo que a paisagem deve ser entendida como uma tessitura contínua de relações.

Como sugere Tilley, em vez de opor racionalidade econômica (objetiva) e lógica cultural ou simbólica (subjéctiva), concordamos que ambas se constituem mutuamente (Tilley, 1994). As pessoas não escolhem deliberadamente habitar áreas inóspitas ou com poucos recursos apenas por conta de um esquema simbólico, mas os lugares que ocupam adquirem, ao longo do tempo, conjuntos particulares de significados e conotações que podem ser parcialmente interpretados a partir das evidências arqueológicas e que parecem ser fundamentais para o entendimento da paisagem desde tempos pretéritos (Tilley, 2014). Integrar essas perspectivas ao estudo arqueobotânico permite interpretar os vestígios vegetais não apenas como indicadores de dieta ou tecnologia, mas pensar a relação entre pessoas e os lugares ao longo tempo expressas nas paisagens atuais.

1.2 Paisagem na política patrimonial do país e o Patrimônio Cultural e Natural

A proteção da paisagem no Brasil está prevista desde o Decreto-Lei nº 25, de 1937, que define como patrimônio nacional os bens materiais e imateriais que constituem referência à identidade, à ação e à memória dos diversos grupos formadores da sociedade brasileira. Isso inclui expressões culturais, modos de vida, criações científicas e artísticas, edificações e espaços com valor histórico, arqueológico, paisagístico, paleontológico, ecológico e científico (Brasil, 2004 apud Cittadini, 2010). De acordo com este Decreto, a



paisagem se tornou passível de proteção através do instrumento de tombamento do SPHAN, predecessor do IPHAN (Zanirato, 2020).

A Constituição de 1946 reafirma essa proteção, considerando patrimônio nacional as obras e monumentos de valor histórico e artístico, bem como as paisagens de notável beleza (Brasil, 1946 *apud* Zanirato, 2020). No entanto, a partir do Decreto nº 73.030/1973, observou-se uma divisão nas atribuições: as paisagens com funções ecológicas passaram a ser responsabilidade dos órgãos ambientais, enquanto as paisagens de valor histórico e cultural ficaram sob responsabilidade do IPHAN (Zanirato, 2020). Essa separação entre o cultural e o natural, ainda hoje presente nas políticas públicas, dificulta a proteção integral da paisagem.

Atualmente, o IPHAN classifica o patrimônio cultural em duas categorias: material (tangível) e imaterial (intangível). O Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, estabelece quatro categorias de registro para o patrimônio imaterial: o Livro dos Saberes, o Livro das Celebrações, o Livro das Formas de Expressão e o Livro dos Lugares (IPHAN, 2006). Essa classificação amplia a compreensão do patrimônio, incluindo aspectos simbólicos e espirituais vinculados ao território.

No plano internacional, a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, da UNESCO (1972), introduziu as categorias de Patrimônio Natural, Cultural, Misto e Paisagem Cultural. No Brasil, isso exigiu a articulação entre dois órgãos: o IPHAN e o IBAMA (ou outros órgãos ambientais), de forma que bens com características mistas — culturais e naturais — passaram a demandar uma gestão compartilhada. Isto tem tornado uma dificuldade para a proteção de bens culturais e naturais (Delphim, 2004).

Para suprir as lacunas legais e promover uma abordagem mais integrada, o IPHAN criou a Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009, que institui a Chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Essa chancela reconhece porções do território nacional como representações das interações históricas entre os seres humanos e o meio natural, valorizando tanto os elementos tangíveis quanto os intangíveis (IPHAN, 2009). A Chancela não visa o congelamento do tempo, mas sim reconhecer a paisagem como um



patrimônio dinâmico, que acompanha as transformações sociais, culturais e ambientais (Nascimento, Scifoni, 2010).

A perspectiva da paisagem cultural implica na identificação das relações históricas entre as comunidades e os elementos naturais, considerando-os matéria-prima para a produção de bens materiais e simbólicos: cidades, edificações, práticas agrícolas, tradições orais, rituais e memórias coletivas. Essa visão amplia o conceito de patrimônio, ultrapassando a noção de paisagem como mero “cenário” e reconhecendo seu papel na formação das identidades coletivas.

Quando se trata da proteção da paisagem, essas transformações devem compatibilizar-se com formas de desenvolvimento social e econômico sustentáveis, de maneira a garantir a preservação e valorização do patrimônio cultural (Nascimento, Scifoni, 2010).

Mesmo com os avanços teóricos e legais, ainda persiste a separação entre cultura e natureza nas políticas patrimoniais. A Convenção Europeia da Paisagem (2005) e a Carta de Québec (2008) reforçam a importância de proteger tanto os aspectos físicos quanto espirituais do território — o chamado *spiritus loci*, ou espírito do lugar — incluindo memória, conhecimento tradicional, cores, sons, texturas e significados afetivos.

Na década de 1980, no Brasil, a criação da Coordenadoria de Patrimônio Natural marcou um esforço para classificar e proteger diferentes tipos de paisagens. O documento “Diretrizes para a análise e classificação do patrimônio natural” (Xavier, Delphim, 1988 *apud* Ribeiro, 2007) propôs uma divisão entre sítios naturais e sítios alterados pelo ser humano, incluindo sítios de interesse arqueológico, histórico e afetivo. Ainda assim, a distinção entre bens naturais e culturais tem dificultado a proteção integrada da paisagem.

De forma mais detalhada o documento propõe a seguinte divisão:

Sítios Naturais

1. Sítios que representem feições típicas da natureza brasileira
2. Sítios naturais de grandes singularidades



3. Paisagens excepcionais pela beleza cênica e os pontos de vista de

onde se pode fruir o espetáculo desse panorama

4. Sítios importantes como *habitat* de espécies de flora e fauna ameaçadas ou dos quais eles dependam indiretamente

5. Sítios de interesse científicos

Sítios alterados pelo homem

1. Interesse arqueológico

2. Patrimônio natural urbano

3. Espaços naturais circundantes ou arredores de assentamentos urbanos

4. Sítios de interesse histórico, social, literário, artístico, religioso, legendário ou afetivo (Ribeiro, 2007, p. 105)

Os sítios considerados paisagens culturais ou naturais, frequentemente, só são reconhecidas em associação com outros bens (ex: edificações históricas). Essa abordagem limita o reconhecimento da paisagem como um bem patrimonial por si só.

No campo da arqueologia, o reconhecimento da paisagem como patrimônio ainda é incipiente. Frequentemente, paisagens são tratadas como pano de fundo dos sítios, e não como elementos centrais da pesquisa e da salvaguarda. No entanto, estudos vêm demonstrando que muitas paisagens amazônicas são, na verdade, construções culturais, moldadas por práticas indígenas e tradicionais, como o manejo de espécies vegetais úteis e a formação de solos antropogênicos, como a terra preta.

Ainda que tenha havido no âmbito da convenção de 1972, a criação das categorias que associariam critérios naturais e culturais, foi mantida a distinção entre os bens, seja nos critérios para sua valorização, seja nos agentes mobilizados para seu reconhecimento. Bens culturais e paisagem cultural têm suas candidaturas acompanhadas por especialistas do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS); bens naturais pela União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) (Leal, 2020).



Leal destaca a importância de se valorizar os elementos naturais a partir da perspectiva cultural e na relação construída pelos grupos sociais com tais elementos, tanto no que diz respeito a conservação da natureza propriamente dita, como na valorização e na preservação de formas de vida tradicionais e sustentáveis (Leal, 2020, p. 77).

Patrimônio natural é uma categoria de reconhecimento de elementos naturais que ainda que acione questões referentes a proteção da natureza, se constitui pela perspectiva da cultura e do patrimônio (Leal, 2020, p. 75). E ainda destaca, que para entender a inserção da natureza no âmbito do patrimônio cultural, é preciso ter a percepção de que inicialmente a natureza era vista como elemento de contemplação (natureza como cenário ou paisagem nacional), e iniciativas preservacionistas (natureza e cultura como elementos radicalmente distintos). Essa visão começa a mudar nos anos 60, onde há integração da relacionalidade entre seres humanos e elementos naturais e na sua ênfase nas possibilidades de compatibilização entre utilização e preservação dos recursos naturais, a preocupação como efeitos do desenvolvimento econômico e da urbanização sobre bens culturais e naturais.

Vale ressaltar aqui também, que tanto no âmbito patrimonial quanto ambiental, estes elementos estão resguardados sob uma gama de legislações que os protegem, mas sabemos que os órgãos responsáveis por essa proteção estão a cargo do Estado, que tem seus próprios interesses e muitas vezes tem dificultado a proteção desses bens. Sabemos também, que as leis são frágeis, e quase não se pune os infratores (Leal, 2020).

A proteção da paisagem e seus componentes intangíveis, como o espírito do lugar, nem sempre (ou nunca) são levados em consideração quando dos empreendimentos de obras de infraestrutura ou quando da definição de áreas de proteção ambiental. Unidades de conservação de proteção integral tem medidas mais restritivas quanto a permanência das populações e usos desses espaços, algumas já são áreas de uso de populações tradicionais de muito antes (<https://uc.socioambiental.org/>¹), o que acarreta a sobreposição de áreas que possuem usos diferentes as medidas restritivas dos órgãos ambientais, como as terras indígenas, quilombolas, ribeirinhas, resultando em conflitos

¹ Instituto SocioAmbiental (ISA). Unidade de Conservação no Brasil. Reserva Biológica do Guaporé. Disponível em: <https://uc.socioambiental.org/>. Acessado em 15 de agosto de 2025.



socioambientais (<https://portalamazonia.com/meio-ambiente/reserva-biologica-do-guapore-ro/22>).

Por desconsiderar o modo de vida dessas populações, muitas delas são retiradas de seus locais (Figueiredo, Lopes, 2019). Há categorias de UC integral voltadas à visitação pública como os parques, que protegem as paisagens e dão a possibilidade de valorização por parte da população visitante (Figueiredo, Pereira, 2007; Figueiredo, Lopes, 2019) contudo, é importante que as criações dessas áreas assim como os grandes empreendimentos tenham a participação das populações locais, para que seja mais ética e justa. E que as tomadas de decisões sejam de forma horizontal e não de cima para baixo como tem sido historicamente.

Temos o primeiro (e único) tombamento no Livro de Registros dos Lugares³ na Amazônia para o alto rio Negro no estado do Amazonas, a cachoeira do Iauretê, lugar sagrado para as populações indígenas dos municípios de São Gabriel da Cachoeira e Santa Isabel do Rio Negro, representantes de duas grandes famílias linguísticas: os Arawak e os Tukano Orientais. Cachoeira de Iauretê e seu entorno, estão escritas as histórias de criação da humanidade e de ocupação do território em que eles vivem desde tempos imemoriais. Esses lugares indicam as formas de convivência e os mecanismos de transmissão dos saberes, identificadores das várias etnias que compartilham territórios e padrões culturais (Iphan, 2007). A proteção desse lugar também acionou ações outras como o direito ao patrimônio intelectual, pois são carregados de memória passado de geração em geração.

A paisagem e tudo que a compõe, como as plantas, foco desta pesquisa, também permeia as relações pessoas e ambiente, e está inclusa como patrimônio, e pode representar o espírito do lugar e lugares sagrados. As plantas têm um grande destaque nas sociedades, são através delas que tiramos o sustento alimentar e a cura. O mundo vegetal

² Reserva Biológica do Guaporé: lugar que resiste às ameaças ambientais crescentes em Rondônia. Portal Amazônia, 22 maio de 2025. Seção Meio Ambiente. Disponível em <https://portalamazonia.com/meio-ambiente/reserva-biologica-do-guapore-ro/>. Acesso em: 15/08/2025

³ São 4 registros no Livro dos Lugares tombados pelo Iphan: Feira de Caruaru (PE), Feira de Campina Grande (PB), Tava, Lugar de referência para o Povo Guarani (RS) e cachoeira de Iauretê Lugar sagrado para os povos indígenas dos rios Uaupés e Papuri (AM). IPHAN. Bens culturais registrados. Livros dos Lugares. Disponível em: <https://bcr.iphan.gov.br/livros-de-registro/livro-dos-lugares>. Acessado em 15 de agosto de 2025



é carregado de sabedoria, esta, intermediada pelas pessoas que mais tem proximidade e relações com este mundo, e precisa ser preservada.

Quando trabalhamos com comunidades que detêm conhecimentos tradicionais sobre as plantas, é essencial refletir sobre o que pode ser dito e como esses saberes são compartilhados. Ruth Goldstein (2021), em seu artigo *“Etnobotânica da recusa: metodologias de engajamento com a resistência humana-implantada”*, relata uma experiência marcante ao ser questionada pelo líder indígena Txai Twue sobre o real interesse em aprender sobre as plantas. O líder ponderou se o interesse repentino da pesquisadora não poderia ser interpretado como uma nova forma de biopirataria.

A partir dessa provocação, Goldstein passou a assumir uma postura política mais consciente em sua pesquisa, buscando reconhecer a autoria de quem efetivamente detém o conhecimento tradicional. Sua abordagem enfatiza que a recusa em compartilhar determinadas informações etnobotânicas deve ser respeitada, e que qualquer dado obtido deve ser tratado com relacionalidade ética, resguardando a propriedade intelectual dessas comunidades. Tal propriedade intelectual, por sua vez, deve ser entendida como patrimônio cultural, cuja proteção é fundamental tanto para a preservação dos saberes quanto para a autonomia dos povos tradicionais.

As indústrias farmacêutica, química e agrícola descobriram a grande produtividade dos princípios ativos encontrados em plantas, graças à observação dos resultados obtidos pelas populações tradicionais a partir da manipulação dessas ao longo dos milhares de anos (Oliveira, *et al.*, 2006).

Avanços têm sido feitos em convencer o mundo de que os povos indígenas têm muito a nos ensinar sobre a diversidade biológica e ecológica do planeta (Posey, 1992). Para sanar essa demanda a OMPI – Organização Mundial de Propriedade Intelectual - criou em 2000 o “Comitê Intergovernamental sobre Propriedade Intelectual, Recursos Genéticos, Conhecimento Tradicional e Folclore” (Belas, 2016). O atual Sistema de Propriedade Intelectual é dividido em duas grandes áreas: 1) Propriedade Industrial: referente a patentes, marcas, desenho industrial, indicações geográficas e proteção de cultivares, 2) Direito Autoral: referente a obras literárias e artísticas, programas de computador e domínios na Internet (Meneguín, 2016; Belas, 2016). O Conhecimento



Tradicional e o Patrimônio Imaterial são tratados na OMPI como temas afins (Belas, 2016). As indicações geográficas (IG) tem sido uma ferramenta de proteção aos saberes buscada pelas comunidades tradicionais.

Os conhecimentos tradicionais são definidos por Diegues (2004, *apud* Belas, 2016) como um “conjunto de saberes e saber-fazer a respeito do mundo natural e sobrenatural, transmitidos oralmente de geração em geração”. Tratam de grupos culturais distintos do modelo dominante de sociedade e que mantêm uma forte relação de troca e dependência com o meio ambiente e os recursos naturais dos locais onde vivem (Belas, 2016). Já as populações tradicionais, de acordo com o decreto 6040, de 7 de fevereiro de 2007, referente a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, compreende como tal: *“grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”*.

A relação entre propriedade intelectual e patrimônio cultural surge no contexto da necessidade de preservar a identidade e a memória coletiva de sociedades. No século XX, a Segunda Guerra Mundial acentuou a preocupação com a proteção do patrimônio arquitetônico e cultural. Para isso, foram criadas instituições e legislações internacionais para resguardar esses bens, como a UNESCO, ICOMOS, ONU, IUCN etc. (Belas, 2016; Cittadini, 2010; Vogt, 2008). O Iphan tem tentado compatibilizar seus instrumentos com as normativas da OMPI para salvaguardar os bens culturais (Belas, 2016). Sabemos que há entraves entre suas legislações por questões internas de cada instituição. A OMPI visa mercado, porém os bens culturais não são comercializados, então, desde que o bem cultural cuja salvaguarda não dependa e não se beneficie de relações de mercado, as leis que rege o patrimônio cultural podem ser um instrumento a mais de proteção aos direitos de propriedade intelectual. (Belas, 2016).

Oliveira *et al* (2006), nos dizem que apesar dos avanços na proteção jurídica, ainda existem desafios significativos, como:



- O uso indevido de bens culturais e naturais por meio de exploração econômica não regulamentada.
- A fragilidade de sítios arqueológicos, que sofrem com vandalismo e urbanização descontrolada.
- A necessidade de ampliar a regulamentação sobre propriedade intelectual aplicada a culturas tradicionais, evitando o uso comercial sem o devido reconhecimento e compensação (Oliveira *et al*, 2006).

A propriedade intelectual e o patrimônio cultural são temas interligados, fundamentais para o desenvolvimento econômico e a preservação da identidade social. É fundamental que as populações tradicionais sejam consultadas, informadas e que participem de todo e qualquer procedimento que envolvam seus bens. Os direitos morais e patrimoniais devem ser assegurados a eles, e devem ser compensados pelo seu conhecimento (Oliveira, *et al*, 2006). O desenvolvimento de tais políticas e procedimentos deve receber a mais alta prioridade. Caso contrário, será difícil avançarmos ainda mais na aplicação do saber tradicional (Posey, 1992).

Este projeto passou pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe (CEP-UFS)⁴, e foi aprovado, tornando-se apto a realizar atividades com seres humanos, no caso, nossos participantes, não terão seus nomes divulgados, de acordo com os princípios do CEP/CONEP. A não divulgação dos participantes parece as vezes ocultar o protagonismo dessas pessoas, mas vemos como medida protetiva, e seguiremos o estabelecido pelas normas.

Acreditamos que os saberes acumulados ao longo dos milênios de anos pelas populações tradicionais, e no que hoje é a comunidade ribeirinha de Tauary, não será apagada, e o desafio de falar de patrimônio cultural e natural, este último vezes dissociado do cultural, mas a arqueologia, e aqui chamo a atenção para a arqueobotânica e os estudos da paisagem, já vem demonstrando o quanto a floresta é uma formação cultural também, manejada pelas populações locais desde sua ocupação humana (Shock, Moraes, 2019)

⁴ CAAE: 84313424.5.0000.5546



A relação das pessoas com o meio ambiente ao longo dos milênios tem causado impactos positivos na paisagem, por muitas vezes, aumentando a diversidade vegetal da região (Balée, 2010). Esse impacto deve-se à forma tradicional de lidar com a terra, tanto no passado, quanto no presente. Cultivando e manejando as plantas, as áreas de roçado, no uso do fogo controlado, no enriquecimento do solo, na forma de pescar, na produção de diferentes objetos, ou seja, na relação amistosa e respeitosa com o ambiente e com quem vive nele (Oliveira, 2023; Levis *et al.*, 2018, Posey, 1992; Balée, 2010).

O patrimônio cultural é um recurso fundamental para o desenvolvimento, se enquadrando no modelo de desenvolvimento sustentável. (Crespo-Toral; Casares, 2007 *apud* Cittadini, 2010, p. 35-36). Preservar O patrimônio cultural – objetos, documentos escritos, imagens, traçados urbanos, edificações, áreas naturais ou paisagens, é a garantia que a sociedade tenha maiores oportunidades de perceber-se a si própria. (De Campos, 2007 *apud* Ciitadini, 2010)

A partir da literatura exposta aqui, torna-se evidente a necessidade de desconstruir a dicotomia entre natureza e cultura. Voltando com Tilley (2014), essa separação limita a compreensão das paisagens como construções simbólicas e materiais ao mesmo tempo. A floresta amazônica, por exemplo, é tanto patrimônio natural quanto cultural, sendo o resultado de milhares de anos de manejo e interação entre pessoas e ambiente.

Portanto, é essencial adotar uma perspectiva integradora, que reconheça o valor simbólico, histórico, afetivo, econômico e ecológico das paisagens. Essa abordagem amplia as possibilidades de preservação e valorização do patrimônio, respeitando os modos de vida e os conhecimentos tradicionais das populações que habitam e transformam esses territórios. Compreender essas relações do passado e como elas estão presentes atualmente contribuem para noções de pertencimento com essa história milenar.

1.3 Turismo de Base Comunitária como valorização do patrimônio cultural e natural: uma alternativa para o turismo sustentável

A escolha de incluir o Turismo de Base Comunitária (TBC) nesta pesquisa se deve ao fato de esse modelo de gestão já ser praticado na comunidade de Tauary, que integra a



Associação de Turismo de Base Comunitária da FLONA-Tefé. Trata-se, portanto, de uma experiência real que busca valorizar o patrimônio cultural e natural local. Neste contexto, torna-se necessário compreender teoricamente o TBC, relacionando-o às principais discussões sobre turismo sustentável e gestão participativa.

Historicamente, o conceito de turismo foi sendo construído a partir de diferentes abordagens. Conforme Pakman (2020), as definições variam entre conceituais (voltadas à compreensão teórica do fenômeno) e operacionais (usadas para fins estatísticos e institucionais). A definição mais clássica surgiu em 1937, na Liga das Nações, e restringia o turismo a viagens internacionais com duração mínima de 24 horas, desconsiderando o turismo doméstico e o excursionismo. O primeiro conceito de turismo veio na verdade do conceito de turista internacional, esse passou a ser a base para o entendimento de turismo. Nessa conceituação é tratado o indivíduo, e não a atividade, o turismo como um fenômeno social, do deslocamento das pessoas e suas interações e preocupações com o meio. No entanto, esse entendimento foi gradualmente ampliado.

Em 2008, a Organização Mundial do Turismo (OMT) passou a definir o turismo como um fenômeno social, cultural e econômico, caracterizado pelo deslocamento voluntário de pessoas para locais diferentes de sua residência habitual, geralmente por prazer. Essa definição incorpora, pela primeira vez, uma visão mais humanizada e ampla do turismo, considerando o sujeito e suas experiências no centro do fenômeno.

A partir dos anos 1990, emergem discussões sobre turismo sustentável, conceito que busca compatibilizar o desenvolvimento econômico com a conservação ambiental e a valorização sociocultural. Segundo a OMT (1995), o Turismo Sustentável é “ecologicamente viável no longo prazo, economicamente eficiente, ética e socialmente justo para as comunidades locais”. Para isso, é necessário alinhar quatro dimensões: ambiental, social, econômica e política (Bene, 2006 *apud* Asthon, 2008).

Esse entendimento implica que o turismo não deve apenas minimizar seus impactos negativos, mas também gerar benefícios reais para os destinos visitados, promovendo a conservação ambiental, o respeito às culturas locais e o fortalecimento da economia das comunidades envolvidas. Nesse contexto, o planejamento e a gestão



sustentável do turismo tornam-se ferramentas essenciais para alcançar um equilíbrio entre desenvolvimento e preservação.

Nessa perspectiva, o turismo pode se tornar um importante instrumento de desenvolvimento sustentável, contribuindo para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 (ver figura 1), especialmente na geração de renda, valorização do patrimônio e promoção da diversidade cultural. Contudo, o turismo mal planejado pode gerar impactos negativos, como gentrificação, poluição, exclusão social e precarização do trabalho (Carbone, 2021, Tayolor, 2021).



Figura 1 - As 17 ODS da ONU. Fonte: imagem retirado do site das Nações Unidas Brasil⁵

No livro “*Patrimônio cultural, Direito e Meio Ambiente: arqueologia e turismo sustentável*”, Fabiano Carbone (2021) traz no capítulo 1, o ODS 16: Paz, Justiça e Instituições Fortes, e revela que integrar turismo a promoção da paz é uma atividade complexa. Requer formação ética, compromisso institucional e mudança de paradigma nas áreas do turismo e da cultura. A valorização do patrimônio cultural como motor da paz demanda que seus gestores e agentes estejam dispostos a promover participação ativa, escuta qualificada e pluralidade de narrativas. O autor argumenta que o patrimônio cultural deve ser compreendido como um bem comum com valor social, cuja gestão deve estar a serviço da democracia cultural e da justiça histórica. Isso significa incluir as

⁵ Os objetivos de desenvolvimento sustentável. Nações Unidas Brasil. Disponível em: <https://brasil.un.org/>. Acessado em: abril de 2025.



comunidades locais como protagonistas e não apenas como objetos de contemplação turística. Tal qual, Emilly Williamson Taylor (2021) em: “*Guía para un turismo sostenible. Retos y criterios para la evaluación del sector turístico ante la agenda 2030*”, traz a relação do turismo com os 17 ODS, na qual considera, que o setor turístico possui um vasto potencial transformador, mas que só poderá ser plenamente realizado mediante uma gestão ética, participativa e baseada em evidências. É fundamental que as políticas turísticas incorporem os ODS como eixo estruturante, não apenas como diretriz programática, mas como instrumento prático para avaliação, certificação e planejamento de ações concretas.

O Turismo de Base Comunitária (TBC) insere-se nas diretrizes do turismo sustentável ao promover o protagonismo das comunidades locais no desenvolvimento da atividade turística. Esse modelo busca valorizar os saberes tradicionais, fortalecer a identidade cultural e gerar benefícios econômicos de forma equitativa para os moradores. O TBC, portanto, constitui uma estratégia eficaz para colocar esses princípios em prática, ao favorecer o envolvimento direto da comunidade em todas as etapas do planejamento, gestão e operação do turismo, fortalecendo sua autonomia e promovendo o desenvolvimento local sustentável.

A origem do Turismo de Base Comunitária (TBC) pode estar relacionada ao Turismo Comunitário Rural (TCR), existente desde a década de 80. O TCR é caracterizado como um fenômeno originado na América Latina pelos países Peru, Bolívia, Equador e Guatemala, através das populações tradicionais e povos indígenas que sempre se mobilizaram para reivindicar suas terras e territórios ancestrais (Maldonado, 2014 apud Silva, 2016). No Brasil, as primeiras experiências ocorreram na região Nordeste, nos anos 1990, articulando demandas sociais e conservação ambiental (Silva, 2016).

Na região amazônica, destaca-se o caso da Pousada Uacari, na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, considerada uma das primeiras experiências consolidadas de TBC no país. A pousada é gerida por 11 comunidades locais, em parceria com o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, e tornou-se referência de turismo aliado à conservação e valorização cultural (Nassar, Vieira, 2019).



O TBC tem raízes fortes na América Latina, região de economia emergente em que o turismo é uma das principais fontes de renda. Esses países possuem culturas específicas que preservam modos tradicionais de fazer, resistindo às mudanças abruptas impostas pelo capital. Nesse contexto, o TBC se configura como um ato de resistência e de legitimação de suas culturas e territórios (Furlan, 2022; Zaoual, 2008; Figueiredo, 2022; Moraes *et al.*, 2018).

Não há um consenso sobre a definição de Turismo de Base Comunitária, mas as referências trazem em sua maioria o protagonismo das comunidades como agentes diretos, responsáveis por gerir e prestar os serviços de turismo, aliados aos saberes originários das populações e sua relação em sinergia com a natureza, ou seja, cultura e natureza indissociáveis, o que proporciona uma leitura de TBC não só como renda econômica, mas como um turismo sustentável ambientalmente e socialmente (Fabrino, 2016; Moraes *et al.*, 2016; Furlan, 2022; Figueiredo 2022; Vargas *et al.*, 2020; Hallack *et al.*, 2011 *apud* Oliveira, 2023). Outra característica desse modelo de gestão é a menor densidade de infraestrutura e serviço. Esse modelo, além de se enquadrar em um Turismo Sustentável, responde as estratégias da ONU.

Luzia Neide Coriolano, uma das primeiras autoras a estudar o TBC no Brasil, associa o turismo em comunidades ao desenvolvimento humano por meio dos benefícios gerados no nível local com vistas ao bem-estar social, a autora destaca quatro princípios basilares: participação, que envolve o engajamento da comunidade em todas as etapas do turismo; cooperação, pautada na solidariedade e no fortalecimento dos laços comunitários; autossustentação, ligada à autonomia econômica e ao uso responsável dos recursos locais; e universalidade, que busca garantir que os benefícios do turismo alcancem todos os moradores de forma equitativa (Coriolano e Lima, 2003 *apud* Silva, 2016).

O Turismo de Base Comunitária, mesmo que já exista desde a década de 90, é tida como um dos segmentos mais contemporâneos do turismo (Almeida *et al.*, 2017). O TBC é uma demanda das comunidades tradicionais e geridas por elas, ou seja, a comunidade é protagonista na gestão e oferecimento de serviços (Fabriano, 2016), um dos grandes diferenciais do turismo convencional ou de massa, que privilegia o lucro imediato e a



grande escala, destruindo assim a qualidade relativa dos sítios turísticos (Zaoual, 2008, p. 3).

A proposta do TBC é a vivência na comunidade, partilhando da paisagem, comida e dia a dia dos e das comunitárias que estão em áreas rurais das cidades ou territórios indígenas, a partir da visão de mundo (cosmovisão) própria desses povos sobre os valores e práticas sociais, culturais, religiosas e espirituais (Moraes, 2018). Esse tipo de turismo é apreciado por pessoas que querem fugir do turismo convencional e ter a oportunidade de vivenciar o modo de vida original de outros povos e mergulhar em suas culturas, de experimentar trocas de saberes em um intercâmbio intercultural (Zaoual, 2008; Figueiredo, 2020).

O Turismo de Base Comunitária tem um grande apelo dentro das unidades de conservação. O TBC em áreas protegidas implica em desenvolvimento social, que satisfaça as necessidades, as aspirações e a criatividade das comunidades tradicionais (Coriolano, Lima, 2003 apud Silva, 2016), como aponta Glaubécia Texeira da Silva (2016), sem isso o turismo se torna insustentável a longo prazo. Sabemos que são muitos os agentes envolvidos para que de fato o TBC funcione, como o Estado, o mercado e o terceiro setor, estes agentes precisam andar juntos.

O turismo tem a capacidade de atrair pessoas de todos os lugares e para os mais diversos cantos do mundo. Acreditamos que este é um momento oportuno para se passar para os visitantes e turistas que forem a Tauary a importância do conhecimento e permanência dessas pessoas nos seus locais de origem para a manutenção da floresta e o equilíbrio do ecossistema (Oliveira, 2023). Esta atividade também pode contribuir para que elas (visitantes e turistas) possam se somar na manutenção e equilíbrio da Amazônia. Hoje a arqueologia compreende que a biodiversidade da floresta está intimamente relacionada com a sociodiversidade cultural, o que confere com a visão do TBC, que tem a sociobiodiversidade como um de seus fundamentos (Furlan, 2022).

O tema arqueologia e turismo já vem sendo explorado algum tempo. Este segmento, denominado turismo arqueológico ou arqueoturismo, que consiste no deslocamento de visitantes a locais onde há sítios arqueológicos (Manzato *et al*, 2004), tem como principal atrativo turístico os sítios de pinturas rupestres, sítio funerários,



cerâmicos e arquitetônicos. Estudos nessa área tem sido muito voltado para a avaliação do potencial de áreas onde há sítios arqueológicos para o turismo. Geralmente trabalhos que estão relacionados a gerência desses espaços (Figueiredo, Pereira, 2007; Santos, 2015; Aroiza, 2016; Figueiredo, Lopes, 2019).

O Turismo Arqueológico é uma segmentação do Turismo Cultural que está em diálogo com outras segmentações turísticas, como o Ecoturismo e o Turismo Pedagógico. O turismo é visto muitas vezes como uma alternativa de proteção de sítios arqueológicos e ao mesmo tempo de geração de benefícios para a comunidade (Guimarães, 2012, *apud* Aroiza, 2016). Este possui potencial para contribuir para o desenvolvimento sustentável de uma região na medida em que valoriza o “[...] patrimônio cultural, promove educação patrimonial, contribui para a cidadania cultural, empodera a comunidade local, fortalece vínculos identitários e colabora para a promoção de trabalho e renda” (Costa, 2016, p. 189 *apud* Pereira, Silva, 2021).

A exploração do Turismo Arqueológico, no Brasil, possibilita desvendar e revelar partes de um passado até então inacessível e desconhecido por grande parte das pessoas (Pereira, Silva, 2021). O descaso para com essa atividade turística tem sua origem na falta de informações e conhecimento sobre os elementos que compõem esse segmento (Manzato; Rejowski, 2004 *apud* Pereira, Silva, 2021). Um outro fator que justifica a ausência da promoção do turismo arqueológico no Brasil, é sua aclamada falta de monumentalidade como apelo turístico diferente do que ocorre em países vizinhos, como o Peru, por exemplo.

No caso de Tauary, o TBC está vinculado ao ecoturismo e às trilhas ecológicas como principais atrativos. A proposta desta pesquisa é incorporar os dados arqueobotânicos e as percepções da comunidade sobre a paisagem às atividades turísticas, criando narrativas que entrelacem passado e presente. Essa integração pode ampliar a experiência turística e fortalecer o sentido de pertencimento ao território, promovendo a valorização do patrimônio cultural e natural de maneira ética e participativa.

Tal perspectiva é defendida por autores, já citados aqui anteriormente, como Carbone (2021), que, ao discutir os ODS e o turismo sustentável, afirma que o turismo deve estar a serviço da democracia cultural e da justiça histórica. Para isso, é necessário



que as comunidades sejam protagonistas dos processos, e não meros objetos de contemplação. Williamson (2021), ao tratar dos desafios e critérios para avaliação do turismo diante da Agenda 2030, ressalta que o setor possui um vasto potencial transformador, mas que só será plenamente realizado mediante uma gestão ética, participativa e baseada em evidências.

O TBC, portanto, representa não apenas uma estratégia de geração de renda, mas um modelo de gestão territorial que reconhece e valoriza os saberes locais, fortalece os vínculos comunitários e promove o uso sustentável dos recursos naturais. Ao articular turismo, patrimônio e identidade, o TBC torna-se um caminho possível para uma arqueologia comprometida com os territórios e suas histórias vivas. Cabe a nós, enquanto profissionais em arqueologia, vermos os meios de beneficiar as comunidades nas quais trabalhamos, através dos sítios e dados arqueológicos que geramos (Oliveira, 2023).

CAPÍTULO 2 – O CAMINHAR ARQUEOBOTÂNICO: CONHECENDO A PAISAGEM DE LONGA DURAÇÃO DA COMUNIDADE DE TAUARY

Este capítulo apresenta um breve histórico das pesquisas arqueobotânicas no país com foco para a região norte e a metodologia adotada na pesquisa, desde a escolha da área de estudo até a análise dos dados arqueobotânicos. A metodologia integra abordagens qualitativas e quantitativas. A proposta metodológica articula o trabalho de campo, o laboratório, e a reflexão teórica para construir uma narrativa sobre a paisagem de longa duração.

2.1 Estudos arqueobotânicos na região Norte do Brasil: o que se sabe sobre a floresta antiga da Amazônia brasileira

A arqueobotânica, enquanto disciplina dedicada ao estudo de macro e microvestígios vegetais preservados em contextos arqueológicos, é uma das principais chaves para compreender a história das interações entre pessoas e plantas (Ford, 1979). Nos trópicos americanos, pesquisas de referência como as de Deborah M. Pearsall e



Dolores R. Piperno estabeleceram protocolos metodológicos e interpretações fundamentais para a compreensão da domesticação, cultivo e manejo de espécies. Pearsall (1995, 1979, 2000) consolidou a paleoetnobotânica como campo interdisciplinar, integrando análises carpológicas, fitólitos, grãos de amido e antracologia para reconstruir dietas, tecnologias e paisagens do passado. Piperno (2011), por sua vez, destacou a Amazônia como um dos centros independentes de domesticação de plantas no mundo, ressaltando o papel do manejo humano em ecossistemas tropicais e desenvolvendo métodos refinados para a identificação de microvestígios em solos e cerâmicas.

No Brasil, panoramas recentes como o de Scheel-Ybert *et al.* (2024), elaborado no âmbito do dossiê *20 anos de arqueobotânica no Brasil*, sistematizaram avanços, desafios e lacunas na pesquisa nacional. O levantamento destaca a ampliação das abordagens e o crescimento de equipes interdisciplinares, e aponta o crescimento e estabelecimento dos campos teóricos e metodológicos da disciplina. Nesse contexto, Francini Medeiros da Silva (2024) apresenta uma contribuição metodológica inédita ao testar o uso da microscopia eletrônica de varredura (MEV) em macrovestígios arqueobotânicos de coleções de referência. A autora observa que muitos fragmentos permanecem sem identificação devido à carbonização e à ausência de traços morfológicos distintivos, e que o MEV se mostrou fundamental para superar esses obstáculos, permitindo análises mais precisas e ampliando o potencial interpretativo das amostras.

Historicamente, as primeiras pesquisas arqueológicas sistemáticas na Amazônia brasileira ocorreram nas décadas de 1960 e 1970, com Betty Meggers e Clifford Evans no âmbito do PRONAPABA (Programa Nacional de Pesquisa Arqueológica na Bacia Amazônica). Inseridas em uma perspectiva de determinismo ambiental, essas investigações caracterizaram a floresta como um ambiente hostil ao desenvolvimento humano complexo, defendendo que solos pobres e ácidos inviabilizariam agricultura intensiva e sustentada. Nessa visão, as populações amazônicas pré-coloniais teriam sido essencialmente caçadoras-coletoras, com baixo desenvolvimento tecnológico (Meggers, 1990, 1999), e dados arqueobotânicos diretos sequer eram considerados relevantes.

A mudança de perspectiva começou a se delinear nas décadas de 1980 e 1990 com pesquisas como as de Anna Roosevelt, no Pará. Roosevelt (1992, 1996) identificou restos de milho (*Zea mays*) e frutos como murici (*Byrsonima* sp.) e jatobá (*Hymenaea* sp.) em



sítios como a Caverna da Pedra Pintada e Taperinha, associando-os a ocupações de longa duração e questionando a ausência de agricultura defendida por Meggers. Esta discussão proporcionou uma corrida para encontrar vestígios vegetais que dessem conta de afirmar tal existência, e a procura por plantas como milho (*Zea mays*) e mandioca (*Manihot eculenta*) foram destaques para Amazônia brasileira. O milho por exemplo, foi atribuído muito mais para usos festins, e a mandioca seria a base alimentar (Arroyo-Kalin, 2010). Miller (1992, 1999) observou correlações entre espécies de palmeiras e sítios arqueológicos do estado de Rondônia, sugerindo seu uso como marcadores de ocupação, ainda que tratasse os dados vegetais como secundários. Apesar destas observações, estes demoraram a se aprofundarem nos estudos das plantas de fato, Miller por exemplo, nunca o fez. Ainda carece de estudos aprofundados sobre arqueobotânica nos sítios estudados por Anna Roosevelt aqui citados que dê maior compreensão destes sítios, que são um dos mais antigos para Amazônia brasileira.

A consolidação da arqueobotânica como campo ativo na região ocorreu a partir dos anos 2000, com a introdução e aprimoramento de métodos específicos para recuperação e análise de macro e microvestígios. Pesquisas como as de Myrtle Shock (2010), Francini Medeiros da Silva (2012, 2013), Leandro Cascon (2010) e Carol Caromano (2010) mostraram que é possível identificar espécies em contextos amazônicos e reconstruir usos diversos das plantas, incluindo alimentação, construção, práticas rituais e manejo de paisagens. Essa renovação metodológica se articulou a perspectivas teóricas como a ecologia histórica (Balée, 2008), que entende a floresta como resultado de interações humanas milenares.

O panorama regional revela diferentes frentes de pesquisa:

- **Amazonas** – Um dos primeiros trabalhos arqueobotânicos no estado do Amazonas foi realizado no âmbito do Projeto Amazônia Central (PAC), coordenado por Eduardo Neves. Nesse âmbito, foram analisados macrovestígios de lenho por Carol Caromano (2010), vestígios carpológicos (frutos e sementes) por Francini Medeiros Silva (Silva, 2012) e microvestígios de fitólitos por Leandro Cascon (Cascon, 2010). Francini Medeiros Silva identificou, nos sítios Açutuba, Manacapuru e Lago Grande, vestígios de sementes, frutos, tubérculos, milho (*Zea mays*) e palmeiras. Esses sítios apresentam datações que variam entre



o século XI a.C. e o século XVII d.C.: Açutuba (séc. XI a.C. ao séc. XIV d.C.), Manacapuru (séc. VIII d.C. ao séc. XII d.C.) e Lago Grande (séc. VIII d.C. ao séc. XVII d.C.). Cascon (2010), por sua vez, identificou um uso diversificado de plantas — especialmente palmeiras, cará (*Dioscorea* sp.) e milho — sendo este último interpretado pelo autor como de uso secundário. Suas análises foram realizadas em vasilhas cerâmicas do sítio Hatahara, a partir de microvestígios de solo. Para esse mesmo sítio, Caromano (2010) analisou os vestígios de lenho e identificou como famílias botânicas mais representativas *Melastomataceae* (15%), *Fabaceae* (12%), *Myrtaceae* (9%), *Rubiaceae* (8%), *Euphorbiaceae* (7%) e *Sapotaceae* (5%). O sítio Hatahara apresenta datações entre 1465 e 1650 d.C. Esses sítios estão associados ao período de ascensão e declínio dos grupos cerâmicos das tradições Borda Incisa e Policroma da Amazônia, marcados por grandes aldeias, presença de terra preta, construções defensivas e uma economia baseada em práticas agrícolas e recursos aquáticos (Moraes, 2015). O desenvolvimento da arqueobotânica no Amazonas continuou com os doutoramentos dessas mesmas pesquisadoras e pesquisadores, ampliando o campo para outros contextos. Francini Medeiros Silva tem realizado estudos no sítio Claudio Cutiã (AM), enquanto Leandro Cascon (2017) e Carol Caromano (2017) vêm desenvolvendo pesquisas etnoarqueológicas em aldeias indígenas no Pará, explorando o uso do fogo e das plantas no presente. Esses trabalhos permitiram compreender aspectos da paisagem antiga amazônica e os vegetais que compunham o cotidiano das populações pretéritas, especialmente no que diz respeito à alimentação, manejo de plantas e uso do fogo. Além disso, contribuíram metodologicamente para a recuperação de vestígios vegetais (Silva, 2013) e ajudaram a desfazer a ideia de que seria impossível desenvolver pesquisas arqueobotânicas na Amazônia devido às características do solo. Como aponta Caromano (2010), os carvões são, na verdade, um dos vestígios mais abundantes no registro arqueológico, sendo passível de preservação e análise. No médio rio Solimões, especialmente nas cidades de Tefé e Marã, as pesquisas foram apoiadas pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá. Os resultados obtidos no médio rio Solimões levantam a hipótese de práticas agroflorestais na região desde pelo menos 3 mil anos AP. Nos sítios São João do Caiambé, Boa



Esperança e Tauary foram identificadas espécies como *Caryocar villosum* (piquiá), *Bertholletia excelsa* (castanha-da-Amazônia), *Astrocaryum aculeatum* (tucumã), *Spondias mombin* (taperebá), *Theobroma cacao* (cacau), *Theobroma grandiflorum* (cupuaçu), *Oenocarpus bataua* (patauá), *Zea mays* (milho), além dos gêneros *Oenocarpus* cf. *bacaba*, *Euterpe* sp. (açaí), *Attalea* sp. (babaçu), *Passiflora* sp. (maracujá), *Theobroma* sp., *Astrocaryum* sp. e *Byrsonima* sp. – e as famílias *Fabaceae*, *Solanaceae* e *Annonaceae* (Cassino, 2018, Oliveira, 2022; 2023b). Muitas dessas plantas encontradas no registro arqueológico continuam integrando a economia amazônica desde o período imperial e republicano, como o cacau e a castanha-da-Amazônia, que foram importantes forças motrizes regionais ao longo do século XIX. Isso pode ser observado nos jornais da época, que registravam semanalmente a quantidade de sacas coletadas (Almanach Amazonense, 1884, p. 44). Todos esses resultados para o estado do Amazonas oferecem subsídios fundamentais às discussões da arqueobotânica, que envolvem não apenas alimentação, mas também paisagem, domesticação, rituais, saberes locais, economia e manejo ambiental. Os trabalhos no médio rio Solimões ajudam a cair por terra o discurso que a Amazônia era um vazio demográfico, com povos ocupando interiores de grandes rios como lagos e igarapés.

Pará – Natália Pinheiro, em sua dissertação (2021), revela uma paisagem para o Tapajós a partir do sítio Mangabal, datado de 1.200 AP, marcada pela presença das palmeiras *Astrocaryum* sp., *Attalea speciosa* sp., *Mauritia flexuosa* sp., *Euterpe* sp., *Oenocarpus* sp. e outras frutíferas como *Bertholletia excelsa* sp. Os vestígios macrobotânicos trazem reflexões importantes sobre o uso das plantas, os espaços e a contribuição das populações humanas para a composição florística. Além disso, sua dissertação discute, por meio da materialidade, em diálogo com relatos históricos e orais, as relações entre o povo Munduruku, seus ancestrais e as plantas. A autora defende a possibilidade de ligação entre o sítio e os Munduruku históricos e etnográficos (Rocha, 2012; 2017; apud Pinheiro, 2021). O trabalho de Priscilla Denise Almeida *et al.* (2020), no sambaqui Porto da Mina, no Pará, analisando diatomáceas, revelou que os grupos pescadores-coletores da



região viviam em ambientes de água doce, salobra e marinha. Pelo menos há 5 mil anos AP, quando ocorreu o aumento do nível do mar, a população sambaquieira passou a explorar recursos marinhos, mas continuou também utilizando o que a floresta oferecia. Este estudo se destaca por empregar um tipo de análise pouco comum em pesquisas arqueobotânicas e pela raridade de estudos desse tipo em sambaquis da região Norte. Por exemplo, o sambaqui Taperinha — investigado por Anna Roosevelt — ainda não possui estudos arqueobotânicos, mesmo havendo registro de várias plantas em contexto arqueológico e sendo o sítio associado à cerâmica mais antiga da Amazônia. Roosevelt (1999) já chamava atenção para a necessidade de outros tipos de análise, como as isotópicas, por acreditar que a dieta dos grupos de Taperinha possuía forte base vegetal, devido ao tipo de cerâmica encontrada. Pesquisas no sítio sambaqui Tucumã, na ilha de Marajó, por Hilbert *et al.*; (2023), revelou o início da introdução de plantas de cultivo como *Zea mays* (milho) e *Curcubita* (jerimum) no arquipélago do Marajó a partir de 4, 000 AP. No trabalho de Daiane Alves (2017), que analisou fitólitos em solos de terra preta na região de Santarém e Belterra, foram identificados fitólitos de espigas de milho apenas em contextos domésticos, associados às terras pretas mais escuras; enquanto o jerimum esteve presente ao longo de toda a estratigrafia dos perfis analisados, incluindo camadas de solos mais amarronzados (Alves, 2017 *apud* Watling, 2020). Além de milho e abóbora, classificados como plantas de cultivo, foram identificadas palmeiras, plantas da família *Poaceae* e diversas ervas — algumas delas, como as da família *Commelinaceae*, incluem gêneros de uso medicinal (Alves, 2017). Os estudos foram realizados em três sítios arqueológicos da região do Tapajós, datados do pré-colombiano tardio. No sítio Cedro, também estudado por Alves, Joanna Troufflard (2019), a partir de uma abordagem multidisciplinar envolvendo análises de fitólitos e geoquímica do solo, identificou amostras da família *Poaceae* (gramíneas), destacando o buliforme angular da folha de *Oryza* sp. (arroz selvagem) e o bilobado com pontas cavadas (*Oryzeae*). Também foram identificados fitólitos de *Arecaceae* (palmeiras), como o globular espinhado simétrico cf. *Euterpeae/Mauritiinae*; globular espinhado alongado cf. *Attaleinae*; globular espinhado com projeções curtas cf. *Euterpe* sp. (açai); corpos cônicos cf. *Bactris/Astrocaryum* spp. (pupunha/tucumã); corpo



poligonal cf. *Cyperus* sp. (*Cyperaceae*); cilindro com eixo e saliências cf. *Maranta arundinacea* (araruta); e cilindro com domo reto cf. *Calathea allouia* (ariá), ambas da família *Marantaceae*. Os trabalhos no sítio Cedro foram desenvolvidos em uma perspectiva de longa duração, revelando um uso contínuo da paisagem por pelo menos 200 anos, tanto por populações do passado quanto por grupos mais recentes, que aproveitaram paisagens já estruturadas pelas populações indígenas — como áreas de terra preta e tanques de água — para a introdução e manejo de fauna de ambientes aquáticos.

- **Rondônia** – Estudos arqueobotânicos de macro e microvestígios foram realizados na região do alto rio Madeira e médio Guaporé por Watling et al. (2017, 2018), Furquim (2018), Hilbert (2017) e Oliveira e Santi (2019). As florestas tropicais das terras baixas é um centro primário e independente de origem agrícola, ou melhor, de vários cultivos de plantas (Piperno, 2011). Rondônia tem se destacado tanto na arqueologia amazônica quanto no cenário pan-amazônico, sendo reconhecida como um dos centros independentes de domesticação. Um exemplo é a mandioca (*Manihot esculenta*), planta de grande importância econômica e alimentar, cujo processo de domesticação iniciou-se há pelo menos 10 mil anos antes do presente (Clement, 2006). Além disso, a região abriga a única palmeira domesticada da Amazônia, a pupunha (*Bactris gasipaes*). Segundo Charles Clement (2016), plantas como a taioba (*Xanthosoma* spp.), pimenta malagueta (*Capsicum frutescens*) e urucum (*Bixa orellana*) também tiveram seus processos de domesticação no estado, já que nessa área se concentram populações silvestres dessas espécies. No entanto, ainda há informações insuficientes para afirmar com segurança que sua domesticação ocorreu especificamente em Rondônia, mais precisamente no alto Madeira, onde os estudos foram realizados. Pesquisas genéticas e arqueológicas recentes têm apontado outras espécies domesticadas ou adaptadas muito cedo na região, como arroz (*Oryza* sp.), amendoim (*Arachis hypogea*), milho (*Zea mays* sp.), um tipo de abóbora (*Curcubita* sp.) e uma espécie de pimenta (*Capsicum* sp.) (Watling, 2018; Hilbert et al., 2017). Rondônia também foi centro de dispersão dos falantes do tronco linguístico Tupi, cuja



expansão mais tardia está relacionada à subtradição cerâmica Jatuarana, pertencente à Tradição Policroma da Amazônia (Miller, 1999). No Guaporé, importante corredor etnológico e linguístico (Ferreira, 2011), Laura Furquim (2018) identificou, através dos macrovestígios arqueobotânicos do sambaqui Monte Castelo, sementes de *Annona* sp. (gênero do biribá), *Myrtaceae* cf. *Psidium* sp. (goiaba), duas variedades desconhecidas de *Fabaceae*, *Fabaceae* cf. *Mimosoideae*, *Byrsonima* sp. (murici), além de *Bertholletia excelsa* (castanha) e das palmeiras *Attalea* sp., *Astrocaryum* sp. e *Mauritia flexuosa*. Também foram identificados *Anacardium* sp. (gênero do taperebá e caju), *Theobroma* sp. (gênero do cacau/cupuaçu), *Oryza* sp. e *Zea mays*. Hilbert (2017) propõe que o arroz (*Oryza* sp.) poderia ter sido utilizado em rituais funerários, dado que ocorre em áreas de enterramento. Os resultados sugerem que, na região do Guaporé, além do milho, o arroz também pode ter sido cultivado, indicando dois cultivos ocorrendo simultaneamente (Hilbert, 2017). Para o alto Madeira, Jenny Watling *et al.* (2020) identificaram fitólitos dos gêneros *Bactris/Astrocaryum*, grãos de amido de mandioca, fitólitos de milho, além de cf. ariá e jerimum, em contextos de até 7 mil anos antes do presente no sítio Teotônio. As amostras de microvestígios foram coletadas de sedimentos associados a materiais líticos, lascas de quartzo e cerâmicas. Também foram analisadas vasilhas cerâmicas do sítio Santa Paula, localizado na margem direita do rio Madeira, em frente ao Teotônio. Nesse sítio, as evidências são mais recentes (c. 1.600 A.P.), e os microvestígios identificados são semelhantes aos do Teotônio, exceto pela abóbora/jerimum. No sítio Ilha Santo Antônio, os macrovestígios identificaram diversas palmeiras (*Arecaceae*) tanto em contextos de terra preta quanto em solos marrons, com temporalidades entre 7 mil e 990 anos antes do presente (Oliveira, Santi, 2019). Os estudos arqueobotânicos evidenciam uma grande diversidade de palmeiras e plantas cultivadas no alto Madeira. Além da diversidade, os resultados revelam práticas de cultivo e possíveis dinâmicas ambientais enfrentadas pelas populações do passado, como as grandes cheias do rio Madeira. Antes da construção das hidrelétricas, a ilha era ocupada por ribeirinhos para cultivo — como o plantio de feijão — especialmente na porção central, onde as terras pretas são mais escuras. Já a porção sul era marcada pela presença de árvores de palmeiras (Oliveira, Santi,



2019). No sambaqui Monte Castelo, Furquim (2021) resume que, entre a transição do Holoceno médio para o final, mesmo diante de mudanças climáticas significativas que afetaram os regimes hidrológicos locais, não ocorreu uma mudança abrupta nos recursos alimentares. Isso evidencia a resiliência das estratégias de subsistência. As populações exploravam uma ampla diversidade de espécies, tanto cultivadas quanto silvestres.

Os trabalhos arqueobotânicos aqui apresentados não apenas aprofundam temas que sempre suscitaram especulações na Amazônia — como a agricultura —, mas também oferecem evidências concretas sobre as plantas e seus usos. Se antes mal sabíamos que espécies estavam presentes nos sítios arqueológicos, hoje podemos inferir hábitos alimentares, reconstruir ambientes, identificar a composição vegetal das paisagens e vislumbrar práticas sociais e rituais. Scheel-Ybert *et al.* (2024) reforçam que essa diversidade de enfoques e métodos exige esforços coordenados para consolidar protocolos, ampliar bases comparativas e fortalecer redes colaborativas de circulação de dados. Vale ressaltar que o panorama aqui exposto se amplia quando inserimos os trabalhos de TCC gerados pelas universidades federais do Norte do país, Universidade Estadual do Amazonas (UEA), Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

Nossos trabalhos — e aqui me incluo, enquanto pesquisadora arqueobotânica — apontam para um conhecimento profundo e diverso das populações indígenas sobre plantas e paisagens ao longo de milênios. Não se trata apenas de manejo e cultivo, mas também de aproveitamento de recursos disponíveis, como frutas sazonais, sem recorrer à lógica de monoculturas. Esses grupos exploravam múltiplos ambientes, como terra preta, sambaquis, ilhas e terra firme, articulando usos variados conforme os recursos oferecidos por cada espaço. Diferentemente do cenário atual, marcado pela dependência econômica em torno de uma única espécie, as populações indígenas operavam dentro de uma ontologia que reconhecia a pluralidade e a interdependência ambiental — perspectiva que foi progressivamente apagada por uma lógica colonizadora, branca e eurocentrada.



O que se vê hoje é o avanço de pesquisas comprometidas com metodologias refinadas (Silva, 2013, 2024, Cassino *et al.*, 2021) e com abordagens multidisciplinares que integram vestígios arqueobotânicos, cerâmicas, solos, etnografias e ecologia (Cascon, 2017; Caromano, 2017; Cassino, 2024). Esses estudos têm revelado o potencial dos dados arqueobotânicos para reconstruir a história indígena de longa duração na Amazônia e compreender saberes acumulados sobre o uso das plantas tanto no passado quanto no presente — perspectiva enriquecida pelas práticas das populações ribeirinhas, que continuam a moldar e diversificar a paisagem iniciada pelos povos indígenas. Em Tauary, comunidade ribeirinha onde desenvolvo esta pesquisa, essa relação com o ambiente se manifesta inclusive no turismo, especialmente durante as trilhas ecológicas, em que guias locais compartilham seus conhecimentos sobre plantas e paisagens.

O olhar ribeirinho é tão apurado que, em uma simples caminhada, é possível aprender a distinguir plantas consideradas “de índio” daquelas tidas como selvagens, plantas marcadoras da presença de populações mais antiga, identificar animais que habitam determinadas árvores — como os tashiseiros, que abrigam as formigas tashi, conhecidas pela ferroada intensa — e reconhecer espécies com usos específicos. Um exemplo que testemunhei durante um passeio na trilha ecológica em Tauary foi o uso de formigas que vivem em troncos em decomposição como repelentes naturais. Ao tocar esses troncos, as formigas rapidamente sobem pelo corpo e, ao esfregá-las contra a pele, liberam um odor suave, menos agressivo e sufocante que os repelentes industrializados. Essa prática, ensinada pelos guias locais, revela um conhecimento fino da paisagem, resultado da familiaridade cotidiana com esses ambientes. Como lembra Tsing (2015, p. 181), os lugares familiares constituem o início da apreciação das interações multiespécie — algo plenamente perceptível ao acompanhar um passeio guiado pela floresta de Tauary.

Esses novos olhares, articulados pela arqueobotânica, contribuem para devolver protagonismo às populações tradicionais, cujos saberes foram por muito tempo negligenciados ou rebaixados pelos primeiros estudos arqueológicos, marcados por visões coloniais. Hoje, ao integrar ciência, território e experiência cotidiana, reafirmamos a complexidade e a profundidade das relações entre plantas, paisagens e pessoas na Amazônia.



Nos últimos anos, a arqueobotânica amazônica passou a dialogar com múltiplas perspectivas. Abordagens inspiradas nas cosmologias ameríndias (Fausto; Neves, 2017) questionam a domesticação como processo linear, propondo escalas de “familiarização” entre pessoas e plantas. Pesquisas atuais trazem a percepção indígena sobre domesticação de paisagens e plantas (Cassino, 2025). Perspectivas multiespécies (Tsing, 2015, 2019) ampliam a compreensão das interações ecológicas (fungos, pessoas, plantas, não humanos, economia e histórias locais coloniais capitalistas), enquanto estudos decoloniais e afroperspectivos (Novaes, 2021; Marinho, 2015; Rufino, 2023) ressaltam o papel de populações afrodescendentes e quilombolas na construção e manutenção de paisagens culturais. As multiperspectivas e a interdisciplinaridade são essenciais para não cairmos no essencialismo e ignorarmos a ontologia, o modo de ser, ver e perceber, de outros povos, o que torna a arqueologia mais plural e presente (Agostine *et al.*, 2021).

Esse contexto histórico, metodológico e teórico é fundamental para compreender a relevância do Médio Solimões no cenário amazônico. A região concentra evidências de manejo vegetal de longa duração, diversidade botânica associada a diferentes tipos de sítio e continuidade de práticas de uso da paisagem. Esse diálogo entre passado e presente constitui o eixo central da análise que se segue.

2.2 Caracterização da área de estudo

A comunidade ribeirinha de Tauary está localizada no município de Tefé, no estado do Amazonas, às margens do rio Tefé na região do médio rio Solimões (ver figura 2). A região é caracterizada por ambientes de terra firme, com rica biodiversidade vegetal e presença de sítios arqueológicos identificados em estudos anteriores (ver figura 3). O sítio arqueológico Tauary, foco deste trabalho, já foi parcialmente analisado por pesquisas outras vinculadas ao Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSMA) (Oliveira, 2023a, 2023b). A retomada e ampliação dos estudos neste sítio, agora com foco na arqueobotânica e em diálogo com a comunidade local, visa fortalecer as conexões entre paisagem, patrimônio e turismo.



Mapa de localização do município de Tefé- Amazonas

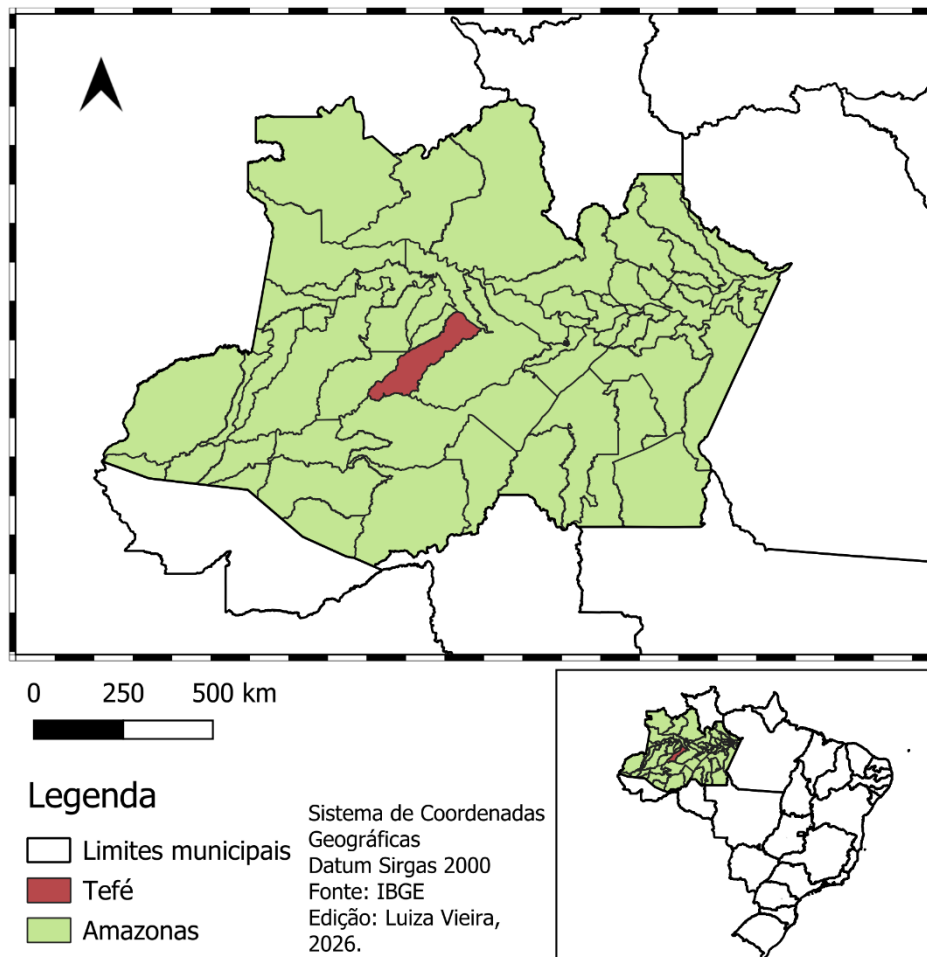


Figura 2 - Mapa com a localização do município de Tefé, situado no estado do Amazonas, região norte do país.
Elaborado por: Luiza Vieira, 2026.

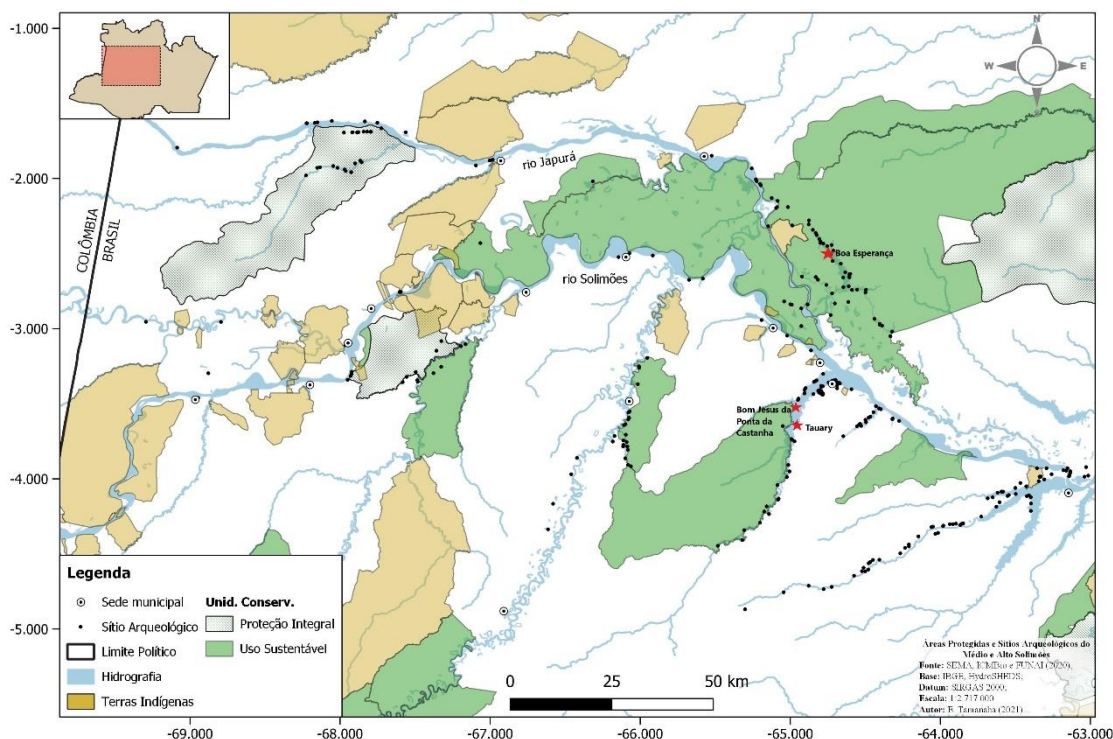


Figura 3 - Mapa com a ocorrência de sítios arqueológicos no médio rio Solimões com destaque para 3 sítios estudados pelo Grupo de Pesquisa Arqueologia do IDSM nas unidades de conservação de uso sustentável Flona-Tefé, sítios Tauary e Bom Jesus da Ponta da Castanha e RDS – Amanã, sítio Boa Esperança. Imagem cedida por Márjorie Lima, 2022.

Tauary está no entorno da Unidade de Conservação (UC) alcunhada Floresta Nacional de Tefé, (Flona-Tefé), gerida pelo ICMBio - Instituto Chico Mendes de Biodiversidade. Oficialmente decretada no dia 10 de abril de 1989, através do Decreto nº 97.629, a FLONA de Tefé foi criada no contexto do Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia, que tinha como objetivo promover a exploração agropecuária e mineral em alguns pontos prioritários da região amazônica, entre elas o interflúvio dos rios Juruá e Solimões (Suertegaray *et al.*, 2016). Mesmo não fazendo parte direta da UC, as comunidades do entorno precisam seguir algumas diretrizes, como não desmatar, como forma de mitigar impactos direto a UC, por isso, também sendo monitorada pelo órgão gestor em alguns aspectos.

A FLONA de Tefé e entorno possui uma extensão de 1.020.000 hectares, divididos entre os municípios de Tefé, Alvarães, Carauari, Juruá e Uarini, todos estes localizados no estado do Amazonas (Suertegaray *et al.*, 2020). Tauary possui um contingente de 33



famílias habitando-a atualmente. A comunidade foi fundada em 1987, de acordo com a memória das pessoas moradoras da comunidade, começando sua formação com 4 famílias a beira do Igarapé Tauary. Hoje em dia, a ocupação de Tauary esta as margens do lago rio Tefé, em uma área semilunar, ou como dizem as pessoas da comunidade, no U, entre os igarapés Tauary e Repartimento. A área de uso da comunidade se estende a 11km para dentro, contando da beira do lago para a área de mata, área de fundo da comunidade (notar figura 4 com imagens da comunidade).



Figura 4- Comunidade Tauary. Imagens: Acervo IDSM, 2023 e Google Earth, 2025.

A aproximação da arqueologia com a comunidade se deu a partir do achado fortuito de urnas funerárias no ano de 2014, quando da construção de uma escola municipal. Tal aproximação partiu dos (as) próprios (as) comunitários (as) em saber um pouco mais sobre a história do local de onde vivem (Oliveira *et al.*, 2022), mais tarde surge o interesse em ter a arqueologia, principalmente as urnas como atrativo turístico (ver figura 5, na qual ilustra o momento do achado das urnas e visita da arqueóloga Jaqueline Belletti a comunidade). A comunidade participa do Projeto de Turismo de Base Comunitária da FLONA-Tefé e tem como uma de suas atividades turísticas a realização de trilhas ecológicas.



Figura 5 - Achado das urnas pela comunidade em 2014 e visita da arqueóloga Jaqueline Belletti a pedido da comunidade. Imagem: Acervo IDSM.

As primeiras pesquisas sobre o sítio foram realizadas por Jaqueline Belletti no âmbito de seu mestrado que teve como foco a análise da produção cerâmica da Tradição Policroma da Amazônia (TPA). Os resultados demonstraram dois eventos de enterramento das urnas funerárias Tauary, representantes da cerâmica TPA, datadas do ano de 388 AP e 513 AP (Belletti, 2015). Outros trabalhos como os de Karen Marinho (2022), a respeito do contexto funerário do sítio, tem demonstrado que o enterramento das urnas ocorreu em um único evento, porém, a conservação e produção das urnas são diferentes, o que indica que foram feitas em momentos distantes, atestado pelas novas datações de 2 urnas que datam de 840AP e 676 AP, tratando-se de um contexto multitemporal. O estudo da iconografia das urnas funerárias por Erêndira Oliveira (2022) sugere que foram decoradas a partir de uma mesma lógica iconográfica, concluindo que a produção artística das urnas Tauary agiria como um subjetivador das urnas, criando um corpo para os entes enterrados neles (Lopes *et al.*, 2024). As análises cerâmicas do sítio, agora por Rafael Lopes (2024), revelam novos contextos de ocupação que datam de 2.335 AP, indicado pelas cerâmicas denominadas de fase FLONA, a 394 AP para as cerâmicas policroma. Estes trabalhos iniciam um arcabouço teórico sobre o sítio arqueológico Tauary revelando sua história milenar.

Muitos desses trabalhos tiveram impulso a partir de 2018, quando o grupo de Arqueologia do IDSM retorna a Tauary para realizar uma primeira etapa de investigação



sistemática do sítio⁶, com o objetivo de entender o contexto espacial e ocupacional (tamanho e uso), e avaliar a possibilidade de haver mais urnas, e assim, poder fazer uma escavação acompanhando a estratigrafia de deposição delas (Oliveira, 2023).

Para cumprir os objetivos de campo foi feito um grid/malha imaginarias com os números arbitrários N1000 E1000. Este método já é utilizado na Amazônia central através do projeto PAC coordenado por Eduardo Neves nos anos 90 e vem sendo replicado desde então (Lima, 2018).

Quando lançadas as malhas as prospecções foram feitas com boca de lobo de abertura de 30cm de diâmetro alcançando até 1,20 de profundidade a cada 100 em 100m, 50 em 50m ou 25 em 25m, diminuindo a malha de acordo com interesse, a exemplo da área próximo das urnas onde foram feitos furos testes de 10 em 10m (Lopes, 2022, Oliveira, 2023) (observar figura 6). Depois de concluída esta etapa, é possível ter uma compreensão do tamanho do sítio, tanto em profundidade quanto horizontalmente. A prospecção nos direciona para a escolha de potenciais áreas para escavação, pois nos dar informação sobre tipos de solo e os materiais encontrados debaixo dele (cerâmica, carvão, lítico, vidro, louças, dentre outros). Seguindo este método foram definidas três áreas de escavação no sítio (ver figura 7). Em todas elas foram coletadas 10 litros de sedimentos por níveis estratigráficos e camadas arqueológica escavada para fins de recuperação de material arqueobotânico.

⁶ sob o processo nº 01490.001350/2017-38 do IPHAN.



Figura 6 – Prospecção arqueológica com boca de loba articulada. Imagem: Acervo IDSMA.

Foram realizados 75 furos testes (tradagens) com boca de lobo, e a partir dessa intervenção sistemática, pudemos ter uma dimensão do tamanho do sítio que é de 900x200 metros margeado o rio (Lopes, 2024). Na figura 6 é possível ver a distribuição do sítio dentro da comunidade e a densidade de vestígios cerâmicos.

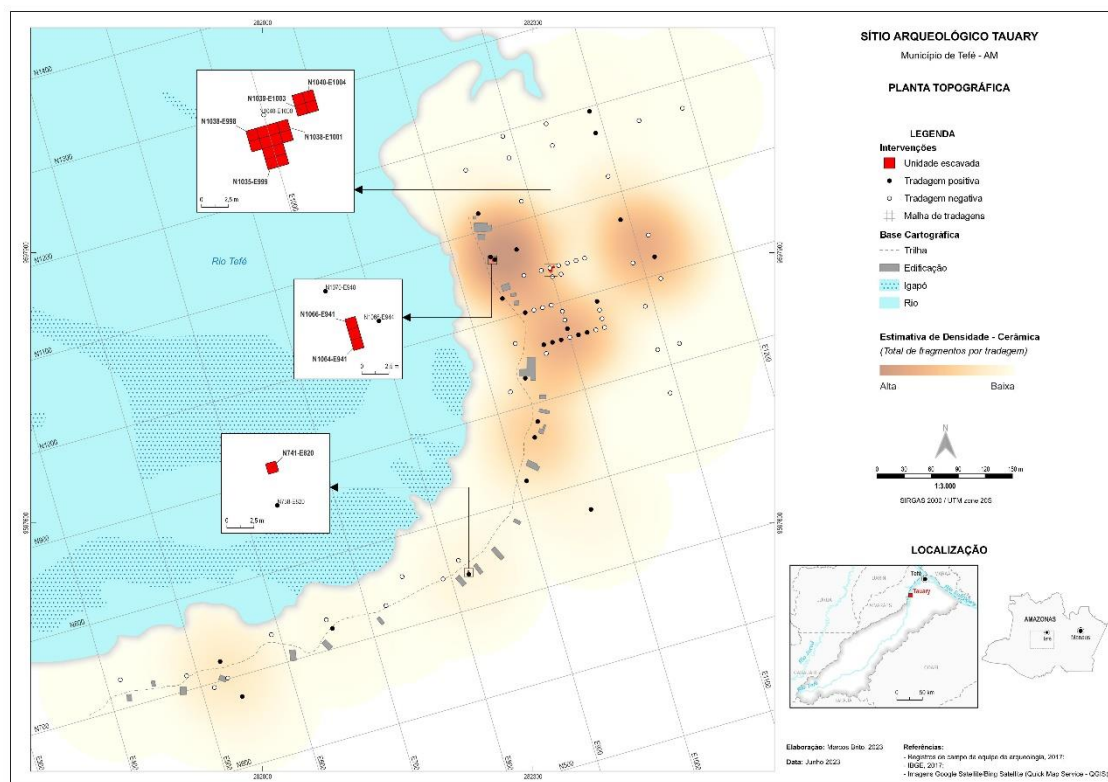


Figura 7 – Planta baixa do sítio arqueológico Tauary a partir dos resultados das intervenções arqueológicas. Imagem: cedida por Rafael Almeida.

A área das unidades de escavação N1066/1065/1064 E 941 (3×1 m) setor Norte localiza-se na porção norte do sítio. A abertura dessa trincheira foi motivada pela presença, na superfície, de fragmentos cerâmicos aparentemente articulados entre si, sugerindo a existência de vasos semi-inteiros (Oliveira, 2023). Vale ressaltar que os 30 cm superficiais dessa área haviam sido removidos durante a abertura da estrada da comunidade no momento de sua formação. Tendo em vista a possibilidade de recuperar essas amostras visíveis, optamos por abrir uma unidade de 3×1 m (ver imagem 8).

Os fragmentos cerâmicos estavam depositados em solo antrópico de terra preta (cor Munsell 10YR 2/1), associados a cerâmicas e trempes com características da Tradição Policroma da Amazônia (TPA). Essa cerâmica ocorreu até aproximadamente 20 cm de profundidade. Entre 20 e 40 cm, o material torna-se mais raro, voltando a aparecer junto a carvões em solo marrom-amarelado (cor Munsell 10YR $\frac{3}{4}$), onde foram identificadas amostras cerâmicas atribuídas à fase FLONA (Lopes, 2024).



Também foi identificada uma feição (F1) composta integralmente por terra preta, estendendo-se até cerca de 60 cm de profundidade, contendo cerâmicas pintadas e um assador de parede grossa. A partir dos 80 cm, observa-se uma queda abrupta na quantidade de material cerâmico. A unidade foi encerrada a 1,30 m de profundidade. Importante destacar que toda a profundidade registrada corresponde à superfície exposta atual, isto é, ao piso da estrada.

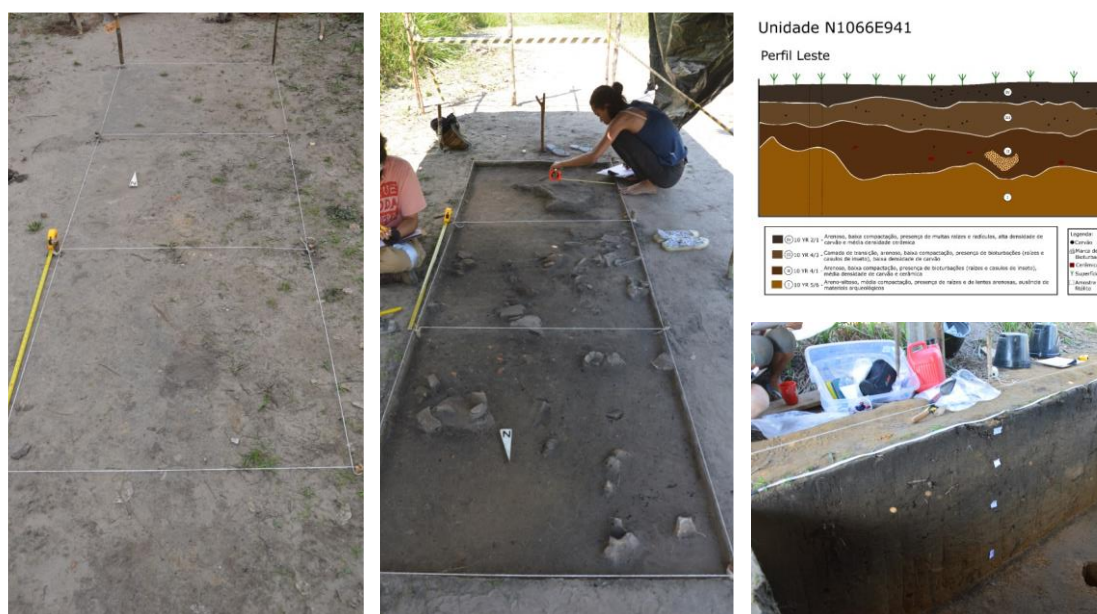


Figura 8 – Abertura e escavação da área da 3x.1. Imagem: Acervo IDSM e Rafael Almeida.

Em posteriores estudos em laboratório por Rafael Almeida Lopes, foi possível reconstituir ao menos 15 vasilhas de formato grande e parede grossa, e pequenas e médias restritivas, e um assador de parede grossa, além de vasilhas que continham restos de alimentos (observar figura 9).



Figura 9 – Cerâmicas da TPA recuperadas na unidade da 3x1. Imagem: cedidas por Rafael Almeida.

A **área das urnas** foi aberta com o objetivo de localizar novas urnas funerárias. Para isso, realizou-se uma escavação ampla, com aproximadamente 12 m², próxima ao local onde os moradores da comunidade haviam encontrado as primeiras urnas em 2014, nas proximidades da antiga construção da escola primária polo do Entorno da Flona-Tefé (Oliveira, 2023). Nessa área, foi possível recuperar mais nove urnas, enterradas lado a lado, apresentando um encaixe entre si que sugere uma deposição intencional. Observou-se ainda um espaço entre esses encaixes, o que levou à hipótese, durante o campo, de que as urnas poderiam ter sido envolvidas por algum tipo de invólucro (ver Figura 10).

Abaixo das urnas foi identificada uma camada de cerâmicas que não pertence ao mesmo conjunto cerâmico das urnas, e que aparentemente funcionava como um piso preparado para acomodá-las. As escavações foram encerradas aos 60 cm de profundidade.



Figura 10 – Escavação da área das urnas funerárias do sítio Tauary. Imagem: Acervo IDSM e Rafael Almeida.

Em laboratório, estudos mais recentes desse setor, realizados por Karen Marinho (2022), revelaram que em uma das urnas foi possível identificar uma pessoa do sexo feminino, possivelmente idosa e portadora de doenças degenerativas, como artrite ou artrose. A hipótese levantada em campo sobre um possível invólucro envolvendo as urnas continuou sendo considerada por Marinho. Além disso, a ideia inicialmente aventada de um único evento de enterramento foi revista a partir das novas datações obtidas para as urnas recuperadas no campo de 2018 (676 AP – urna 7; 840 AP – urna 11), indicando momentos distintos de deposição que se estendem até o século XVII (Lopes *et al.*, 2024).

Já a unidade de escavação N741 E820 (1×1) setor Sul foi escolhida por situar-se na porção mais elevada do sítio, preservando sua camada superficial, e por apresentar uma mancha de terra preta bastante evidente. Também influenciou sua abertura a proximidade com um furo-teste com boca de lobo, no qual haviam sido identificados fragmentos cerâmicos até 1 metro de profundidade (Oliveira, 2023). Essa unidade encontra-se cerca de 300 metros distante das demais áreas escavadas (rever Imagem 5). Durante a escavação, evidenciaram-se dois momentos de ocupação distintos, separados por um intervalo estratigráfico sem ocorrência cerâmica. Nos primeiros níveis artificiais (até 40 cm), os fragmentos são raros, quase inexistentes, voltando a aparecer a partir dos



50 cm, relacionados à cerâmica da Tradição Policroma da Amazônia (TPA), datada de 990 AP (Camada V). Após o intervalo sem ocupação — semelhante ao observado na unidade 3×1 —, ocorre a ocupação mais antiga do sítio, datada de 2.335 AP (Camada III), associada à cerâmica da Fase FLONA (ver Figuras 11 e 12). Essa cerâmica representa uma das mais antigas identificadas para o médio Solimões, região que também apresenta material cerâmico datado de 3.300 AP e 2.800 AP, respectivamente para a Fase Amanã — produção igualmente local (Costa, 2012; Lima, 2022) — e para a Tradição Pocó, de ampla dispersão pelo norte do país (Zuse, 2014; Almeida, 2013; Lima, 2006; Lima, 2022).

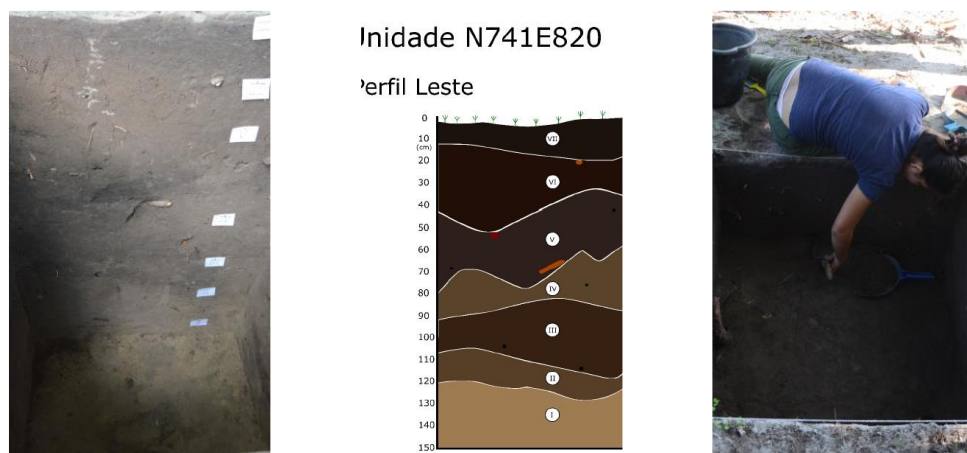


Figura 11 – Escavação da área 1x1. Imagem: Acervo IDSM e Rafael Almeida.



Figura 12 – Cerâmicas recuperadas durante a escavação da área 1x1. A esquerda cerâmica que representa a Fase FLONA. A direita cerâmica que representa a TPA na unidade escavada. Imagem: Rafael Almeida.

Em síntese, os estudos recentes sobre o sítio Tauary e seu entorno indicam uma ocupação de longa duração que, apesar de apresentar intervalos habitacionais, ocorreu de



forma significativa ao longo dos séculos. O contexto TPA se manifesta em Tauary de três maneiras: (1) baixa densidade de material, porém com grande variedade decorativa, na unidade 1x1; (2) maior volume de material, menos decorado e com muita fuligem, na unidade 3x1 — indício de um contexto mais doméstico; e (3) uso funerário, identificado pelas cerâmicas associadas a práticas cemiteriais (Lopes *et al.*, 2024).

As transformações e continuidades nas formas de ocupar o espaço e de produzir, tanto nos aspectos materiais quanto simbólicos, estão claramente expressas em Tauary. As populações responsáveis pelas cerâmicas vinculadas à Tradição Policroma Amazônica (TPA) participaram de um conjunto de práticas que se estende por milênios. As urnas funerárias e seus modos de deposição carregam significados próprios desses grupos e, ainda que ocorram alterações ao longo do tempo, certos elementos se mantêm, preservando a lógica interna desse modo de viver (ver Lopes *et al.*, 2024, para uma discussão detalhada sobre as dinâmicas culturais em Tauary, especialmente relacionadas à TPA).

Além das investigações cerâmicas, houve também iniciativas voltadas às ações educativas e de escuta conduzidas por Maurício Silva (2022). Seu trabalho resultou em um livro educativo — demanda das comunidades onde o grupo de Arqueologia do IDSM atua — com o objetivo de narrar a história antiga desses lugares e oferecer material didático para as escolas locais. O livro *Da Terra para a Lousa* está disponível gratuitamente no site do Mamirauá (<https://www.mamiraua.org.br/publicacoes/livros/>). A proposta de Maurício Silva se insere em uma perspectiva de arqueologia parente, que, por meio da escuta ativa, identificou reivindicações e interesses centrais da comunidade. O autor já aponta, inclusive, ações que podem fortalecer o turismo a partir da valorização do patrimônio cultural da comunidade (Silva, 2022).



Figura 13 – Apresentação e divulgação do livro “Da terra para a lousa” na escola Boa Esperança da Comunidade Tauary em 2021. Imagem: Acervo IDSM.

Além disso, por saber das trilhas ecológicas em Tauary, esse se fez oportuno para a realização de inventários florestais com a intenção de conhecer a flora local (Oliveira, 2020). Também foi feito um mapeamento participativo com intuito de identificar concentrações de plantas que podem estar relacionadas a florestas antrópicas⁷ (Cassino, 2021). Essas atividades proporcionaram fazer uma relação entre a paisagem atual e a antiga da comunidade, com base nos estudos arqueobotânicos do sítio, ao perceber as plantas que persistem na história de ocupação de Tauary (Oliveira, 2022a, 2023b).

⁷ Florestas antrópicas são florestas cuja composição e estrutura foram alteradas por práticas humanas passadas ou recentes, seja pela introdução, manejo, ou promoção de certas espécies vegetais, mesmo que pareça natural tem forte assinatura cultural (Ballé, 2006, 2008, 1993).



Figura 14 - Mapeamento mental participativo das plantas de uso da comunidade Tauary. Imagem: Cassino, 2021; Acervo IDSMA.

2.2.1 Aplicabilidade metodológica em campo

Antes de detalharmos os procedimentos adotados em campo, vale a pena especificar de forma breve, mesmo que tratada no início deste capítulo 2, o que é arqueobotânica e qual nosso foco de material pesquisado dentro desta ciência.

A Arqueobotânica é o estudo das plantas em contexto arqueológico com o objetivo de entender a interrelação das populações humanas com o mundo vegetal (Ford, 1979; Buxó, Ramon, 1997; Wright, 2010). Há tradicionalmente dois tipos de vestígios investigados pela arqueobotânica, os macros vestígios e os micro vestígios vegetais. Este último requer microscopia, pois não são vistos a olho nu (pólen, fitólitos, grãos de amido). Os micro restos revelam uso de plantas em contextos em que os macrorrestos são ausentes, já os macrorrestos revelam algumas plantas que não são identificáveis pelos microrrestos, como as palmeiras e as castanhas por exemplo, podendo ser complementares (Piperno, 2006). Nosso foco de análise aqui; são os macros vestígios vegetais (macrorrestos), que são partes de plantas visíveis a olho nu ou com uso de lupa. Incluem: frutos e sementes,



madeiras, folhas e fibras, tubérculos, raízes e outros órgãos subterrâneos. São classificados em dois grandes grupos de análise:

- **Antracológicos:** o estudo de carvão de madeira.
- **Carpológicos:** o estudo de sementes, frutos e partes relacionadas.

Esses vestígios fornecem dados valiosos sobre manejo de plantas e domesticação, alimentação, uso de combustível, ferramentas e vestimentas, relações sociais mediadas pelas plantas, paleoambientes e estratégias de ocupação humana (Scheel-Ybert, 2005-2006).

Para tal, a análise arqueobotânica do sítio Tauary, todo sedimento advindo das escavações foi peneirado em campo para a recuperação de toda classe de vestígio cultural. Esse peneiramento é feito a seco e a denominamos de Peneira Geral (PG). Também foi realizada peneira molhada para as unidades escavadas da 1x1 e Setor Urnas durante o campo com foco para a recuperação de amostras de macro vestígios botânicos.

Em campo durante as escavações foram retiradas amostras de sedimento, para trato em laboratório, com o intuito de recuperar amostras arqueobotânicas, tanto para macro, quanto para micro vestígios vegetais. Para tal, foram retiradas amostras de sedimentos a cada 10 cm de profundidade, acompanhando a estratigrafia de escavação, e por camadas arqueológicas do perfil escolhido de cada unidade escavada, obedecendo o mesmo NP das escavações. Para os macrovestígios, 10 litros de sedimento medidos em um balde de suporte máximo de 12 litros, foram retirados dos níveis e camadas arqueológicas escavadas, contudo, quando as camadas arqueológicas não possuíam volume suficiente fora coletado o máximo possível. Este foi o caso apenas da camada I a 3x1 não alcançou os 10 litros de sedimento tendo marca de 8 litros coletados.



Figura 15 - Coleta de sedimento com trado para micro vestígios e a direita sedimento coletado para amostras de macro vestígios arqueobotânicos durante o campo. Acervo IDSM.

Somente as unidades da 3x1 não tiveram coletas de sedimentos por níveis estratigráficos para peneira molhada/úmida. Por este motivo optamos por analisar os carvões da peneira geral da escavação da 3x1. Esta escolha se dá a fim de ampliar as amostras recuperadas em campo. Também foram coletadas amostras de sedimento por camada arqueológica para flutuação. Quanto mais técnicas diversas para a recuperação de macro vestígios vegetais mais chance de ampliar nossas amostras e consequentemente a identificação delas (Buxó, Ramón, 1997; Pearsall, 1995; Scheel-Ybert 2006). Vale ressaltar que para esta pesquisa foram trabalhadas somente os carvões provenientes das unidades de escavação da 3x1 e da 1x1. O setor urnas não foi analisado neste momento⁸.

2.2.2 Aplicabilidade metodológica em laboratório

Foram realizadas coletas de sedimentos arqueológicos durante escavações estratigráficas no sítio Tauary pelos métodos de AVC – Amostra de Volume Constante, Coluna de Sedimento e Amostra exaustiva e localizada (Buxó, Ramón, 1997; Silva *et al*, 2020), seguidas por análises laboratoriais dos macros vestígios vegetais carpológicos (sementes, frutos e partes de plantas).

⁸ Por termos a ideia de querer entender a distribuição dos vestígios vegetais na estratigrafia do sítio, e sua relação com as ocupações ao longo do ano, a área de cemitério do sítio, por tratar de um momento específico, e não ter ocorrência de outros vestígios culturais além das urnas, nesta área, não foi priorizado.



A identificação do material foi conduzida no Laboratório Curt Nimuendajú, da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), sob orientação da professora Dr. Myrtle Pearl Shock, sendo as análises feitas primeiramente no Laboratório de Arqueologia do Instituto Mamirauá nos anos de 2018 a 2023 (Oliveira, 2022a, 2023b). Em 2025 tivemos uma parte das amostras analisadas no laboratório de arqueologia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

Para o processamento dos sedimentos em laboratório usamos as técnicas de flutuação e peneira molhada para a recuperação dos vestígios arqueobotânicos. É sempre indicado uma boa amostragem e várias técnicas para se ter um bom resultado de pesquisa (Pearsall, 1995, 2000; Scheel-Ybert, 2005-2006; Wriht, 2010, 2003). A seguir descreveremos os procedimentos adotados durante toda a etapa de pesquisa.

2.2.2.1 Flutuação

A técnica de flutuação se tornou bastante comum a partir dos anos 60 e desde então vem sofrendo adaptações a partir dos contextos estudados (Struver, 1968; Pearsall, 2000; Silva *et al.*, 2013; Shock *et al.*, 2010; Scheel-Ybert, 2006). De modo geral, esta técnica consiste em lavar os sedimentos em um recipiente com água com objetivo de recuperar os macros vestígios botânicos, utilizando-se da densidade dos materiais para separá-los (Struver, 1968; Pearsall, 2000).

O princípio da flutuação está fundamentado na baixa densidade das sementes carbonizadas como resultado da ocorrência de microalvéolos gasosos no albúmen ou cotilédones causados pela carbonização, o que diminui a densidade do corpo em relação à água e facilita a flutuação (Buxó, Ramón, 1997). Na prática o material mais leve flutua e é recuperado com auxílio de uma peneira externa e o mais denso fica depositado na peneira interna do recipiente. Para esta pesquisa utilizamos um tanque com água contendo duas peneiras internas com malhas de 4 mm e 2 mm, e uma peneira de saída de 0,5 mm. A ideia é que os materiais mais pesados (mais densos), que chamamos de fração pesada, fiquem depositados nas peneiras internas, a exemplo das cerâmicas, ossos, minerais/líticos, e os mais leves, denominados de fração leve, flutue e caia na peneira de saída (peneira externa). O material flutuante que não cai para a peneira externa é retirada com auxílio de uma peneira de mão de 0,5mm. A sequência de diferentes malhas possibilita a recuperação de variados tamanhos de amostras proporcionando um número



Figura 17 - Peneira molhada realizada em campo. O sedimento foi colocado em uma rede de malha de 1,5mm e lavado no rio. Acervo IDSF.

2.2.2.3 Peneira geral a seco

Material retido na peneira geral e seca é triado e os carvões são levados para laboratório permitindo a separação de restos carpológicos e antracológicos. Pelos mesmos fatores indicados pela peneira a úmida, é preferível malhas de 2mm. No sítio as amostras da Peneira Geral não foram padronizadas, pela falta de peneira de 2mm para todos em campo: alguns grupos tiveram que usar peneiras de maior abertura. Peneiras de malha de 4mm são indicadas para vestígios arqueobotânicos, principalmente para a recuperação antracológica (Scheel-Ybert *et al.*, 2005-2006), mas para as sementes e frutos, como muitos são de menores proporção, uma malha de 2mm é preferível (Silva *et al.*, 2020). É importante, que quando usamos malhas maiores que 2mm em campo, sejam recolhidas todas as amostras retidas nas peneiras para que não haja maior enviesamento dos dados. Vale ressaltar também, que o tipo de solo influencia na escolha da técnica a ser utilizada, em sedimentos muito argilosos a peneira a seco não é tão eficaz, pois na tentativa de desagregar o sedimento do material, as amostras mais frágeis como os vegetais, são quebrados nesse processo de esmagar a terra junto a peneira (Silva *et al.*, 2020). Em Tauary, o sedimento é bastante arenoso, o que facilitou a recuperação e visualização dos materiais culturais, sendo toda classe de tamanho de carvões recolhidas da peneira durante o peneiramento. Vale ressaltar, que não é necessariamente a malha de abertura da peneira, mas a recuperação de todo material retido nela, que qualifica a coleta.



2.2.2.4 Triagem das amostras

Depois de lavados os sedimentos pelas técnicas de flotação e peneira úmida, os materiais recuperados foram postos para secar sob tecido não tecido (TNT). O TNT tem sido a melhor opção para secagem do material pois não agrega nenhum tipo de contaminação aos mesmos (Silva *et al.*, 2020). Quando secos todos os materiais recuperados foram peneirados em malhas geológicas de 4mm, 2mm e 0,5mm. A triagem consiste em dois processos: 1) Separação dos macrovestígios vegetais dos demais materiais culturais (cerâmica, lítico, ossos etc.) e 2) o carvão é triado entre materiais lenhosos (madeira) e não lenhosos (não madeira). Os materiais diagnósticos deste último, de interesse desta pesquisa, foram classificados como morfotipos.



Figura 18 - Peneiramento a seco em malhas geológicas de 4mm, 2mm e 0,5mm, seguida pela triagem das amostras em categorias culturais: carvões, cerâmicas, ossos e líticos/minerais em lupa estereomicroscópica Binocular Opton 2 T no laboratório de Arqueologia do IDSM. Imagem: Acervo IDSM.

Os morfotipos são agrupamentos de vestígios de sementes e frutos diagnósticos e passíveis de diagnosticar, ou seja, vestígios que carregam morfologia e anatomia identificáveis e representam o mesmo grupo, ou seja, o mesmo taxa. Os morfotipos são classificados por códigos. Neste caso seguido pela abreviação da palavra morfotipo e por uma numeração (ex: MT 10 correspondente a amostra *Bertholletia excelsa* sp.). A classificação em MT possibilita seu reconhecimento durante todo o processo de análise do sítio.



2.2.2.5 Categorização dos macrovestígios vegetais

Os vestígios foram organizados em seis categorias, segundo características anatômicas e morfológicas:

- Lenhoso;
- Não-lenhoso (parênquimas);
- Fruto;
- Sementes;
- Indeterminado;
- Não Identificado.

2.2.2.6 Acondicionamento

Os Macrovestígios foram armazenados em potes de Eppendorf ou em potes tipo glitter para amostras maior, tendo em vista que os eppendorf suportam 1,5ml, amostras de menor tamanho. São registrados com o nome/número do morfotipo, NP, unidade, nível, malha e fração. Os demais materiais são guardados em sacos plásticos inertes com zíper e identificação própria atribuída em campo e reforçada em laboratório.

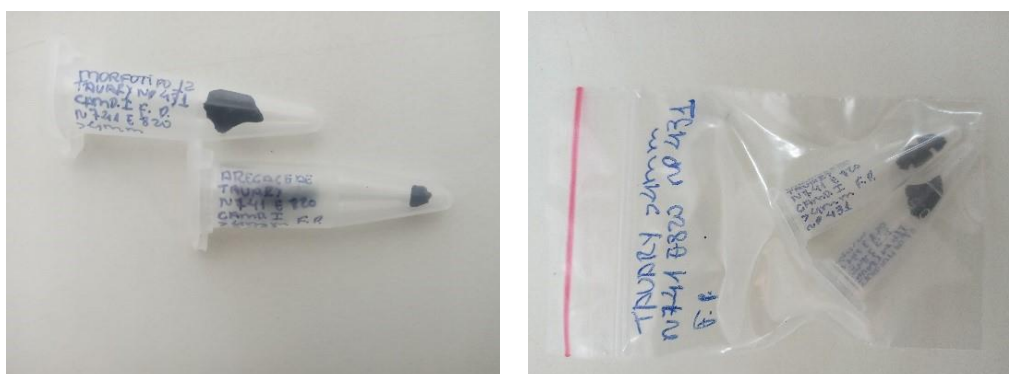


Figura 19 - Armazenamento do material arqueobotânico em eppendorf. Imagem: Emanuella Oliveira.

2.2.2.7 Coleção de Referência

Devido à alta diversidade de espécies nos trópicos, a identificação de restos botânicos exige coleções comparativas regionais bem construídas. Nos trópicos, os macrovestígios vegetais sofrem rápida degradação devido à: alta umidade e temperatura,



acidez do solo e ação de microrganismos. A carbonização é a principal forma de preservação: ao passar pelo fogo, os tecidos perdem água e se tornam mais estáveis, resistindo à decomposição (Wright, 2003; Buxó, Ramón, 1997; Pearsall, 1995; Silva, 2024). Outros ambientes que favorecem a preservação são locais secos (por dessecação), ambientes anaeróbicos (pouco oxigênio) e ambientes congelados.

A coleção de referência é de suma importância para a identificação do material que é feita por meio da morfologia e anatomia das espécies vegetais. A coleção se dá através de amostras botânicas recentes, ou seja, não arqueológicas, que é posta em queima controlada. É indicado temperaturas de mínimo 200° C para a carbonização completa em fogo redutor (Buxó, Ramón, 1997). Em fogo aberto é indicado temperaturas até 500 graus celsius para uma queima completa (Wright, 2003). A queima se dá pelo fato de que, geralmente esses vestígios são encontrados desta maneira no registro arqueológico.

A preservação de macro vestígios na Amazônia (sementes, tubérculos, madeira, fragmentos de espigas de milho e semelhantes) está geralmente limitada a materiais carbonizados, exceto nas regiões mais áridas (Pearsall, 1995). Os materiais orgânicos, como as sementes por exemplo, se deterioram muito facilmente no solo quando não carbonizado. No contexto amazônico, onde a umidade é extremamente alta, a chance de degradação pós-carbonização é acentuada. Wright (2003) destaca que a umidade do solo é o fator mais destrutivo para vestígios já carbonizados. Mesmo quando ocorre carbonização, os macrovestígios podem estar altamente fragmentados devido à expansão e contração dos solos, o que dificulta sua detecção e recuperação durante a escavação (Pearsall, 1995). A carbonização se torna o “meu mal e meu bem” para profissionais na área da arqueobotânica, pois sendo ela ao mesmo tempo um fator degradante, pois modifica a morfologia das amostras, ela é o melhor meio de preservação.

A identificação desses materiais fragmentados torna-se ainda mais complexa pela alta diversidade de espécies da flora tropical. Isso exige uma coleção botânica comparativa extensa e, por vezes, o uso de técnicas especializadas de identificação, como a microscopia eletrônica de varredura (MEV) (Pearsall, 1995). Francine Medeiros da Silva (2024) destaca que muitos fragmentos permanecem sem identificação por conta da carbonização e ausência de traços morfológicos distintivos. A autora de forma inédita testou o uso de microscopia eletrônica em macrovestígios arqueobotânicos não



identificados e em amostras de coleção de referência e detectou que o MEV se mostrou fundamental para superação desses obstáculos.

A coleção de referência faz parte integral do trabalho, sem ela fica mais difícil a identificação das amostras. A identificação dos vestígios vegetais, a partir de coleções de referências, nos permite comparar dados entre sítios diferentes, os possíveis recursos disponíveis no território, estratégias de subsistência, interação com o meio, entre outros (Scheel-Ybert *et al.* 2005-2006).

2.2.2.8 Análise e identificação do material arqueobotânico

O material separado como diagnóstico, ou seja, passível de identificação, foi analisado em lupas Esteromicroscópicas, sendo observada sua estrutura morfoanatômica e comparada a coleção de referência. Neste caso, usamos as Coleções de Referência de Vegetais Carbonizadas não arqueológicas (REVEC) do IDSME e da coleção de referência Carvão Oriundo de Manejo Indígena (COMIDA) da UFOPA, montada pela professora Myrtle Pearl Shock e parcerias. Depois de comparadas as amostras arqueológicas diagnósticas às da coleção de referência, quando possível conseguimos chegar à identificação a níveis taxonômicos (família, gênero e espécie). De modo geral, ao analisar os vestígios carpológicos carbonizados, é mais comum alcançarmos sua identificação em nível de gênero, pois é difícil alcançar um resultado a nível de espécie, devido a perda na carbonização da anatomia da amostra que é perdida. Para chegar a este julgo, também utilizamos de literatura especializada, comparando imagens já publicadas, tanto da arqueobotânica, quanto da botânica.

As amostras carpológicas são divididas em órgãos vegetais (frutos e sementes) e tecido celular (parênquima, colênquima e esclerênquima), ou seja, a análise baseia-se na morfologia, anatomia e na histologia vegetal. São observadas as organizações celulares dos órgãos vegetais para fazer a distinção entre os vestígios. A partir dessas observações conseguimos dar o primeiro passo para separarmos as duas grandes categorias de macro vestígios: lenhosos (madeira) e não lenhosos (sementes, frutos, tubérculo).

Os vestígios de lenho são identificáveis a partir dos três planos de análise da madeira: horizontal, vertical e tangencial (Shel-Ybert, 2004). Nelas podemos notar os



feixes vasculares, fibras e vasos. Essas características internas do lenho nos ajudam a discerni-los dos vestígios não lenhosos.

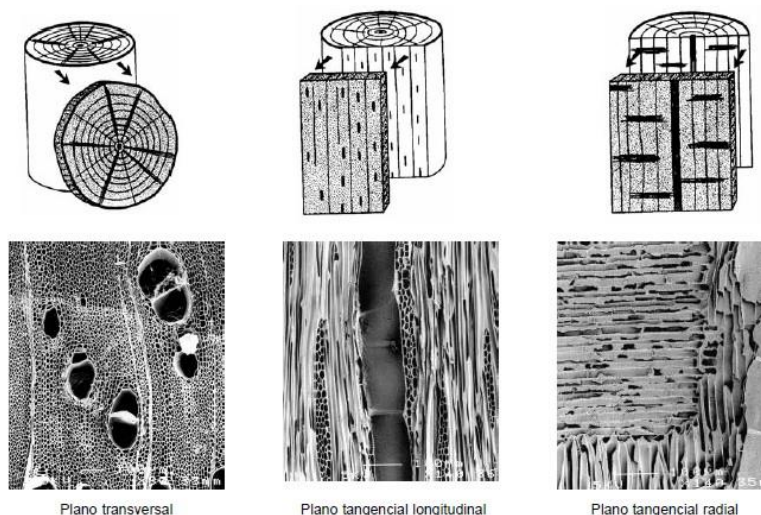


Figura 20 - Exemplo do corte da madeira em seus planos horizontal, vertical e tangencial. Imagem: Rita Scheel-Ybert, p 350. Arq. Mus. Nac., Rio de Janeiro, v.62, n.4, p.343-356, out./dez.2004.

A categoria não lenhosa é uma categoria extensa, engloba várias partes das plantas. A principal distinção entre elas se dá pela morfologia. Abaixo são listados alguns exemplos das principais características para a identificação dos órgãos vegetais que percebemos durante a análise dos vestígios vegetais encontrados no registro arqueológico e pela literatura especializada.

Sementes, frutos e parênquimas

As sementes são classificadas de acordo com os elementos principais que o caracterizam: endosperma (a reserva de nutrientes), embrião (é a futura planta) e tegumento (casca que protege a semente) (Esau, 1974).

Os frutos constituem de pericarpo e semente. O pericarpo se divide em 3 partes: epicarpo (a mais externa), mesocarpo (a do meio) e o endocarpo (a mais interna) (Laurence, 2005). Estes são acrescidos nos frutos secos, e por essa razão, não podem ser percebidos facilmente. Na maioria dos frutos carnosos a parte suculenta é o mesocarpo, mas em alguns casos é o endocarpo – a exemplo da laranja (Laurence, 2005). As partes comestíveis raramente são encontradas no registro arqueológico. Por exemplo o fruto



seco da castanha da Amazônia, não são encontradas as sementes, parte comestível, e sim, o tegumento ou endocarpo, partes não comestíveis.

Sementes e frutos são constituídos de células. Nas sementes, de esclerênquima, parênquima e colênquima (Esau, 1974), uma das que mais percebemos durante a análises é o tecido parênquima. Os parênquimas são abundantes em todos os órgãos da planta, são eles que preenchem os espaços existentes entre os outros tecidos, razão pela qual é chamada de tecido de preenchimento (Laurence, 2005). Suas células são vivas e são as principais responsáveis pelas funções ligadas ao metabolismo da planta (Laurence, 2005). Está situada entre os vasos, existe junto aos feixes vasculares (Laurence, 2005). As sementes possuem células muito bem-organizada, tecidos parênquimais por igual. Já o fruto não possui uma organização idêntica, possuindo uma leve desorganização de tecidos (Silva, 2024). Os parênquimas têm células paliçádicas de característica alongada e justaposta (Laurence, 2005).

Palmeiras (*Arecaceae*)

A distinção entre *Arecaceae* está baseada nas características morfológicas do pirênio (endocarpo) e o do endosperma. Algumas palmeiras possuem o pirênio muito resistente, esta é uma das partes desta planta que mais se preserva no registro arqueológico. O pirênio das palmeiras é reconhecido por ter os tecidos esclereídios bem lignificados⁹, o que dá um aspecto vítreo a ela, quase brilhante, quando carbonizada. Além do aspecto brilhante, as palmeiras costumam possuir feixes vasculares em seu endocarpo.

⁹ A lignina é um processo complexo que fortalece a estrutura do sistema vascular, agindo como barreira para doenças e pragas (Khan, 2022 apud Silva, 2024).

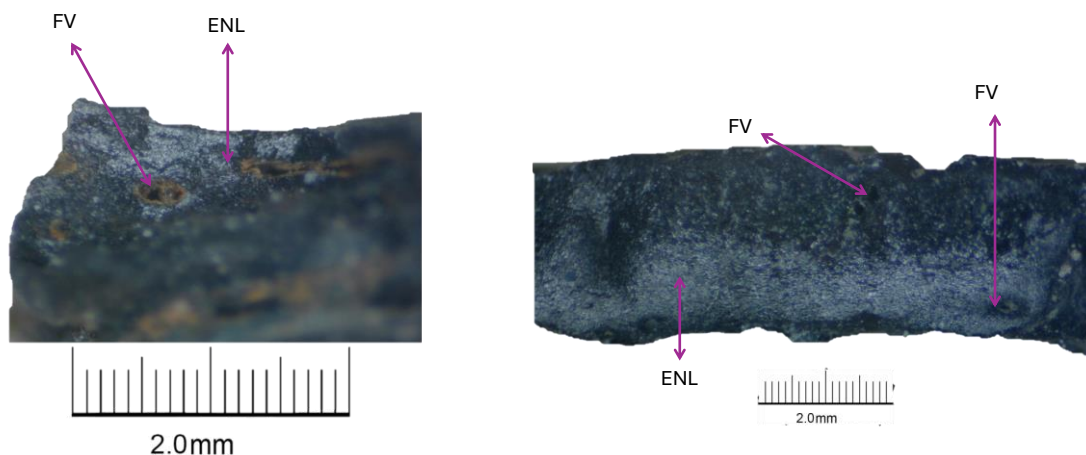


Figura 21 - Amostras arqueobotânicas de palmeiras lignificadas dos sítios arqueológicos Boa Esperança (a esquerda) e Tauary (a direita). Na amostra de Boa Esperança, a indicação do FV, mostra o vão que o feixe deixou no endocarpo. FV= Feixe Vascular, ENL= Endocarpo Lignificado. Imagem: Emanuella Oliveira.

Muitas das palmeiras, mesmo depois de carbonizadas, preservam as fibras endocárpicas. A aparência vítrea, feixes vasculares e fibras, são elementos diagnósticos para sua identificação. Outros atributos reconhecíveis são os poros germinativos e endocárpico. De modo geral, as partes comuns de serem encontradas das palmeiras, é o tegumento aderido ao endosperma, somente o tegumento e o pirênio.

Na figura 22 podemos ver como se apresentam os endospermas da *Oenocarpus bacaba* (bacaba) e do *Euterpe sp.* (açai). Na região central do endosperma apresenta-se uma cavidade esférica, onde se origina a formação da semente (Queiroz, 1974). Na bacaba esse espaço tende a ser maior do que o do açai. O endosperma da bacaba também é maior, assim como o fruto, se comparado ao açai. O hilo apresenta-se no endocarpo de forma linear como uma pequena depressão. Essa depressão linear vai do poro germinativo a sua base. Quando o opérculo - película que cobre o poro germinativo (Queiroz e Bianco, 2009) - se rompe forma-se uma cavidade cilíndrica no poro germinativo, sendo na bacaba esta cavidade maior do que no açai. O endocarpo no açai adere intimamente a semente, no caso da bacaba temos percebido que este se solta da semente, mas não pode ser tratado como padrão, pois temos notado açai sem endocarpo também. Vemos que estes são bem diferentes do endosperma do buriti, por exemplo, que possui um endosperma de característica laminada, por essa qualidade da semente, que parece ser dividida em camadas sobrepostas, quase não observamos o espaço do embrião de forma mais nítida



como o açaí e bacaba. Esta é uma das poucas palmeiras a possuir esta característica de endosperma. O buriti tem forma elíptica e uma outra característica do buriti, é o epicarpo escamado. Por ser uma das poucas palmeiras com “escamas”, apesar de finas, é possível evidenciá-las no registro arqueológico, sendo de fácil identificação. Geralmente encontramos o epicarpo do buriti solto e não aderido a polpa, ou seja, ao mesocarpo, este tende a não ter uma boa preservação após a queima.

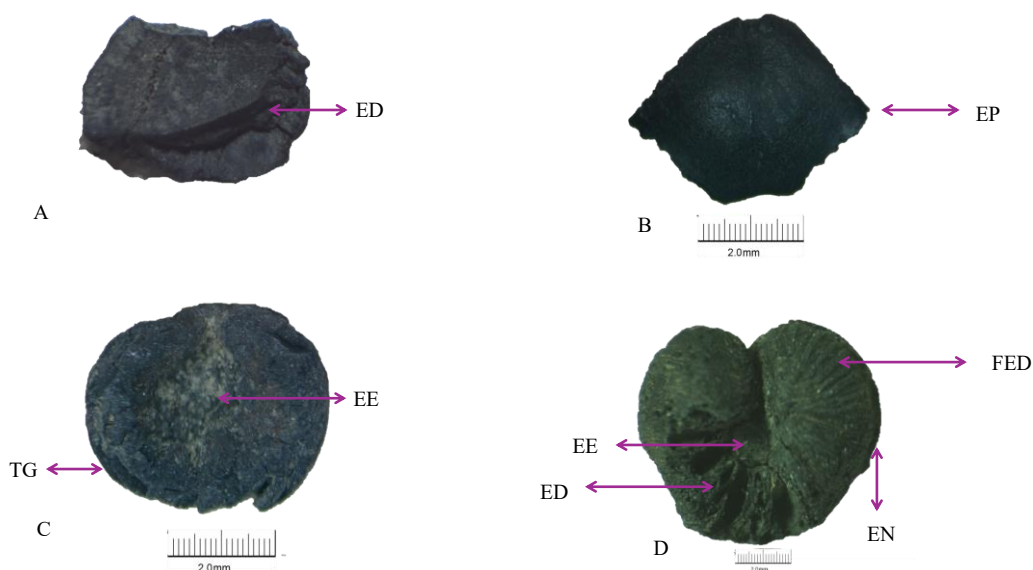


Figura 22 – Imagens A: Endosperma de Buriti face interna da semente (*Mauritia flexuosa*, MT 85), B: Epicarpo de buriti (*Mauritia flexuosa*, MT 102, C: Endosperma de bacaba (*Oenocarpus* cf. *bacaba*, MT 19), D: Semente de açai (*Euterpe* sp., MT 11). Amostras arqueobotânicas do sítio Tauary de A a C, e Boa Esperança imagem D. FED= Fibra Endocarpica, ED= Endosperma, EP= Epicarpo, EE= Espaço do Embrião, TG= Tegumento, EN=Endocarpo. Imagem: Emanuella Oliveira.

A *Bertholletia excelsa* sp. (castanha da Amazônia) por possuir um tegumento bem resistente, faz com que essa, também seja a parte mais comum de se encontrar no registro arqueológico. O tegumento da castanha é duro e lenhoso com bastante lignina, tem formato alongado e a extremidade pontiaguda e levemente arredondada. O endosperma, parte comestível, não é muito encontrado no registro arqueológico, além disso não tem característica que a torna resiliente a ações externas, como tegumento, que é bem espesso e bastante lenhoso, oferecendo alta proteção contra insetos e predadores. Uma característica que observamos no tegumento da castanha está na superfície da exotesta, bastante rugosa, tornando-se um elemento chave.



Figura 23 - Tegumento de castanha da Amazônia (*Bertholletia excelsa*) face interna (B) e face externa (A). Notar as rugosidades na face externa (exotesta) do tegumento. Imagem: Emanuella Oliveira.

No endocarpo do *Caryocar villosum* (piquiá) se encontram os espinhos, sendo o próprio endocarpo, elemento chave para sua identificação. Mesmo os espinhos parecendo demonstrar ser de aparência frágil, é possível identificar a sua base, que persiste aderido ao tegumento. Essa base geralmente se apresenta de forma pontiaguda.

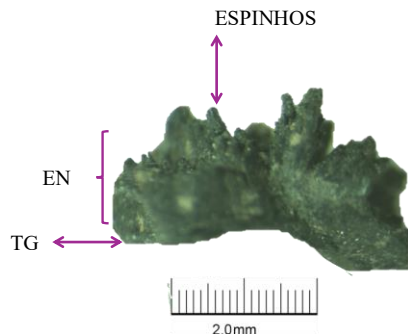


Figura 24 - Tegumento de amostra do piquiá arqueológico (*Caryocar cf. villosum*, MT 17). TG: tegumento, EN: Endocarpo (Espinhos). Imagem: Emanuella Oliveira.

Registro fotográfico do material

O registro fotográfico é a última etapa de laboratório depois da identificação e análise dos macrorrestos carpológicos. Os materiais diagnósticos que receberam um mortipo foram fotografados em ao menos dois momentos distintos: 1) Durante as análises de identificação no laboratório de arqueologia do Instituto Mamirauá em lupa estereoscópica Opton - Tim 2T com câmera acoplada e auxílio do programa TCapture para a captura de fotos; 2) O segundo momento no laboratório de arqueologia da UFOPA



em lupa estereomicroscópio trinocular e câmera acoplada 16mp Hayer. A fotografia das amostras arqueobotânicas nos dá suporte para comparações entre coleções podendo ser usada pelas (os) demais colegas arqueobotânicas (os) do país.

2.3 Resultados das análises arqueobotânicas

2.3.1 Unidade de escavação 3x1 (N1064/1065/1066 E941) setor Norte

Da unidade N1065 E941 as camadas com maior registro de amostras macrobotânicas, tanto em quantidade quanto em variedade, são as camadas II e IV, associadas às ocupações cerâmicas relacionadas à fase FLONA e à fase Tefé da tradição policroma amazônica, respectivamente (ver gráfico 1). Na camada II, relacionada à primeira ocupação antiga de Tauary (fase FLONA), identificamos macro restos vegetais de fruto, semente, não lenhoso e palmeiras (tipo *Oenocarpus* cf. *bacaba* e *Euterpe* sp.). A camada IV por sua vez tem registros vegetais de lenhos, não lenhosos, sementes e palmeiras. As ocupações estão representadas por solos antrópicos de terra preta (camada IV) e terra marrom (camada II), com profundidades variando entre 20 cm e 40 cm.

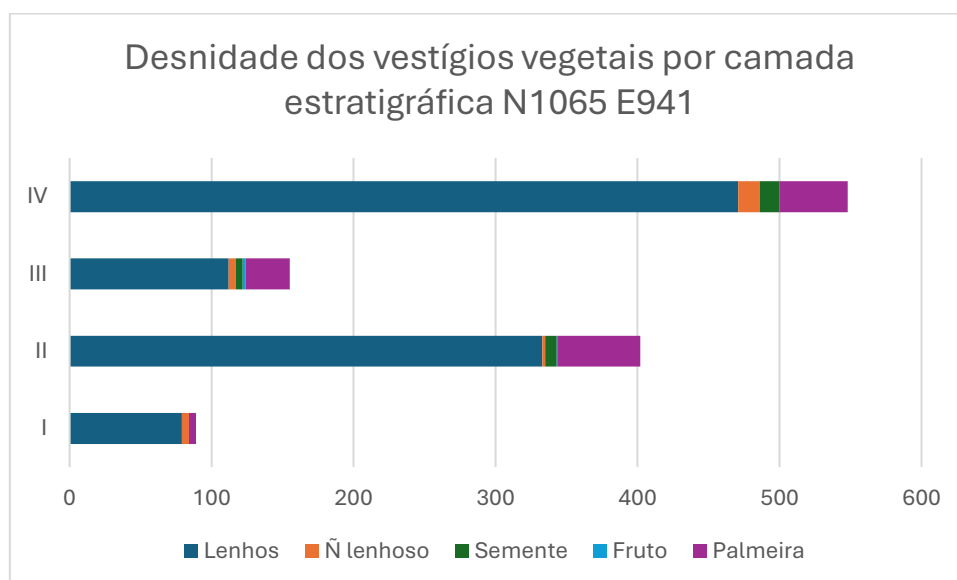


Gráfico 1 - Gráfico com a densidade de vestígios arqueobotânicos para 10L de sedimento por camadas da unidade de escavação N1065 E941 (a exceção da camada. IV que obteve 8L). Imagem: Elaborado por Emanuella Oliveira.



A camada III, composta por solos marrom (10YR 4/3), intercala camadas de ocupação e não apresenta materiais cerâmicos. Foram identificados os mesmos vestígios que a camada II (lenhosos, não lenhosos, semente, fruto e palmeira). A camada I é formada por solos naturais (10YR 5/6), com presença de não lenhosos, *palmeiras* e poucos carvões, se comparado ao restante das camadas. As palmeiras estão presentes em todas as camadas de escavação, naturais e antrópicas. Um adendo, é que a camada IV só obteve 8 litros de sedimento, reduzindo assim a quantidade de amostras de carvões, o que não desqualificou ou tão pouco influenciou como vemos o gráfico 1.

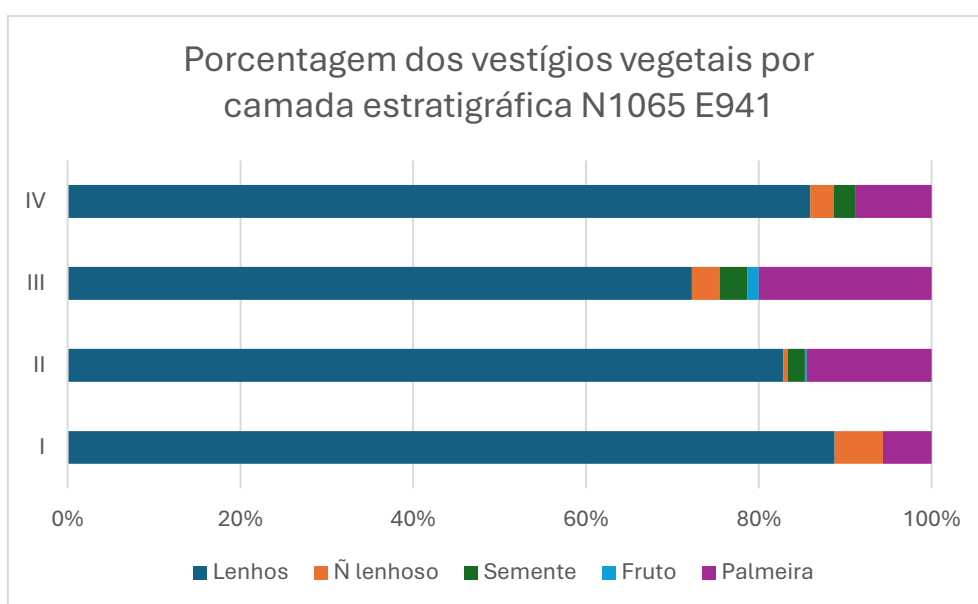


Gráfico 2 - Gráfico com a distribuição dos vestígios arqueobotânicos por camadas da unidade de escavação N1065 E941. Imagem: Elaborado por Emanuella Oliveira.

Quando observamos a distribuição proporcional dos vestígios arqueobotânicos na unidade, vemos que a proporção dos lenhos é a menor, mais de 70% das amostras na camada III. Nesta também temos a maior distribuição de palmeiras, 20%. lembrando que esta camada é a de transição, sem ocupação humana. O intervalo deste período sem ocupação é de mais de mil anos, entre as camadas II (FLONA) e IV (TPA). Estes resultados são interessantes pois esta camada de transição pode demonstrar que poderia estar ocorrendo um manejo nesta área, devido ao número de lenho ser menor que nas demais camadas incluindo as de ocupação. Talvez, uma herança da paisagem formulada por grupos antecessores indicado pela produção cerâmica FLONA.



Quando observamos os carvões por níveis, vemos que são similares as camadas. O número de lenhos é superior em todas as amostras dos níveis estratigráficos, sendo no 20-30cm assim como 40-50cm, a presença somente de palmeiras e lenhos; o nível 40-50cm parece apresentar a área de transição para os grupos da cerâmica FLONA. Os vestígios culturais de modo geral diminuem a partir dos 80cm, mas o diferencial que as coletas por nível nos trouxeram, foi a possibilidade de identificar vestígio de tubérculo a 90cm de profundidade.

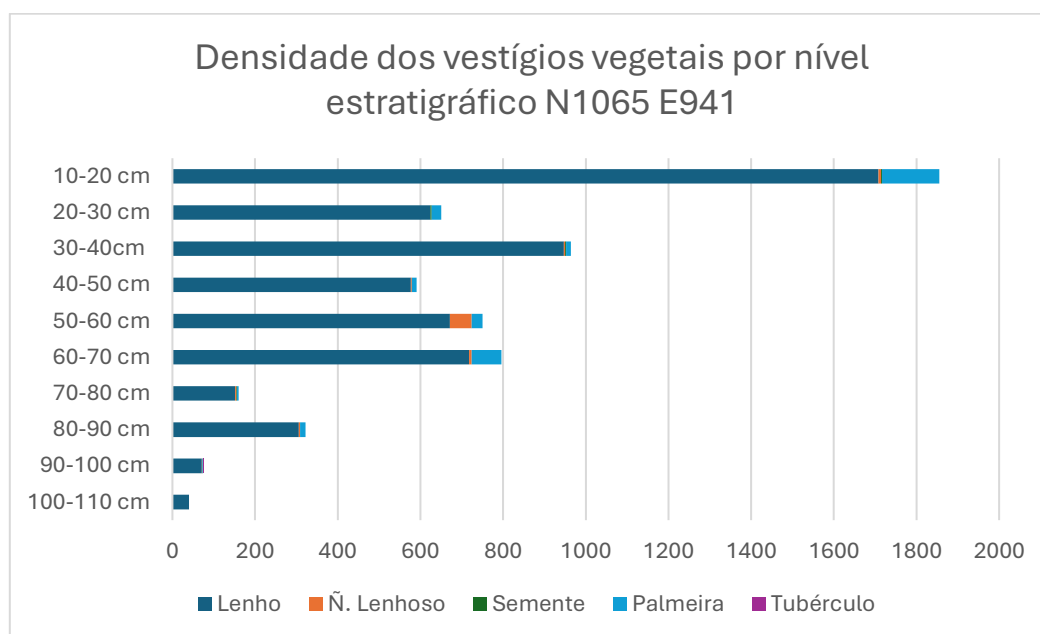


Gráfico 3 - Gráfico com a densidade de vestígios arqueobotânicos a partir da peneira geral por nível estratigráfico da unidade de escavação N1065 E941. Imagem: Elaborado por Emanuella Oliveira.

A análise dos gráficos de densidade e porcentagem da unidade N1065 E941 evidencia diferenças marcantes entre os níveis estratigráficos e as camadas arqueológicas. Em termos de densidade, observa-se um predomínio absoluto de vestígios lenhosos no nível 100–110 cm, onde representam 100% do material recuperado. Em toda a sequência estratigráfica, a proporção de vestígios não lenhosos raramente ultrapassa 10%, indicando que a madeira foi o recurso vegetal mais utilizado e depositado nesse setor. Tal fenômeno pode corresponder a queimadas naturais ou culturais.

A leitura por camadas, contudo, revela nuances diferentes. A camada III — correspondendo aos níveis entre 30 e 50 cm de profundidade — apresenta maior



porcentagem, ou podemos dizer, distribuição relativa de vestígios vegetais, incluindo sementes, fragmentos de palmeira, lenhos e não lenhosos, mas ainda em densidades baixas. A deposição de material vegetal foi mais intensa nos níveis superiores e em determinados pontos da sequência, como nas camadas de ocupação IV e II, com maior variedade de tipos, ou seja, taxas identificadas. A camada IV, relacionadas as cerâmicas TPA, com a maior diversidade, como pode ser vista no quadro 1.

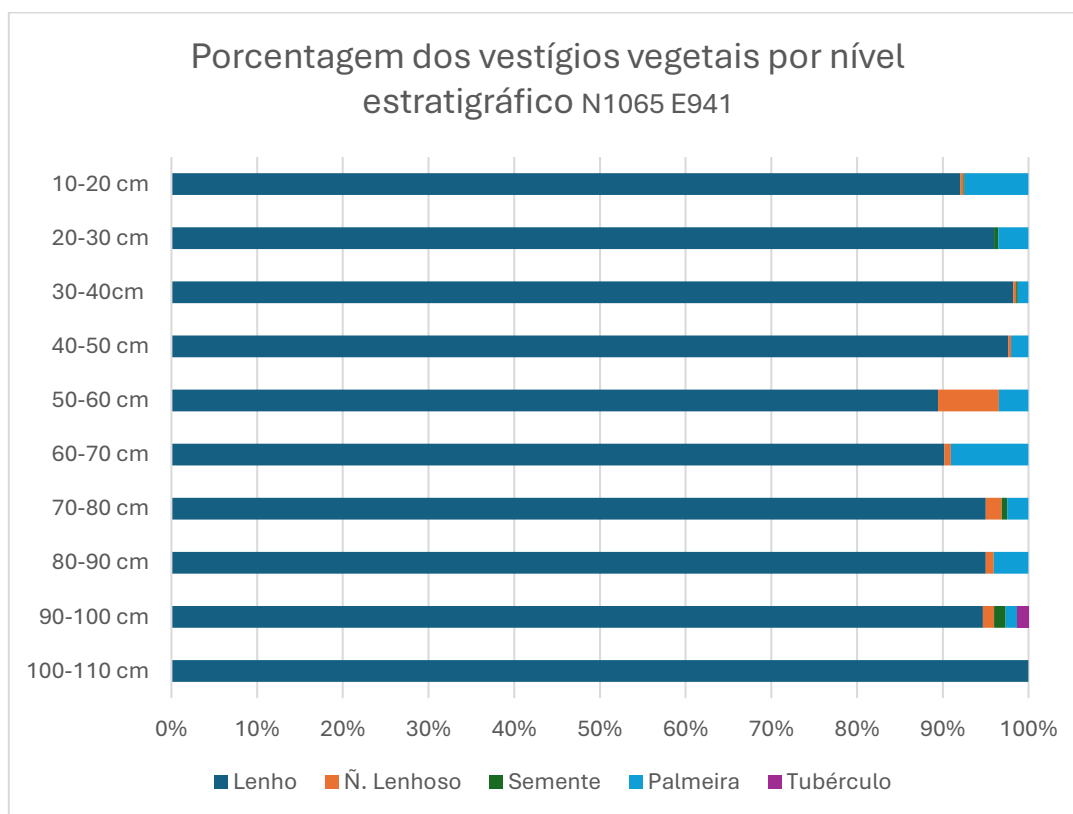


Gráfico 4 - Gráfico com a distribuição dos vestígios arqueobotânicos por nível estratigráfico da unidade de escavação N1065 E941. Imagem: Elaborado por Emanuella Oliveira.

Entre os macrovestígios carpológicos identificados taxonomicamente nas camadas, destacam-se a castanha (*Bertholletia* cf. *excelsa*), o buriti (*Mauritia* cf. *flexuosa*), a bacaba (*Oenocarpus* cf. *bacaba*) e o jatobá (*Hymenaea* sp.). Já na análise por níveis estratigráficos, foram identificados também o patauá (*Oenocarpus* cf. *bataua*), o tucumã (*Astrocaryum* cf. *aculeatum*) e o açaí (*Euterpe* sp.) (ver quadro 1). A presença contínua de palmeiras ao longo da sequência, mesmo em baixa porcentagem, reforça sua importância como recurso recorrente na dieta e nas práticas cotidianas.



A integração das duas leituras — densidade e porcentagem — permite compreender que a unidade registra períodos de uso intensivo de poucos recursos (predomínio lenhoso) quanto episódios de menor intensidade, mas com aproveitamento mais diversificado de plantas, como observado na camada I, correspondente aos níveis de 80 a 100 cm de profundidade, com a presença de tubérculos. Tal padrão pode refletir diferentes momentos e funções de ocupação no sítio.

Quadro 1 - Macro vestígios identificados taxonomicamente por camada arqueológica da unidade N1065 E941.
Imagem: Elaborado por Emanuella Oliveira.

	<i>O. bacaba</i>	<i>M. felxiosa</i>	<i>Euterpe</i> sp	<i>Hymenaea</i> sp.	<i>B. excelsa</i>
IV	2	1		1	1
III					3
II	1		1		1
I					

Durante os métodos de recuperação de vestígios de flora, também foram coletadas amostras "não convencionais", como minerais (quartzo, possível laterita e concreções ferruginosas) nas camadas I e II, resina vegetal (âmbar) e caraipé (casca de árvore queimada e triturada, usada como "tempero" na pasta cerâmica) na camada IV. A associação desses materiais com os fragmentos de carvão sugere que a unidade pode ter funcionado como área de preparo ou descarte desses recursos.

O reconhecimento do local da primeira ocupação habitacional de Tauary, no igarapé homônimo, revelou a presença significativa de árvores de caraipé nas margens, em áreas de fácil acesso, próximas ao sítio-comunidade. Essa observação atual permite compreender como certos recursos vegetais, abundantes no entorno, poderiam ter sido incorporados tanto ao cotidiano quanto a processos técnicos, como a produção cerâmica.

Essa combinação entre vestígios convencionais e não convencionais amplia a interpretação arqueobotânica, reforçando a importância de analisar a densidade e a diversidade de vestígios em conjunto com evidências contextuais, de modo a compreender as múltiplas dimensões de uso e descarte vegetal no sítio.



Feição (F1) - Unidade N1064 E941

Na Unidade N1064 E941, foi registrada a Feição 1 (F1), caracterizada por manchas esbranquiçadas possivelmente relacionadas a raízes. Essa feição apresentou táxons botânicos que não estavam presentes na estratigrafia geral do sítio, como o piquiá (*Caryocar* cf. *villosum*), identificado nos intervalos 0–20 cm e 40–50 cm. As categorias de macrovestígios recuperados (lenhos, não lenhosos, sementes, frutos, palmeiras e tubérculos) correspondem às mesmas observadas nos níveis da Unidade N1065 E941, indicando certa uniformidade nas práticas de deposição, mas também revelando particularidades associadas a contextos específicos, como as feições.

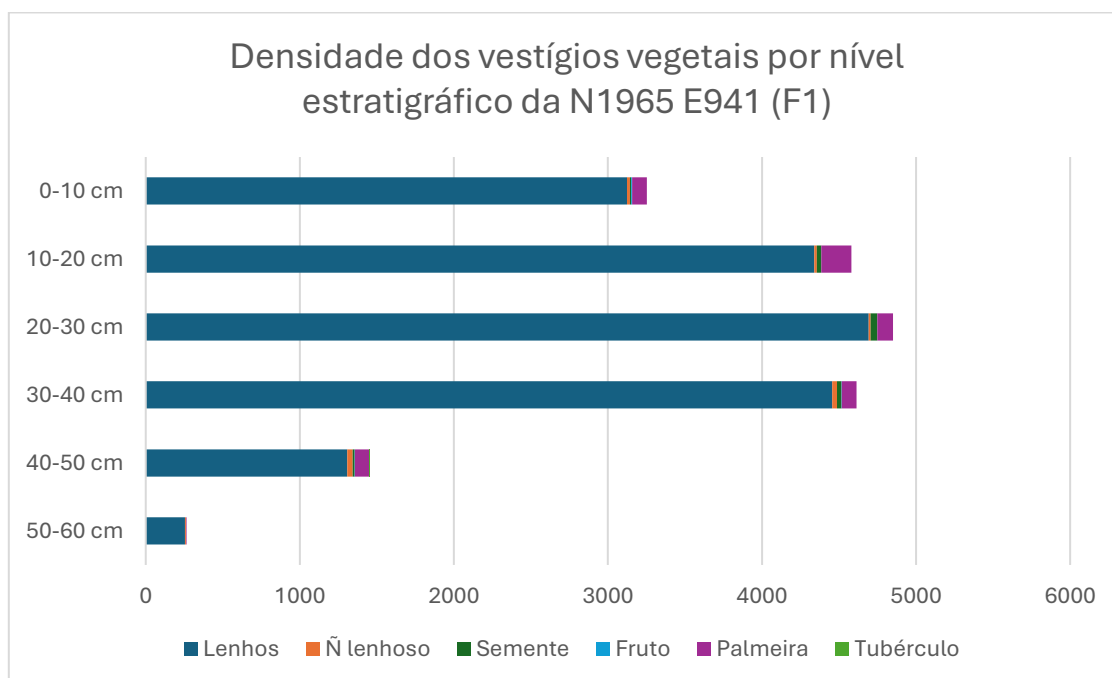


Gráfico 5 - Gráfico demonstrando a densidade vestígios arqueobotânicos identificados por nível estratigráfico da unidade N1964 E941 (F1). Imagem: Elaborado por Emanuella Oliveira.

O patauá foi identificado na F1 desde os primeiros centímetros da superfície até cerca de 50 cm de profundidade (ver quadro 2). Essa feição está fortemente associada às cerâmicas da tradição policroma amazônica, possivelmente vinculando-se ao setor das urnas, já que ocorrem nas mesmas profundidades (comunicação pessoal, Rafael Almeida). O setor das urnas, escavado até 60 cm, apresentou cerâmicas com pinturas refinadas, além da recuperação de um assador semi-inteiro de parede grossa. Assim como na unidade contígua (N1065 E941), também foram encontrados vestígios de caraipé, em



amostras de tamanho maior do que as observadas na pasta cerâmica (Níveis de 0-10 a 10-20cm). Uma hipótese é que esses fragmentos correspondam a restos de preparo para a confecção das cerâmicas, posteriormente descartados; outra possibilidade é que a madeira de caraipé tenha sido utilizada como combustível para a feição.

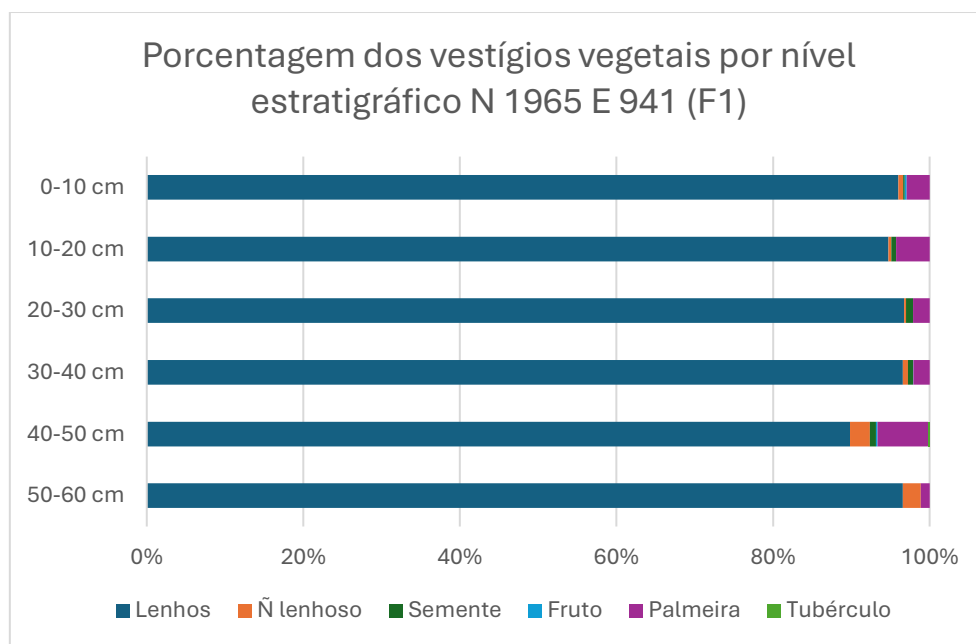


Gráfico 6 - Gráfico demonstrando a distribuição dos vestígios arqueobotânicos identificados por nível estratigráfico da F1. Imagem: Elaborado por Emanuella Oliveira.

Outros vestígios vegetais também foram registrados, como bráctea com fruto, pedúnculo (10–20 a 20–30 cm), plantas de crescimento primário, liana, haste, raiz e casca — incluindo casca de árvore — além de uma semente de carrapicho não carbonizada e mineralizada (20–30 a 40–50 cm). Segundo Caromano (2012), espécies como o carrapicho podem ser facilmente transportadas de forma involuntária por pesquisadores(as), aderindo a roupas e materiais, o que pode ocasionar contaminação nas unidades de escavação.

Entre as palmeiras da F1, foram identificados fragmentos de bacaba, açaí, patauí, babaçu/urucuri (*Attalea* sp.), pupunha (*Bactris* cf. *gasiapaes*) e buriti. Das sementes, reconhecemos castanha e piquiá, representadas sobretudo por seus tegumentos. Também foi registrado um tubérculo no nível estratigráfico de 40–50 cm. O patauí e a castanha



aparecem de 0–10 até 0-50 cm de profundidade, sendo as espécies mais abundantes na feição.

Quadro 2 - com os vestígios identificados a nível taxonômico. Imagem: Elaborado por Emanuella Oliveira.

Níveis	<i>O. bataua</i>	<i>O. bacaba</i>	<i>B. excelsa</i>	<i>C. villosum</i>	<i>Euterpe</i> sp	<i>Bactris</i> sp.	<i>Attalea</i> sp.	<i>Mauritia</i> sp.
0-10 cm	12	1	5	1				
10-20 cm	6	12	10	5				
20-30 cm	5	8	8		1			
30-40 cm	2	2	9		7			
40-50 cm	9		29	1			1	2
50-60 cm						1		

Observa-se que muitas das plantas que hoje compõem a paisagem de Tauary possivelmente já integravam o cotidiano das populações que ocuparam, em tempos pretéritos, o sítio arqueológico. Embora as feições sejam muitas vezes interpretadas como eventos pontuais, podendo denotar a importância de algumas espécies para fins específicos, pensando que esta feição carrega plantas exclusivas, os vestígios demonstram que várias espécies estavam presentes no espaço vivido de forma mais ampla, pois também foram encontradas fora das feições. É o caso de bacaba, açaí, buriti e castanha, identificadas na unidade contígua (N1065 E941) e que ainda ocorrem na paisagem da comunidade.

A vegetação circundante da área de escavação 3x1 é composta por árvores frutíferas como azeitona (*Syzygium* sp.), manga (*Mangifera indica*), marí (*Poraqueiba sericeia*), caju (*Anacardium occidentale*) e limão (*Citrus limon*), além de palmeiras como bacaba (*Oenocarpus bacaba*), açaí (*Euterpe oleraceae*) e buriti (*Mauritia flexuosa*). Esses espécimes estão localizados a menos de 50 m das unidades de escavação. A maioria dessas plantas — com exceção das palmeiras e do marí — é considerada exótica, introduzida na Amazônia durante os primeiros momentos da colonização, como o limão, a manga e a azeitona. Com o tempo, tornaram-se parte da paisagem, sendo hoje marcantes tanto nas comunidades quanto nas cidades. É comum encontrar pés de azeitona e manga nos quintais, cujos frutos são bastante apreciados por crianças e adultos. Ou seja, a paisagem está viva e em transformação. O apreço por essas espécies pode ser lido como valorização cultural da paisagem.



Um aspecto particularmente relevante são os vestígios de castanha. Nas entrevistas realizadas em maio de 2025, constatou-se que as castanheiras não são muito frequentes dentro da comunidade e nas áreas de uso, tal qual na mata, e não há na trilha ecológica. Alguns moradores afirmam que não existem castanhas; outros reconhecem a presença, mas em pequena quantidade, geralmente mais no interior da mata. Sabe-se que houve uma tentativa de plantio de castanhal em Tauary e que as castanheiras hoje existentes nas proximidades da comunidade foram introduzidas pelos próprios moradores (como nos quintais). Essa percepção de ausência pode estar ligada à escassez relativa da espécie localmente, especialmente quando comparada a outras áreas, como o terraço fluvial denominado Ponta da Castanha, localizado na FLONA-Tefé. Essa área abriga comunidades como Bom Jesus — estudada por Rafael Almeida Lopes e Mariana Franco Cassino em seus doutorados — e a Comunidade-Aldeia São Jorge, a cerca de 12 km de Tauary (aproximadamente 10 minutos de voadeira). Nessas localidades, o castanhal se estende ao longo de todo o terraço fluvial.

Em Bom Jesus, por exemplo, a população reconhece tanto castanheiras plantadas quanto outras já existentes antes de sua chegada, evidenciando práticas de manejo anteriores. Ali também se encontra a “mãe de todas”, uma castanheira monumental cuja circunferência exige o abraço de sete a oito pessoas. Estimativas realizadas em levantamentos de campo por Vitor Lery apontam idade aproximada de 500 anos, o que corresponde à ocupação mais recente da tradição policroma amazônica na região, até o século XVIII (Lopes *et al.*, 2024). A feição em Tauary relaciona-se a esse mesmo horizonte ocupacional, o que torna plausível pensar em uma paisagem compartilhada, em que as castanhas encontradas no sítio arqueológico refletem conexões entre diferentes áreas.

Considerando que a presença atual da castanha em Tauary é rara, pode-se supor que no passado fosse mais abundante. Essa hipótese é corroborada pela datação da castanha da camada IV da unidade N1065 E941, em cerca de 392 AP. Assim, o quadro sugere tanto um manejo histórico quanto a reintrodução contemporânea da espécie, agora incorporada aos quintais, conforme evidenciado nas entrevistas recentes.

Sintetizando este setor podemos interpretá-lo como de uso intenso voltado ao descarte doméstico e talvez atividades rituais, pensando a F1, conforme o infográfico



(figura 25) abaixo que nos traz uma visualização imagética da estratigrafia do setor Norte do sítio realizado por IA (conferir declaração de uso de IA no apêndice 4).



Figura 25 - Infográfico gerado por IA sintetizando a estratigrafia do setor norte do sítio através das unidades contíguas da 3x1. Fonte: Emanuella Oliveira, 2026. Elaborado por: ChatGPT em 15/05/2026.

2.3.2 Unidade de escavação 1x1 (N741 E820) setor Sul

A unidade da 1x1 foi a mais profunda do sítio, atingindo 1,50 m de profundidade, representada por sete camadas estratigráficas. Está localizada distante da área da 3x1 e do setor das urnas uns 300 metros (rever figura 5). Praticamente toda a unidade é composta por solos/sedimentos antrópicos, com exceção da camada I (10YR 5/3), onde foram identificados apenas lenhos, sementes, palmeiras e não lenhosos. Também foram observados pequenos seixos, concentrações mineralizadas em processo de formação de laterita, e radículas agregadas com areia (Oliveira, 2023).

A camada II apresenta minerais (quartzo, laterita) e rochas, algumas podendo ter sido utilizadas como abrasadores (Oliveira, 2023). Foram encontrados pequenos fragmentos cerâmicos e uma amostra de caraipé. Dentre os vegetais, lenhoso, ã lenhoso e palmeiras, também se identificaram hastes/estipes de plantas monocotiledôneas.



A camada III é a primeira com presença significativa de cerâmicas, incluindo fragmentos de paredes, bordas expandidas de lábio afilado e extrovertido, e base de vaso com alisamento interno e vestígios de fuligem, observadas durante a flotação (Oliveira, 2023). Rafael Almeida (2024) analisou as cerâmicas do sítio e para a primeira ocupação detectou a presença de cerâmicas globulares e restritivas indicando vasilhas voltadas para o preparo e serviço de líquidos. Essas cerâmicas são atribuídas à fase FLONA do sítio. As amostras de carvão são bem representadas nesta camada, assim como argilas em forma de bolotas pequenas e médias — pelo menos uma delas, pode ser interpretada como uma trempe (Oliveira, 2023). Entre os materiais não lenhosos, palmeiras e sementes, identificamos *Astrocaryum* sp., e *Bertholletia excelsa*.

A camada IV apresenta um número reduzido de amostras culturais, o que sugere uma camada de transição. Os vestígios vegetais lenhosos são de baixa densidade se comparada a camada anterior (III), sendo representada proporcionalmente por vestígios lenhosos. Nesta unidade, a camada de transição ocorre entre os níveis de 60 cm a 80 cm, também marcando a transição entre grupos mais antigos (fase FLONA) a mais recentes, relacionados à fase Tefé da tradição policroma amazônica (ver gráficos 7 e 8).

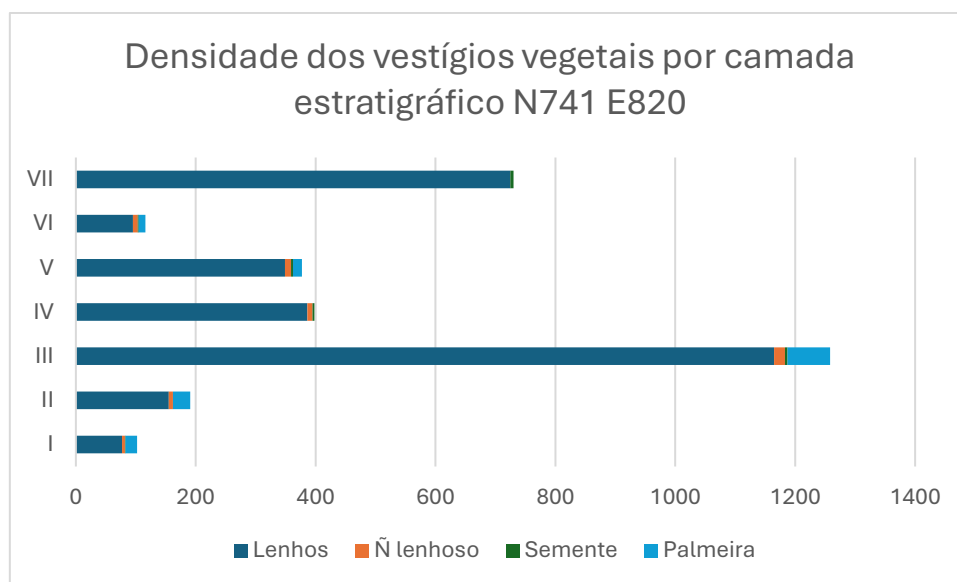


Gráfico 7 - Gráfico representando a densidade de Vestígios arqueobotânicos a partir de 10L de sedimento recuperados por camada arqueológica. Imagem: Elaborado por Emanuella Oliveira.



Há uma queda na densidade de vestígios na camada VI, antes de praticamente virar tudo lenha, na camada VII, ou seja, menos evidência de descarte residencial. Na camada V, fora os vestígios de palmeiras, sementes e ã lenhosos, há cascas, cuja origem ainda é incerta, mas algumas delas são de árvores (ver ANEXO 1 MT42). Apesar de representar a última ocupação humana antiga em Tauary, essa camada não apresentou grande variedade de espécies identificadas (castanha e palmeira), ao contrário da área escavada da 3x1. Esta camada foi datada de 840 AP (Lopes, 2024), relacionada a tradição policroma da Amazônia, lembrando que a data mais recente para essa ocupação é dos séculos XV e XVI (Belletti, 2015), ou seja, no contexto do início do contato com os invasores europeus.

As camadas VI e VII são as mais superficiais, compostas por terras pretas bem escuras (10YR 2/1 a 2/2), e não estão associadas diretamente a nenhum grupo cerâmico. Assim como na camada anterior a elas, há amostras de hastes/ estipes, além de cascas de árvores (MT 42), porém muitas dessas amostras não estão completamente carbonizadas, diferentemente da camada V. Na camada VII, algumas sementes também não foram totalmente queimadas, sendo uma delas semelhante a uma gramínea. Contudo, vale ressaltar que as amostras não carbonizadas não foram contabilizadas e analisadas, somente analisamos, identificamos e contabilizamos amostras totalmente carbonizadas. As amostras não carbonizadas mencionadas aqui, nos vale para dar um contexto geral dos vestígios, ou seja, como estes foram encontrados no registro arqueológico. Esta nota vale para a interpretação do sítio como um todo. Entre as amostras carbonizadas, destacam-se palmeiras e a castanha-da-Amazônia identificada na camada VI.

Estas amostras nos fazem refletir sobre a variabilidade intra-sítio. Esta unidade parece ter um uso diferente da 3x1, pois em todas as camadas temos uma diversidade menor nos vestígios identificados., talvez uma área de uso que não residencial, um espaço de horta, por exemplo.

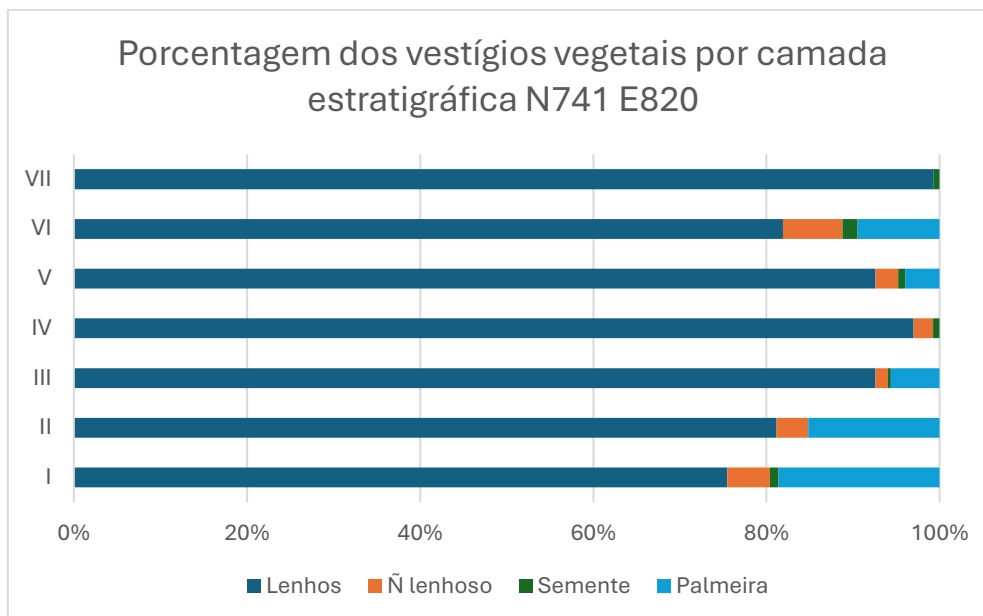


Gráfico 8 - Gráfico representando a distribuição das amostras arqueobotânicas a partir de 10L de sedimento recuperadas por camada arqueológica da unidade N741 E820. *Imagem:* Elaborado por Emanuella Oliveira.

A camada VII é composta quase que majoritariamente por lenhos. Os lenhos aqui podem representar uma área de abertura de roça por exemplo. A camada VI, por mais que não tenhamos vestígios de cerâmica, ainda assim pode indicar uma área de produção, e descarte de alimentos, mas menos usado, devido a densidade, pois evidenciamos, já citado, palmeiras e castanha. A camada IV é de 95% de lenho, isso é um bom indicativo de hiato na produção/descarte de comidas. Nos quadros abaixo (ver quadros 3 e 4) podemos ver a relação dos vestígios classificados como Morfotipo, ou seja, as amostras possíveis de serem identificados a um grau botânico.

Quadro 3 - com os vestígios identificados taxonomicamente por camada arqueológica unid. N743 E841 sítio Tauary. *Imagem:* Elaborado por Emanuella Oliveira.

	<i>B. excelsa</i>	<i>Astrocaryum</i> sp.
VII		
VI	1	
V		
IV		
III	2	2
II		
I		



Já nos níveis conseguimos ampliar nossa investigação a categoria de fruto, que não foi registrado nas amostras de sedimentos das camadas. Mais uma vez enfatizando a importância de mais de um tipo de método de coleta para a análise de vestígios arqueobotânicos.

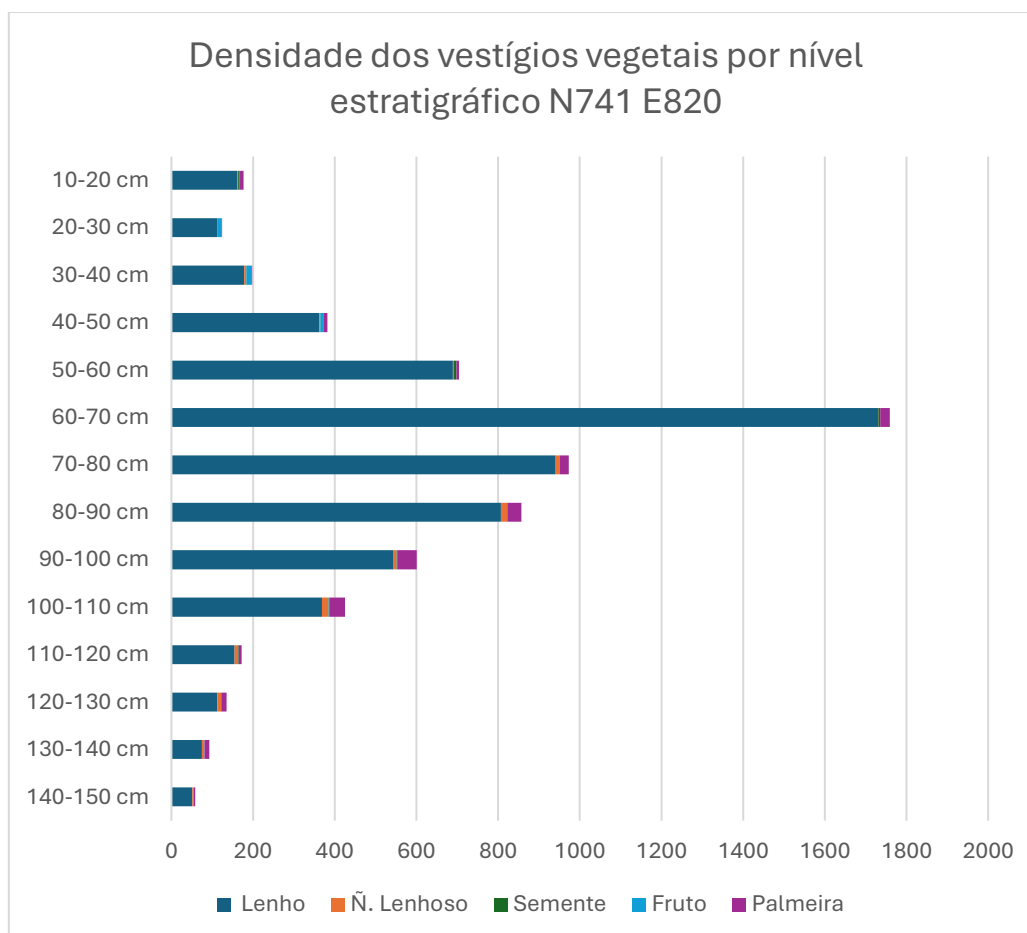


Gráfico 9 - Gráfico demonstrando a densidade dos vestígios arqueobotânicos identificados no sítio a partir de 10L de sedimento por nível estratigráfico. *Imagem:* Elaborado por Emanuella Oliveira.

Neste, é possível observar que temos uma atividade crescente do nível 110 ao nível 60cm. Podendo dizer que dos níveis 50-60cm a 80-90cm, a uma atividade bem mais expressiva com pico no nível 60-70cm. Vemos que assim como as amostras das camadas, os lenhos seguidos pelas palmeiras se sobressaem, estão presentes em mais abundância. Os frutos marcam presença dos níveis 10-20 a 40-50cm, novamente do 80-90cm a 100-110cm e depois no nível 130-140cm. As sementes se fazem presentes em quase todos os níveis, a exceção do 20-30cm e dos níveis de 130 a 150 cm.

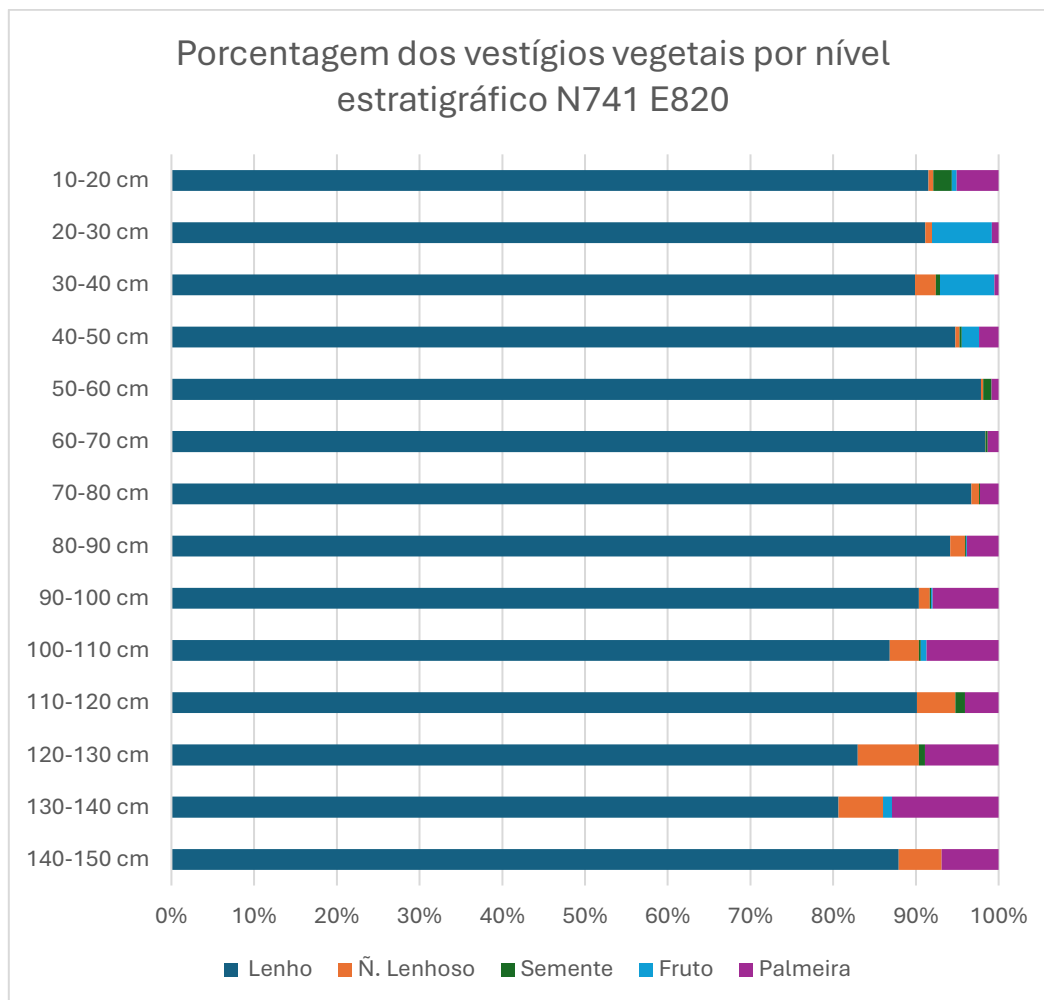


Gráfico 10 - Gráfico demonstrando a distribuição dos vestígios arqueobotânicos identificados no sítio a partir de 10L de sedimento por nível estratigráfico. Imagem: Elaborado por Emanuella Oliveira.

A análise conjunta dos gráficos de densidade e porcentagem evidencia que a ocupação registrada em N741 E820 variou entre momentos de uso intensivo e pontual de recursos vegetais. Enquanto os picos de densidade indicam eventos concentrados de deposição, os gráficos de porcentagem revelam momentos de maior diversidade, mesmo em baixa quantidade.

Das categorias de órgãos identificadas nesta unidade, para os níveis a categoria semente, foi possível identificar aos 20 cm de profundidade uma amostra de maracujá carbonizada. Das palmeiras podemos chegar ao grau botânico do buriti (*Mauritia* cf. *flexuosa*), patauá (*Oenocarpus* cf. *bataua*), tucumã (*Astroaryum* cf. *aculeatum*) e açai (*Euterpe* sp). Outras amostras estão apresentadas como casca de árvores, sementes e



somente cascas, por não conseguirmos chegar a uma definição mais precisa, também foram identificadas, as estruturas como pedúnculo, haste e liana. A seguir quadro com os vestígios identificados em táxons e em outros vestígios (quadros 4 e 5).

Quadro 4 - com os vestígios identificados taxonomicamente por nível estratigráfico. Imagem: Elaborado por Emanuella Oliveira.

Níveis	<i>B. excelsa</i>	<i>Passiflora</i> sp.	<i>O. bataua</i>	<i>Mauritia</i> sp.	<i>Euterpe</i> sp.	<i>A. aculeatum</i>
10-20 cm	1	1		1		
20-30 cm						
30-40 cm						
40-50 cm				1		
50-60 cm				4		
60-70 cm				11		
70-80 cm						
80-90 cm				1		
90-100 cm				1	1	
100-110 cm				1	1	5
110-120 cm				1		
120-130 cm			1			
130-140 cm						
140-150 cm						

Outros vestígios identificados

Quadro 5 - com os outros vestígios arqueobotânicos que não foram identificados a nível botânico. Imagem: Elaborado por Emanuella Oliveira.

Níveis	Penduculo	Haste	Liana	Cascas semente	Cascas
140-150 cm	0	0	0	0	14
130-140 cm	0	0	0	0	17
120-130 cm	0	0	0	0	16
110-120 cm	0	0	0	0	37
100-110 cm	1	1	4	0	71
90-100 cm	0	0	0	0	93
80-90 cm	0	0	6	0	44
70-80 cm	0	0	6	2	29
60-70 cm	0	0	0	0	16
50-60 cm	0	0	0	0	11
40-50 cm	0	0	3	0	8
30-40 cm	0	0	11	0	1
20-30 cm	0	0	9	0	11
10-20 cm	0	0	0	2	8



Resumidamente, esta unidade pode ser descrita como composta por solos antrópicos entre 0 a 70 cm de profundidade, variando de 10YR 2/1 a 3/2 na escala Munsell (camadas VII, VI e V), representando a fase Tefé da tradição policroma (camada V – 35 a 80cm), com destaque para os vestígios vegetais de palmeiras, maracujá e castanha-da-Amazônia. Abaixo, entre 80 – 120 cm de profundidade, há solos marrom de 10YR 3/2 a 4/2 (transição sem cerâmica – camada IV), associados à fase FLONA, representada na camada III (85 – 120cm) com amostras de buriti, açaí, patauá e tucumã (Oliveira, 2023).

Na área do entorno da escavação há árvores frutíferas plantadas como abacate (*Persea americana*), mari (*Poriqueiba sericeia*), abiu (*Pouteria caimito*), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*), goiaba (*Psidium sp.*), pés de mangueira (*Mangifera indica*), limão (*Citrus sp.*), caju (*Anacardium occidentale*), açaí (*Euterpe sp*) (Oliveira, 2023).

Das plantas percebidas na paisagem atual durante as escavações, notamos que o açaí, comunga com os dados arqueobotânicos. Esta unidade tem uma maior diversidade de amostras identificadas relacionada a fase FLONA, às cerâmicas mais antigas, diferentemente da unidade da 3x1, onde a maior diversidade está relacionada a ocupação TPA. Como dito anteriormente, esta unidade está distante da área da 3x1, em lados opostos, se encontrando na porção sul do sítio. A maior diversidade de espécies na fase Flona nessa unidade pode estar relacionado a tipos de atividades e especialidades.

Em visita nos quintais das pessoas entrevistadas, próximas a esta área de escavação, há castanhas plantadas, buriti (ainda sem dá os primeiros frutos), tucumã, pupunha, abacaxi (*Ananas sp.*), biribá (*Rollinia mucosa.*), pimentas (*Capsicum sp.*), tomate cereja (*Solanum lycopersicum*), cebolinha (*Allium sp.*), couve (*Brassica oleracea*) e plantas medicinais como capim santo (*Cymbopogon citratus*), além de pés de mandioca (*Manihot esculenta*), todas elas para uso pessoal. Vemos um enriquecimento da paisagem pelos habitantes de Tauary, diversificando sua área de moradia com plantas nativas e exóticas.

Vale um adendo aqui sobre o tucumã. Em entrevista foi dito que esta palmeira não tinha na comunidade quando esta começou a ser ocupada, ou pelo menos em número menor, e passou a ser inserido na paisagem a partir da chegada dos (as) moradores (as).



O tucumã é uma das espécies presentes no sítio desde a ocupação FLONA (2.335AP), o que faz sugerir a reintrodução desta espécie na paisagem atualmente.

Sintetizando os dados de forma imagética foi gerado um infográfico, podendo ser conferido na figura 26, a partir dos dados dissertação, nos dando uma melhor visualização da composição estratigráfica do setor Sul do sítio.



Figura 26 – infográfico gerado por IA sintetizando o setor Sul do sítio a partir da unidade 1x1. Fonte: Emanuella Oliveira, 2026. Elaborado por: ChatGPT em 13/05/2026.

2.3.3 Dados gerais: algumas considerações sobre o sítio

A análise integrada entre os dados arqueológicos e o levantamento florístico permitiu identificar 86 espécies vegetais. Entre elas, destacam-se as palmeiras *Oenocarpus bacaba*, *Euterpe precatoria* e *Oenocarpus bataua* (Oliveira, 2021), que também aparecem no registro arqueológico.

No entanto, outras espécies que não foram registradas nas parcelas florísticas, como o piquiá, a castanha-da-Amazônia, jatobá e outros, compõem os vestígios arqueobotânicos. Vemos, a partir do quadro abaixo (Quadro 6), que o buriti (*Mauritia flexuosa*), patauá (*Oenocarpus bataua*), castanha da Amazônia (*Bertholletia excelsa*) e



bacaba (*Oenorcarpus bacaba*) são mais frequentes, ocorrem nas duas áreas de escavação do sítio em quase todas as camadas estratigráficas com e sem ocupação humana. As palmeiras ganham destaque entre os vestígios identificados.

Quadro 6 - Ubiquidade de Morfotipos identificados a grau botânico por camada estratigráfica e de ocupação do sítio somando amostras coletadas em níveis de 10 cm com suas respectivas camadas.

MORFOTIPOS	ESTÉRIL	FLONA	TRANS	TPA	FEIÇÃO
<i>Hymenaea</i> sp.	0%	0%	0%	11%	0%
<i>M. felxuosa</i>	0%	33%	25%	44%	33%
<i>A. aculeatum</i>	0%	11%	0%	22%	0%
<i>Euterpe</i> sp.	0%	33%	0%	22%	33%
<i>O. bataua</i>	11%	22%	0%	33%	83%
<i>O. bacaba</i>	11%	22%	25%	22%	66%
<i>B. excelsa</i>	0%	22%	25%	33%	83%
<i>Byrsonima</i> sp	0%	0%	0%	11%	0%
<i>C. villosum</i>	0%	0%	0%	0%	50%
<i>Attalea</i> sp.	0%	0%	0%	0%	17%
<i>B. gasepaes</i>	0%	0%	0%	0%	17%

A plantas exclusivas a feição, como piquiá, pupunha e palmeira tipo babaçu/urucuri, vale ressaltar novamente que esta feição está relacionada a ocupação TPA do sítio, o que amplia o quadro de plantas para esta ocupação. O quadro de ubiquidade sugere uma continuidade no uso de recursos florestais ao longo do tempo, com introdução e manejo seletivo de frutíferas e plantas úteis, além de práticas associadas ao cotidiano doméstico da comunidade de Tauary. No infográfico abaixo (figura 27) podemos visualizar melhor a distribuição dessas plantas em seus contextos ocupacionais.



UBIQUIDADE DAS PLANTAS NOS DIFERENTES CONTEXTOS ARQUEOLÓGICOS DO SÍTIO TAUARY

Presença (●), Ausência (○) e Registro Exclusivo (★) por Camadas e Contextos

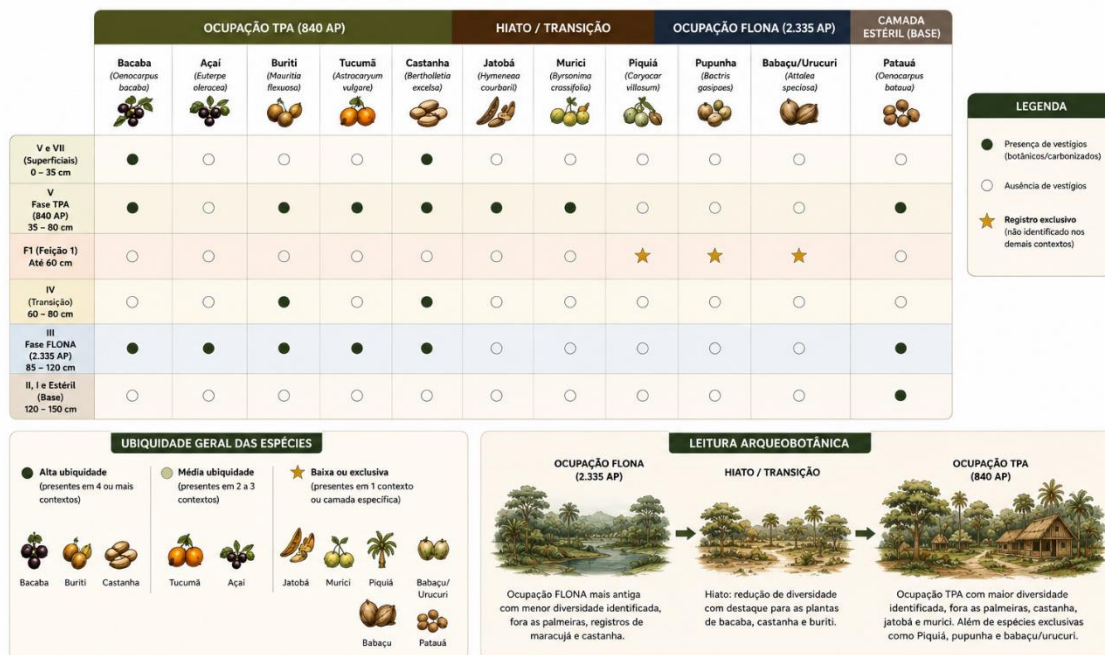


Figura 27 – Infográfico gerado por IA a partir do quadro de ubiquidade. Fonte: Emanuella Oliveira, 2026, elaborado por: ChatGPT em 13/05/2026.

Estas plantas não compõem o levantamento florístico feito na comunidade em 2018, mas não significa que não estejam presentes nela, tendo em vista que a pupunha (*B. gasipaes*), assim como piquiá (*C. villosum*), dito anteriormente, estão presentes nos quintais e sítios dos e das comunitárias, percebidas nas entrevistas em etapa de campo no período de maio de 2025. É normal que algumas espécies não sejam contempladas em determinado método ou atividade, sendo ampliada em outro momento de pesquisa como foi o caso. Ao todo conseguimos identificar 13 morfotipos arqueobotânicos no sítio podendo ser vista na prancha de Morfotipos do sítio (apêndice 1). No apêndice 2 deste trabalho, é possível ver o quadro com todos os morfotipos identificados no sítio arqueológico carbonizados e não carbonizados.

Mesmo diante da presença de espécies consideradas hiperdominantes na Amazônia — como evidenciado por Wellen Oliveira em seu TCC e Mariana Cassino através do mapeamento participativo (2021) —, essas plantas não formam grandes concentrações de açaizais, bacabais ou castanhais, formações geralmente associadas a



florestas antrópicas e a algum grau de domesticação (Oliveira, 2023b). Esse cenário contrasta com o da comunidade Bom Jesus, também localizada na FLONA-Tefê, onde, aparentemente, há maior evidência de manejo intensivo da paisagem na cobertura vegetal (Cassino, 2025).

A ausência de grandes concentrações vegetais não significa que as populações do passado (nem as atuais) não realizaram manejo da paisagem. Muitas das espécies identificadas nos vestígios arqueológicos ainda estão presentes na paisagem contemporânea de Tauary, seja pela continuidade do uso ou por reintrodução consciente.

Os dados obtidos nos convidam a refletir sobre como os espaços foram ocupados e modificados, deixando marcas que atravessam o tempo. Um primeiro ponto a considerar é o uso como cemitério que não requer um manejo contínuo da paisagem – as transformações poderiam estar mais relacionadas a limpeza do local para a deposição dos mortos, momento mais pontual (Oliveira, 2023b). Qualquer maior modificação estaria nas áreas de uso contínuo do sítio, nas áreas adjacentes, como nas unidades de escavação da 3x1 e 1x1, podendo ter tido vários usos (doméstico e de plantio?) - Outro fator é o longo intervalo entre ocupações, superior a 1.200 anos, entre os grupos que produziram cerâmicas das fases FLONA e TPA (Oliveira, 2023b).

As áreas de transição são caracterizadas por vestígios vegetais de castanha, patauá e buriti (rever quadro 7 ou figura 27), um provável legado das paisagens estabelecidas pelas populações antecessoras, representada pelas cerâmicas FLONA. Os vestígios vegetais desta ocupação no sítio são formados por castanha, açaí, bacaba, patauá, buriti e tucumã. Esta ocupação é a menos densa do sítio, pensando dados arqueobotânicos e identificação taxonômica, mas localmente, para o setor sul, ela se torna a mais densa. As vasilhas são globulares e com gargalo, utilizadas para líquidos e com bastante desgaste, apontadas como vasilhas de serviços.

O contexto da unidade 3x1 sugere uma possível área de descarte doméstico, com cerâmicas associadas a vasos e marcas de fuligem, sobretudo na feição, ao contrário do material cerâmico da unidade 1x1, que também apresenta características domésticas, porém, não de descarte (Lopes, 2024). Na área da unidade da 3x1 do sítio, temos a maior diversidade, seja a algum nível taxonômico, ou de outros vestígios, tendo números maior



de morfotipos na Feição 1 (buriti, babaçu/urucuri, piquiá, pupunha, tucumã, bacaba, castanha, açaí, semente de Euphorbiaceae e tubérculo), relacionado as ocupações das cerâmicas TPA. Esses dados podem nos ajudar a pensar o contexto das urnas funerárias. Karen Marinho (2022) estudou o setor urnas do sítio na sua dissertação e conclui que de modo geral as urnas Tauary tem semelhanças com as demais urnas de contexto TPA na Amazônia. Segundo Rafael Lopes, que estuda as cerâmicas TPA de Tauary, esses fragmentos remetem às urnas funerárias, com pinturas refinadas, tigelas e peças que aparentam ser grandes vasilhas, provavelmente utilizadas para armazenar líquidos o que reforça a hipótese de que essa feição possa estar relacionada aos ritos de enterramento (Oliveira, 2023b).

Mesmo os dados sendo imprecisos é importante destacar que as feições marcam momentos específicos de atuação de determinados grupos. Ainda não é possível definir com precisão o que representa essa feição — se uma área de descarte, de combustão ou mesmo um espaço ritualístico (podendo estar ligada a área cemiterial do sítio).

Além das cerâmicas, foram identificados vestígios de hastes, talos e tubérculos, e foi recuperado um assador, podendo estar associada a alimentos de raízes tuberosas, como o beiju, por exemplo. Isso sugere um possível contexto doméstico como área de produção de alimento. Também se considera a hipótese de que a área tenha sido limpa (aberta para a retirada da vegetação?) previamente, o que justificaria a presença de vestígios vegetais como sementes, frutos, cascas e demais partes de plantas, como lianas, bráctea, pedúnculo e plantas de crescimento primário.

Estudos etnobotânicos mostram que o uso das plantas pelas populações ribeirinhas da Amazônia envolve uma rede complexa de saberes e práticas. Como destacou Laure Emperaire (2021), ao abrir uma nova roça, uma família realiza transferências materiais e simbólicas, como matéria orgânica, benzimentos e mudas de plantas — incluindo feixes de hastes de mandioca ou manivas, filhos de bananeiras, de cana, sementes, mudas de palmeiras, de frutíferas e outras plantas.

Essa lógica de manejo da vegetação pode estar refletida nos vestígios arqueológicos. As palmeiras identificadas no sítio (como bacaba, açaí, pataúá e buriti)



oferecem bebidas ricas em nutrientes e são até hoje de grande importância econômica e cultural para as populações amazônicas.

Estudos realizados no município de Abaetetuba (PA) demonstram a variedade de usos da *Mauritia flexuosa* (buriti), incluindo objetos domésticos como peneiras, tipitis, abanadores, cordas e paneiros (Santos, 2012). Claude Lévi-Strauss (1963), ao discutir os indígenas Warrau da Guiana, destaca a centralidade das palmeiras em sua vida social, econômica e simbólica. Para ele, muitas espécies de palmeiras são semicultivadas, pois são preservadas nas clareiras e cuidadas como as plantas de cultivo.

Delas, aproveitam-se os frutos, principalmente para bebidas (como bacaba, açaí e patauá), coberturas de casa (como o babaçu), extração de óleos (usados como combustível, medicamento ou para misturar com urucu), produção de sal vegetal (obtido da decocção das folhas de buriti) e para cestarias (Lévi, 1963). Todas essas espécies foram identificadas no registro arqueológico do sítio estudado.

Essas observações nos levam a considerar hipóteses mais específicas sobre o uso do sítio por exemplo, Lévi-Strauss (1963) relata que *Oenocarpus bataua* é tradicionalmente utilizada para preparação de bebidas e papas. A associação com vasilhas de grande capacidade volumétrica reforça a ideia de que líquidos eram ali preparados, armazenados ou consumidos.

Combinando essas evidências com a presença do assador — geralmente vinculado à produção de beiju —, pode-se supor um cenário ritual: um momento funerário em que alimentos e bebidas eram preparados e partilhados, em associação direta ao enterramento das urnas. Após esse evento, os materiais seriam queimados dentro de uma cova, resultando na feição preservada que observamos hoje.

Trata-se de uma hipótese coerente, mas que exige confirmação por meio de análises complementares, como a investigação de microvestígios arqueobotânicos¹⁰ (amidos e fitólitos) nos sedimentos e nas superfícies internas das vasilhas. Esses vestígios podem indicar, de maneira indireta, quais plantas foram processadas ou consumidas. No entanto, uma evidência direta do consumo de vegetais só poderia ser obtida a partir da

¹⁰ Foram coletadas amostras de sedimentos para micro vestígios das unidades de escavação e das áreas adjacentes, mas não foi feita coleta de sedimento do interior das vasilhas.



análise de microvestígios em cálculos dentários de indivíduos sepultados — o que, no caso deste sítio, ainda não é possível, devido à ausência de amostras osteológicas significativas (Oliveira, 2023b).

Adicionalmente, cabe ressaltar que algumas espécies de plantas podem não produzir fitólitos, ou produzi-las em quantidade reduzida. Além disso, muitos dos formatos dos fitólitos não serem identificáveis a um grau botânico mais específico (Piperno, 2006), o que pode limitar as análises em determinados casos. Ainda assim, a combinação de dados cerâmicos, botânicos e contextuais permite construir hipóteses robustas sobre o modo de vida das populações que habitaram Tauary.

Outros cenários também são possíveis. A grande quantidade de vestígios lenhosos e não lenhosos — como sementes, frutos, talos, hastes, cascas e tubérculos — pode estar relacionada a um momento de limpeza da área, com supressão da vegetação e descarte do material orgânico. Essa limpeza não necessariamente indica um contexto doméstico, mas também não exclui essa possibilidade. Por ora, a hipótese de área de lixeira doméstica se mostra compatível com os dados disponíveis, especialmente se considerarmos a diversidade e a quantidade de resíduos encontrados.

Essas discussões reforçam o que Lévi-Strauss (1963) também destacou: ao abrir clareiras, os povos indígenas tradicionalmente preservavam palmeiras e árvores frutíferas, reconhecendo seu valor econômico e simbólico. Essa prática ancestral segue viva entre as populações ribeirinhas atuais, não só elas, que mantêm uma relação estreita com a floresta, articulando manejo, memória e identidade em sua relação cotidiana com o ambiente.

Os resultados obtidos em Tauary ampliam nosso entendimento sobre o comportamento das plantas do sítio e sobre as formas de ocupação e transformação da paisagem por populações antigas. Como enfatiza Emperaire, é fundamental compreendermos as condições de sucesso ecológico e social de sistemas de produção que atravessaram milênios (2020, p. 76). Penso que a arqueologia é uma ciência chave para tal compreensão.



CAPÍTULO 3 – A PAISAGEM VIVIDA: ENTREVISTAS, ATIVIDADES E A CONSTRUÇÃO DE NARRATIVAS COMUNITÁRIAS

Neste capítulo, discutiremos os resultados obtidos por meio das entrevistas realizadas com os(as) moradores(as) da comunidade de Tauary e das atividades participativas desenvolvidas no campo em maio de 2025. Essas ações buscaram aproximar os dados arqueobotânicos das percepções, memórias e saberes locais sobre a paisagem, possibilitando a construção de narrativas que articulam passado e presente.

3.1 Atividades comunitárias e socialização dos dados arqueobotânicos

Desde 2023, foram realizadas conversas preliminares, apresentação de projetos e devolutivas de resultados arqueológicos, incluindo banners com os dados arqueobotânicos que permanecem disponíveis para consulta na comunidade de Tauary. Esse histórico mostra que a comunidade já está familiarizada com trabalhos arqueológicos, facilitando a integração entre pesquisa e saberes locais, além de reforçar a importância da continuidade de atividades educativas e participativas na construção de narrativas comunitárias.

Como parte do retorno à comunidade, foram realizadas no ano de 2025, ações com os(as) moradores(as), nas quais foram apresentados os resultados das análises arqueobotânicas. Utilizamos imagens das amostras para ilustrar as espécies identificadas nas escavações. A partir desse material, construímos conversas abertas sobre as plantas, seus usos e significados, promovendo um intercâmbio de saberes entre a arqueologia e o conhecimento tradicional.

Essas ações permitiram a criação de conexões entre o passado revelado pelos vestígios arqueológicos e o presente vivido pelos(as) moradores(as). Algumas espécies identificadas no sítio arqueológico continuam sendo utilizadas na alimentação, na medicina tradicional, o que reforça a ideia de uma continuidade na ocupação e no manejo da paisagem.



A sobreposição das informações geradas nas atividades executadas com os dados arqueobotânicos — especialmente no que se refere às espécies de plantas cultivadas e manejadas — permitiu observar a continuidade de práticas de uso e transformação da paisagem ao longo do tempo. Assim, as ações contribuíram não apenas para o diagnóstico participativo, mas para a construção de narrativas que conectam o passado arqueológico ao presente vivido.

Além disso, os encontros comunitários estimularam reflexões sobre a importância de se reconhecer e valorizar a história vegetal do território como parte do patrimônio coletivo. A partir das conversas, surgiram ideias para o fortalecimento do turismo, como a inclusão de pontos interpretativos na trilha ecológica que contem histórias sobre as plantas e o uso ancestral do espaço, as plantas da comunidade como atrativo, paradas em algumas escavações arqueológicas para contar sobre os achados, e as atividades ocorridas durante as escavações, e um folder informativo que faça a intermediação entre arqueologia e turistas.

Abaixo segue as atividades desenvolvidas na comunidade durante o período de maio de 2025.

3.1.1 Metodologia e organização dos resultados

3.1.2 Apresentação sobre Patrimônio cultural e Arqueobotânica

A apresentação sobre Patrimônio Cultural e Arqueobotânica foi realizada no dia 08 de maio, segundo dia da chegada à comunidade, após a reunião inicial de apresentação do projeto CEP. Na noite anterior, apresentamos o projeto à comunidade e convidamos os moradores interessados, especialmente aqueles mais antigos, que pudessem compartilhar suas memórias sobre a paisagem e a abertura da trilha ecológica. A própria comunidade indicou os participantes mais adequados, garantindo que a atividade incorporasse diferentes experiências e conhecimentos locais.

A atividade do dia 08, a que se refere a esse subtópico, começou com uma dinâmica simples: cada participante foi convidado a expressar, em cartolina, o que



significava “patrimônio” para eles. Em seguida, o arqueólogo Cristian Ruan apresentou o conceito de patrimônio conforme a legislação nacional, e eu dei continuidade, abordando a arqueobotânica como patrimônio. Expliquei que a arqueobotânica evidencia plantas manejadas no passado e os saberes associados ao seu uso, conectando práticas antigas com os conhecimentos locais atuais.

A apresentação dos dados arqueobotânicos foi feita em PowerPoint, projetada na igreja da comunidade, escolhida por oferecer espaço adequado, já que a escola estava sem energia. Durante a exibição, os participantes foram estimulados a reconhecer frutas e sementes carbonizadas nas imagens. Apesar da dificuldade de identificação devido ao estado das amostras, surgiram comentários como “agora que a senhora explicou, eu conheço” e “nunca tinha visto dessa forma”. Essas interações permitiram discutir práticas atuais e passadas de manejo de resíduos e alimentos, incluindo a queima de restos de comida, estabelecendo paralelos com os vestígios arqueobotânicos encontrados no sítio.



Figura 28 - Devolutiva: Socialização dos dados arqueobotânicos com a comunidade de Tauary.

Também foram discutidos vestígios relacionados às roças e tubérculos. Os participantes compartilharam sobre o que plantavam, como abriam suas roças e como manejavam a produção. Essas informações foram relacionadas aos macrovestígios arqueobotânicos encontrados, como tubérculos, sugerindo continuidade no manejo agrícola ao longo do tempo. Dados cerâmicos, como assadores e vasilhas de grande



volume, reforçaram a interpretação de que plantas e frutos eram processados para consumo, conectando práticas passadas e presentes.

O interesse da comunidade foi evidente. Os participantes reconheceram que seus saberes tradicionais — sobre manejo de roças, produção de farinha e coleta de frutos — constituem patrimônio cultural e podem ser incorporados em roteiros de turismo de base comunitária. A palestra também permitiu discutir como o conhecimento local, aliado aos dados arqueobotânicos, contribui para compreender a história da paisagem e seu potencial turístico, aproximando passado e presente.

Vale destacar que essa atividade faz parte de um processo contínuo de interação com a comunidade como pode ser visto na figura abaixo (figura 29). As fotos da porção superior da figura foram do ano de 2025, durante apresentação sobre Arqueobotânica e patrimônio. Já as fotos inferiores são do ano de 2023, da esquerda para direita, ação conjunta de devolutiva de dados com Rafael Almeida e foto (a direita) apresentação do projeto de mestrado desta autora para ciência e aceite da comunidade.



Figura 29 - Devolutivas, apresentações de projetos e conversas com a comunidade Tauary nos anos de 2023 e 2025.



3.1.3 Linha do tempo

A linha do tempo é uma ferramenta participativa¹¹ indicada para que o grupo reflita sobre os marcos importantes relacionados a história do grupo ou do local proporcionando ao grupo refletir sobre atitudes positivas e negativas que podem ter influência no presente (IDSME, 2019). Utilizamos essa atividade afim de que os e as comunitárias pudessem criar uma memória coletiva de sua comunidade a partir dos eventos históricos e transformações da paisagem ocorrida ao longo do tempo.

Para a atividade, os participantes foram divididos em dois grupos. Definimos o período cronológico de 1980 a 2025, correspondente à criação da comunidade até o momento da atividade, e estendemos um barbante no chão para representar a linha do tempo. Cada grupo registrou, em papéis, os acontecimentos mais relevantes e posicionou suas memórias na década correspondente. Em seguida, cada grupo compartilhou suas lembranças, explicando por que cada marco era significativo e observando as mudanças ocorridas na paisagem da comunidade.



Figura 30 - Explicação, execução e resultados da atividade participativa "Linha do Tempo".

¹¹ As ferramentas possibilitam que a comunidade ou o grupo trace seu próprio diagnóstico, compartilhando experiências, visualizando seus problemas e analisando os seus conhecimentos, a fim de melhorar as suas habilidades de planejamento e ação. Apoiando, assim, a autodeterminação da comunidade e o estímulo a um desenvolvimento sustentável, especialmente nos arranjos locais (IDSME, 2019; p.16).



A atividade revelou que a fundação da comunidade ocorreu em 1987, inicialmente formada por quatro famílias à beira do igarapé, e atualmente abriga mais de 30 famílias às margens do lago Tefé. Entre os marcos históricos apontados, destacaram-se: a reforma da escola municipal Boa Esperança em 2012, considerada positiva; e a construção da escola municipal polo da FLONA-Tefé, iniciada em 2012, vista como negativa, pois não foi concluída.

Quanto à paisagem, a comunidade destacou o pé de jatobá plantado em 1995 pelos primeiros habitantes próximo à escola, lembrado como a primeira árvore plantada e símbolo da memória coletiva. Os participantes relataram que, ao longo do tempo, houve um aumento na quantidade de plantas frutíferas, resultado do manejo e da introdução de novas espécies pelos moradores, desde a data supracitada. O ano de 2005 também foi destaque como uma mudança na paisagem com a construção de casas mais modernas. A chegada de novos habitantes foi considerada ao mesmo tempo positiva e negativa: positiva por contribuir para a ampliação da comunidade e a diversificação da paisagem; negativa devido à necessidade de derrubar árvores existentes para abrir espaço para novas casas. Outro ponto negativo relacionado à expansão populacional foi a necessidade de avançar para dentro da mata para abrir roças, refletindo a pressão pelo uso do território.

Eventos naturais como as cheias e secas extremas de 2014-2015 e 2023-2024 também foram lembrados como marcos importantes, impactando a dinâmica da comunidade em intervalos de aproximadamente dez anos. Além disso, a chegada do motor de luz a diesel doado pela prefeitura no ano de 1994 transformou a vida comunitária, permitindo acesso à energia elétrica das 18h às 22h. Atualmente, algumas residências contam com placas solares (pela linha do tempo desde 2023) que proporcionam internet e armazenamento de alimentos, embora ainda haja limitações no acesso, sendo cobrada uma taxa para quem não possui sistema próprio para acessar a internet. A comunidade destacou o desejo de ampliar o acesso à energia de forma integral, garantindo benefícios iguais a todos.

A linha do tempo permitiu visualizar não apenas a evolução da comunidade em termos de infraestrutura e população, mas também como as práticas de manejo e ocupação do território influenciam a paisagem e as relações sociais. A atividade evidenciou a percepção comunitária sobre mudanças positivas e negativas, e fornece base para integrar



conhecimento local com dados arqueobotânicos e práticas de turismo de base comunitária, destacando a continuidade e transformação da paisagem ao longo do tempo.

Podemos visualizar a linha do tempo de forma imagética a partir do infográfico produzido por IA (figura 31). Essa ferramenta nos ajuda a dar um panorama geral das mudanças ao longo dos tempos na comunidade de Tauary. As imagens são meramente ilustrativas feitas com base nos dados da dissertação.



Figura 31- Linha do tempo gerada por IA a partir dos dados da dissertação. Fonte Emanuella Oliveira. Elaborado por ChatGPT em 15/05/2026.

3.1.4 Mapeamento participativo

O mapeamento participativo foi realizado com membros da comunidade com o objetivo de compreender como o território é percebido e utilizado atualmente, além de identificar áreas de interesse histórico, ecológico e turístico. A atividade foi conduzida em grupo: os participantes receberam uma cartolina e canetas coloridas para desenhar o território, representando as casas, os caminhos de circulação, áreas de uso, recursos naturais e pontos que consideravam importantes para a vida comunitária.

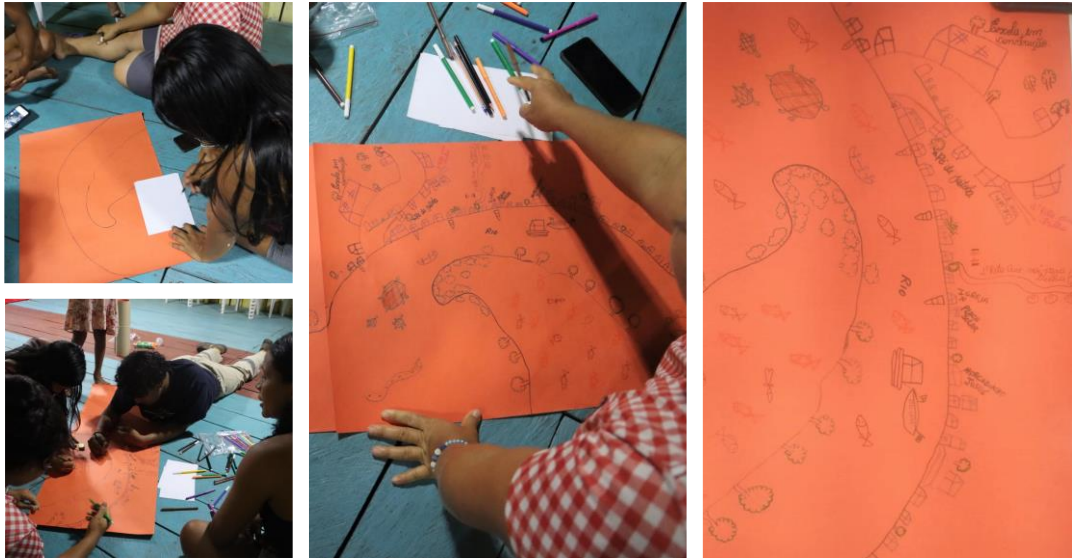


Figura 32 - Detalhe da produção do Mapeamento Participativo feito por integrantes da comunidade.

Durante o exercício, o grupo enfrentou dificuldade inicial para representar a forma da comunidade — descrita por eles como em “formato de U”. Nesse momento, utilizou-se o Google Earth para visualizar a comunidade de cima, o que foi fundamental para que compreendessem melhor a configuração espacial e se sentissem confiantes para desenhar o mapa.

O resultado foi um mapa detalhado, que representou as 33 casas/famílias e identificou com nome próprio elementos significativos, como escola, mercado, igreja, trilha ecológica e a futura casa de farinha comunitária (iniciativa da prefeitura, porém, ainda não finalizada, faltando o tacho para o forno). Foram destacados também os recursos naturais de relevância local, como o jatobá próximo à escola, plantas frutíferas, os quelônios e a diversidade de animais presentes no lago (peixes, jacarés, cobras). Elementos de infraestrutura, como a casa de energia (motor de luz) e placas solares das residências, também foram desenhados.

Após a finalização do mapa, foi realizada uma roda de conversa em que os e as participantes explicaram por que haviam representado cada elemento e discutiram o que poderia ser considerado atrativo turístico. Foram citadas as iniciativas já existentes, como a trilha ecológica e a soltura de quelônios, e levantadas novas possibilidades, como incluir a área de escavação arqueológica como ponto de parada durante os percursos, ou



organizar um passeio pela própria comunidade para apresentar as áreas de plantio, a casa de farinha e os produtos artesanais produzidos localmente.

Essa discussão mostrou que a comunidade valoriza tanto os elementos da paisagem “bruta” — a mata e seus recursos — quanto aqueles resultantes do manejo humano, como as áreas de frutíferas e roças. Essa distinção foi considerada importante pelos participantes, que ressaltaram que a paisagem da comunidade é diferente da trilha ecológica por ser “plantada”, ou seja, fruto do trabalho coletivo. A percepção da diferença entre essas duas paisagens é um ponto-chave para a construção de narrativas turísticas que ajudem o visitante a compreender a relação histórica da comunidade com o território e suas transformações.

Por fim, o mapeamento também revelou um interesse latente de moradores em participar de atividades turísticas, especialmente daqueles que não se sentem à vontade para atuar como guias na trilha ecológica, mas que consideram mais fácil apresentar a comunidade, suas histórias e seus produtos. Uma participante, mesmo sem frequentar a trilha, relatou saber nomear várias espécies de árvores, o que mostra o potencial de ampliar a participação de diferentes perfis de moradores nas atividades turísticas, tendo em vista que a função de guia tem sido feita mais por homens. Esse resultado aponta para a possibilidade de ampliar o protagonismo comunitário no turismo local e diversificar as experiências oferecidas aos visitantes.

O mapeamento participativo evidenciou que a comunidade possui uma leitura detalhada de seu território e reconhece os elementos que compõem sua identidade coletiva.

3.2 As entrevistas: perceber o território com os olhos de quem o vive

3.2.1 Metodologia e organização dos resultados

O campo foi realizado entre os dias 07 e 17 de maio de 2025. As entrevistas (ver apêndice 4 para o resumo das entrevistas) iniciaram-se no dia 09 e ocorreu até dia 15, alternando com as outras atividades previstas. As entrevistas foram gravadas com um gravador Sony portátil a pilha, mediante autorização de som e imagem. Das pessoas



entrevistadas, somente 2 participantes não concederam direito de imagem, porém foi unânime a aceitação de gravação de som para as entrevistas. O ideal das entrevistas é que ocorressem em um lugar onde as pessoas entrevistadas se sentissem mais à vontade, no nosso caso, geralmente ocorreu nas residências ou ao redor delas, como os quintais e frentes da casa, sempre a sombra, debaixo das árvores ou na varanda. Durante as entrevistas estive acompanhada do pesquisador Cristian Ruan do grupo de arqueologia do Mamirauá, alguns familiares como crianças, estavam presentes, sempre muito curiosas, aproximando-se querendo ouvir a conversa, mas sem comprometer os encontros. A aproximação foi saudável.

Durante o trabalho de campo, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com moradores(as) de diferentes faixas etárias, conduzidas de acordo com a disponibilidade de cada participante. Ao todo, foram formuladas 17 perguntas, abrangendo temas como: uso das plantas, transformações na paisagem, roça e seus cuidados, e turismo na comunidade com foco na trilha ecológica.

A seleção dos entrevistados foi feita por meio da técnica *snowball* (Maia, 2020): após apresentar o projeto CEP em reunião comunitária no dia 07 de maio de 2025, os próprios moradores indicaram pessoas que correspondiam ao perfil desejado — prioritariamente aqueles que residiam há mais tempo na comunidade e que participaram da abertura da trilha ecológica. Essa escolha buscou assegurar que os relatos permitissem entrelaçar a história local, a paisagem atual e os dados arqueobotânicos.

A duração das entrevistas variou entre máxima de 1 hora e mínima de 18 minutos. Foram entrevistadas 4 mulheres e 6 homens entre 32 e 68 anos conforme gráfico 11 e quadro 7 logo (ver gráfico 11 e quadro 7). A pessoa mais velha e mais nova a participar das entrevistas foram mulheres. Ninguém se negou a responder as perguntas feitas, a não ser, quando não sabiam dar a resposta, a exemplo das perguntas sobre a trilha ecológica, alguns, mesmo não tendo participado da abertura da trilha ou da iniciativa direta do turismo, arriscaram a responder até onde era confortável, sendo sinceros ao responder “não sei te responder” ou “isso eu já não sei te dizer”. De modo geral, as respostas à maioria das perguntas não ficaram em branco.



Como tínhamos interesse não só na paisagem da comunidade, mas qual composição vegetal tem a trilha ecológico, não nos detemos a entrevistar somente os mais antigos da comunidade, sendo eles, de modo geral, não saberem responder todas as perguntas por não participarem diretamente do turismo e da abertura da trilha. Por este motivo privilegiamos também pessoas que participaram desse processo, geralmente as pessoas de faixa etária dos 50 aos 30 anos.

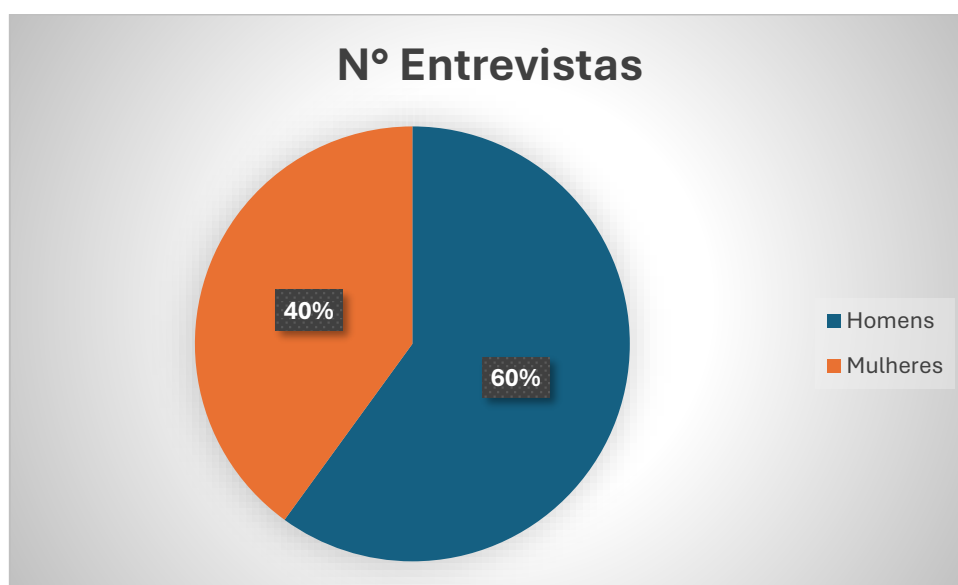


Gráfico 11 - Número de pessoas entrevistadas em relação ao gênero.

Quadro 7 - Relação entrevistas e idade.

Entrevistas	Idade
1	65
2	68
3	64
4	57
5	43
6	51
7	66
8	47
9	32
10	35

Os relatos revelaram uma relação profunda e afetiva com o território, muitas vezes permeada por memórias familiares e práticas ancestrais. Certas árvores, trilhas, áreas de



roçado e de caça foram identificadas como marcos da história comunitária. As entrevistas também evidenciaram uma leitura muito particular da paisagem, que vai além da geografia física e incorpora aspectos simbólicos, a exemplo do jatobá, lembrado como a primeira árvore plantada.

A percepção do turismo também foi abordada com cuidado. Em geral, os(as) moradores(as) demonstraram interesse pela atividade, desde que ela seja conduzida de maneira respeitosa e que traga benefícios reais para a comunidade. A trilha ecológica, por exemplo, foi citada como uma oportunidade para mostrar aos visitantes a riqueza do território, mas também como um espaço que deve ser cuidado e narrado com responsabilidade.

Para organizar os resultados, optou-se por agrupar os relatos em eixos temáticos que emergiram dos próprios depoimentos: (1) Paisagem, plantas e ambientes, (2) Turismo de base Comunitária e (3) As Roças e seus cuidados.

As entrevistas realizadas com os moradores de Tauary forneceram informações valiosas sobre a percepção, uso e manejo da paisagem comunitária. A análise revelou padrões consistentes, como o cuidado com plantas frutíferas no entorno das casas e a valorização de espécies nativas na trilha ecológica, mas também trouxe contribuições singulares, que merecem destaque. Por exemplo, as pessoas entrevistadas observaram que mostrar as roças aos visitantes é uma forma de ensinar como vivem e cuidam da terra. Trazer castanheiras e piquiais, plantas de difícil acesso na mata para o quintal é aumentar a diversidade de plantas nativas para perto de casa. Essas são percepções que ilustram o diálogo entre saberes tradicionais e dados arqueobotânicos, e demonstram como a comunidade constrói narrativas próprias sobre seu território, fortalecendo a integração entre o natural e o cultural.

3.2.2 Transformações da paisagem e fauna

Os relatos evidenciam que a frente da comunidade passou por profundas transformações desde sua formação. Antigamente, havia grande presença de árvores de jauari, que foram retiradas para facilitar o atracamento das embarcações. Atualmente, restam poucos exemplares próximos ao porto (barracão). Uma parte considerável da área



era coberta por capoeira, que foi sendo convertida em quintais e espaços de frutíferas conforme crescia o número de famílias.

Segundo um morador, “foi trocando de árvores de capoeira para árvore frutífera” (Entrevista 4). Outro lembrou que “a ponta de baixo era toda capoeira, a parte do meio era mata, e só depois da ponta de cima, começava a capoeira de novo, onde hoje tem uma casa de farinha” (Entrevista 9).



Figura 33 – Esquema do que seria as áreas de mata e capoeira no início da ocupação de Tauary. A ponta de baixo é comumente chamada de barracão, porto ou praia. No período de desova é nesta praia, na ponta de baixo, que os quelônios põem seus ovos. Imagem: print Google Earth, 2025.

A parte de baixo da comunidade, na área de capoeira, próximo a casa denominada barracão, ainda existente e ocupada na comunidade, tem um cemitério antigo, denominado “Cemitério dos Anjinhos”, atualmente tomada pelo mato. De acordo com um entrevistado essas áreas de capoeira existiam quando Tauary era uma localidade, e os primeiros habitantes abriam suas roças perto da beira do lago para facilitar o escoamento de produtos, como a farinha por exemplo (Entrevista 4). Essa descrição permite reconstituir a ocupação inicial, em que a proximidade com o rio era estratégica para o escoamento da produção. Hoje em dia as produções (roças) estão nas redondezas do igarapé Tauary e mais para dentro da mata, atrás da comunidade.



Os entrevistados destacam que a fauna era abundante nos primeiros anos: porcos-do-mato, pacas, veados, tatus e antas podiam ser caçados “sem sair da porta de casa” (Entrevista 1). Com o avanço do desmatamento, os animais se afastaram e hoje, segundo os moradores, “os bichos estão a mais de 2 km da mata” (Entrevista 1). O mesmo ocorreu com os peixes — o igapó que margeava a comunidade abrigava espécies como capitari, urucurana e titica, que atraíam os peixes (Entrevista 2). Eram comuns tucunarés, jaraquis, tambaquis, pacus, matrinxãs e pirarucus no rio (Entrevista 10). Hoje, a pesca é mais escassa e regulada, devido a área de reserva (Entrevista 10), e alguns moradores relatam esperar horas ou dias para conseguir capturar um ou dois peixes na malhadeira, ou um único pirarucu no lago (Entrevista 1).

Houve a derrubada e queima da vegetação primária devido ao aumento da população. A "mata bruta" (“virgem¹²”) foi substituída por "capoeira" (vegetação secundária) ou "chavascal" (mata alagada/encharcada), tornando difícil encontrar terras secas para plantar sem ter que andar horas (Entrevista 1). Também houve a perda de frutas nativas importantes para animais e humanos, como biorana, uixirana, curubé, seringa, e cajurana, perdidas devido às queimadas (Entrevista 2).

As entrevistas também revelaram singularidades, um entrevistador (Entrevista 2) foi o único a relatar que devido aos desmatamento e queimadas, especialmente nas matas ciliares, tem levado ao assoreamento do rio. O rio, antes profundo, está cada vez mais raso, com a acumulação de sedimentos. Esses relatos podem ser visualizados no infográfico demonstrando como foi essa transformação a partir da chegada dos moradores a Tauary. (figura 34) gerada pela Inteligência Artificial (IA).

¹² Mata virgem é constantemente falada nas entrevistas ao se referir a mata bruta, geralmente como reforço: “na trilha é mata bruta, virgem mesmo”. Este termo, por mais que não se aplique ao entendimento desta pesquisa que enxerga a floresta como cultural, modificada pelas populações humanas será usado ao longo do texto por ser uma palavra entendida e usada pela comunidade, e por esse motivo não modificada sendo respeitada nesta escrita.



Figura 34 - Reconstituição da paisagem de Tauary a partir da chegada dos habitantes na década de 80. Fonte: Emanuella Oliveira, 2026. Elaborado por IA NotebookLM em 10/05/ 2026.

Há falas como apontada por uma entrevistada em que diz “frutas como manga e cupu que antes eram boas saem agora das árvores estragadas ou com bicho dentro” (Entrevista 3) essa observação individual foi contextualizada pela entrevistadora como sendo um fenômeno que ela não consegue explicar, e que não se restringe ao seu quintal, está em toda comunidade. Ainda relata a escassez de azeitona e jambo, que deveriam ser constantes na época (as atividades foram realizadas no mês de maio), enquanto em outras comunidades ainda há abundância. Essas falas fazem a gente pensar no impacto que as frutas e plantas locais estão sofrendo por algum motivo, podendo se supor a falta de manejo e/ou mudanças climáticas, por exemplo, já que a região vem sofrendo com as secas e cheias desproporcionais.

3.2.2.1 Quintais e Diversidade de Plantas

Nos primeiros anos de ocupação, havia poucas frutíferas: “era um açaí por ali, uma bacaba por lá” (Entrevista 4), lembram os (as) moradores (as). Com a expansão da comunidade, aumentou a variedade de espécies nos quintais. Atualmente, são cultivados mangas, abius, carambolas, abacates, cupuaçus, piquiás, tucumãs, rabutãs, jabuticabas e outras.



As práticas de troca de mudas e sementes entre vizinhos e com outras comunidades são comuns, e muitas vezes mediadas pelas mulheres, responsáveis pelo cuidado dos quintais. Uma entrevistada (Entrevista 5) contou ter ganhado uma muda de manga “pocotó”, vinda de Minas Gerais, como presente da sogra. Ainda pensando no aumento da diversidade de plantas e como elas chegam, a mãe de uma entrevistada (Entrevista 6), comprou uma planta que era desconhecida por elas, mas curiosas pelo tipo de fruta que a planta podia dar, trouxeram para comunidade um pé de murici. Essa espécie em específico não havia na comunidade atualmente, e durante a apresentação sobre arqueobotânica, foi apresentada uma semente desta planta encontrada no registro arqueológico. Até então, era uma planta desconhecida, que agora faz parte dos quintais, aumentando o repertório de plantas reintroduzidas na comunidade.

Além de frutíferas, há grande presença de plantas medicinais e ornamentais. Entre as medicinais, destacam-se o alho, a alfavaca, o boldo, a mangarataia, o capim-santo, o pinhão roxo (entrevistas 3 e 5), a amora (dita como o “chá da mulher” (Entrevista 6)) e a graviola (usada “para rins, combate ao câncer, aumenta imunidade” (Entrevista 6)) e o panquelé, indicado para o estômago. Coirama, chicória, que serve tanto como alimentícia como medicinal, indicado para “quando a comida faz mal” (Entrevista 6), hortelã e hortelãzinha também servindo para o estômago. Essas últimas foram citadas por uma entrevistadora sendo plantadas por ela e a sogra que traz várias plantas de Tefé (Entrevista 6).

O cuidado com os quintais foi percebido por todas as pessoas entrevistadas, independentes de gênero. As plantas carregam um grande significado sendo tida como “As plantas são que nem água, sem água você não vive” (Entrevista 3), “As plantas é tudo na vida de uma pessoa. É tão bom plantar. Ter uma fruta para comer. Pra dar pros vizinhos” (Entrevista 2). Dentre outras falas como: “A vida sem plantas seria sem graça”, pois a vida seria menos útil principalmente para quem vive no interior, salienta um entrevistado (Entrevista 2). Porque ela é “fonte de renda e alimento” (Entrevista 2), como as frutas de açaí, buriti e piquiá, servindo para refeições diárias e até eventos comunitários, para a “medicina como a andiroba” (Entrevista 2), rica por suas propriedades, para culinária e pesca, a exemplo do louro, uma espécie de planta que apesar de “fedorento” para alguns, o peixe gosta de comer, e fica mais saborosos após



comê-los, relata um entrevistado (Entrevista 2). “As plantas são bom para a caça, piquiá e tucumã, atraí cutia, além das plantas servirem para artesanato, a exemplos das sementes das palmeiras de bacaba, açaí e patauá”, complementa o entrevistado (Entrevista 2). Uma fala interessante de uma entrevistada foi sobre as plantas medicinais, no qual nos diz, que a medicina de antigamente eram as plantas medicinal então ela cultiva para “não se perder. Tem de continuar ainda no ritmo” (Entrevista 6). Muitos relatam que como é difícil ir até a cidade para se tratar “é sempre bom ter um remédio em casa, no quintal para curar dor de estômago” (Entrevista 6), por exemplo.

3.2.2.2 Paisagens Locais e Manejo

Os moradores reconhecem diferentes ecossistemas em Tauary, como o chavascal (área pantanosa de água preta) e o chupadouro (terreno salgado e lamacento, próximo ao igarapé), lugar preferido para antas segundo relatou um morador. São nesses “loais que prosperam buriti, patauá e açaí” (Entrevista 7), plantas que preferem áreas úmidas. As espécies de açaí e patauá, segundo um entrevistado, são poucas na trilha ecológica devido ao consumo de sementes por queixadas e catitus, que as mastigam por completo (Entrevista 7). A trilha está numa área de terra firme, escolhida justamente por não ter áreas alagadas.

As entrevistas também revelaram iniciativas de manejo e experimentação: tentativas de plantar cacau na comunidade dito por alguns entrevistados é bastante difícil. A dificuldade relatada por eles talvez devesse ao tipo de solo muito arenoso em Tauary, necessitando de um solo mais argiloso para o plantio de cacau. Um morador (Entrevista 7) está desafiando o plantio de um pé de cacau em seu quintal, que por enquanto está vingando. Já o cupuaçu é abundante na comunidade. Na fala de uma entrevista um morador relatou que “o uxi não nasce em Tauary” (Entrevista 2), exceto por plantas trazidas de outras comunidades. Houve a tentativa de plantios de seringal e castanhal que não prosperaram por causa de pragas, no caso de seringal, e até criações de pequenos animais (bois, galinhas, perus) no início da habitação de Tauary (na área de baixo da comunidade, entre a parte detrás do barracão, até a escola). Essas experiências ajudam a entender como a comunidade continua transformando a paisagem, adaptando-se às necessidades de sustento. A criação de animais durou até meados da metade dos anos 90, segundo relatou uma entrevistadora.



As áreas de chavascal e chupadouro é bom para caças, o lago, rio e igarapés tem maior opção de peixes, principalmente nos igapós. A área de terra firme é usada para roças, assim como a beira do igarapé Tauary. Essas são áreas de uso da comunidade, exploradas para fins comercial (alimentício) e autossustentação (alimentação familiar e construção).

3.2.3 Turismo de Base Comunitária e Trilha ecológica

O projeto de Turismo de Base Comunitária (TBC) surgiu como uma iniciativa conjunta, desenvolvida pela própria comunidade em parceria com instituições apoiadoras. O objetivo foi elaborar uma proposta que unisse preservação ambiental e geração de renda, submetida posteriormente ao Edital Floresta em Pé do Fundo Amazônia Social (FAS). Como destacam Bursztyn e Bartholo (2012), o TBC busca justamente articular sustentabilidade ambiental, autonomia econômica e valorização das identidades locais, em contraposição aos modelos convencionais de turismo.

As falas, de uma moradora da comunidade, expressam a principal motivação para a criação da trilha ecológica em Tauary.

“Na verdade, da nossa parte, o que motivou mesmo foi a questão da preservação, né? Porque aqui, próximo da comunidade, a gente não tinha mais uma área de mata virgem. Então a gente viu que precisava fazer alguma coisa, senão ia ficar totalmente sem mata, porque só tinha capoeira, capoeira, capoeira. Trazendo a trilha, trazendo o turismo, a gente poderia deixar um espaço grande para conservar essa parte da mata virgem “. (Entrevista 3)

(...)

“Porque na trilha, o certo é a pessoa não poder caçar, não poder matar, não poder desmatar, não poder serrar, nada disso. Então isso foi uma das intenções da gente também” (Entrevista 3).

Além da conservação da mata, o turismo foi visto como uma alternativa econômica complementar, capaz de gerar retorno financeiro às famílias envolvidas. O subsídio da FAZ, adquirido através do edital Floresta em pé, possibilitou a compra de materiais e equipamentos — botas, camisas, bonés, lancha, rádios —, além de melhorias na infraestrutura da trilha, como pontes, corrimãos e placas informativas, de acordo com o relatado em entrevista. Essa ação beneficiou seis comunidades participantes do TBC:



cinco localizadas dentro da Floresta Nacional de Tefé (comunidades ribeirinhas de Bom Jesus, Ipapucu, São Francisco do Bauana, Arraia e Bacuri) e uma no entorno, a comunidade de Tauary. Irving (2009) observa que iniciativas dessa natureza ganham força quando há envolvimento comunitário e apoio institucional, pois, fortalecem a governança local e o sentimento de pertencimento ao território.

Cada comunidade desenvolveu um atrativo próprio, que inclui trilhas ecológicas interpretativas, festejos, praias, soltura de quelônios e trilhas em igapós (realizadas de rabeta ou canoa). Houve também parceria com o SEBRAE, responsável pela oferta de cursos de capacitação, como culinária, recepção de turistas e condução de trilhas, voltados à qualificação das pessoas para as novas atividades de turismo. Essas parcerias funcionam como instrumentos de empoderamento comunitário e valorização de identidades locais (Lima, 1988, Funari, 2003). Uma entrevistada relatou, que seria interessante uma nova formação de capacitação para novos interessados, que demonstraram interesse logo após a soltura de quelônios, atividades de turismo realizado pela comunidade no primeiro semestre de 2025. Esse apontamento demonstra uma necessidade percebida direto por quem participa das atividades de turismo, e acende um alerta para a manutenção de tipos de iniciativas como essas, que podem ser procuradas pela própria comunidade. Uma comunidade integrada e engajada pode se tornar protagonista das melhorias de sua comunidade, quando busca acessar o poder público e parcerias privadas. Cabe ressaltar aqui o papel do poder público de viabilizar capacitações, políticas públicas e linha de crédito para assegurar o desenvolvimento das atividades.

Algumas literaturas trazem a dificuldade de manter o turismo pela falta de engajamento da comunidade que só consegue se manter mais ativa com iniciativas externas. Em relação a isso há uma fala de um morador que diz que o turismo só existiu e só vai para frente com iniciativa de fora porque os de dentro não consegue levar pra frente. É comum a presença de agentes externos, isso se dá pela falta de conhecimento das populações sobre o turismo, sua atuação e gestão, necessitando de instruções e formações. Sobre isso, a literatura aborda que é comum o engajamento das comunidades caírem quando da saída dos agentes externos que deram uma ajuda inicial no projeto (Mielke, Pegas, 2013 *apud* Barghimini *et al.*, 2020). Contudo, Ivirng (2009) aponta que sem a motivação endógena, dificilmente o TBC atendera as demandas de



desenvolvimento local e o protagonismo social. Mielke e Pegas (2013) afirmam que a fragilidade na governança interna das comunidades e o baixo acesso ao mercado, são fatores principais para a insustentabilidade das iniciativas (*apud* Braghini *et al.*, 2020). A falta de liderança gera a má informação e consequentemente a desconfiança das pessoas locais gerando conflitos entre os grupos.

Foi citado uma relação de conflito entre as pessoas envolvidas no turismo. Isso também ascende o que a literatura traz sobre comunidade (Blackstock, 2005, Ivirng, 2009 *apud* Braghini *et al.*, 2020), muitas vezes vistas como homogênea e com os mesmos interesses, mas é bom refletir de forma mais local, mais específica, ou seja, para as relações internas e heterogeneidade, isso é visto quando das tomadas de decisões locais que percebemos as diferenças entre os grupos, nesse sentido, é importante ver aquilo que é de bem comum, essencial para projetos de base comunitária (Irving, 2009).

Nas entrevistas feitas as pessoas não se opunham ao turismo, foi percebido que é uma atividade vista de bom grado pela comunidade, aparentemente, de bem comum a todos. É uma atividade aceita, que se tem a vontade de que seja prospera e que traga benefícios reais a comunidade. Alguns momentos foram percebidos falas inseguras, pois é uma atividade de altos e baixos, o que gera uma desconfiança, mas quando bem-sucedida, como houve recente com a soltura de quelônios, gera uma empolgação e esperasse que seja assim sempre. Lidar com esses altos e baixos gera um ânimo e desânimo, o que é comum, mas saber acolher esse sentimento é que vai assegurar um bom desenvolvimento das atividades que virão. De modo geral, a estabilidade do TBC é de longo prazo envolvendo a complexidade da realidade local das populações tradicionais (Braghinini *et al.*, 2020).

Trabalhos na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã (RDSA), no médio rio Solimões, específico no lago Amanã, os autores concluem que as comunidades envolvidas, querem o turismo e veem como renda extra, mas ainda não compreendem bem o que é o turismo, como funciona, e como serão a distribuição dos recursos, o que gera desconfiança (Coelho *et al.*, 2022). Penso ocorrer algo semelhante em Tauary.

Em Tauary, o TBC teve início em 2018, com a implantação da trilha ecológica e, posteriormente, a incorporação da soltura de quelônios, uma ação de preservação



considerada bem-sucedida. Como relatam os moradores: “é bom pra comunidade. A comunidade fica bem vista. Pega fama” (Entrevista 4). A atividade tornou-se motivo de orgulho local e um dos principais atrativos turísticos. O porto da comunidade, próximo ao barracão, forma uma praia durante o verão, conhecida como “berço” (Entrevista 2), pois é ali que os tracajás retornam todos os anos para desovar. Os ovos são monitorados e, após a eclosão, os filhotes permanecem cerca de três meses em tanques antes de serem soltos no lago. Cada animal é identificado pelos três furos no casco, marca da comunidade de Tauary. Essas práticas de manejo comunitário representam formas de cuidar e produzir o território, reforçando o vínculo simbólico e afetivo com o ambiente.

A trilha foi aberta a partir de um antigo caminho de uso comunitário, localizado em área de terra firme e “mata virgem” (Entrevista 4). Este era o caminho mais “fácil” segundo um entrevistado, pois as outras áreas eram de chavascal (terreno difícil de caminhar por ser alagadiço) (entrevista 4). O grupo envolvido no turismo pediu autorização ao morador que havia aberto o caminho, realizou a limpeza e o alargamento da trilha. A escolha do local também levou em conta a presença de árvores de grande porte e fauna diversificada, que pudessem ser mostradas aos visitantes. Segundo relato de um entrevistado a trilha “... foi coisa feita por Deus. Ela ficou numa parte de mata virgem que não presta para a agricultura. Então ninguém consegue roçar onde é a trilha, porque se roçar é tempo perdido, não dá nada”. (Entrevista 4) Posteriormente, houve a necessidade de expandir o percurso até o igarapé, criando um atrativo dentro da trilha. Essa necessidade veio com o intuito de aumentar o tamanho da trilha que hoje em dia tem mais ou menos 3km de percurso de acordo com o relatado em entrevista (Entrevista 1).

Atualmente, o trajeto atravessa áreas de capoeira e “mata virgem”, predominando esta última, segundo os (as) entrevistados (as). Ao longo do caminho, é possível identificar espécies como tauari (que dá nome à comunidade), angelim, abiorana, cedro, abacatirana, louro, mata-mata (matamatá), entre outras. Este último, bastante presente na trilha, percebida durante um passeio guiado no ano de 2023 com um dos entrevistados (Entrevista 9). Algumas destas espécies são utilizadas na construção de casas e canoas, enquanto outras possuem fins medicinais, como o breu-branco, andiroba e copaíba como relatado em entrevista (Entrevista 3) (ver quadro 8 com a relação de plantas e seus usos). Como propõe Ingold (2011), caminhar é uma forma de conhecimento, e as trilhas



expressam modos de habitar e compreender o mundo, ligando corpos, histórias e paisagens.



Figura 35 - Passeio guiado na trilha ecológica de Tauary com um dos entrevistados, exímio conhecedor de plantas, mostrando o fruto do matamatá. Notar vários frutos ao chão. Esta espécie é recorrente em vários pontos da trilha, principalmente no seu início e meio.

As narrativas dos moradores demonstram que o turismo não é percebido como uma atividade externa ou invasiva, mas como um meio de reafirmar o pertencimento e o cuidado com o território. “A gente está acostumada a abraçar projetos. O turismo foi mais um projeto” (Entrevista 4), outra fala empolgada diz que “A comunidade pega fama” (Entrevista 2) ao se referir a ações de preservação de fauna utilizado como atrativo turístico. Na fala de uma entrevistada é ressaltada a importância das plantas medicinais, pois elas despertam curiosidade nos visitantes em querer saber seus usos, e conclui que uma trilha diversa é tida como “rica” e atrai mais pessoas (Entrevista 3). A trilha, ao mesmo tempo em que pode conectar visitantes à floresta, reforça laços de memória,



identidade e manejo tradicional. Nessa perspectiva, o TBC em Tauary se consolida não apenas como prática econômica, mas como forma de patrimonialização comunitária, em que o valor do ambiente é produzido por meio das relações e saberes locais.

3.2.4 Roça e seus cuidados

Abrir uma roça é considerado um trabalho pesado e que exige experiência. A primeira etapa envolve a limpeza da área, com a derrubada e a capina do mato, seguida pela queima. Essa fase é especialmente delicada: se o fogo não for controlado, pode se alastrar e comprometer áreas vizinhas, exigindo o uso de técnicas de contenção como “bater o fogo” (Entrevista 6) ou recorrer à água quando há igarapés próximos. Por isso, a presença constante no local é fundamental durante a queima.

Atualmente, o uso do “motosserra” tem facilitado o processo, mas quando a abertura era feita apenas com o “facão”, o trabalho era muito mais “penoso” (entrevistas 4 e 9), geralmente contando com o apoio de toda a família. A ajuda mútua — entre familiares, vizinhos e amigos — continua sendo uma prática importante tanto na abertura, quanto na colheita e no beneficiamento dos produtos.

As roças são cultivadas principalmente para o consumo familiar e para gerar renda. A mandioca e a macaxeira são as principais culturas, destinadas à produção de farinha — esta, sobretudo, voltada à venda. Em algumas áreas, cultiva-se também cará, inhame e batata; em outras, feijão, hortaliças como couve e cheiro-verde, e pés de pimenta. O excedente de cará e inhame costuma ser vendido, e ao redor das roças é comum o plantio de frutíferas, como banana, tanto para o consumo quanto para comercialização (Entrevista 5).

Uma área cedida para a construção de uma casa de farinha comunitária, fruto de um projeto com apoio da FAS, é um bom exemplo de manejo integrado: ao redor dela crescem pés de cupuí, manga e diversas palmeiras, podendo ser observado na figura 36, logo abaixo do texto.



Figura 36 - Casa de farinha comunitária construída pelo Edital Floresta em Pé da Fundação Amazônia - FAS no igarapé Tauary. Ao redor pés de cupuçu, manga e palmeiras tipo açaí e bacaba.

Essa lógica se diferencia da dos sítios — áreas que ficam entre os quintais e as matas — onde há maior diversidade de espécies cultivadas, incluindo piquiá, abacaxi, cupuaçu, abacate, tucumã, bacaba, açaí, andiroba, hortaliças e medicinais.



Figura 37 - Registros das áreas de sítios de algumas das pessoas entrevistadas em Tauary.



Segundo os moradores, algumas árvores são preservadas durante a derrubada para abrir uma roça, por atraírem caça ou oferecerem recursos úteis. O piquiá e o tucumã, por exemplo, são frequentemente poupados pela importância alimentar. Outras plantas, como palmeiras resistentes ao fogo, costumam sobreviver às queimadas iniciais. Essas escolhas mostram uma racionalidade ecológica que não é aleatória: ela se baseia em uma leitura fina da floresta e do solo, em uma relação de reciprocidade com o ambiente.

Esse tipo de manejo, que articula uso e conservação, foi descrito por Lima e Pozzobon (2002) como parte de uma sustentabilidade sociocultural amazônica, onde as práticas agrícolas são pensadas em diálogo com os ciclos naturais e com o conhecimento herdado de gerações anteriores. Nessa perspectiva, a roça não é apenas um espaço produtivo, mas um campo de relações entre pessoas, plantas, animais e espíritos da floresta — um espaço de vida (Cabral, 2016).

O cuidado constante com a roça é um aspecto recorrente nas falas: “Se você planta uma planta, mas não faz o cultivo — o cultivo quer dizer zelar — tudo encaixa numa coisa só: limpeza, cultivo, zelar. Se você não limpa, ele vai cair um pouco de produção”, explicou um dos entrevistados (Entrevista 9). A capina, chamada de “limpeza”, é realizada de duas a três vezes para garantir que o mato não concorra com a mandioca pelos nutrientes do solo (mencionado por todas as entrevistas).

O tempo de preparo varia conforme o tipo de vegetação: nas áreas de mata bruta, o período de secagem antes da queima pode durar até 90 dias, enquanto nas capoeiras o fogo pode ser tocado após 30 a 40 dias (mencionado em todas as entrevistas). A cada ciclo, o solo é revirado e a maniva plantada, exigindo retorno constante para manutenção que é “de 2 a 4x no máximo para não deixar o mato crescer muito, isso em área de capoeira” (Entrevista 9). Em solos mais arenosos, como o de Tauary, o cuidado deve ser redobrado, pois o calor e a chuva tornam a terra “fofa” (Entrevista 5 e 9), prejudicando o enraizamento. Se limpar demais a plantação “soa/sua” (Entrevista 9), e a mandioca fica encharcada. “Não presta, estraga” (Entrevista 9).

Embora a abertura de áreas de mata virgem traga vantagens produtivas — como a mandioca mais graúda e colheitas mais rápidas sem a necessidade várias capinas (sem manutenção constante, no máximo 2x, segundo relatado em entrevistas (Entrevista 7)) —



, os moradores reconhecem que essa prática tem se tornado cada vez mais rara, tanto pela fiscalização quanto pela própria consciência ambiental. “As pessoas reclamam da fumaça, mas é o tempo que o ribeirinho tem pra abrir a roça dele” (Entrevista 4), relatou um morador, defendendo a necessidade de políticas e tecnologias que apoiem os pequenos agricultores e reduzam a dependência da queima. O período de abrir as roças é de agosto a outubro, período do verão, e o mais quente para região norte. A fumaça tem tornado o ar quase irrespirável em vários lugares na região, ocasionado pelo desmatamento desenfreado.

Outros moradores, no entanto, demonstram uma visão ainda mais integradora, articulando desmate e recuperação:

“A gente não faz as coisas só pra gente. Que nem eu sempre digo pra minha turma que nunca nós viemos nesse mundo pra levar nada. Tudo nós vamos ter que deixar.” (...) “Mas se eu não deixo nada pra alguém, como é que Deus vai se agradar disso? Eu acredito mesmo que Deus se agrada da pessoa que trabalha e deixa alguma coisa pra humanidade. Eu não penso só em mim. Eu penso nos que tá vindo nesse mundo. É isso que me motiva” (...) “se nós não ajudar a natureza, se não fizer isso pra natureza, nós é que vamos morrer” (Entrevista 9).

Outros moradores reforçam esse entendimento quando falam sobre o equilíbrio entre abrir novas áreas e permitir a regeneração das antigas. Um deles observa: “Eu abro uma roça aqui na capoeira, mas eu preciso esperar ela nascer de novo. Se eu não replantar, tô matando a floresta. Eu só tô retirando, não tô colocando de volta” (Entrevista 4). Essa fala sintetiza uma ética de reciprocidade entre pessoa e floresta, que se aproxima da noção de domesticação da paisagem discutida por Cassino *et al.*, (2025). Para essa autora e colaboradores, a domesticação amazônica não se restringe ao cultivo de espécies vegetais, mas expressa modos de viver e de conhecer que articulam humanos e não humanos em processos contínuos de regeneração e manejo do ambiente.

Nesse sentido, a abertura e o cuidado da roça, assim como a escolha de deixar certas espécies em pé — como o tucumã e o piquiá, que atraem caça e resistem ao fogo —, demonstram uma forma de manejo que se insere em uma longa história de convivência e aprendizado com a floresta. Longe de ser apenas uma prática de subsistência, o cultivo das roças traduz um olhar de cuidado, na qual o equilíbrio entre retirar e devolver, limpar e zelar, desmatar e reflorestar, constitui a própria dinâmica da paisagem habitada.



Nessas falas vemos como a reciprocidade é constantemente acionada, mesmo quando não é verbalizada explicitamente, mas representada nas ações conduzidas em Tauary — algo que se revela através das entrevistas e dos diferentes percursos de fala apresentados neste capítulo.

As roças nos fazem lembrar o texto de Anna Tsing ao tratar das ruínas (2019). O desmatamento inicial, quando da abertura da comunidade, deu-se pela necessidade de criar um espaço para habitar e, posteriormente, para se alimentar. Já o desmatamento desenfreado deriva de uma lógica de mercado que pressiona as pessoas a abrirem mais do que o “necessário” — e aqui, vale perguntar: o que seria esse “necessário”?

Para muitas famílias, abrir a roça é buscar o bem-estar, mas também o viver bem, em um sentido que se aproxima do conceito de “buen vivir” de Alberto Acosta (2016) — uma perspectiva que integra a reciprocidade, a relacionalidade e a interdependência entre cultura e natureza.

É evidente, pelas falas, que há consciência sobre a importância da preservação — tanto entre os que plantam em áreas de mata quanto em capoeiras. A ruína, neste contexto, emerge da força do capital, que empurra e força a abertura de novas áreas. Fico pensando se as roças estão em ruínas não por se apoiarem em um modelo “antigo” de derrubada e queima — que hoje parece insustentável —, mas porque faltam iniciativas reais do poder público para dialogar com os agricultores e construir alternativas viáveis. Em outras palavras: falta reciprocidade.

A maioria das famílias da comunidade não está dentro de áreas de mata e não abre grandes hectares. Como dito em entrevista, em Tauary o máximo aberto chega a “quatro ou cinco quadras” (Entrevista 2). A lógica do “desmata e replanta” não se mostra aqui como um “tapa-buraco”, mas como uma consciência ecológica: o entendimento de que, se não se reflorestar, não há garantia de futuro.

Assim, a meu ver, a ruína não está no ato de abrir roças, mas no sistema econômico que as empurra ao limite — um sistema que devora as possibilidades de reciprocidade. As roças não estão em ruínas, mas sendo arruinadas por uma economia que pressiona e desorganiza as relações entre pessoas, trabalho e floresta.



Torna-se urgente um diálogo entre o poder público e as comunidades, uma ação efetiva que vá além da aplicação de multas e que provoque mudanças reais. Pelas falas ouvidas neste trabalho, a comunidade demonstra estar aberta a essa comunicação e às possíveis transformações — desde que sejam justas.

As roças, portanto, revelam muito mais do que técnicas agrícolas: elas são narrativas vivas, transmitidas por meio de gestos, falas e memórias, que expressam modos de habitar e cuidar da floresta. É nesse entrelaçamento entre práticas e narrativas que se delineiam as formas de patrimonialização dos saberes locais, tema que se aprofunda no próximo tópico.

3.3 Narrativas como ferramenta de patrimonialização: algumas considerações

A definição dos critérios para a abertura da trilha ecológica em Tauary considerou, inicialmente, apenas aspectos ecológicos e logísticos. Por se tratar de uma trilha interpretativa, as narrativas dos(as) moradores(as) foram incorporados, mas também buscamos inserir os dados arqueológicos no turismo da comunidade. A intenção do campo realizado em maio de 2025 foi construir uma trilha que permitisse, durante o passeio, articular elementos da paisagem atual com vestígios do passado, valorizando tanto os conhecimentos tradicionais quanto os dados da arqueobotânica.

Acreditamos no potencial da arqueobotânica, integrada à paisagem, para criar roteiros capazes de promover o diálogo entre o turismo já existente na comunidade e a arqueologia. Nas entrevistas com os moradores, ao apresentar os dados arqueobotânicos, percebemos a possibilidade de inserir não apenas a trilha, mas a própria paisagem da comunidade como um atrativo turístico.

A comunidade de Tauary realiza um manejo direto de sua paisagem, algo perceptível quando relacionamos os dados arqueobotânicos ao cenário atual. A introdução de novas espécies vegetais no local, como já mencionado, reflete a dinâmica do uso do espaço pela comunidade. A trilha, por sua vez, é composta sobretudo por árvores de grande porte, muitas delas utilizadas para madeira na construção de canoas e casas, diferindo do que aparece nos registros arqueobotânicos (carpológicos). Espécies como



castanheira, piquiá, pupunha e tucumã não foram encontrados na trilha. Entre as plantas registradas tanto no sítio arqueológico quanto na trilha, apenas o patauá e açaí está presente.

A trilha localiza-se atrás da comunidade, abrangendo áreas de mata secundária — próximas às roças — e de mata bruta, segundo os moradores. O patauá, conforme os relatos, aparece em pequenas concentrações, mas não chega a formar um patauzal; na trilha, ocorre em focos isolados ao longo do caminho. De acordo com os habitantes de Tauary, a área é formada, sobretudo, por árvores de “pau” (madeira), havendo poucas espécies frutíferas, e aquelas que existem servem mais de alimento para animais do que para consumo humano.

O manejo comunitário se evidencia quando os moradores trazem para perto de si espécies frutíferas, incluindo não apenas as nativas da região, mas também outras que, pelo uso frequente, se tornaram típicas, como manga, limão e azeitona. Essas transformações oferecem possibilidades narrativas importantes: mostrar aos visitantes como Tauary foi sendo modelada ao longo dos anos constitui uma forma riquíssima de transmissão de conhecimento. A comunidade, por exemplo, tem cultivado castanheiras em seus quintais e buscado plantar cacau — espécie considerada de difícil cultivo nos solos arenosos locais. O piquiá também foi introduzido, alguns, incentivado por uma pesquisadora, outros, de forma espontânea, ao ser jogado no quintal.

Assim, inserir esses dados como narrativas no turismo pode ser enriquecedor: um passeio pela própria comunidade, evidenciando as modificações feitas coletivamente para tornar o lugar mais habitável, e outro pela trilha, ressaltando as espécies nativas e seus usos, permitem demonstrar como o natural e o cultural se entrelaçam. Isso mostra que é possível transformar e ressignificar a paisagem sem somente degradá-la.

O registro arqueológico reforça que essas transformações têm longa duração. A bacaba, por exemplo, datada de 368 AP e associada à tradição policroma amazônica, evidencia continuidades no uso das plantas e na configuração da paisagem — não de forma estática, mas permeadas por interesses, escolhas e práticas dos grupos que a habitaram e ainda habitam. No quadro abaixo podemos observar a relação de espécies vegetais presentes na trilha, na comunidade e no registro arqueológico. É possível ver



plantas que comungam ao longo dos anos na paisagem de Tauary (Quadro 8). O infográfico da figura 33 demonstra de forma mais imagética o quadro 8.

Quadro 8 - Relação de espécies vegetais no passado e no presente da comunidade de Tauary a partir das entrevistas e escavação arqueológica.

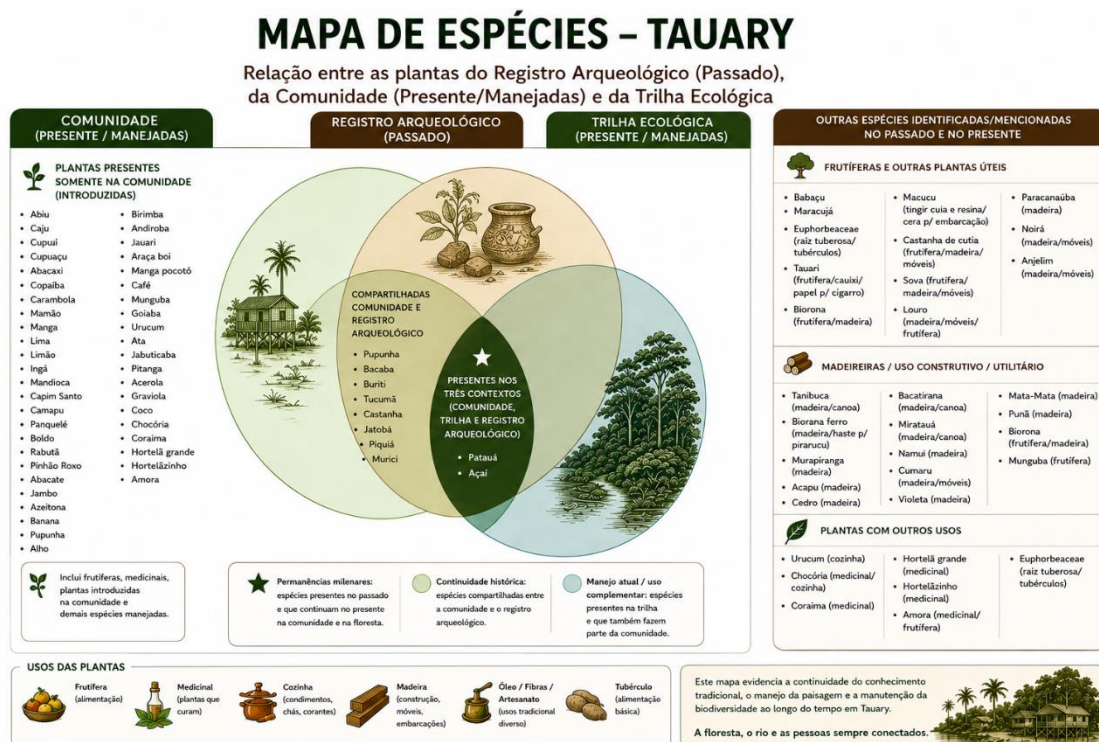
Presente		Passado	Usos
Comunidade	Trilha	Registro Arqueológico	
Tucumã		Tucumã	Frutífera
Burirti		Burirti	Frutífera
Bacaba		Bacaba	Frutífera
Patauá	Patauá	Patauá	Frutífera/Óleo p/ cozinhar
Castanha		Castanha	Frutífera
Jatobá		Jatobá	Frutífera/Medicinal
Piquiá		Piquiá	Frutífera
Açaí	Açaí	Açaí	Frutífera
Abiu			Frutífera
Caju			Frutífera
Cupuí			Frutífera
Cupuaçu			Frutífera
Abacaxi			Frutífera
Copaíba			Frutífera/Medicinal
Carambola			Frutífera
Mamão			Frutífera
Manga			Frutífera
Lima			Frutífera
Limão			Frutífera
Ingá			Frutífera
Mandioca			Tubérculo
Capim Santo			Medicinal
Camapu			Frutífera
Panquelé			Medicinal
Boldo			Medicinal
Rabutã			Frutífera
Pinhão Roxo			Medicinal
Abacate			Frutífera
Jambo			Frutífera
Azeitona			Frutífera
Banana			Frutífera
Pupunha			Frutífera
Alho			Medicinal
Birimba			Frutífera



Andiroba			Medicinal/Frutífera
Jauari			Frutífera
Araça boi			Frutífera
Manga pocotó			Frutífera
Café			Frutífera
Munguba			Frutífera
Goiaba			Frutífera
Urucum			Cozinha
Ata			Frutífera
Jabuticaba			Frutífera
Pitanga			Frutífera
Acerola			Frutífera
Graviola			Frutífera/Medicinal
Coco			Frutífera
Chicória			Medicinal/Cozinha
Coraima			Medicinal
Hortelã grande			Medicinal
Hortelãzinho			Medicinal
Amora			Medicinal/Frutífera
Murici		Murici	Frutífera
		Babaçu	Frutífera
		Maracujá	Frutífera
		Tubérculo	Raiz tuberosa/tubérculos
	Tanibuca		Madeira/Canoa
	Biorana ferro		Madeira/Haste p/Pirarucu
	Murapiranga		Madeira
	Acapu		Madeira
	Tauari		Frutífera/Cauixi/Papel p/ cigarro
	Cedro		Madeira
	Bacatirana		Madeira/Canoa
	Miratauá		Madeira/Canoa
	Louro		Madeira/Móveis/Frutífera
	Namui		Madeira
	Biorona		Frutífera/Madeira
	Macucu		Tingir cuia e resina/cera p/embarcação
	Cumaru		Madeira/Móveis
	Violeta		Madeira
	Mata-Mata		Madeira
	Punã		Madeira
	Castanha de cutia		Frutífera/Madeira/Móveis
	Anjelim		Madeira/Móveis



	Sova		Frutífera/Madeira/Móveis
	Noirá		Madeira/Móveis
	Paracanaúba		Madeira



USOS DAS PLANTAS

Frutífera (alimentação)

Medicinal (plantas que curam)

Cozinha (condimentos, chás, corantes)

Madeira (construção, móveis, embarcações)

Óleo / Fibras / Artesanato (usos tradicionais diversos)

Tubérculo (alimentação básica)

Este mapa evidencia a continuidade do conhecimento tradicional, o manejo da paisagem e a manutenção da biodiversidade ao longo do tempo em Tauary.

A floresta, o rio e as pessoas sempre conectados.

Figura 38 - Mapa gerado a partir de IA com base nos dados do quadro 8. Fonte: Emanuella Oliveira, 2026. Elaborado por ChatGPT, 13/05/2026.

Os vegetais identificados no registro arqueológico, na paisagem atual e na trilha ecológica estão interligados e compõem a história de Tauary. Sua paisagem não é apenas testemunho do passado, mas um espaço vivido, continuamente transformado e ressignificado (Figura 39).



Figura 39 - Infográfico gerado por IA representando os 3 contextos da paisagem de Tauary integrado ao TBC. Fonte: Emanuella Oliveira, 2026. Elaborado por: NotebookLM, 11/05/2026.

Ao integrar os resultados arqueobotânicos com os saberes locais, buscamos contribuir para práticas de turismo que reconheçam o patrimônio cultural e natural como algo vivo, dinâmico e coletivo.

A construção de narrativas a partir das entrevistas e dos dados arqueológicos contribui para o processo de patrimonialização do território. Entendemos patrimonializar aqui como o ato de reconhecer, valorizar e transmitir aquilo que é considerado significativo para a coletividade (Zanirato, Ribeiro, 2006). As histórias contadas pelos(as) moradores(as) e os vestígios do passado encontrados na terra se complementam, formando um mosaico de significados que conferem identidade e pertencimento ao lugar.

Essas narrativas também podem atuar como uma forma de proteção contra a apropriação indevida dos saberes locais. Ao documentar, valorizar e difundir os conhecimentos das populações tradicionais sobre a paisagem, fortalecemos a autonomia da comunidade em relação ao uso e gestão de seu território.



CAPÍTULO 4 – ANÁLISE INTEGRADA: TURISMO, PAISAGEM E PATRIMÔNIO

4.1 Paisagens vivas e continuidades ribeirinhas

Este capítulo propõe uma análise integrada entre os dados arqueobotânicos, as entrevistas com a comunidade e as ações desenvolvidas em campo, buscando refletir sobre o potencial do Turismo de Base Comunitária (TBC) em Tauary a partir da arqueologia da paisagem.

A experiência vivenciada ao longo da pesquisa evidenciou que a paisagem da comunidade de Tauary é composta por múltiplas camadas de significados: memória, história e usos cotidianos. Os dados arqueobotânicos revelam práticas antigas de manejo da vegetação e indicam a presença de espécies amplamente utilizadas até os dias atuais. Por sua vez, os(as) moradores(as) compartilham saberes profundamente enraizados, que revelam a continuidade do uso da paisagem e das plantas.

Essas continuidades se expressam nas práticas cotidianas de manejo e nas trocas de sementes e mudas, que mantêm a circulação de espécies nativas e introduzidas. Nesse sentido, Juliana Salles Machado (2009) chama atenção para a importância de repensar o termo “continuidade”, propondo que se fale em *continuidades*, no plural. Segundo a autora, as paisagens não são puramente herdadas, mas transformadas pelas sociedades que as habitam. Assim, o que permanece é constantemente reinventado.

Um exemplo abordado por Machado (2009, 2012) é o das populações ribeirinhas da Ilha de Caviana, no Pará, que ocupam antigos assentamentos indígenas e usufruem de recursos construídos historicamente, como as terras pretas e as plantas cultivadas. Essas populações, no entanto, não apenas herdam tais legados — também inserem novos elementos na paisagem, criando redes de relações que contribuem para novas histórias do lugar. Essa reflexão é fundamental para pensar Tauary, onde também observamos a presença de práticas que remontam ao passado, mas que são continuamente recriadas pelas famílias que vivem no local.



Essas continuidades, contudo, não significam uma simples herança direta, mas a construção de novas formas de pertencimento e cuidado com o território. A paisagem de Tauary expressa um diálogo entre legados indígenas e ribeirinhos, evidenciando que a ocupação atual também gera marcas, sentidos e memórias. Assim como os antigos habitantes transformaram o ambiente por meio do manejo das plantas, da criação das terras pretas e do cultivo de espécies úteis, as famílias ribeirinhas hoje também deixam seus rastros: cultivam, trocam, nomeiam e transmitem saberes sobre as plantas e os lugares.

Ler essas paisagens sob uma perspectiva indígena, portanto, não significa deslocar o protagonismo das populações ribeirinhas, mas reconhecer que os modos de relação que estruturam suas práticas dialogam com cosmologias e manejos ancestrais que permanecem inscritos na floresta. Trata-se de pensar a paisagem como uma rede de continuidades — indígenas, ribeirinhas e futuras — que se entrelaçam e se renovam no tempo. Uma fala que me agrada muito é a de um entrevistado ao discorrer: “Os que já vêm ainda, que ainda vêm pra cá, pra essa terra. Se ele chegar aqui, ele vai ver um açaizal desse, pequenininho, do jeito que tá ainda, mas ele vai dizer, poxa, aqui passou um homem. Já morri, minha velha já se acabou, minha família já foi embora, mas ficou. Ele chega, vou limpar. Limpar, vai tocar pra frente” (Entrevista 9). Acredito que esse trecho ilustra a ideia de continuidades da paisagem.



Figura 40 – Açaizal no quintal de um dos entrevistados da comunidade Tauary.



Em Tauary, um aspecto marcante dessas redes é o papel das mulheres nas trocas de sementes, mudas e plantas ornamentais, práticas que também são trocas de saberes e afetos. Como observa Machado (2012), as redes de plantas podem ser lidas como redes de relações. A circulação de espécies entre vizinhas, parentes ou visitantes reforça vínculos comunitários e contribui para a diversidade dos quintais. Entre as moradoras de Tauary, algumas mencionaram que receberam plantas de sogras ou vizinhas, por presente ou doação, o que revela que o cultivo é também um gesto de partilha e continuidade. Uma das entrevistadas ao mencionar plantas medicinais em seu quintal, comentou plantá-las, para quando precisarem ela “ceder”, pois remédios de farmácias “dizem ter muita coisa e faz mal” (Entrevista 6). Em outra fala da mesma entrevistada, quando perguntado se era ela quem plantava, disse “Sim. E eu e minha sogra. Aí, minha sogra, quando vem, ela planta e aí... porque ela não mora de fixa, né, aqui. Aí, quando ela vai, aí eu fico cuidando” (Entrevista 6). Assim, a paisagem viva da comunidade é constantemente recriada pelas mãos das mulheres, que tecem entre si uma memória vegetal do lugar.

A presença dessas populações nas margens do médio Solimões mantém práticas milenares de manejo, mesmo quando não há identificação direta com povos indígenas. Como destaca Gomes (2020), isso não significa ausência de conexão, mas sim a continuidade de modos de relação com o ambiente que guardam semelhanças com as formas indígenas de gestão da paisagem.

Lins *et al.*, (2013) demonstram, a partir do estudo de quintais ribeirinhos, que há uma forte continuidade entre as paisagens arqueológicas e as atuais, com uma variabilidade maior de espécies em áreas de terra preta associadas a sítios multicomponenciais — ou seja, manejadas por diferentes grupos humanos ao longo do tempo. Esses espaços funcionam como reservatórios de agrobiodiversidade (Clement, 2003) e contribuem para a heterogeneidade das paisagens amazônicas (Junqueira *et al.*, 2010).

Entre as espécies manejadas historicamente, destaca-se a *Bactris gasipaes* (pupunha), considerada a única palmeira plenamente domesticada, provavelmente no sudoeste da Amazônia, no atual estado de Rondônia (Clement, 2006). Outras palmeiras,



como açaí e tucumã, são consideradas de domesticação incipiente, enquanto espécies como o tucumã e o babaçu rebrotam espontaneamente em áreas de roçado, favorecidas pelo fogo (Shock, Moraes, 2019). Da mesma forma, árvores como a castanheira da Amazônia apresentam resiliência em áreas de atividade humana, aproveitando clareiras e aberturas de roça para se desenvolver (Paiva *et al.*, 2011; Scoles *et al.*, 2014 *apud* Shock, Moraes, 2019).

Esses exemplos reforçam que as paisagens amazônicas resultam de uma longa história de interação entre humanos, plantas, animais e outros seres que compõem o território. Como apontam autores como Fausto (2008), Cabral (2016) e Descola (2016), essa relação envolve processos de negociação com o ambiente, onde o “dono da roça” e o “dono da floresta” coexistem em um sistema relacional que ultrapassa a dicotomia natureza-cultura. Ler essas relações sob uma perspectiva indígena, como sugere Viveiros de Castro (2002), permite compreender o ambiente não como cenário, mas como parte ativa das redes de convivência que moldam o território.

Em Tauary, essas continuidades se expressam nas práticas agrícolas, na escolha de espécies cultivadas e no conhecimento sobre os diferentes ambientes da comunidade — desde as roças e quintais até as áreas de mata mais densa. A paisagem, portanto, é resultado de uma coautoria entre humanos e não humanos, entre o legado ancestral e as transformações contemporâneas.

4.2 Arqueobotânica e Turismo de Base Comunitária: conexões possíveis

O Turismo de Base Comunitária (TBC) é uma forma de organização da atividade turística que tem como princípio o protagonismo das comunidades receptoras na oferta de produtos e na prestação de serviços turísticos (Braghimini *et al.*, 2020). No Brasil, essa modalidade surgiu a partir das próprias comunidades, com as primeiras iniciativas concentradas nas regiões Nordeste e Norte do país, e passou a ser debatida de forma mais sistemática a partir da década de 1990, em paralelo às discussões sobre desenvolvimento sustentável.



Segundo Maldonado (2009), o desenvolvimento efetivo de experiências de TBC na América Latina está diretamente relacionado à formulação de políticas públicas adequadas às demandas reais desse campo. O marco legal dessa modalidade nos Estados nacionais foi viabilizado por meio da ação articulada de redes, federações e associações locais, regionais e nacionais (apud Moraes *et al.*, 2018, p. 253).

Nesse contexto, destaca-se como experiência pioneira na Amazônia brasileira, no médio rio Solimões, a Pousada Uacari, desenvolvida em parceria entre as comunidades da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá e o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (Peralta *et al.*, 2016). Na Floresta Nacional de Tefé, área de interesse deste trabalho, foi criada a Associação de Turismo de Base Comunitária da Flona e Entorno, com o objetivo de atrair visitantes e gerar uma fonte complementar de renda às famílias cuja renda de vida está associada à agricultura familiar, especialmente à produção de farinha e à coleta de castanha. Há outras iniciativas no médio Solimões que ocorrem na RDS Amanã, sendo as comunidades Ubim e Baré, as mais organizadas (Coelho *et al.*, 2022).

Diferentemente da Pousada Uacari, que contou com apoio de capital estrangeiro e possui gestão compartilhada entre um instituto de pesquisa e as comunidades da Reserva Mamirauá (Peralta *et al.*, 2016), a Associação de TBC da Flona-Tefé e Entorno possui CNPJ vinculado à APAFE (Associação de Produtores Agroextrativistas da Floresta Nacional de Tefé e Entorno) e busca se consolidar por meio de parcerias com órgãos públicos municipais e federais. Essa trajetória foi acompanhada pela equipe de arqueologia do IDSM em 2023, durante uma devolutiva que reuniu representantes dos municípios de Tefé e Alvarães, do ICMBio, agentes de turismo e instituições parceiras, como o Instituto Mamirauá, configurando um importante momento de articulação e de solicitação de apoio às ações da Associação.

A iniciativa do TBC na FLONA - Tefé é recente, em Tauary, surgiu entre os anos de 2017 e 2018. Em 2016, foi oferecido um curso de condutor de turismo pelo Pronatec-Extrativista, e ministrado pelo Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM), com 200 horas de curso (Silva, 2022). Esse curso, instruiu os participantes com conteúdo teórico e prático, possibilitando o engajamento da comunidade. As atividades turísticas na Flona, ainda não estabilizada, teve que ser parada devido a pandemia COVID-19. A



associação de turismo tem voltado a atuar depois da pandemia. A reunião no ano de 2023 teve uma importância para esse recomeço.

Com o período pandêmico, houve uma baixa nas atividades turísticas no mundo todo. No estado do Amazonas a pandemia afetou totalmente o faturamento pessoal (guias e pessoas que trabalham com o turismo) e empresarial do ramo do Ecoturismo (Vidal *et al.*, 2021). Menezes *et al.*, (2021) apontam que a reativação do setor será complexa devido as particularidades da região ao que diz respeito a infraestrutura precária de alguns municípios.

Tefé foi a primeira cidade do país a entrar em lockdown, mas não foi o suficiente, pois sofre com uma saúde pública precária, e o Estado do Amazonas teve uma das piores cenas de mortes do país; acarretada pela crise de oxigênio, recebendo doações de balões de oxigênio por parte do Governo Bolivariano da Venezuela de Nicolás Maduro, a época. Os efeitos da pandemia são sentidos até os dias de hoje. Esse período rompeu com as articulações que estavam acontecendo, sendo preciso recuperar o fôlego para dar continuidade as atividades.

O grupo de arqueologia do IDSMA tem buscado contribuir com as demandas da comunidade. Embora ainda não exista um plano estruturado de turismo arqueológico em Tauary, a pesquisa arqueológica já se faz presente, ainda que de forma indireta, nas atividades turísticas desenvolvidas localmente. Manzato *et al.* (2004) destacam como principais entraves ao turismo arqueológico: a necessidade de familiarizar o visitante com os atrativos arqueológicos; a desconstrução de mitos associados à atividade; a ampliação do diálogo entre a academia e os profissionais do turismo; e o uso dos meios de comunicação como ferramenta de divulgação desse segmento.

Há, por parte da comunidade, a demanda de utilizar os materiais arqueológicos — especialmente as urnas funerárias recuperadas em 2018 — como atrativos turísticos, por meio da criação de um museu local. Sobre ações que podem tornar essa proposta mais viável, destaca-se o trabalho de Silva (2022), que incluiu, além das urnas funerárias, outros objetos passíveis de musealização, como o tipiti, o paneiro e a forma tradicional de construção do forno para torrar farinha. Trata-se de práticas que vêm sendo



transformadas por processos de mecanização e cuja valorização pode contribuir para a preservação de saberes em risco de desaparecimento.

O presente trabalho evidenciou, a partir do conhecimento dos moradores de Tauary, como a paisagem vem sendo modelada ao longo do tempo e de que forma esse manejo pode refletir práticas do passado. A arqueobotânica tem demonstrado que a floresta amazônica constitui uma formação cultural, manejada por populações humanas desde pelo menos 12 mil anos antes do presente.

Quando este estudo ainda se configurava como projeto de mestrado, foram formuladas questões orientadoras voltadas à compreensão das interações entre comunidade e ambiente, tais como: os modos de abertura e manutenção das roças, a preservação de determinadas espécies durante esse processo, a composição das trilhas e a relação entre as plantas atualmente observadas e aquelas identificadas no registro arqueológico. Essas indagações constituíram o ponto de partida para a construção de uma história vegetal da comunidade de Tauary e para a aproximação entre a população local e seu patrimônio arqueológico e paisagístico.

Nesse sentido, busca-se envolver turistas e visitantes em experiências relacionadas às atividades cotidianas da comunidade, como os sistemas tradicionais de cultivo da mandioca, a fruticultura regional e o manejo de espécies como o açaí e o patauá. Esses modos de fazer configuram-se como circuitos legítimos de visibilidade da sociobiodiversidade um dos fundamentos do TBC (Furlan, 2022, p. 63), valorizando as manifestações culturais em articulação com os atrativos naturais, históricos e recreativos (Moraes *et al.*, 2018, p. 252).

A relação entre as populações humanas e o meio ambiente produziu impactos positivos na paisagem das comunidades ribeirinhas, contribuindo para a manutenção e ampliação da diversidade vegetal. Esse processo está associado às formas tradicionais de lidar com a terra, por meio do cultivo, do manejo das plantas, do uso controlado do fogo, do enriquecimento do solo e das práticas de pesca e produção material. Tais relações são perceptíveis nos estudos arqueológicos, que evidenciam a recorrência das mesmas espécies e a reocupação de determinados espaços ao longo do tempo.



Esses lugares, ocupados e reocupados historicamente, são hoje utilizados pelas comunidades ribeirinhas, que usufruem da biodiversidade manejada ao longo dos séculos, configurando uma relação de longa duração entre passado e presente. Tal continuidade não se estabelece como um processo estático, uma vez que a paisagem vem sendo constantemente transformada pelas populações que a habitam, atribuindo-lhe novos significados (Machado, 2010). Em Tauary, isso é perceptível na presença de plantas destinadas ao consumo alimentar, como abacate, cupuaçu, goiaba, manga, limão, caju e açaí, muitas delas consideradas exógenas, concentradas sobretudo nos arredores das habitações.

Estabelecer conexões entre os estudos arqueológicos, por meio da arqueobotânica, e o conhecimento tradicional, compreendido como uma história de longa duração, pode enriquecer a experiência do turismo de base comunitária em Tauary. Compreender as relações do passado e suas permanências no presente contribui para o fortalecimento do sentimento de pertencimento a essa história milenar, bem como para o reconhecimento das florestas antrópicas como um legado cultural e natural.

Se anteriormente a Amazônia foi interpretada como uma floresta intocada e hostil à ocupação humana (Meggers, 1990, 1999), a arqueologia tem demonstrado que as populações, desde os primeiros momentos de ocupação, vêm manejando as plantas para diversos usos, como alimentação, produção de utensílios e fins medicinais. Nesse contexto, a arqueobotânica tem produzido dados que contribuem de forma positiva para a revisão dessas interpretações.

Desse modo, a articulação entre arqueobotânica e turismo de base comunitária revela-se promissora, na medida em que o turismo possui potencial para atrair visitantes e, ao mesmo tempo, disseminar a importância da permanência das populações tradicionais para a conservação da floresta e o equilíbrio dos ecossistemas.

O turismo é frequentemente compreendido como uma alternativa para a proteção de sítios arqueológicos e para a geração de benefícios às comunidades locais (Guimarães, 2012, apud Aroiza, 2016). Em Tauary, a própria comunidade já desempenha um papel fundamental na salvaguarda do patrimônio arqueológico e ambiental, uma vez que são seus moradores que interagem cotidianamente com esse patrimônio por meio da abertura



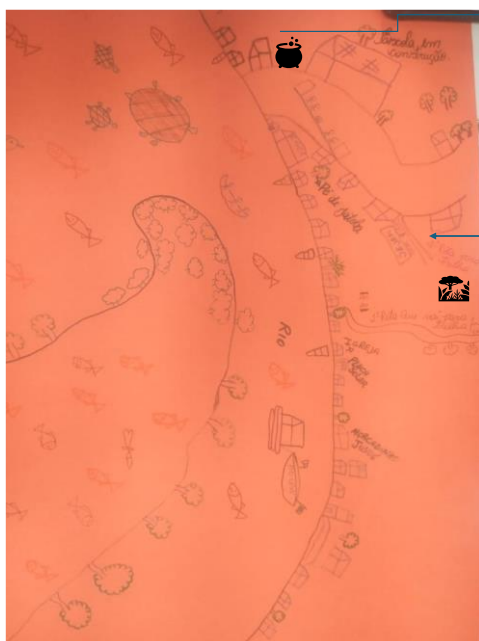
de roças, da coleta de alimentos e do cuidado com os espaços de plantio, quintais e terreiros. O modo de vida ribeirinho favorece, assim, a preservação do patrimônio cultural e natural — ou patrimônio biocultural — sustentado pelos saberes acumulados ao longo do tempo.

Ao integrar essas camadas históricas e ecológicas com a prática do turismo, é possível vislumbrar alternativas sustentáveis que valorizem o território sem transformá-lo em mercadoria. O turismo, quando praticado de forma participativa e com protagonismo comunitário, torna-se uma ferramenta de fortalecimento cultural e econômico.

Nesse contexto, o TBC em Tauary ganha novas dimensões ao incorporar narrativas construídas a partir dos dados arqueológicos, agregando valor simbólico e histórico aos passeios realizados na trilha ecológica. A trilha, ao conectar o presente e o passado, permite que visitantes e moradores experimentem a paisagem como um espaço de memória e aprendizado, onde os vestígios arqueológicos dialogam com os saberes tradicionais.

A arqueologia, portanto, não atua apenas como produtora de conhecimento técnico-científico, mas como mediadora entre ciência e comunidade, entre memória e território. Propostas como a criação de painéis interpretativos ao longo da trilha ou a elaboração de roteiros temáticos representam formas concretas de traduzir essa integração entre passado e presente, entre natureza e cultura.

Através da atividade de mapeamento participativo, seguida de diálogo entre os participantes, foram pensados possíveis roteiros que integrem a arqueologia à atividade turística já existente. O passeio na trilha ecológica poderia começar com uma parada no sítio arqueológico, onde ocorreram as escavações. Ao observar o mapa participativo, vemos que a entrada da trilha passa pelos locais das escavações; assim, uma parada em um dos pontos — como a área de escavação das urnas — para falar sobre a experiência da comunidade durante as escavações e os achados, tanto cerâmicos quanto arqueobotânicos, antes de seguir para a trilha, é uma forma de usar os dados arqueológicos como atrativos.



Escavação setor urnas

Sugestão de rota a partir das atividades realizadas:

Sugestão de rota 1

1. Encontro no Porto com Boas vindas e apresentação do roteiro
2. Parada na escavação setor urnas com explicação rápida sobre as atividades desenvolvidas e apresentação de fotos dos vestígios
3. Visita a trilha ecológico pelo acesso 2. Apresentação rápida do que se pode ver na trilha já apresentando espécies que foram encontradas nas escavações fazendo um paralelo sobre matas brutas e espécies manejadas

Sugestão de rota 2

1. Passeio na comunidade mostrando a paisagem local enriquecida por plantas frutíferas, medicinais e ornamentais já aproveitando pra falar da paisagem manejada de forma mais intensa que é diferente da Trilha ecológica como área menos manejada
2. Momento protagonismo comunitário: parada na casa das artesãs
3. Visita ao forno de farinha para explicação rápida.

2º Rota para Trilha ecológica



Figura 41 - Detalhe da construção do mapeamento participativo. Foto: Christian Ruan, 2025.

Com base no que já se tem até o momento, proveniente de ações arqueológicas anteriores, como o portfólio de fotos feito por Mauricio Silva (2022), usado pela comunidade para mostrar aos visitantes como foram as escavações, e em outras



iniciativas, como as das pesquisadoras e professoras Karen Marinho, Anne Rappy Py-Daniel e Cristiane Colares, que também criaram portfólios apresentando suas atividades com as urnas funerárias, esses materiais podem ser utilizados para elucidar os achados. Da mesma forma, os banners explicativos expostos em uma das salas da escola municipal da comunidade, que servem como mostra dos trabalhos desenvolvidos na comunidade pela arqueologia, também cumprem esse papel. Essas são formas que a comunidade pode — e já tem — utilizado para apresentar a arqueologia como um atrativo.

Outro possível percurso citado é um passeio pela comunidade contando sua história a partir da paisagem local e das transformações realizadas por seus moradores para tornar o lugar mais atrativo para viver. Exemplos disso são o plantio de espécies da mata, como o piquiá, e a inserção de plantas frutíferas e medicinais nos quintais. Esse passeio, que evidenciará a paisagem da comunidade, é interessante para mostrar uma paisagem manejada mais diretamente, revelando as diferenças em relação ao que se observa no percurso da trilha ecológica, que apresenta outra composição vegetal. Tornar a comunidade um atrativo amplia o leque de possibilidades de roteiros turísticos e dá protagonismo às atividades realizadas pelos próprios moradores, como o trabalho das artesãs e a produção de farinha. Um dos moradores possui uma casa de farinha dentro da comunidade, o que torna possível apresentar, de forma didática, aos visitantes, o processo de produção desse alimento enquanto fazem o passeio dentro da comunidade. Esses são roteiros que integram as relações culturais e naturais e que, mesmo de forma indireta, incluem a arqueologia.



Figura 42 - Vista da paisagem da comunidade, produtos de artesanatos locais e casa de farinha de um comunitário.

Durante o encerramento da atividade de Mapeamento Mental Participativo, surgiu a demanda de criar um folder explicativo que ajudasse a comunidade a conectar a arqueologia — especialmente com base nos dados arqueobotânicos apresentados — à paisagem da comunidade e à trilha ecológica. Essa demanda surgiu da necessidade dos participantes de se sentirem mais seguros ao falar sobre arqueologia e estabelecer essas conexões. Essa necessidade foi percebida desde a apresentação de divulgação sobre os resultados arqueobotânicos no dia 8 de maio e se mostrou público durante uma conversa aberta logo após o encerramento da atividade de mapeamento participativo. O material tem o propósito de tornar mais acessíveis e práticas as informações geradas, além de divulgar o turismo comunitário, funcionando como um mediador entre a comunidade e o visitante.

O folder está em fase de conclusão e será apresentado à comunidade para aprovação. O quadro 9 permite visualizar o roteiro que pretende compor o folder. A organização textual segue os capítulos da dissertação e tenta ser breve, porém, informativo, destacando as plantas tanto em contexto arqueológico quanto atual.



Quadro 9 - Esboço guia para a criação do folder informativo como devolutiva para a comunidade ribeirinha de Tauary destacando os principais tópicos.

Seção do folder	Conteúdo Informativo
Capa	Tauary: A paisagem que conta Histórias. Um convite ao patrimônio vivo.
História milenar	Dados das Fases FLONA (2.335 AP) e TPA (840-392 AP).
O manejo vegetal	As espécies "Guardiãs" (Buriti, Patauá, Castanha e Bacaba).
A comunidade	A transformação desde 1987.
Trilha ecológica	O saber local como guia e a preservação da "mata virgem".
Ética e cuidado	Dicas para o turista respeitar o patrimônio biocultural.

Pretende-se que o folder seja nas cores bege, vermelho e verde, as duas cores primeiras remetendo as cerâmicas e o verde em referência a paisagem. Sua estrutura será composta de 3 dobras totalizando 6 páginas. A proposta do texto aqui apresentado tem como guia o quadro 9, vale salientar, que este é um exercício criativo que permitirá integrar melhor os dados adquiridos e alcançar o objetivo de aproximar arqueologia, comunidade e turistas. Este é um modelo ainda em produção, como dito anteriormente, mesmo sendo um esboço, é válido trazê-lo para o corpo da dissertação e não nos apêndices deste trabalho, pois é fruto essencial de tudo que foi produzido até aqui.



Título:

Tauary: Uma Paisagem de Histórias Vivas

PÁGINA 1 – CAPA

Tauary: Uma Paisagem de Histórias Vivas

Entre a floresta, o rio e a memória ancestral

Bem-vindo ao Sítio-Comunidade Tauary, localizado no médio rio Solimões, Amazonas. Aqui, a floresta, as plantas e os caminhos guardam marcas de uma história construída há mais de dois mil anos.

Tauary é um território de memória viva, onde arqueologia, paisagem e saberes tradicionais se encontram.



Figura 43- Foto da comunidade de Tauary. Foto: Acervo Arqueologia IDSM.

PÁGINA 2 – O CHÃO QUE GUARDA MEMÓRIAS

O Passado Arqueológico de Tauary

As pesquisas arqueológicas realizadas na comunidade revelaram que Tauary possui ocupações humanas com mais de 2.335 anos AP. Vestígios como cerâmicas, sementes carbonizadas, carvões e solos antrópicos mostram que antigas populações já manejavam a floresta muito antes da formação da comunidade atual.



Fase FLONA – As ocupações mais antigas

Os registros mais antigos identificam o manejo de palmeiras como:

- Açaí;
- Tucumã;
- Buriti;
- Patauá.

As cerâmicas associadas a esse período indicam recipientes utilizados para preparo e consumo de líquidos.

Tradição Policroma da Amazônia

Entre aproximadamente 840 e 392 anos AP, Tauary foi ocupado por grupos associados à Tradição Policroma da Amazônia.

Esse período é marcado por:

- Cerâmicas pintadas e decoradas;
- Urnas funerárias;
- Áreas de descarte doméstico;
- Manejo diversificado de plantas.

Na área conhecida como Feição 1, associada às urnas funerárias, foram identificados vestígios exclusivos de:

- Piquiá;
- Pupunha;
- Babaçu.

Junto aos restos botânicos também foram encontrados cerâmicas tipo assadores, sugerindo práticas alimentares.



As plantas na longa duração

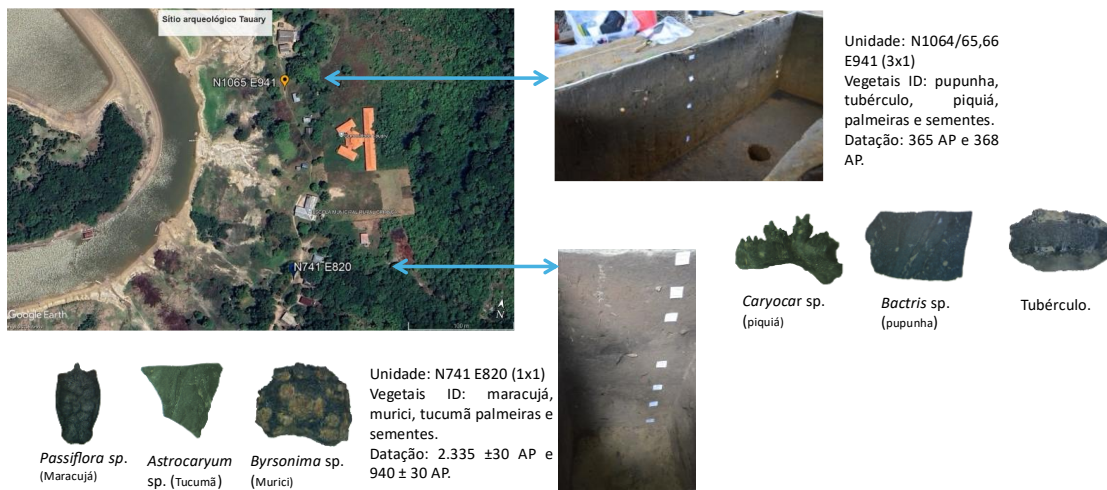


Figura 44 – Foto das espécies arqueobotânicas identificados no registro arqueológico. Elaborado por Emanuella Oliveira, 2025.

PÁGINA 3 – COMUNIDADE EM TRANSFORMAÇÃO: OS QUINTAIS E O ZELAR

A Vida na Comunidade

A comunidade Tauary foi fundada em 1987 por famílias ribeirinhas que transformaram antigas áreas de mata e jauarizal em espaços de moradia, cultivo e convivência.

Com o tempo, a paisagem passou a ser marcada por quintais produtivos, roças, árvores frutíferas e plantas medicinais.

Uma paisagem cultivada

Além das plantas nativas amazônicas, espécies introduzidas também passaram a fazer parte da identidade local:

- Manga;
- Jambo;
- Limão;
- Azeitona.



Hoje, essas plantas ajudam a compor a paisagem da comunidade e fazem parte da alimentação cotidiana.

A farmácia no quintal

Os conhecimentos sobre plantas medicinais permanecem vivos principalmente através das mulheres da comunidade.

Entre as plantas utilizadas estão:

- Capim-santo;
- Boldo;
- Andiroba;
- Graviola;
- Hortelã;
- Chicória;
- Panquelé.

Esses saberes ajudam no cuidado com a saúde e fortalecem as práticas tradicionais.

A ética do cuidado

Em Tauary, cultivar também significa cuidar do futuro.

Muitas árvores são plantadas pensando nas próximas gerações, fortalecendo uma relação de respeito entre pessoas, floresta e tempo.

“Nós não viemos nesse mundo pra levar nada... tudo nós vamos ter que deixar.”
(Entrevista 9)



Figura 45 - quintais com frutíferas; mulheres cuidando de plantas medicinais; fotos das casas e da comunidade. Fotos tiradas em campo durante visitas nos quintais em maio de 2025. Foto: Christian Ruan.

PÁGINA 4 – A TRILHA ECOLÓGICA

Um Caminho Milenar

A trilha ecológica de Tauary possui aproximadamente 3 km e atravessa áreas de mata preservada, igarapés e antigas paisagens manejadas.

Caminhar pela trilha é percorrer um território marcado pela relação histórica entre pessoas e floresta.

A árvore Tauari

A árvore que dá nome à comunidade vem do tupi tawa'ri e possui grande importância cultural e ecológica.

Sua entrecasca já foi utilizada para:

- Papel artesanal para cigarros.

Além disso, seus frutos ajudam a alimentar animais da floresta.

Guardiãs do Tempo

Algumas espécies aparecem tanto no registro arqueológico quanto na paisagem atual, demonstrando continuidades milenares de manejo.



Entre elas:

- Patauá;
- Açaí;
- Buriti;
- Bacaba;
- Tucumã.

Essas plantas revelam que a floresta amazônica também é resultado da ação humana ao longo do tempo.

Floresta e resistência

A trilha funciona como uma área de proteção da mata, oferecendo abrigo para animais que hoje aparecem mais distantes da comunidade.

Entre eles:

- Anta;
- Porco-do-mato;
- Paca;
- Tatu;
- Macacos.



Figura 46 – passeio na trilha ecológica no ano de 2023. Foto: Acervo arqueologia IDSM, 2023.

PÁGINA 5 – TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Você também faz parte desta história

O Turismo de Base Comunitária em Tauary busca fortalecer a preservação ambiental, os saberes locais e a autonomia da comunidade.

Ao visitar Tauary, você contribui para a valorização do patrimônio arqueológico, da floresta e da memória ribeirinha.

Como colaborar

Respeite o patrimônio

Fragmentos cerâmicos, sementes e outros vestígios arqueológicos fazem parte da memória histórica da Amazônia.

Não retire materiais do sítio arqueológico.

Valorize os saberes locais

Os condutores comunitários compartilham conhecimentos sobre:



- Plantas;
- Animais;
- História;
- Navegação;
- Manejo da floresta.

Turismo sustentável

Pequenas ações ajudam a conservar a paisagem:

- Não jogue lixo;
- Evite danos às plantas;
- Respeite os caminhos da trilha;
- Valorize os produtos locais.



Figura 47 - Fotos: Atividade de turismo comunitário "soltura de quelônios" realizado em 2023. Foto: Acervo arqueologia IDSMA.



PÁGINA 6 – CONTRACAPA

Tauary: passado, presente e futuro conectados pela floresta

A paisagem de Tauary é resultado do encontro entre memória ancestral, conhecimento tradicional e cuidado coletivo.

Cada trilha, planta e fragmento arqueológico revela que a Amazônia também é uma floresta construída por pessoas ao longo do tempo.

Contatos

Associação de Turismo de base comunitária da Flona-Tefé e entorno.

Apoio

Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSMA, Universidade Federal de Sergipe – UFS, Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de nível Superior – CAPES, Comunidade Tauary. Produto como devolutiva da dissertação de Emanuella Oliveira.



Figura 48 - jatobá plantado pelos primeiros grupos de habitantes da comunidade Tauary na década de 80. Foto: Acervo arqueologia IDSMA, 2023.



A figura 49, gerado por IA, simula a estrutura do folder a partir do esboço criado. Quando finalizado, o folder será distribuído entre os moradores e moradoras, e há a intenção de estabelecer parcerias com agências de turismo para auxiliar na divulgação.



Figura 49 - Imagem gerada a partir de IA simulando o folder informativo como devolutiva para a comunidade de Tauary. Fonte: Emanuella Oliveira, 2026. Elaborado por ChatGPT em 21/05/2026.

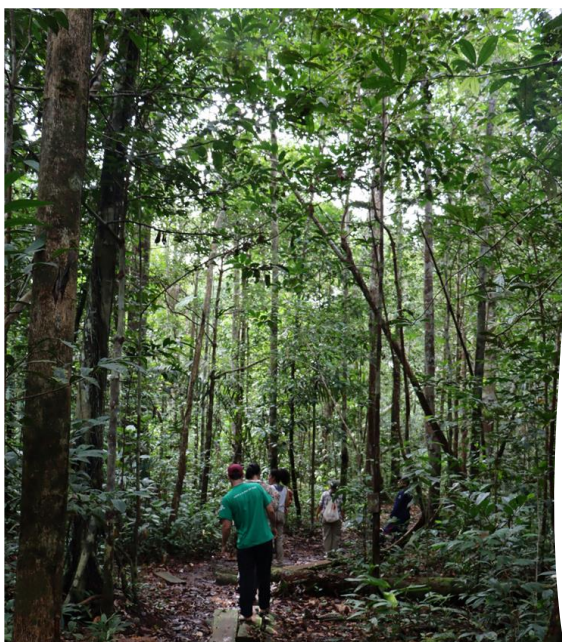
Também apresentamos aqui um esboço do que pode ser informado nas placas educativas / informativas que se pretende inserir em pontos estratégicos da comunidade (Ver figuras 50, 51 e 52).



Placa 1: Comunidade em Transformação – Uma Paisagem de Afeto

- **A paisagem que você vê hoje em Tauary é o resultado de um cuidado que atravessa gerações.** Desde a fundação da comunidade em **1987**, as quatro famílias pioneiras iniciaram a transformação de uma área dominada por "jauarizais" (palmeiras com espinhos) e capoeiras em um lugar de moradia e fartura.
- **Beleza e Alimento:** Nossos quintais e sítios são marcados por uma grande diversidade de plantas nativas da Amazônia, muitas delas trazidas da mata, como **castanha e piquiá**, cultivadas próximas às casas. Outras, não nativas da região, vieram de longe e hoje são a "nossa cara", como a **manga, o jambo e a azeitona**.
- **Herança Milenar:** Esse manejo não é novo. A arqueologia descobriu que espécies como o **tucumã, açaí, a bacaba e o buriti** já eram cuidadas neste mesmo solo há mais de **2.300 anos**.
- **Sítio-Comunidade:** Essa transformação da paisagem trouxe frutíferas, plantas medicinais e ornamentais que ajudam a embelezar a comunidade, fortalecer a alimentação e manter conhecimentos tradicionais sobre os usos das plantas. É um gesto de "zelar" pelo bem-viver de quem habita e de quem nos visita.

Figura 50 - Esboço de placa informativa sobre as transformações da paisagem ao longo dos anos de Tauary que podem ser inseridas em pontos estratégicos da comunidade. Foto: Cristian Ruan, 2025.



Placa 2: Trilha Ecológica – Caminhando por 2.000 Anos de História

- **Caminhar em Tauary é percorrer um caminho milenar.** Esta trilha de **3 km** foi criada pela comunidade entre 2017 e 2018 para proteger a nossa "mata virgem" e compartilhar o conhecimento sobre a floresta.
- **O Nome da Terra:** Aqui você encontrará o **Tauari**, árvore monumental que dá nome à nossa comunidade e cujas cascas eram usadas para diversos fins.
- **Guardiãs da Floresta:** Durante o percurso, observe árvores como o **cedro, o mata-mata e o angelim**. Elas convivem com palmeiras de **patauí e açaí**, cujos vestígios fazem parte do registro arqueológico desde **2.335 AP**.
- **Sua Responsabilidade:** Ao percorrer este trajeto, você se torna parte do equilíbrio deste ecossistema. Respeite a vida que aqui pulsa para que o "**artefato vivo**" que é esta floresta continue de pé para as futuras gerações.

Figura 51 - Esboço de placa informativa sobre a trilha ecológica com uma visão histórica a partir dos dados arqueobotânicos. Foto: Acervo Arqueologia IDSM, 2023.



Placa 3: Roça e Forno – Saberes que Alimentam o Tempo

- **A produção de farinha é o coração da vida em Tauary e uma tecnologia herdada.**
- **Sistema de Coivara:** Nossas roças seguem o sistema tradicional de derrubada e queima controlada, um saber que respeita o tempo da terra e garante a limpeza necessária para o crescimento da mandioca.
- **Dados Arqueológicos:** : Foram encontrados **tubérculos carbonizados** em camadas profundas do solo (90 cm), mostrando que esse tipo de alimento já podia ser parte do cotidiano vivido aqui no passado remoto.
- **O Forno:** Embora os fornos atuais usem tachos de ferro, a arqueologia recuperou fragmentos de **assadores** feitos de barro há cerca de **400 anos** (Fase TPA). Isso indica que o ato de transformar a raiz em alimento neste mesmo lugar é uma continuidade que resiste ao tempo e às mudanças tecnológicas.

Figura 52 - Esboço de placa informativa sobre a roça e casa de farinha. Conhecimentos tradicionais que são passados de geração em geração. Foto: Cristian Ruan, 2025.

Estas são maneiras de tentar contribuir para o fortalecimento do turismo e valorizar o patrimônio natural e cultural integrado da comunidade de Tauary.

4.3 Patrimonialização da paisagem de Tauary

A patrimonialização da paisagem de Tauary não se resume a processos formais de reconhecimento institucional, mas a um movimento coletivo, construído com a comunidade (Zanirato, Ribeiro, 2006). O que se valoriza são os modos de vida, os saberes, os afetos e os vínculos com o território. Esses, podem ser considerados biodiversidade cultural.

A diversidade biológica e cultural é interdependente, e são evidentemente expressas pelas intervenções humanas na natureza. Para proteger o patrimônio natural é necessário salvaguardar o patrimônio cultural, e nele, o patrimônio imaterial que protege os modos de fazer (Leitão, 2009). Para se ter farinha é preciso assegurar o saber fazer farinha, e para que esse seja assegurado, é preciso ter garantia do território. Para a produção de uma canoa é preciso que a matéria prima seja preservada, ou seja, a madeira,



no caso a floresta. É preciso sensibilizar gestores públicos, privado e a comunidade para a importância da articulação e transversalidade entre as áreas da cultura e do meio ambiente (Leitão, 2009).

As paisagens culturais têm verdadeiras contribuições para o desenvolvimento sustentável. Ela é construída a partir da interação amistosa entre as populações e o ambiente. Nessa perspectiva, o patrimônio deixa de ser visto como algo estático e passa a ser entendido como uma prática viva, resultante das relações contínuas entre pessoas, plantas, solos e memórias. As narrativas locais e os vestígios arqueológicos se complementam, formando um mosaico de significados que conferem identidade e pertencimento ao lugar.

O patrimônio cultural, nesse contexto, tem ganhado cada vez mais força nas pautas de reivindicação das populações tradicionais (Goldstein, 2020, Zanirato, Ribeiro, 2006). A arqueologia, como ciência intimamente ligada ao patrimônio brasileiro, desempenha papel essencial ao comunicar as formas de vida e as tecnologias dessas sociedades, revelando a longa duração de suas presenças e de seus modos de uso da paisagem. O patrimônio arqueológico é também uma ferramenta política, capaz de fortalecer o sentimento de pertencimento e de reivindicação territorial (Funari, 2003, Lima, 1988). Os conhecimentos arqueológicos podem, assim, contribuir para políticas de valorização e preservação do patrimônio, ao reconhecer as práticas tradicionais como tecnologias sustentáveis, que expressam modos de vida equilibrados com o ambiente (Rocha, *et al*, 2014).

O sucesso tecnológico alcançado por povos e populações tradicionais ao longo de milhares de anos pode inspirar novas formas de se relacionar com o mundo — talvez uma alternativa viável para adiar o seu fim (Krenak, 2019).

Dito isso, pensamos que a transformação da trilha ecológica e da paisagem da comunidade em um espaço de educação patrimonial, onde as histórias locais dialoguem com a ciência arqueológica, representa uma das principais contribuições desta pesquisa ao turismo de base comunitária. O objetivo é que o conhecimento gerado retorne à comunidade e se incorpore ao cotidiano, fortalecendo o sentimento de continuidade e de cuidado com o território. Acreditamos que o reconhecimento do pertencimento coletivo,



sobre a natureza e seus usos, as memórias e as histórias vividas, são um passo decisivo para a efetividade da proteção patrimonial (Zanirato, 2009). A proteção se efetiva no envolvimento das comunidades que os detêm e a educação é o motor que dar luz para capacitar os sujeitos a conhecerem e assegurar a proteção dos bens culturais e naturais (Zanirato, 2009).

CONSIDERAÇÕES FINAIS – BEM VIVER E OS CAMINHOS ABERTOS

O trabalho desenvolvido ao longo do mestrado permitiu não apenas a produção de conhecimento científico, mas também a construção de vínculos, narrativas e possibilidades com e para a comunidade de Tauary.

A investigação da história vegetal da comunidade, por meio da arqueobotânica, revelou a longa duração do uso da paisagem e evidenciou que práticas de manejo e cultivo de plantas remontam a milhares de anos. A análise dos vestígios arqueológicos apontou para sistemas agroflorestais, cuja continuidade pode ser observada nas práticas atuais da comunidade.

Ao mesmo tempo, a escuta dos(as) moradores(as) — nas entrevistas e ações — mostrou o quanto os saberes locais são ricos, afetivos e estratégicos para a valorização do território. As narrativas construídas em conjunto permitiram associar os dados científicos às memórias, experiências e práticas cotidianas, gerando um conhecimento compartilhado que fortalece a identidade local.

A proposta de integrar esses saberes ao turismo de base comunitária mostra-se viável e potente. O TBC, como alternativa ao turismo convencional, promove a valorização da cultura e da natureza locais, fortalece a autonomia da comunidade e contribui para o bem viver. A trilha ecológica, enriquecida com elementos da arqueologia, pode se tornar não apenas um atrativo turístico, mas também uma ferramenta pedagógica e política.

Inspirados por autores que discutem o bem viver como horizonte ético e político de resistência aos processos de colonização do saber, compreendemos que este trabalho



é parte de uma luta maior: a de reconhecer e valorizar os conhecimentos tradicionais, as formas de vida e os territórios das populações amazônicas.

O Bem Viver surge como uma possibilidade de enxergar outros mundos, baseados nas cosmologias indígenas. O *Buen Vivir* (no Equador) ou *Vivir Bien* (na Bolívia), expressões em espanhol, propõem novas formas de se relacionar com o meio e com os seres que o habitam. No Equador, *Buen Vivir* é a tradução de *Sumak Kawsay*, termo indígena Kíchwa que reconhece a natureza como sujeito de direitos — portanto, também dotada do direito à recusa. O Equador foi o primeiro país a reconhecer constitucionalmente os direitos da natureza. No Brasil, alguns estados já seguem esse caminho, como Rondônia, que concedeu ao rio Laje, em Guajará-Mirim (fronteira com a Bolívia), o reconhecimento jurídico de sujeito de direitos (<https://g1.globo.com/ro> acessado em 2024)¹³.

O Bem Viver é uma filosofia em construção. Seu significado reside em viver em aprendizado com a natureza, reconhecendo-nos como parte dela, e não à parte dos demais seres do planeta (Acosta, 2016, p. 26). Assim, somos levados a compreender que todos os seres devem ser encarados em uma rede de relações sociais entre sujeitos, na qual natureza e cultura se fundem em uma “cultura viva” (Acosta, 2016, p. 27).

Balée (2008), em *Sobre a indigeneidade das paisagens*, traz a noção de artefatos vivos ao tratar da paisagem. Ambas as ideias — artefatos vivos e cultura viva — se conectam ao reconhecer, principalmente, as plantas, as pessoas, os bichos e os seres invisíveis como parte do cotidiano vivido. Os dados arqueobotânicos comunicam sobre plantas, paisagens e vivências de pessoas do passado, revelando como manejavam o ambiente e cultivavam espécies há milênios. Muitos desses vegetais permanecem presentes na paisagem atual, formando “ilhas de recursos”, que continuam a ser apropriadas e cuidadas. São, portanto, *matérias vivas* que produzem *culturas vivas*.

¹³ Rede Amazônica e G1 RO. Rio de Rondônia é o primeiro a ter direitos reconhecidos por lei; entenda. Rondônia, 23 de junho de 2023. Acessado em 06 de junho de 2024. <https://g1.globo.com/ro/rondonia/natureza/amazonia/noticia/2023/06/23/rio-de>



Há, assim, uma conexão entre esses (as) autores (as), e os demais utilizados no decorrer desse trabalho, na medida em que todos (as) apresentam a relação indissociável entre ambientes e sociedades. Também parto dessa compreensão: tais relações estão imbricadas, formando uma ampla rede entre os visíveis e os invisíveis, nas relações multiespécies e na territorialização do lugar. O modo de se relacionar e habitar o local não cria apenas identidades — cria território. O território marca não só a presença, mas também o direito de permanecer.

Tauary ensina que a floresta, as pessoas e os vestígios do passado coexistem como expressões vivas de um mesmo território. O bem viver, nesse contexto, não é um ideal distante, mas uma prática cotidiana de resistência e cuidado.

Sendo assim, vemos como principais saldos positivos desta pesquisa:

- A construção de uma narrativa de longa duração da paisagem de Tauary;
- A valorização dos saberes locais como parte do patrimônio cultural e natural;
- A proposição de ações concretas para o fortalecimento do TBC;
- O desenvolvimento de uma arqueologia socialmente engajada, voltada para as demandas da comunidade.

Como perspectivas futuras, destacamos:

- A continuidade das ações em Tauary para sua plena concretude;
- O aprofundamento das análises arqueobotânicas (macro e micro vestígios);
- Criar cursos de aperfeiçoamento que integre educação patrimonial, ambiental e turismo
- A possibilidade de expansão da metodologia para outras comunidades.

Para que ações como a instalação de placas informativas, a produção de folders e a consolidação da trilha como um espaço de educação patrimonial se tornem efetivas, é necessária uma presença mais contínua junto à comunidade. É sabido que as atividades que foram realizadas em Tauary, se caracteriza por uma ação pontual, e isso indica que a aproximação entre dados arqueobotânicos e as práticas de turismo ainda precisa de tempo para se fortalecer. Falar de arqueobotânica na comunidade da mesma forma que se fala



das plantas e da paisagem do lugar onde se vive não é algo imediato, mas uma aproximação possível, que tende a se construir aos poucos, com tempo, escuta e convivência tanto por parte dos moradores quanto desta pesquisadora.

Criar narrativas que articulem arqueologia, trilha ecológica e paisagem é um desafio compartilhado entre mim e os moradores de Tauary, mas fico feliz, em saber que este trabalho, tocou as pessoas em querer falar da sua comunidade e narrar a história de transformação dela através das plantas que se tem nos quintais. Algumas também passaram a reconhecer, a partir das atividades realizadas, que detêm conhecimentos sobre a mata tão relevantes quanto aqueles que estão atuando diretamente como guias, e que podem fazer parte do turismo de forma mais direta. Outros, despertaram a vontade de levar visitantes e turistas para conhecer suas roças e casas de farinha. Tenho certeza de que essas manifestações representam sementes em um solo fértil, mesmo que ainda iniciais, elas podem ser compreendidas como sinais de um processo em germinação, no qual a valorização dos saberes locais e a construção de novas formas de participação no turismo começam a se esboçar.

Acredito que o trabalho aqui desenvolvido pode ter contribuído para uma arqueobotânica mais próxima do dia a dia da comunidade, também vejo que este trabalho pode inspirar outras pesquisas comprometidas com os territórios, com os povos e com a justiça ambiental e cultural. É visível que em Tauary, a floresta antiga continua viva — nas plantas, nas memórias e nas pessoas que a habitam.



REFERÊNCIAS

A

ACOSTA, A. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autêntica Editora, 2016.

AGOSTINI, C.; PINHEIRO, F. “Arqueologia do mundo moderno” e multiperspectivismo na abordagem sobre escravidão no atlântico sul. **Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 15, n. 2, jul./dez. 2021.

ALMEIDA, F. O. **A Tradição Policroma no Alto Rio Madeira**. 2013. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

ALMEIDA, L.; FERREIRA, T. Turismo e arqueologia – Um diálogo possível. **Revista de Turismo Contemporâneo – RTC**, Natal, v. 5, n. 1, p. 136-155, jan./jun. 2017.

ALMEIDA, P. D. et al. Registros arqueobotânicos em um sambaqui amazônico: utilização de microalgas (Diatomáceas, Bacillariophyta) como indicadoras de alterações ambientais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, 2020.

ALVES, D. T. **Dark earth plant management in the lower Tapajos**. 2017. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de Exeter, Exeter, 2017.

AROIZA, S. M. **Sítio arqueológico, turismo e comunidade local: reflexões a partir do olhar dos moradores da vila de Joanes – Ilha do Marajó/Amazônia**. 2016. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

ARROYO-KALIN, M. The Amazonian formative: crop domestication and anthropogenic soils. **Diversity**, v. 2, n. 4, p. 473-504, 2010.



ASTHON, M. S. G. Turismo e sustentabilidade: uma introdução ao desenvolvimento. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 5., 2008, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: ANPTUR, 2008.

B

BALÉE, W. Biodiversidade e os índios Amazônicos. In: VIVEIROS DE CASTRO, E.; CUNHA, M. M. C. (org.). **Amazônia: etnologia e história indígena**. São Paulo: NHII-USP-FAPESP, 1993.

BALÉE, W. Contingent diversity on anthropic landscapes. **Diversity**, v. 2, p. 163-181, 2010.

BALÉE, W. Culturas de Distúrbio e diversidade em substratos Amazônicos. In: TEIXEIRA, W. G. et al. **As terras pretas de índio da Amazônia: sua caracterização e uso deste conhecimento na criação de novas áreas**. Manaus: Embrapa Amazônia Ocidental, 2009. p. 48-52.

BALÉE, W. Sobre a Indigeneidade das paisagens. **Revista de Arqueologia**, v. 21, n. 2, p. 09-23, 2008.

BALÉE, W.; MILHEIRA, R. G. Tradução: O Programa de Pesquisa da Ecologia Histórica. **Cadernos do Lepaarq**, v. 14, n. 28, 2017.

BELAS, C. A. Propriedade intelectual. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016.

BELLETTI, J. **A Arqueologia do Lago Tefé e a Expansão Polícroma**. 2015. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.



- BENI, M. C. Como certificar o Turismo Sustentável? **Revista Espaço Acadêmico**, 2004.
- BLACKSTOCK, K. A critical look at community based tourism. **Community Development Journal**, v. 40, n. 1, p. 39-49, 2005.
- BOWSER, B. J.; ZEDEÑO, M. N. **The Archaeology of meaningful places**. Foundations of Archaeological Inquiry. Salt Lake City: University of Utah Press, 2009.
- BRAGHINI, C. R.; SANTOS, T. C.; VIEIRA, L. V. L. Reflexões sobre o turismo de base comunitária – TBC. In: BRAGHINI, Claudio Roberto (org.). **Turismo de base comunitária: reflexões e práticas na Ilha Mem de Sá – Sergipe**. Aracaju, 2020.
- BRASIL. [Constituição (1946)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 18 de setembro de 1946**. Diário Oficial da União: seção 1, Rio de Janeiro, p. 13059, 19 set. 1946.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, p. 24056, 6 dez. 1937.
- BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. **A Constituição do Brasil**. Brasília, 1988.
- BURSRTYN, I.; BARTHOLO, R. O processo de comercialização do turismo de base comunitária no Brasil: desafios, potencialidades e perspectivas. **Revista Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 97-116, jan./jun. 2012.
- BURSRTYN, I.; BARTHOLO, R. **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2012.
- BUXÓ, K. **Arqueologia das plantas**. 1997.



C

CARBONE, F. Arqueologia e turismo para a paz. In: CAMPOS, Juliano Bitencourt et al. (orgs.). **Arqueologia e Turismo Sustentável: Patrimônio cultural, direito e meio ambiente**. Criciúma: UNESC, 2021. v. 4.

CAROMANO, C. F. **Botando lenha na fogueira: um estudo etnoarqueológico do fogo na Amazônia**. 2017. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

CAROMANO, C. F. **Fogo no mundo das águas: Antracologia no sítio Hatahara, Amazônia Central**. 2010. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

CASCON, L. M. **Indo a raiz da questão: repesando o papel de plantas cultivadas no passado amazônico através da etnoarqueologia dos Asurini do rio Xingu**. 2017. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

CASSINO, M. F. **Manejo e uso de recursos florísticos em períodos pré-coloniais na amazônia: um estudo de caso na RDS Amanã**. Tefé: Relatório Técnico Final (Bolsa CNPq), 2018.

CASSINO, M. F. **People, plants, animals and other beings: a multi-perspective approach to Amazonian cultural landscape**. 2025. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas (Botânica)) – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus, 2025.

CASSINO, M. F. et al. Ethnobotany and Ethnoecology Applied to Historical Ecology. In: ALBUQUERQUE, U. P. et al. (Eds.). **Methods and techniques in ethnobiology and ethnoecology**. Springer Nature, 2019. p. 187-208.



CASSINO, M. F. et al. Thinking with Amazonian Indigenous Peoples to expand ideas on domestication. **People and Nature**, John Wiley & Sons Ltd / British Ecological Society, 2025.

CITTADIN, A. P. **Laguna, Paisagem e Preservação**: o patrimônio cultural e natural do município. 2010. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CLEMENT, C. R. Fruit trees and the transition to food production in Amazonia. In: BALÉE, W.; ERICKSON, C. L. (Eds.). **Time and Complexity in the Neotropical Lowlands**: Studies in Historical Ecology. New York: Columbia University Press, 2006. p. 165-185.

CLEMENT, C. R.; CASSINO, M. F. Landscape Domestication and Archaeology. In: **Encyclopedia of Global Archaeology**. Cham: Springer, 2018.

CLEMENT, C. R.; CRISTO-ARAÚJO, M. et al. Origin and Domestication of Native Amazonian Crops. **Diversity**, v. 2, p. 72-106, 2010.

CLEMENT, C. R.; JUNQUEIRA, A. B. Between A Pristine Myth And An Impoverished Future. **Biotropica**, n. 42, p. 534-536, 2010.

CLEMENT, C. R.; MCCANN, J. M.; SMITH, N. J. H. Agrobiodiversity in Amazonia and its Relationship with Dark Earths. In: LEHMANN, J. et al. (Eds.). **Amazonian Dark Earths**: Origin, Properties, management. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 2003. p. 159-178.

COELHO, E. A. et al. O Turismo na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã pela Perspectiva das Comunidades Locais. **Revista Turismo em Análise**, v. 33, n. 1, p. 153-176, jan./abr. 2022.



COSTA, B. L. **Levantamento arqueológico na reserva de desenvolvimento sustentável (RDS) Amanã**: Estado do Amazonas. 2012. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

D - E

DELPHIM, C. F. M. **Patrimônio natural no Brasil**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

DESCOLA, P. Landscape as Transfiguration. **Suomen Antropologi**, Helsinki, v. 41, n. 1, p. 3-13, 2016.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

EMPERAIRE, L. Dissonâncias Vegetais: entre roças e tratados. In: OLIVEIRA, J. C. et al. (orgs.). **Vozes vegetais**: diversidade, resistência e histórias da floresta. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

ESAU, K. **Anatomia das plantas com sementes**. Tradução de Berta Lange de Morretes. São Paulo: Edgard Blücher, 1974.

F

FABRINO, N. H.; NASCIMENTO, E. P.; COSTA, H. A. Turismo de Base Comunitária: uma reflexão sobre seus conceitos e práticas. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 3, p. 172-190, dez. 2016.

FAGUNDES, Marcelo; PIUZANA, Danielle. Arqueologia da Paisagem – considerações teóricas e metodológicas. **Revista Tarairiú**, v. 1, n. 1, 2010.



FAUSTO, C. Donos demais: Maestria e domínio na Amazônia. **Mana**, v. 14, n. 2, p. 329-366, 2008.

FAUSTO, C.; NEVES, E. G. Was There Ever a Neolithic In the Neotropics? Plant Familiarization and Biodiversity in The Amazon. **Antiquity**, Cambridge University Press, 2017.

FERREIRA, G. H. C. A colonização em Rondônia: lutas e perspectivas da cultura camponesa. **Linguagem Acadêmica**, Batatais, v. 1, n. 1, p. 135-156, jan./jun. 2011.

FIGUEIREDO, D. M. F.; LOPES, M. B. Paisagem e estratégias na Patrimonialização da cultura material e da natureza na serra da capivara-Pi. **Paisagem e Ambiente**, v. 30, n. 44, 2019.

FIGUEIREDO, S. L. Alternativas de Turismo de Base Comunitária na Amazônia Legal brasileira. **Confin**s [Online], n. 54, 2022.

FORD, R. I. **Paleoethnobotany in American archeology**. New York: Academic Press, v. 2, 1979.

FUNARI, P. P. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2003.

FURLAN. Turismo de base comunitária. **Revista E**, São Paulo, ano 29, n. 1, jul. 2022.

FURQUIM, L. P. **Arqueobotânica e Mudanças Socioeconômicas durante o Holoceno médio no Sudoeste da Amazônia**. 2018. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

FURQUIM, L. P. et al. Facing Change through Diversity: Resilience and Diversification of Plant Management Strategies during the Mid to Late Holocene Transition at the Monte Castelo Shellmound, SW Amazonia. **Quaternary**, 2021.



G - H

GOLDSTEIN, R. Etnobotânicas da recusa: metodologias de engajamento com a resistência humana-implantada. **Ilha – Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 23, n. 3, p. 197-213, set. 2021.

GOMES, J. **Marcas de encantados**: Arqueologia etnográfica sobre as paisagens do Lago Amanã, Amazonas. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 32., 2020. **Anais [...]**. 2020.

GOMES, J.; SANTOS, R. B. C.; COSTA, B. L. S. Arqueologia comunitária na reserva Amanã: história, alteridade e patrimônio arqueológico. **Amazônica - Revista de Antropologia**, v. 6, n. 2, p. 385-417, 2014.

GUIMARÃES, A. M. **Aproveitamento Turístico do Patrimônio Arqueológico no Município de Iranduba, Amazonas**. 2012. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

HALLACK, N.; BURGOS, A.; CARNEIRO, D. M. R. **Turismo de base comunitária**: estado da arte e experiências brasileiras. 2011.

HILBERT, L. Investigating Plant Management in the Monte Castelo (Rondônia – Brazil) and Tucumã (Pará – Brazil) Shellmounds using phytoliths analysis. **Nature**, 2017.

HILBERT, L. et al. A glimpse into shell mound builders' diet during mid-to-late Holocene on Marajó island. **Vegetation History and Archaeobotany**, 2023.

I - K

ICOMOS. **Declaração de Québec**: sobre a preservação do “Spiritu loci”. Paris: Icomos, 2008.



INGOLD, T. **Estar vivo**: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis: Vozes, 2023.

IPHAN. **Arqueologia nas Unidades de Conservação do Médio Rio Solimões**. Relatório Parcial de Pesquisa. Processo nº 01490.001350/2017-38. Manaus: IPHAN, 2018.

IPHAN. **Cachoeira de Iauaretê**: lugar sagrado dos povos indígenas dos Rios Uaupés e Papuri (AM). Brasília, DF: Iphan, 2007.

IPHAN. **Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009**. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 83, p. 17, 5 maio 2009.

JUNQUEIRA, A. B.; SHEPARD, G. H. Jr.; CLEMENT, C. R. Secondary forests on anthropogenic soils in Brazilian Amazonia conserve agrobiodiversity. **Biodiversity and Conservation**, v. 19, p. 1933–1961, 2010.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

L

LAURENCE, J. **Biologia**: ensino médio, volume único. São Paulo: Nova Geração, 2005.

LEAL, C. F. B. Patrimônio Natural. In: CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (orgs.). **Dicionário temático de patrimônio**: debates contemporâneos. Campinas: Editora da Unicamp, 2020.

LEITÃO, C. S. Biodiversidade cultural e imaginário do desenvolvimento. **Políticas Culturais em Revista**, v. 1, n. 3, p. 5-22, 2010.



LEVIS, C. et al. Persistent effects of pre-Columbian plant domestication on Amazonian forest composition. **Science**, v. 355, p. 925-931, 2017.

LEVIS, C. et al. Historical Human Footprint on Modern Tree Species Composition in the Purus-Madeira Interfluvio, Central Amazonia. **PLOS ONE**, v. 7, n. 11, 2012.

LÉVI-STRAUSS, C. O uso das plantas silvestres da América do Sul. In: RIBEIRO, Darcy (Ed.). **Suma etnológica brasileira**. 1963.

LIMA, D.; POZZOBON, J. Amazônia socioambiental: sustentabilidade ecológica e diversidade social. **Estudos Avançados**, v. 16, n. 45, 2002.

LIMA, H. P.; NEVES, E. G.; PETERSEN, J. La fase Açutuba: um novo complexo cerâmico na Amazônia Central. **Arqueología Suramericana**, v. 2, n. 1, p. 26-52, 2006.

LIMA, M. N. **Entrelaçando Histórias**: antigas formas de habitar os lagos do Médio Solimões. 2022. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

LINS, J. **Terra Preta de Índio e as populações do presente**: a herança que chega até o quintal. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Biológicas (Botânica)) – Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Manaus, 2013.

LOPES, R. C. A. **A tradição policroma da Amazônia no oeste Amazonense**. 2024. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024.

LOPES, R. C. A. et al. Tradição em transformação: a tradição policroma da Amazônia no médio Solimões (AM) através dos sítios São João, Ponta da Castanha e Tauary. **Amazônica - Revista de Antropologia**, v. 16, p. 117–157, 2024.

M



MAIA, B. A. R. **A técnica da "bola de neve" (snowball) na pesquisa qualitativa**. 2020.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: Gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 25-44.

MANZATO, F.; REJOWSKI, M. Considerações sobre o turismo arqueológico ou arqueoturismo no Brasil. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 2., 2004. **Anais [...]**. 2004.

MARINHO, K. L. F. **Contextos funerários da tradição policroma da Amazônia na região do lago Tefé, médio Solimões – Amazônia**. 2022. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2022.

MARINHO, P. C. A travessia atlântica de Árvores Sagradas: etnoarqueologia e estudos de paisagem no Quilombo do Boqueirão - Vila Bela-MT. **Teoria e Sociedade**, n. 23.1, jan./jun. 2015.

MEGGERS, B. J. **Ecologia y biogeografía de la Amazonía**. 1. ed. Quito: Abya-Yala, 1999.

MEGGERS, B. J. Reconstrução do comportamento locacional pré-histórico na Amazônia. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, série Antropologia, v. 6, n. 2, Belém, 1990.

MENEGUIN, F. B. **A proteção da propriedade intelectual e o licenciamento compulsório no Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2016. (Texto para Discussão nº 198).

MENEZES, T. Z. et al. Reflexões em tempos de Pandemia: um olhar sobre o turismo no Amazonas. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 39, 2021.



MIELKE, E. J. C.; PEGAS, F. V. Turismo de Base Comunitária no Brasil: Insustentabilidade é uma Questão de Gestão. **Revista Turismo em Análise**, v. 24, n. 1, p. 170-189, abr. 2013.

MILLER, E. T. A limitação ambiental como barreira à transposição do período formativo no Brasil. In: LEDERGERBER-CRESPO, P. (Ed.). **Formativo Sudamericano**, una revaluación. Quito: Abya-Yala, 1999.

MORAES, E. A. et al. Turismo de base comunitária na América latina: uma estratégia em rede. **Revista Turismo: Visão e Ação**, v. 20, n. 2, p. 449-265, mai./ago. 2018.

N - O

NASSAR, P. M.; VIERIA, F. V. Potencialidades do Turismo de Base Comunitária. In: NASCIMENTO et al. **Sociobiodiversidade da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Amanã**. Tefé: IDSM, 2019. NASCIMENTO, F. B.; SCIFONI, S. A paisagem cultural como novo paradigma para a proteção: a experiência do Vale do Ribeira-SP. **Revista CPC**, São Paulo, n. 10, p. 29-48, maio/out. 2010.

NOVAES, L. C. N. A tecnologia do ebó: Arqueologia de materiais orgânicos em contexto Afro-religioso. **Revista de Arqueologia**, v. 34, n. 3, set./dez. 2021.

OLIVEIRA, E, C. **A paisagem antiga do médio rio Solimões através dos estudos arqueobotânicos do sítio-comunidade Tauary, Tefé, Amazonas**. 2023. Projeto de Mestrado (Arqueologia) – Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2023.

OLIVEIRA, D. A.; LEAL, A.; ARAÚJO, N. L. Propriedade Intelectual e Patrimônio Cultural: bases para salvaguarda. **Montes Claros**, v. 8, n. 2, jul./dez. 2006.



OLIVEIRA, E. **Estética da transformação: iconografia e estilo da cerâmica policroma da Amazônia**. 2022. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

OLIVEIRA, E. C. et al. Contando uma nova história: (re) descobrindo a floresta nacional de Tefé a partir dos estudos arqueobotânicos da comunidade Tauary. In: SIMPÓSIO SOBRE CONSERVAÇÃO E MANEJO PARTICIPATIVO NA AMAZÔNIA, 18., 2022, Tefé. **Anais [...]**. 2022.

OLIVEIRA, E, C. **Uso e manejo de recursos florísticos em períodos pré-colonial no médio Solimões, Amazonas**. Tefé: Relatório Técnico Final (Bolsa CNPq), 2023a.

OLIVEIRA, E, C. **Uso e manejo de recursos florísticos em períodos pré-colonial no médio Solimões, Amazonas**. Tefé: Relatório Técnico Final (Bolsa CNPq), 2023b.

OLIVEIRA, E. C.; SANTI, J. R. Grupos pretéritos na paisagem do sítio Ilha Santo Antônio: percepção a partir dos vestígios arqueobotânicos. **Cadernos do Lepaarq**, v. 16, n. 31, p. 05-20, jan./jun. 2019.

OLIVEIRA, W. L. **Estrutura e composição florística do sítio arqueológico Tauari e áreas de entorno, na floresta nacional de Tefé, Amazonas, Brasil**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Biológicas) – Tefé, 2019.

P - Q

PAKMAN, E. T. As definições de turismo da OMT. In: **T&H - Turismo e Hotelaria no contexto histórico**. João Pessoa: Editora CCTA, 2020.

PEARSALL, D. M. **Paleoethnobotany: a handbook of procedures**. 2. ed. San Diego: Academic Press, 2000.



PELLINI, J. R.; GUIMARÃES, C. M. Apresentações. **Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, v. 8, n. 1, jan./jun. 2014.

PERALTA, N. et al. (orgs.). **Lições e reflexões sobre o turismo de base comunitária na Reserva Mamirauá**. Tefé: IDSM, 2016. p. 16-35.

PEREIRA, L. D.; SILVA, S. M. Turismo arqueológico. In: CAMPOS, Juliano Bitencourt et al. (orgs.). **Arqueologia e Turismo Sustentável: Patrimônio cultural, direito e meio ambiente**. Criciúma: UNESC, 2021. v. 4.

PINHEIRO, N. C. P. **Arqueobotânica no sítio Terra Preta do Mangabal alto rio Tapajós**. 2021. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2021.

PIPERNO, D. R. **Phytoliths: A Comprehensive Guide for Archaeologists and Paleoecologists**. AltaMira Press, 2006.

PIPERNO, D. R. The Origins of Plant Cultivation and Domestication in the New World Tropics. **Current Anthropology**, v. 52, n. S4, p. S453-S470, out. 2011.

POSEY, D. A. Interpreting and Applying the “Reality” of Indigenous Concepts. In: REDFORD, K. H.; PADOCH, C. (Eds.). **Conservation of Neotropical Forests: working from traditional resource use**. New York: Columbia University Press, 1992. p. 21-34.

QUEIROZ, M. S. M.; BIANCO, R. Morfologia e desenvolvimento germinativo de *Oenocarpus bacaba* MART. (Arecaceae) da Amazônia ocidental. **Revista Árvore**, Viçosa, v. 33, n. 6, p. 1037-1042, 2009.

R - S

RIBEIRO, R. W. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.



ROOSEVELT, A. C. Arqueologia Amazônica. In: CUNHA, M. C. C. (org.). **História Dos Índios No Brasil**. São Paulo: Companhia Das Letras, 1992. v. 2, p. 53-86.

ROOSEVELT, A. C. et al. Paleoindian cave dwellers in the Amazon: the peopling of the Americas. **Science**, v. 272, n. 5260, p. 373-384, 1996.

SANTOS, A. M. R. **Percorrendo caminhos de aquilombamentos urbanos: visibilizando o patrimônio cultural arqueológico associado à coletiva humana amefricana em Porto Velho, RO**. 2023. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2023.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, R. S.; FERREIRA, C. Estudo etnobotânico de *Mauritia flexuosa* L.f. (Arecaceae) em comunidades ribeirinhas do município de Abaetetuba, Pará, Brasil. **Acta Amazônica**, 2012.

SCHEEL-YBERT, R. Coleções de referência e bancos de dados de estruturas vegetais. **Arquivos do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, v. 64, n. 3, p. 255-266, jul./set. 2006.

SCHEEL-YBERT, R. et al. Proposed sampling standards for bioarchaeological macro-Remains. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, v. 15-16, 2005-2006.

SCHEEL-YBERT, Rita et al. (orgs.). **20 anos de Arqueobotânica no Brasil: uma disciplina em ascensão**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, UFRJ, 2024. 341 p. (Série Livros Digital, 28).



SCOLES, R. et al. Crescimento e sobrevivência de castanheira (*Bertholletia Excelsa* Bonpl., Lecythidaceae). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Ciências Naturais, Belém, v. 9, n. 2, p. 321-336, maio/ago. 2014.

SHOCK, M. P.; MORAES, C. P. A floresta é o domus. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Ciências Humanas, Belém, v. 14, n. 2, p. 263-289, maio/ago. 2019.

SHOCK, M. P. **Hunter-gatherer plant use and foraging choice: a test from Minas Gerais, Brazil**. Doutorado em Anthropology, University of California, Santa Barbara, 2010.

SILVA, Francini Medeiros da. **O interflúvio e a biodiversidade dos recursos vegetais utilizados pelas populações amazônicas pré-coloniais**. 2024. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2024.

SILVA, Francini Medeiros da; SHOCK, Myrtle Pearl. Adentrando o interflúvio amazônico: uma abordagem arqueobotânica. In: SCHEEL-YBERT, Rita et al. (orgs.). **20 anos de Arqueobotânica no Brasil: uma disciplina em ascensão**. Rio de Janeiro: Museu Nacional, UFRJ, 2024. p. 227-236.

SILVA, F. M. **Paleoetnobotânica na Amazônia Central: Um estudo dos macrovestígios vegetais de três sítios arqueológicos**. Rio de Janeiro: UFRJ/MN, 2012.

SILVA, F. M. et al. Recuperação do macrovestígios em sítios arqueológicos na Amazônia. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Ciências Humanas, Belém, v. 8, n. 3, p. 759-769, 2013.

SILVA, F. M. et al. Flautas, banhas e caxiris: os gestos e os materiais perecíveis do passado resgatados no presente. **Revista de Arqueologia**, v. 34, n. 3, set./dez. 2021.



SILVA, J. F. M. M. **Uma abordagem do conceito cultural de paisagem na Arqueologia Pré-Histórica: da percepção ao conhecimento.** 2014. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2014.

SILVA, M. A. **Abordagens educacionais para uma arqueologia parente com comunidades tradicionais da RDSA e da FLONA-Tefé, Amazonas.** 2022. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

SOLÓRZANO, A. et al. Geografia, História e Ecologia: Criando pontes para a interpretação da paisagem. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 49-66, 2009.

SOUZA, A. C. A Arqueologia da Paisagem e a potencialidade interpretativa dos espaços sociais. **Revista Habitus**, Goiânia, v. 3, n. 2, p. 291-300, jul./dez. 2005.

STRAUSS, A. Um ensaio sobre a Arqueologia da Paisagem. **Revista Hawó**, v. 2, 2021.

STRUEVER, S. Flotation Techniques for the Recovery of Small-Scale Archaeological Remains. **American Antiquity**, v. 33, n. 3, p. 353-362, jul. 1968.

SUERTEGARAY, D. M. A. et al. Ribeirinhos da FLONA de Tefé-AM: Cartografia Social na compreensão do modo de vida. In: HEIDRICH, A. L.; PIRES, C. L. Z. (orgs.). **Abordagens e práticas da pesquisa qualitativa em Geografia e saberes sobre espaço e cultura.** Porto Alegre: Editora Letra1, 2016. p. 103-127.

T - Z

TILLEY, C. **A phenomenology of landscape, place, paths and monuments.** Oxford: Berg Publishers, 1994.



TILLEY, C. Do corpo ao lugar a paisagem: uma perspectiva fenomenológica. **Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, 2014.

TROUFLARD, J.; ALVES, D. T. Uma abordagem interdisciplinar do sítio arqueológico Cedro, baixo Amazonas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Ciências Humanas, Belém, v. 14, n. 2, p. 553-580, maio/ago. 2019.

TSING, A. L. Margens Indomáveis: cogumelos como espécies companheiras. **Ilha**, v. 17, n. 1, p. 177-201, jan./jul. 2015.

TSING, A. L. **Viver nas ruínas**: paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

UNESCO. **Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural**. Paris: UNESCO, 1972.

VARGAS, R. C. et al. Turismo de base comunitária: uma perspectiva desde o bem viver. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 54, 2020.

VIDAL, M. D. et al. Impacts of covid-19 pandemic on ecotourism segment in Amazonas state, Brazil. **Anais Brasileiros de Estudos Turísticos - ABET**, Juiz de Fora, v. 11, p. 1-12, 2021.

VIVEIROS DE CASTRO, E. **Imagens da natureza e da sociedade**. São Paulo: Ubu, 2002.

VOGT, O. P. Patrimônio cultural: um conceito em construção. **MÉTIS: história & cultura**, v. 7, n. 13, p. 13-31, jan./jun. 2008.

WATLING, J. et al. Arqueobotânica das ocupações ceramistas na Cachoeira do Teotônio. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, 2020.



WATLING, J. et al. Direct archaeological evidence for Southwestern Amazonia as an early plant domestication and food production centre. **PLoS ONE**, 2018.

WILLIAMSON, T. E. **Guía para un turismo sostenible**. 2021. Dissertação (Mestrado) – Università degli Studi di Padova, Pádua, 2021.

WRIGHT, P. Preservation or destruction of plant remains by carbonization? **Journal of Archaeological Science**, p. 577-583, 2003.

WRIGHT, P. J. Methodological Issues in Paleoethnobotany. In: VANDERWARKER, A. M.; PERES, T. M. (Eds.). **Integrating Zooarchaeology and Paleoethnobotany**. 2010.

ZANIRATO, S. H. Usos sociais do patrimônio cultural e natural. **Patrimônio e Memória**, v. 5, n. 1, p. 137-152, out. 2009.

ZANIRATO, S. H. Paisagem cultural e o espírito do lugar como patrimônio. **Revista CPC**, São Paulo, n. 29, p. 8-35, jan./jul. 2020.

ZANIRATO, S. H.; RIBEIRO, W. C. Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasileira de História**, v. 26, n. 51, 2006.

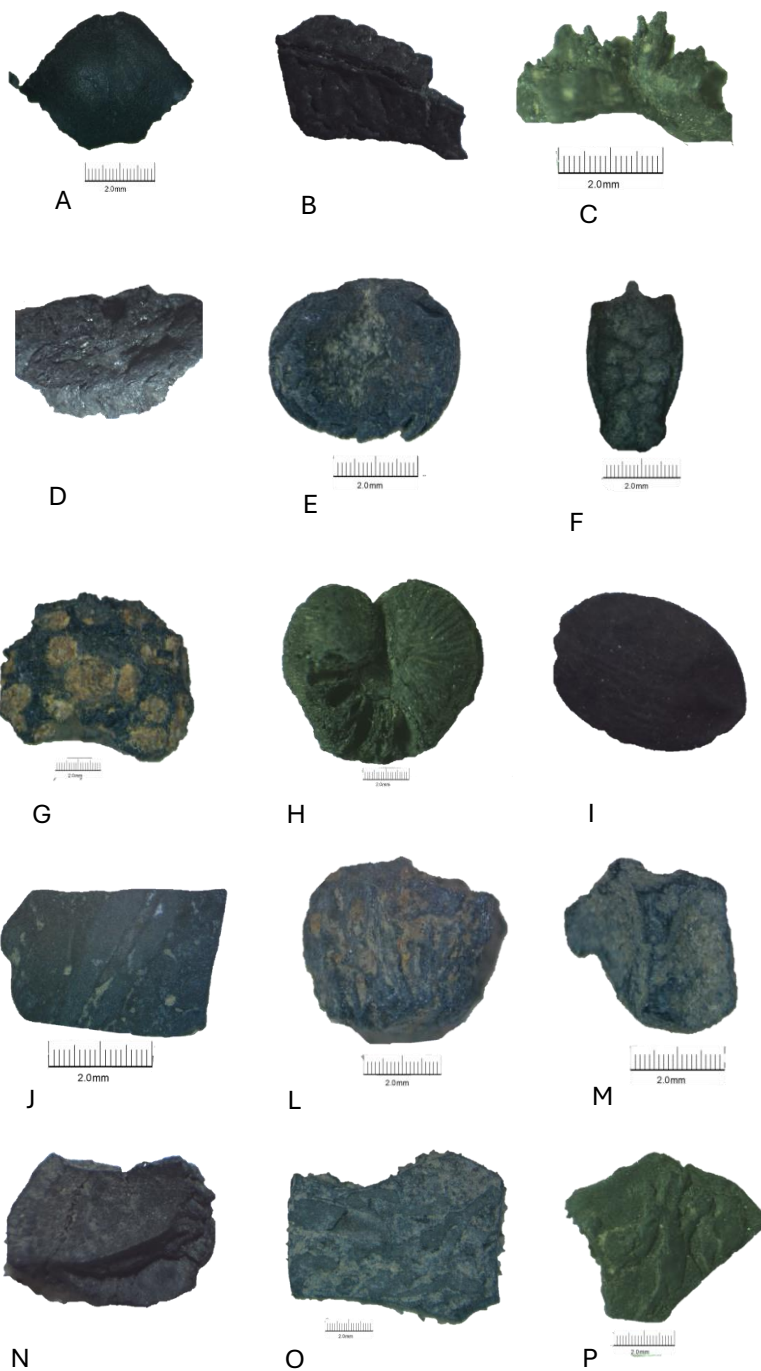
ZAOUAL, H. Do turismo de massa ao turismo situado: quais as transições? **Caderno Virtual de Turismo**, v. 8, n. 2, 2008.

ZUSE, S. **Variabilidade cerâmica e diversidade cultural no Alto rio Madeira, Rondônia**. 2014. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.



APÊNDICES

1) Prancha Morfotipos identificados a nível botânico no sítio arqueológico Tauary.





1) Morfotipos identificados a nível botânico no sítio arqueológico Tauary. **A:** Buriti, *Mauritia flexuosa* (MT 101), **B:** Castanha, *Bertholletia excelsa* (MT 10), **C:** piquiá, *Caryocar villosum* (MT 17), **D:** patauá, *Oenocarpus* cf *bataua* (MT 64), **E:** bacaba, *Oenocarpus* cf. *bacaba* (MT 19), **F:** maracujá, *Passiflora* (MT 102), **G:** murici, *Byrsonima* sp (MT 47), **H:** açai, *Euterpe* sp (MT 11), **I:** semente, *Euphorbeaceae*, **J:** pupunha, *Bactris gaspeaes* (MT 100), **L:** babaçu, *Attalea* sp. (MT 89), **M:** jatobá, *Hymenaea* sp. (MT 84), **N:** buriti, *Mauritia flexuosa* (MT 85), **O:** *Astrocaryum* sp (MT 61) e **P:** tucumã, *Astrocaryum aculeatum* (MT 12). **A=** EP (epicarpo), **B, C, M =** TG (tegumento), **D, H, E, N=** ED (endospema), **F, I=** Semente, **J, L, O, P=** ED (Endocarpo).
Imagem: Elaborado por Emanuella Oliveira.



2) Quadro de Morfotipos identificados no sítio arqueológico Tauary

Morfotipo	Nome popular	Órgão Vegetal	Parte do órgão	Família	Genêro	Espécie	N1065 E941	N1064 E941	N741 E820	Carbonizado	Ñ carbonizado
MT 1	Palmeira	Semente	Endocarpo	Arecaceae			23	2	0	*	
MT 2	Palmeira	Semente	Endocarpo	Arecaceae			8	0	0	*	
MT 4	Palmeira	Semente	Endosperma	Arecaceae			14	32	1	*	
MT 10	Castanha	Semente	Tegumento	Lecythidaceae	Bertholletia	execelsa	3	65	4	*	
MT 11	Palmeira	Semente	Tegumento/Endosperma	Arecaceae	Euterpe sp.		36	8	2	*	
MT 12	Palmeira	Semente	Endocarpo	Arecaceae	Astrocaryum	aculeatum	1	0	7	*	



MT 13		Semente	Endosperma				0	5	0	*	
MT 17	Piquiá	Semente	Tegumento	Caryocar aceae	Caryocar villosum		0	7	0	*	
MT 19	Palmeira	Semente	Tegumento/Endosperma	Arecaceae	Oenocarpus cf. bacaba		13	23	0	*	
MT 20	Palmeira	Semente	Endosperma	Arecaceae			2	8	1	*	
MT 27		Semente	Endosperma				0	0	2	*	
MT 28	Casca		Casca (de fruto?)				2	16	25	*	
MT 32		Fruto					0	0	8	*	
MT 33	Casca						0	2	9	*	
MT 40		Semente	Tegumento				0	1	1	*	



MT 42	Casca de árvore		Caule				0	1	4	*	
MT 43	Tubérculo	Orgão subterrâneo	Orgão subterrâneo				0	3	0	*	
MT 46		Fruto	Âpce/Divisão de lóculos (Tegumento)				0	1	0	*	
MT 47	Murici	Fruto	Epicarpo/Endocarpo/Tegumento	Malpighiaceae	Byrsonima sp.		0	0	1	*	
MT 49		Semente	Endosperma	Fabaceae (?)			1	0	0	*	
MT 56		Semente	Endosperma, Tegumento/ Hilo				1	31	1	*	
MT 57		Semente	Tegumento				1	1	0	*	
MT 58		Semente	Endosperma				1	7	1	*	
MT 59		Semente	Endosperma, poro germinativo				0	0	1	*	



MT 60	Palmeira	Semente	Tegumento/Pirênio	Arecacea			0	0	1	*	
MT 61	Palmeira	Semente	Endocarpo	Arecacea	Astrocaryu m.sp		0	0	2	*	
MT 62	Palmeira	Semente	Endocarpo	Arecacea			0	0	2	*	
MT 63	Maracujá	Semente	Semen inteira	Passiflora ceae	Passiflora sp.		0	0	1		*
MT 64	Patauí	Semente	Endosperma/Pirênio	Arecacea	Oenocarpus bataua		18	34	1	*	
MT 65		Semente					0	8	0	*	
MT 68	Broto	Semente	Broto				0	1	1	*	
MT 69		Semente	Endosperma/Tegumento /Poro germinativo				0	8	0	*	
MT 70	Dente de leão	Semente	Plumas/Cerdas	Asteracea e			0	1	0		*



MT 71		Fruto					0	1	0	*	
MT 72		Semente	Semente inteira				0	1	0		*
MT 73		Semente	Semente inteira	Ephorbea ceae				2		*	
MT 74		Semente	Endosperma				0	1	0	*	
MT 79	Palmeira	Semente	Endocarpo	Arecacea			7	0	0	*	
MT 80	Palmeira	Semente	Endosperma/Tegumento /Poro germinativo	Arecacea			1	0	0	*	
MT 81		Semente	Tegumento				1	1	0	*	
MT 82		Semente	Endosperma				6	0	0	*	
MT 83	Palmeira	Semente	Endosperma/Tegumento	Arecacea			4	1	0	*	



MT 84	Jutaí	Semente	Tegumento	Hymenaea			1	0	0	*	
MT 85	Buriti	Semente	Endosperma/Tegumento	Arecacea	Mautitia flexuosa		1	2	4	*	
MT 86		Semente	Endosperma				1	0	0	*	
MT 87	Casca de árvore	Caule	Casca de árvore				1	0	1	*	
MT 88		Fruto	Tegumento				1	2	6	*	
MT 89	Babaçu/urucuri	Fruto	Endocarpo/pirênio	Arecacea	Attalea sp.		0	1	0	*	
MT 91	Palmeira	Semente	Endocarpo	Arecacea			6	0	0	*	
MT 99	Ouriço	Fruto	Endocarpo	Lectydeae	B. excelsa		0	4	18	*	
MT 100	Pupunha	Semente	Endocarpo	Arecacea	Bactris dc. Gasepaes		0	1	0	*	



MT 101	Maracujá selvagem	semente	Semente inteira	Passiflora raceae	Passiflora sp.		0	0	1	*	
MT 102	Casca do buriti		Epicarpo	Arecacea	M.flexuosa		0	0	17	*	
MT 103		Fruto	Pericarpo/Endocarpo				0	0	2	*	
MT 104		Semente	Endosperma				3	0	0	*	
MT 105		Semente	Endosperma				1	0	0	*	
MT 106		Semente	Endosperma				1	0	0	*	
MT 107		Fruto	Pericarpo/Endocarpo				1	0	0	*	



ENTREVISTAS



3) Resumo das entrevistas

Entrevista 1

Entrevistado de 65 anos, morador da Comunidade de Tauari desde os 9 anos de idade, explora sua história de vida, a evolução da paisagem local e suas experiências com a agricultura e o desenvolvimento da comunidade.

Vida e Origem

- nasceu em Tefé, na região de Cinco Bocas, em uma canoa.
- Seus pais também eram de Tefé e se mudaram de Tuiuca, uma localidade que hoje é parte do município de Alvarães (anteriormente Tefé), para Tauary quando ele tinha 9 anos.
- Aos 15 anos, assumiu a responsabilidade pelos irmãos e pela casa, dedicando-se à agricultura.

A Paisagem de Tauary no Passado

- Quando chegou, a área central da comunidade já era "capoeira" (área desmatada e em regeneração), enquanto mais adiante havia "mata" densa.
- A região possuía madeiras de lei, como miratauá, bacatirana, tanimbuca, biorana ferro, murapiranga e acapu, que eram abundantes, sendo o acapu tão comum que um igarapé local leva seu nome. Essas madeiras são hoje raras devido ao desmatamento para roças.
- Plantas como castanheiras e mangueiras já existiam, plantadas por antigos moradores.
- Os primeiros "donos" da terra, como Henrique, viviam de roça de subsistência, extração de borracha (seringa e solva) e pesca.
- O pai de Dona Edice comprou o terreno de Henrique e tentou estabelecer um seringal, abrindo 12 "quadras" (hectares) de mata, mas as plantas foram destruídas por "saúvas" (formigas cortadeiras), levando-o a se voltar para o plantio de mandioca.



A Vida de Agricultor

- O entrevistado sempre se dedicou à agricultura, apesar de seu pai ser pescador. Ele não tinha paciência para a pesca.
- Sua principal cultura era a mandioca para a produção de farinha.
- O processo de abertura de roças ("quadras" ou hectares) envolvia roçar, derrubar, esperar secar (90 dias para mata, 30-40 dias para capoeira) e "tocar fogo" para limpar a terra antes do plantio. Ele menciona que o trabalho era muito sofrido e dava mais trabalho no passado, antes da motosserra.
- Trabalhou na roça até os 48 anos, quando uma doença pulmonar o impossibilitou de continuar. Atualmente, vive de sua aposentadoria.
- Além da mandioca para venda, ele planta para consumo próprio diversas frutas e raízes como açaí, bacabeira, piquiá, tucumã, banana, cana, abacaxi, cará e macaxeira. Ele "zela" (limpa e cultiva) as plantas, mesmo aquelas que nascem naturalmente.
- Ele revela que, embora plante muitas frutas, não consome a maioria delas, preferindo maçã, pera, uva, macaxeira e banana cozida.

Trabalho na Prelazia

- O entrevistado trabalhou por 17 anos para a Prelazia de Tefé, atuando como animador, tocando música para hinos em missas e cultos, e pregando a Palavra de Deus no interior.
- Este trabalho era realizado "por amor" e não era remunerado.

Abertura da Trilha Ecológica

- O entrevistado não participou diretamente da abertura da trilha ecológica da comunidade.
- A motivação para a criação da trilha veio de pessoas de fora da comunidade, visando atrair turistas e gerar renda para os moradores.



- Houve promessas de que o turismo traria benefícios econômicos significativos.
- No entanto, ele afirma que a iniciativa foi desmotivada pela falta de honestidade de "representantes" locais, que não geriram os recursos ou oportunidades de forma transparente, impedindo que a comunidade se beneficiasse como esperado. Ele enfatiza que o problema não era dos visitantes externos, mas sim dos intermediários locais.

Importância das Plantas na Vida do entrevistado

- Para o entrevistado, as plantas têm uma importância imensa. Ele se declara apaixonado por elas e por sítios, tendo um grande açailal e um tucumãzal plantados por ele.
- Ele vê o plantio como uma forma de combater a devastação ambiental e o calor intenso.
- As plantas oferecem um refúgio pessoal, um lugar para relaxar e se reconectar.
- Ele acredita que é fundamental "ajudar a natureza" plantando e repondo o que se tira, pois, de outra forma, o ser humano se autodestrói.
- Sua filosofia é deixar um legado para as futuras gerações e para a humanidade, pois não viemos ao mundo para levar nada, mas para deixar algo, o que ele acredita que agrada a Deus.

Entrevista 2

A entrevistada oferece um panorama detalhado de sua vida na comunidade de Tauary, abordando a transformação da paisagem local, a flora nativa e introduzida, suas práticas agrícolas e a história da criação da trilha ecológica.

Dados Pessoais e Chegada à Comunidade

- **Idade:** 67 anos
- **Tempo na Comunidade:** Mora em Tauary há quase 50 anos.



- **Como Chegou:** Veio para Itauari aos 17 anos, após iniciar um namoro e casar-se com um rapaz da comunidade. Ela não se mudou com os pais, mas sim para viver com o marido. Seu filho mais velho tem 44 anos, tendo nascido e crescido na comunidade.

A Paisagem de Tauary Antigamente e Atualmente

- **Tauary quando da chegada da entrevistada:** A área da frente da comunidade era "acerrada" (densa) e um "jauarizal", um local com abundância de palmeiras jauari.
- **Joari:** É uma palmeira que cresce na água e produz frutos amarelos, que serviam de alimento para peixes como aracu, cará, sardinha, pacu, tambaqui e matrinhão. Era comum ver esses peixes no porto.
- **Transformação da Área:** A comunidade trabalhou para limpar e roçar a beira do rio, queimando e removendo espinhos para transformar a área na "praia" que é hoje.
- **Propriedade da Terra:** O sogro da entrevistada comprou a terra de um senhor chamado Henrique. Antes de Henrique, uma tribo indígena habitava o local, vivendo no "mato".
- **Plantas Existentes na Época da Chegada:**
 - Taperebá (fruta amarela).
 - Pupuíra (árvore frutífera que não existe mais).
 - Mangueira (já existia).
 - Casta (Castanheiras) plantadas pela sogra.
 - Piquiá (duas árvores: uma amarga, que foi derrubada para não "estragar" a outra, e uma saborosa, que ainda existe e se espalhou na comunidade).
- **Plantas Atuais que Permanecem:**
 - Muitos jauaris ainda existem no "rumo de baixo", longe da beira.



- Andiroba (árvore enorme plantada por sua cunhada) ainda existe e frutifica.
- Piquiá (a árvore boa e seus descendentes).
- Mangueiras (incluindo a "manga pocotó", trazida pela mãe de seu marido de Minas e que se espalhou amplamente na comunidade).
- Araçá boi (ainda existe e frutifica).
- Patauá (muito abundante na mata, mais que açaí).
- Açaí (encontrado em beira de igarapé e baixas).

Significado e Uso do Nome Tauari

- **Tauari:** Nome de uma árvore comum na região.
- **Usos do Tauari:** Sua fibra (envira), retirada da casca, era usada antigamente pelos índios para fazer "papelinho" (papel de cigarro) após secagem ao sol. A fruta do tauari, semelhante a uma goiaba, é apreciada por araras. A árvore é alta e possui um tronco grosso.
- **Localização:** Muitos pés de tauari podem ser encontrados na trilha ecológica, especialmente em "baixas".
- **Recuperação da Árvore:** A remoção parcial da fibra não mata a árvore, que se recupera com o tempo.

Suas Próprias Plantações

- Em seu barracão, a entrevistada plantou árvores de lima, manga, cupuaçu e araçá boi.
- Ela também tem um pé de café no quintal.

Economia e Práticas Agrícolas

- **Renda Econômica:** Sua principal fonte de renda é a agricultura.
- **Pesca:** Praticada apenas para consumo próprio, não para venda.



- **Cultivos para Venda:** Pimenta ardosa e pimenta de cheiro.
- **Outros Cultivos:**
 - Mandioca e macaxeira para produção de farinha (farinha d'água da macaxeira e farinha de mandioca amarela). Ambas são vendidas.
 - Milho (para alimentação de criações, não para venda).
 - Feijão (plantado separadamente).
 - Hortaliças como cebola, pimentão, couve, cheiro verde (plantadas com a terra especial).
- **Cuidados com a Agricultura:**
 - **Adubação:** Usa "estrumo", que é uma mistura de terra queimada de folhas e paus podres do terreiro ou da roça.
 - **Plantio em Roça:** Mandioca e milho são plantados juntos; o milho é plantado quando a maniva (mandioca) está pequena. Pimentas são plantadas em áreas separadas para evitar contaminação da folhagem do milho.
 - **Capina (Retirada de Mato):** É essencial para que as plantas cresçam, mas não em excesso. Capinar "nove vezes" pode prejudicar a mandioca, deixando-a "de bubuia" (fofa, sem consistência), pois o solo esquenta demais e a chuva posterior a lasca. O ideal é capinar 3 ou 4 vezes.

A Trilha Ecológica

- **Participação:** a entrevistada não participou da abertura da trilha ecológica e nunca foi nela como turista, mas a utilizava como caminho para sua roça.
- **Motivação para Abertura:** A ideia surgiu após a visita de pesquisadores que estudavam peixes ornamentais no porto. O agente de saúde e seus filhos (Emerson, Digé, Edinaldo) se envolveram na criação da trilha para futuros visitantes.



- **Plantas na Trilha:** ela reconhece piquiá, açaí e patauá. Há muitas outras madeiras, mas ela não as conhece.
- **Concentração de Plantas:** Há grandes concentrações de patauá ("boladas") na mata da trilha, mais abundantes que o açaí.
- **Uso do Patauá:** Além de "vinho" (bebida), o patauá produz um óleo fino, usado para cozinhar (fritar peixe, fazer comida), considerado mais saboroso que o óleo comprado.

Importância das Plantas na Vida da entrevistada

- A entrevistada tem um grande apreço por plantar e cuidar de plantas, gostando de ver tudo limpo ao redor delas.
- Apesar das dores nas costas (resultantes de uma queda e anos carregando peso, que a impedem de capinar com enxada), ela se dedica ao cuidado de suas plantas, como seu cafezinho, preferindo ela mesma arrancar os matos com paciência.
- Para ela, cuidar das plantas é uma paixão e um zelo constante, que a faz querer manter o ambiente organizado e produtivo mesmo com a idade avançada.

Entrevista 3

O entrevistado, morador da comunidade de Tauary há 53 anos, compartilha suas experiências e observações sobre as transformações ambientais e sociais da região ao longo do tempo. A entrevista aborda a paisagem passada, sua economia baseada na agricultura, a criação e gestão da trilha ecológica, os esforços de preservação de quelônios e a importância das plantas em sua vida.

O Passado da Comunidade Tauary: Uma Paisagem Transformada

- **Chegada e Percepção Inicial:** o entrevistado de 63 anos, chegou à comunidade de Tauary aos sete anos, em 1969. Ele lembra que a paisagem era mais bonita, com a mata mais densa e próxima, onde hoje ele vive era tudo mata.



- **Vegetação e Fauna Antiga:** A área próxima à sua casa era mata densa, enquanto outras partes eram "capoeira". Eles desmataram para fazer roças. As "ilhazinhas" no rio, que hoje têm mato ralo, antes possuíam vegetação mais grossa e bonita. Havia uma abundância de animais, como tatu e paca, caçados facilmente na beira do rio. Espécies de madeira como louro, namui, e biorana eram comuns.
- **Devastação e Escassez Atual:** Atualmente, esses animais são raros e só são encontrados a mais de uma hora e meia (mais de dois quilômetros) de caminhada. As madeiras de lei, como o louro e a abacatirana, são muito mais difíceis de encontrar perto, exigindo longas viagens mata adentro. A perda da vegetação mais robusta é atribuída a incêndios.

Economia e Práticas Agrícolas

- **Fonte de Renda:** A economia é baseada na agricultura.
- **Culturas Principais e Cuidados:** Ele planta roça (mandioca), banana e cará. Para a banana, é necessário limpar a área ao redor para um bom desenvolvimento. A roça exige três capinas (limpezas) para que a produção seja boa; menos que isso resulta em baixa produtividade (cerca de 2,5 toneladas em vez de 3-4 toneladas), pois o mato compete por nutrientes e mata as plantas. Mais de três capinas também é prejudicial, pois o solo arenoso esquenta e "ensoa" a planta.

A Trilha Ecológica e o Turismo

- **Origem da Trilha:** A trilha ecológica atual aproveitou um caminho que o entrevistado abriu há mais de 20 anos, inicialmente para seu uso pessoal até um igarapé.
- **Motivação e Desenvolvimento:** A iniciativa de transformar seu caminho em trilha veio com a chegada do turismo, oferecendo uma fonte de renda para a comunidade. Embora ele tenha consentido, não se juntou ao grupo principal (composto por Edinaldo, Mariazinha, Gé, Messião/Emerson e Marinede) que desenvolveu a trilha.



- **Atrativos da Trilha e Desafios:** A trilha, que tem quase três quilômetros, atravessa um igarapé (onde há uma ponte) e faz uma volta. Há planos para expandir a trilha para oferecer mais atrativos, como outras madeiras, pássaros, veados, antas e até onças. No entanto, a presença de onças (com filhotes) na trilha, embora não sejam vistas diretamente, é um perigo relatado. Não há roças próximas à trilha para evitar conflitos.
- **Espécies de Plantas na Trilha:** A trilha contém várias madeiras como tento, abacatirana, anjilinho, punã, coisa solveira, miratoá, tauba fina e biorana da mata. Muitas dessas são madeiras de lei, boas para construção de casas e canoas. Há placas de identificação nas árvores ao longo do caminho. Frutos nativos encontrados na trilha incluem biorana, sorva, patauá e açai, sendo as palmeiras mais abundantes na beira do igarapé.

Esforços de Preservação Ambiental

- **Comparação de Abundância (Peixes e Quelônios):** o entrevistado lamenta que a fartura de antes não existe mais. Ele recorda ter pescado 18 pirarucus em um pequeno trecho do rio quando criança, algo impensável hoje.
- **O Projeto de Quelônios:** O trabalho de preservação de quelônios (tartarugas e cágados) na comunidade, ativo há 10 anos, tem sido muito benéfico. Houve uma melhora significativa no número de quelônios, com 553 filhotes soltos este ano, um aumento em relação aos anos anteriores.
- **Desafios na Conservação:** Apesar do sucesso, há predadores na própria comunidade que pegam e vendem os animais. Raimundo e a comunidade estão monitorando esses indivíduos e planejam medidas em conjunto com o órgão ambiental IcmBio. Ele enfatiza que, embora seja permitido pegar alguns para consumo próprio (com autorização), a venda é proibida e prejudicial aos esforços de recuperação. Quelônios marcados têm sido encontrados em comunidades vizinhas, mostrando que o impacto da preservação se estende, mas a falta de engajamento de outras comunidades é um desafio.

Melhorias na Comunidade e Perspectiva Pessoal



- **Iniciativa de Limpeza:** A comunidade planeja uma limpeza geral a partir do dia 17, impulsionada por cobranças de grupos como o Mamirauá e o turismo. O objetivo é realizar a limpeza mensalmente para manter a comunidade atraente para visitantes.
- **Preservação Individual:** Raimundo mantém intocadas "ilhazinhas de mato" perto de sua casa, pois atraem pirarucus. Ele também protege uma planta nativa chamada "apuí", que nasceu espontaneamente em sua propriedade e atrai muitos pássaros com seus pequenos frutos, impedindo que as pessoas os caceem.
- **A Importância das Plantas na Vida Diária:** Para o entrevistado, a importância das plantas reside principalmente na alimentação, especialmente para as crianças. Ele valoriza ter açaí, buriti, cupuaçu e manga em casa e se destaca por doar os frutos livremente, sem cobrar, diferentemente de outros. Ele possuiu várias casas na comunidade e agora planeja construir uma nova do seu próprio jeito.

Entrevista 4

A entrevistada aborda sua história de vida, as transformações na comunidade de Tauary, suas atividades econômicas, e a importância das plantas e da natureza para seu cotidiano.

Trajetória Pessoal e Chegada em Tauary

- A entrevistada nasceu no município de Fonte Boa no estado do Amazonas.
- Mudou-se para Tefé aos 18 anos, inicialmente para a comunidade de Piraruaia. Sua mãe faleceu em Piraruaia, e seu pai retornou para Tonantins.
- Chegou à comunidade de Tauari aos 21 anos, já casada com um morador local.
- Reside em Tauary há mais de 30 anos, estimando entre 30 e 35 anos. Atualmente, tem 57 anos.
- Quando chegou, a área onde sua casa está localizada era mata; a primeira casa construída nesse lado da comunidade foi a dela.

Transformações da Paisagem e Plantio



- A paisagem de Tauary era "muito diferente" na época de sua chegada, sendo predominantemente mata onde hoje há casas.
- Ela e seu marido foram responsáveis por plantar muitas das árvores e vegetações que existem hoje em seu quintal e arredores.
- Plantas mencionadas que cultivaram: azeitoneira, abieiro, abricó, limão, munguba, bacaba, carambola, abacateiro, pupunha, açaí, goiabeira, cupuaçu, bananeiro e urucum (usado para fazer colorau para consumo e venda local).
- Além das plantas para alimentação, ela cultiva plantas ornamentais para o jardim, trazendo mudas de outras comunidades.

Recursos Naturais e Atividades Econômicas

- A floresta ao redor ainda oferece recursos naturais como açaí, patauá, buriti, tucumã e piquiá, garantindo "alimento natural" para a comunidade.
- O igarapé e o lago da comunidade são ricos em peixes como pacu, tucunaré, traíra, jaraqui e matrinxã. No entanto, a pesca no lago é proibida por ser uma área de reserva (Flona), sendo permitido pescar apenas no rio.
- A principal fonte de renda de Dona Ana é a agricultura, focada no cultivo de mandioca.
- O cuidado com a roça de mandioca envolve a capina regular para que o mato não sufoque as plantas.
- Ao abrir novas roças, tentam preservar algumas plantas nativas como açaí e tucumã, mas o fogo usado na preparação da terra muitas vezes as destrói.

Trilha Ecológica

- A entrevistada não participou da abertura da trilha ecológica, mas sabe que foi motivada pela chegada de turistas.
- Ela conhece a trilha e a considera "muito bonita", destacando a presença de açaí, patauá e buriti, além de uma ponte que atravessa um igarapé, que ela chama de "igarapé preto".



Importância das Plantas e Percepção do Desenvolvimento

- Para a entrevistada, as plantas são de extrema importância, pois servem como alimento para humanos e animais, sendo a base da vida.
- Ela expressa satisfação com o aumento do movimento na comunidade, a presença de turistas e de equipes externas (como a dos entrevistadores).
- Acredita que a vinda de pessoas de fora com novas orientações e "novidades" é fundamental, pois sem essa interação, a comunidade "não vê nada" por conta própria.

Artesanato

- A entrevistada continua a fazer artesanato, tendo mudado do uso de arumã para uma combinação de TNT e cipó.
- Ela produz itens como papetes, chapéus e cestas.
- Sua produção artesanal é vendida principalmente na comunidade, com alta demanda, o que a impede de levar os produtos para venda em outros lugares.
- O artesanato não é sua profissão principal, sendo feito em seu tempo livre.
- Ela também produz sabão (líquido e em barra) para consumo próprio, embora seu trabalho seja divulgado por uma pastora em Tefé.
- Menciona ter tido problemas de saúde em 2023, que a afastaram do trabalho, mas está em recuperação.

Agradecimentos Finais

- A entrevistada agradece a visita e a presença dos entrevistadores, pedindo desculpas caso algo não tenha sido de agrado.
- Ela expressa o desejo de que a parceria continue e que os entrevistadores retornem.

Entrevista 5



Dados Pessoais e Histórico na Comunidade

- Idade e Tempo em Tauary: 42 anos, nascido e criado na comunidade.
- História Familiar em Tauary: Seu avô foi o primeiro da família a chegar, seguido pelo tio, depois o pai e a mãe que chegou ainda criança.
- Irmãos: Tem quatro irmãos, mas apenas ele e um irmão mais velho residem em Tauari; os outros três moram na cidade.

Evolução da Paisagem de Tauary

- Passado Distante (quando criança, 2-4 anos):
 - Existiam apenas duas casas, do tio e do pai, localizadas mais à frente na comunidade (depois da casa do Raimundo).
 - A área onde hoje é a comunidade era "mato", com "jauarizal" e "tirirical".
 - Havia uma área de "capoeira" (floresta secundária) mais abaixo, onde os primeiros moradores trabalhavam, e uma área de "mata virgem" mais acima.
 - O terreno foi comprado pelo avô de um homem chamado Henrique.
- Crescimento da Comunidade (a partir dos 8-10 anos):
 - Outros moradores, incluindo familiares, foram chegando, e a comunidade começou a se expandir para a área onde está atualmente.
 - O Igarapé do Tauari fica na entrada da comunidade.
- Mudanças na Vegetação:
 - Antigamente, a região tinha poucas fruteiras.
 - Com a chegada de novos moradores e a formação de sítios, diversas fruteiras foram plantadas.
 - Frutas antigas mencionadas: mangueira, cupuaçu, jambo, abiu.



- Novas frutas plantadas: mangueira, açaizeiro, buriti, carambola (plantada por um antigo morador), pupunheira, açaí, abacate, caju.
- Ele plantou açaí, cupuaçu, abacate, manga e caju. Tentou plantar piquiá, mas foi destruído por um inseto "serra". Sua mãe plantou piquiá (com sucesso) e rambutã.
- Ainda há jauarizal em outras áreas, mas não na parte central da comunidade.

Economia e Agricultura

- Principal Atividade Econômica: Agricultura.
- Culturas Plantadas: Mandioca, macaxeira, cará, milho e banana.
- Organização do Plantio: Tudo na mesma roça, mas em áreas diferentes. A banana é plantada em uma área separada, enquanto o cará e a macaxeira são plantados juntos.
- Cuidados com a Roça: Requer "capina" (limpeza) duas vezes para evitar que o mato mate as plantações.
- Tempo de Colheita: Nove a dez meses.
- Importância Econômica: A produção é para consumo próprio e também para venda (macaxeira, cará, banana), sendo uma boa fonte de renda e sustento para a família e para outros.

A Trilha Ecológica

- Participação: Ele participou da abertura da trilha, especificamente no alargamento de um caminho já existente.
- Motivação: Abrir a trilha para receber turistas.
- Localização: Foi escolhido um caminho que já existia ("caminho do Raimundo"), pois era o acesso mais fácil e os outros locais eram "Chavascal" (terreno difícil de caminhar).



- Flora da Trilha (Plantas Nativas):
 - As plantas na trilha são naturais, não foram plantadas.
 - Espécies mencionadas: cedro, mata-mata, abacatirana, castanha de cutia, anjilim, cumaru, violeta, punã, sova, tauari, macucu, abiorana.
 - Uso das Plantas: Muitas são madeiras (cedro, abacatirana, cumaru, etc.), algumas produzem frutos comestíveis (abiorana – similar ao abiu e grudenta), e outras têm usos tradicionais (macucu – fruto vermelho, usado para tingir cuias e sua cera/resina em embarcações).
 - O Tauari, que dá nome à comunidade, tem duas árvores na trilha, identificadas com placas. Mais árvores de Tauari se encontram no igapó, mas a trilha não passa por lá.
 - Palmeiras: Há patauá (em grandes concentrações, formando "patauá-sal" pelo qual a trilha passa) e açaí, todas árvores grandes e altas.
 - Todas as plantas mencionadas são visíveis da beira do caminho da trilha.

A Importância das Plantas

- Para o entrevistado, as plantas são de extrema importância, pois fornecem alimento, nutrição e frutas essenciais para a sobrevivência.
- Considera fundamental que as pessoas cultivem e plantem, pois "é tão bom comer uma fruta, e não plantar".
- As plantas representam o sustento para ele e para outras pessoas na comunidade.

Entrevista 6

Informações Pessoais e Histórico na Comunidade

- O entrevistado tem 50 anos, nascido em 29 de setembro de 1974.
- Nasceu em Tauari, saiu aos 2 anos para estudar e retornou em 1991, aos 17 anos, não tendo saído mais desde então.

Transformações da Paisagem e Organização da Comunidade Tauary



- **Antiga Sede da Comunidade:** A sede original de Tauary não era no local atual, mas cerca de 500 metros rio abaixo, na "Boca do Igarapé" (Igarapé Tauari), onde ficavam a escola e a casa comunitária. A maior parte da população morava lá.
- **Mudança da Sede:** A transição para o local atual foi impulsionada pela chegada de Dona Edice, que, após se aposentar em Manaus, usou sua influência política para trazer infraestrutura para a área atual. Isso levou ao aumento da habitação e à migração das pessoas da antiga sede. O local original ainda é perceptível como uma área limpa.
- **Desmatamento e Reflorestamento:**
 - A área atual da comunidade era densamente arborizada e foi desmatada para a construção de casas devido ao crescimento populacional.
 - Houve aumento de queimadas nas margens do rio.
 - O desmatamento é visto como uma necessidade para a subsistência das famílias (agricultura de roça), pois faltam outras opções econômicas.
 - Impacto na produção de mel: A derrubada de árvores que produzem flores reduz a florada essencial para as abelhas, diminuindo a produção de mel.
 - Apesar do desmatamento inicial, a área foi reflorestada com árvores frutíferas como açaí, cupu, manga, jabuticaba, acerola, pitanga, ata e graviola. A mata original era de "capoeira" (mata secundária).
 - Francisco é a favor do reflorestamento e planta ativamente árvores frutíferas (açaí, coco, jambo, manga, cupu, jabuticaba, acerola, pitanga, ata, graviola) e andiroba em sua propriedade, com o objetivo de não deixar o solo "pelado".
- **Fauna:** No passado, era mais fácil avistar animais como paca e veado perto da comunidade. Com o desmatamento e o aumento populacional, esses animais são vistos mais distantes, embora ainda haja rastros de anta, veado e porco na região.



- **Origem do Nome Tauari:** O nome "Tauary" é antigo e veio da árvore Tauari, que era abundante na região. Existem ainda alguns pés de Tauari, inclusive na trilha ecológica.
- **Fundação da Comunidade:** A Comunidade Tauary foi formalmente fundada em 1988, coincidindo com a promulgação da Constituição Federal do Brasil. Antes disso, a área era uma "localidade" com poucos moradores.

Atividades Econômicas e Visão sobre a Agricultura

- **Renda Principal:** o entrevistado é funcionário.
- **Rendas Complementares:** Cultiva roça para consumo familiar e pratica a meliponicultura (criação de abelhas para mel), que ele vê como um investimento para sua aposentadoria, planejando dedicar-se integralmente às plantas e abelhas no futuro.
- **Conexão Pessoal:** Ele permanece em Tauary, apesar de sua família ter se mudado para Tefé ou outras comunidades da Flona, por seu amor pelo "sítio" e pela natureza.
- **Crítica à Política Agrícola:** Ele lamenta a falta de políticas públicas que permitam aos agricultores trabalhar em pequenas áreas de forma sustentável, usando rotação de culturas. Ele sugere o uso de maquinário (como escavadeiras para preparar a terra) para evitar a necessidade de abrir novas áreas de mata virgem anualmente.
- **Queimadas:** Explica que o aumento das queimadas em agosto, setembro e outubro ocorre na época de fazer roça. Argumenta que o problema maior não são as roças feitas em "capoeira" (áreas já desmatadas), mas sim a abertura de novas áreas de mata virgem com árvores centenárias.

A Trilha Ecológica

- **Criação da Trilha:** Ele foi o principal responsável por 80% da abertura da trilha ecológica, com a ajuda de outras pessoas, entre 2017 e 2018. Ele inicialmente criou um caminho do seu sítio até a comunidade para facilitar o acesso.



- **Motivação para Manutenção:** O grupo de turismo local percebeu o potencial da trilha e decidiu mantê-la limpa, trazendo benefícios para a comunidade através do turismo. A comunidade de Tauary é acostumada a abraçar projetos.
- **Natureza Intacta:** A trilha atravessa uma área de "mata virgem" que não é adequada para agricultura (plantar mandioca não prospera). Por isso, a mata permanece intacta, com árvores nativas que não foram plantadas nem cortadas.
- **Espécies de Plantas na Trilha:** A trilha possui diversas árvores como anjilim, louro, castanha de cutia, noirá, solveira, bacatirana, abiorana, cumaru, entre outras. Todas são úteis (por exemplo, para móveis) e produzem frutos que servem de alimento para a fauna local.
- **Observação da Fauna:** É possível avistar animais na trilha, e turistas já registraram a presença de antas.
- **Distribuição das Espécies:** As árvores não se concentram em grandes aglomerados da mesma espécie, mas são distribuídas em pequenos grupos ao longo do caminho.

Importância das Plantas na Vida do entrevistado

- Para ele, as plantas são "tudo". Ele acredita que se derrubar, deve reflorestar.
- Sua meta é reflorestar pelo menos duas das três hectares que abriu para a roça no próximo ano.

Entrevista 7

1. História Pessoal e da Comunidade Tauary:

Chegada e Saída Inicial: Nascido em Carauari, na região do Juruá (AC), em 9 de janeiro de 1958, ele foi criado em um seminário até os 15 anos, antes de se mudar para Itauari.

Chegou a Tauary aos 15 anos, mas deixou a localidade devido à rigidez do antigo proprietário, que impunha limites de trabalho, levando à expulsão de muitas famílias. Naquela época, a principal atividade era a roça, com alguns dedicando-se à pesca.



Retorno e Fundação da Comunidade: Voltou a Itauari após a morte do proprietário, a pedido dos filhos deste. Ele diz foi fundamental na fundação da comunidade, que inicialmente se estabeleceu na beira do Igarapé Tauari. Ele trouxe 13 homens de Curumitá (onde era presidente de outra comunidade) para ajudar no desmatamento e estabelecimento.

Desenvolvimento da Comunidade: Tauary era inicialmente uma "localidade" e não uma "comunidade" reconhecida, o que dificultava o acesso a serviços como vacinação. A primeira escola foi construída no local original, e seus materiais foram posteriormente utilizados para construir a casa comunitária na localização atual. Todos os filhos dele, exceto a primeira, nasceram em tauary, sendo um deles, Thalia, com quase 30 anos, em formação para ser médica. Desde seu retorno definitivo, ele vive em tauari há mais de 25-30 anos.

2. Ambiente e Paisagem de tauary:

Estado Original: Quando ele chegou, a área era uma "mata bruta" ou "matagal cerrado" (da casa do Sr. Vitinho até a do Josué), com árvores grandes como "cadaraparizeiro" e "pau da mata". Havia poucas árvores frutíferas naturais.

Modificações e Vegetação Atual: Francisco plantou diversas árvores frutíferas em seu quintal e na "Casa de Farinha", incluindo mangueira, cupuaçu, açaí, buriti, coco, graviola, azeitona e rambutan. Algumas árvores antigas, como o jatobazeiro e uma castanheira plantada pelo primeiro morador, ainda permanecem.

Capoeira e Campo de Futebol: Existiam áreas de "capoeira" (mata secundária) atrás do campo de futebol e em direção ao igarapé. O campo de futebol atual era, na sua chegada, apenas um pequeno espaço, que ele ajudou a expandir.

Tipos de Ecossistemas: Ele descreve "chavascal" (área pantanosa com água preta) e "chupador" (terreno salgado e lamacento à beira do igarapé, possivelmente uma mina de sal), onde plantas como patauá e buriti prosperam.

3. Economia e Filosofia de Vida:

Fonte de Renda: A principal atividade econômica dele é a roça (agricultura). Ele é aposentado, mas sua renda para o sustento diário vem da venda de farinha de mandioca.



Produção Agrícola: Planta mandioca, banana, cará, macaxeira, abacaxi, melancia, jerimum, milho, maxixe, tomate e pimentão.

Práticas Agrícolas: Ele enfatiza a importância de seguir um calendário específico para derrubada, queima, plantio e capina, diferenciando as roças de "mata" (que produzem mandioca maior e exigem menos capinas) das de "capoeira" (menores e que demandam mais trabalho).

Consumo e Partilha: A maior parte de sua produção (banana, açaí, maxixe, melancia) é para consumo próprio e para partilhar com amigos e familiares, sem objetivo de venda, exceto a farinha.

Valores: Sua filosofia de vida é fortemente influenciada pela mãe, que lhe ensinou: "tu só colhe se tu plantar". Ele também cita um "arigó" (cearense) do Juruá que, ao dar frutas, sempre lembrava "tudo isso tem semente", incentivando o plantio. Para ele, a plantação é fundamental para a alimentação e o futuro de uma família.

4. A Trilha Ecológica e Conhecimento da Mata:

Participação Indireta: Ele não participou diretamente da abertura da trilha ecológica, mas forneceu orientações sobre os melhores caminhos, dada sua vasta experiência como caçador e seu profundo conhecimento da mata local (onde há chupador, buritizeira, piquiá, uxi e patauá). **Motivação e Trajeto:** A motivação para a trilha foi o turismo. Inicialmente curta e em área de capoeira, a trilha foi expandida para incluir áreas de mata bruta, oferecendo aos turistas a chance de ver mais diversidade natural.

Vegetação da Trilha: A vegetação da trilha é natural, com árvores como paracanaúba, angelim, copaíba e cedro. Há também aglomerações de patauá e buriti, mas o açaí é escasso na trilha de terra firme devido ao consumo por porcos do mato (queixada e catitu).

Experiências na Mata: Ele relata ter caçado muitas pacas, porcos

5. Desafios Atuais da Comunidade:

Desorganização e Segurança: Francisco lamenta a atual desorganização da comunidade, principalmente pela falta de documentação adequada. Ele percebe uma degradação na



segurança e confiança, contrastando com o passado onde podiam deixar pertences sem preocupação.

Problemas com Novos Moradores: Atribui os problemas (como roubos) à chegada de pessoas de fora, muitas vezes parentes de moradores, sem um controle ou pesquisa prévia da diretoria da comunidade sobre seu histórico ou conduta. Ele defende que a diretoria deveria tomar providências e consultar os moradores mais antigos antes de permitir a entrada de novos residentes para manter a ordem e a harmonia. **Importância da Liderança:** Critica a falta de atitude de algumas lideranças jovens em lidar com esses conflitos, enfatizando que a organização e as providências devem começar de dentro de casa e se estender à comunidade.

Importancia das plantas na sua vida: Ele finaliza reiterando a importância das plantas para a subsistência e o futuro, destacando que a alimentação e a capacidade de "plantar" são pilares essenciais na vida. Ele agradece a entrevista e o apoio à comunidade.

Entrevista 8

Dados Pessoais e Histórico da Comunidade

- **Tempo de Residência:** 47 anos, nascido e criado em Tauary.
- **Idade:** 47 anos.
- **Pioneirismo:** Seu pai, Edmar Kalpefirmo (falecido), foi um dos primeiros habitantes de Tauary, chegando aos 18 anos e morando lá até adoecer e falecer em Manaus. Sua mãe também já é falecida.
- **Fundação da Comunidade:** A comunidade de Tauary, como entidade organizada, é mais nova que a residência de sua família, datando de aproximadamente 1988/1990. Inicialmente, havia apenas duas ou três famílias (a dele e a de seu Tio Preto).
- **Primeiro Polo:** O Igarapé Tauary, especialmente na Boca do igarapé, era o centro inicial da comunidade, com a primeira escola (feita de paxiúba, sem paredes) e onde se concentravam as plenárias com a presença de padres e líderes como



Antônio Domingo (primeiro presidente). A família dele morava em um sítio um pouco mais distante.

- **Crescimento:** A comunidade cresceu de poucas famílias para cerca de 32-33 famílias atualmente.
- **Mudança de Local:** o entrevistado se mudou para a área mais central da comunidade em 2011/2012 após se tornar cadeirante, facilitando a locomoção e o convívio com vizinhos. Sua vontade original era permanecer no sítio.

Transformações da Paisagem e Impactos Ambientais

- **Igapó:** A área que hoje é a frente da comunidade era um "Igapó" (mata alagada, terra nunca explorada) farto para pesca e caça, com árvores nativas como Capitari, Urucurana, Seringaí, e Titica, que produziam frutos para os peixes.
- **Desmatamento e Queimadas:** Houve um grande desmatamento e muitas queimadas devido ao aumento da população. A "mata bruta" (virgem) foi substituída por "capoeira" (vegetação secundária) ou "chavascal" (mata alagada/encharcada), tornando difícil encontrar terras secas e virgens para plantar sem ter que andar horas.
- **Impacto no Rio:** As queimadas e o desmatamento, especialmente nas matas ciliares, levam ao assoreamento do rio. O rio, antes profundo, está cada vez mais raso, com a acumulação de sedimentos.
- **Redução da Fauna:** Antes, o local era abundante em guaribas, peixes (tambaqui, matrinxã) e caça (paca, tatu, porco, veado), facilmente encontrados perto das casas. A caça e a pesca diminuíram drasticamente devido ao aumento do barulho, desmatamento e queimadas, que afastam os animais. Redes que antes rendiam muitos peixes em 20-30 minutos, hoje pegam apenas dois peixes em um dia inteiro.
- **Perda de Frutas Nativas:** Muitas árvores frutíferas nativas importantes para animais e humanos, como Biorana, Uixirana, Curubé, Seringa, e Cajurana, foram perdidas devido às queimadas.



Flora Atual e o Quintal

- **Plantas Cultivadas:** As plantas frutíferas no entorno da comunidade, como manga, jambo, açaí, azeitona e buriti, foram introduzidas e aumentaram com o crescimento da comunidade e o plantio pelos moradores.
- **Quintal:** Seu quintal, antes sem muitas plantas, hoje é rico em diversas espécies, muitas plantadas por ele e sua esposa:
 - **Frutíferas:** Biribá, manga, abacate, abiu, tucumã, açaí, apuruí (três árvores que dão bastante fruta para consumo), jabuticaba (dois pés na frente da casa, muito procurados pelas crianças).
 - **Medicinais:** andiroba (óleo e castanha para pescar e assar), amora, graviola (folha e polpa, para rins, combate ao câncer, aumenta imunidade).
- **Cultivo Específico:**
 - Uxi não nasce na terra de Tauary, exceto por plantas trazidas de outras comunidades.
 - Piquiá (fruta nativa) cresceu em seu quintal a partir de sementes descartadas.
 - Cacau não se adapta bem à região central da comunidade, embora houvesse algumas árvores no sítio de José.
 - Cupuaçu é muito abundante na comunidade.
- **Jardim Ornamental:** Sua esposa cultiva plantas ornamentais na frente da casa, investindo no jardim apesar do solo não ser o mais adequado.

Práticas Agrícolas

- **Histórico de Trabalho:** Ele foi agricultor e pescador profissional, criando seus filhos com a pesca e a agricultura.
- **Economia Atual:** Atualmente, vive de sua aposentadoria e de um pequeno comércio.



- **Agricultura Contínua:** Ele ainda mantém a prática da agricultura, contratando diaristas para fazer roças em terras de capoeira herdadas de seus pais e tios, produzindo farinha anualmente.
- **Posicionamento sobre o Desmatamento:** Ele se recusa a fazer roça em "mata virgem", defendendo o uso de "capoeira" (terra em descanso). Ele argumenta que desmatar mata virgem destrói árvores milenares e riquezas naturais por um lucro pequeno, prejudicando as futuras gerações.
- **Vantagens e Desvantagens:** Fazer roça na mata virgem exige mais investimento inicial (para derrubada), mas o solo mantém-se livre de mato por mais tempo (6 meses sem capinar após o plantio). A capoeira tem menor custo de derrubada e preparo, mas exige plantio rápido para evitar o crescimento de mato e deve ser revezada a cada 3-5 anos.
- **Limitação de Área:** Em Tauary, os moradores tendem a limitar o tamanho das roças a 4-5 "quadras" (hectares), diferente de outras comunidades que chegam a 10-40 quadras.

Iniciativas de Conservação

- **Reserva de Quelônios e Pesca:** A comunidade possui uma reserva para quelônios (tartarugas e tracajás) e uma área de pesca restrita durante o verão.
- **Manejo dos Quelônios:** Durante o verão, é proibido pescar ou transitar na área da reserva. Os moradores monitoram as covas, coletam os ovos, guardam-nos em tanques por cerca de três meses até eclodirem e, depois, realizam um evento de soltura dos filhotes.
- **Resultados Positivos:** A iniciativa, que começou pela observação de muitos tracajás no porto, foi abraçada pela comunidade e tem sido um sucesso. A área próxima à reserva ainda tem muitos tracajés e peregrinos, funcionando como um "berço" de reprodução que ajuda a repovoar outras áreas. Tracajás e tucunarés, por exemplo, voltam ao mesmo local para desovar anualmente. A comunidade já consegue ver quelônios que foram cuidados desovando na reserva.



- **Exemplo para Outras Comunidades:** A iniciativa de Tauary serve de inspiração para outras comunidades por seu respeito à natureza e sucesso na conservação.

A Trilha Ecológica

- **Participação:** José não participou da abertura da trilha ecológica.
- **Composição:** A trilha é composta por mata nativa, incluindo patauzal, abacatiraninha (árvore que é oca por dentro devido ao solo encharcado), açaizal e cedro. Nenhuma planta foi introduzida.

A Importância das Plantas na Vida

- **Essencial:** Para ele, a vida sem plantas seria "sem graça" e menos útil, especialmente para quem vive no interior.
- **Alimento e Renda:** As plantas proporcionam frutas para consumo (açaí, piquiá, buriti), servindo para refeições diárias e até eventos comunitários.
- **Medicina:** Plantas como andiroba, amora e graviola são valiosas por suas propriedades medicinais.
- **Culinária/Pesca:** Frutas de árvores como Capitari, Urucurana, Seringaí atraem peixes, facilitando a pesca. A castanha de andiroba também é usada para pescar. O louro, apesar de fedorento para alguns, é apreciado pelos peixes, que ficam mais saborosos após comê-lo.
- **Caça:** Árvores como piquiá, buriti e tucumã atraem animais de caça (cutias, por exemplo), sendo importantes para a subsistência.
- **Artesanato:** As castanhas da árvore Paricarana, por exemplo, podem ser usadas para fazer artesanato, como pulseiras, uma atividade desenvolvida por sua esposa.

Atividades Adicionais da Esposa do entrevistado

- **Artesanato:** A esposa do entrevistado produz e vende artesanato, incluindo peças feitas com castanhas de árvores nativas, como a paricarana. Ela vende seus produtos em feiras na cidade (como a Feira de Santa Tereza e a Festa Castanha).



- **Pecuária de Pequeno Porte:** Ela também cria e vende galinhas e patos nessas feiras.

Entrevista 9

Dados Pessoais e Tempo na Comunidade

- **Tempo na Comunidade:** 23-24 anos. Chegou com 7-8 anos e atualmente tem 32 anos.

Mudanças na Paisagem da Comunidade (Ao Longo de 23-24 Anos)

- **Infraestrutura e Construções:**
 - Casas existentes cresceram, plantas que eram pequenas agora estão grandes e frutíferas.
 - A escola era pequena e ficava em frente à localização atual; agora há uma escola maior.
 - A casa do motor de luz mudou de lugar (anteriormente na descida, perto da escola, agora em nova localização com depósito de diesel).
 - Surgimento de novas casas, incluindo a do "seu Ademius" (que não morava na comunidade no início).
- **Uso da Terra e Criações:**
 - A área de "Soracampo" (onde morava dona Idice) era usada para criação de carneiros, bois (em menor quantidade) e perus, que já estavam diminuindo quando Marineide chegou e terminaram por volta dos anos 2000.
 - Um sítio que pertencia à mãe de seu padrasto, com várias plantas, foi abandonado e agora está "cerrado".
 - Próximo ao antigo sítio, existe um cemitério inativado para bebês ("cemitério de bebezinho" ou "anjinhos").

- **Conectividade e Acesso:**



- Não havia ponte; as pessoas usavam uma "base" para subir e descer. Agora há uma ponte.

- **Desenvolvimento Agrícola e Comunitário:**

- Novas casas e moradores levaram ao plantio de árvores e construção de cozinhas de farinha, como a do "seu Vitor" e uma cozinha de farinha comunitária (ainda em construção) perto da casa do "seu Bolê". Esta cozinha comunitária visa facilitar o acesso durante a seca.

Flora Local e Cultivo de Plantas

- **Plantas Frutíferas:**

- **No entorno da comunidade:** cajueiros, buritizeiros (perto do barracão e na escola), cupu, caju, manga, limão, goiaba, ingá (comprida), abil, abacate. Muitas foram plantadas por Marineide, seu marido e sogra.
- Açaí e patauá são encontrados em abundância em áreas baixas e encharcadas, próximas a igarapés e rios, mas são mais raras na mata densa.

- **Plantas Medicinais (Cultivadas por Marineide e sua Sogra):**

- Capim santo (chá para diversas finalidades).
- Coirama (folha angrosa).
- Panquilé/Parigore/Chiparigore (para dor de estômago e cólica).
- Chicora (para comida e chá, útil para mal-estar alimentar).
- Peão roxo (para sangramento intenso, usa-se a folha).
- Hortelãzinho, hortelã grande.
- Estas plantas são cultivadas principalmente para consumo próprio, auxílio à comunidade e para preservar o conhecimento tradicional.

Atividades Econômicas

- **Principal Renda:** Agricultura, com foco na produção de farinha de mandioca.



- **Consumo Interno:** Plantio de macaxeira, cará e banana é para consumo próprio.
- **Rendas Complementares:**
 - Venda de perfumes e roupas.
 - Artesanato: crochê e "ecojoias" (biojoias de sementes).
 - Ecojoias: Aprendizado em reunião de grupo de mulheres. Utilizam sementes (açaí, abacaba, maitumato, tucumã, tento) e escamas de peixe (pirarucu, matuxã, curimatá) para criar peças para turistas e feiras.
 - Chocolate: Produção de chocolate de cupu (cupulati) e cacau.

Cuidados com a Roça (Mandioca)

- **Objetivo:** Manter a roça limpa para a mandioca engrossar bem e render muitas batatas.
- **Capinas (Limpezas):**
 - Idealmente, três capinas são necessárias.
 - A primeira capina é crucial e deve ser feita logo após o plantio para o rápido desenvolvimento da planta.
 - Frequência: Na "capoeira" (terra recém-aberta e roçada), o mato cresce mais rápido, exigindo capinas a cada 2-3 meses. Na "mata" (floresta virgem), o mato demora mais a crescer, permitindo capinas a cada 3-4 meses (total de quase 5 meses até a colheita).
- **Controle do Fogo na Queimada:**
 - É necessário vigiar constantemente para evitar que o fogo se espalhe para áreas não roçadas.
 - Para apagar o fogo que avança, utilizam-se galhos verdes ou água. O fogo subterrâneo, alimentado por folhas secas, pode ser perigoso no verão.
 - A queimada adequada (derrubar, roçar e queimar bem) evita que o mato cresça rápido novamente.



Turismo de Base Comunitária

- **Trilha Ecológica:**
 - A entrevistada participou da abertura de um atalho em uma trilha já existente.
 - **Motivação:** Integrar um projeto de turismo e facilitar o acesso para turistas, especialmente idosos, evitando longos percursos.
 - **Infraestrutura:** A trilha possui duas pontes sobre igarapés e corrimãos.
- **Incentivo e Capacitação:**
 - **Financiamento:** Projeto da FAS (Fundação Amazônia Sustentável), com parceria da Associação PAF.
 - **Recursos Iniciais:** Verba para equipamentos (rádios), uma lancha, botas, camisas, bonés para os grupos de turismo.
 - **Capacitação:** Módulos de treinamento oferecidos pelo CETAM em parceria com o SEBRAE, realizados na comunidade Bom Jesus. Abrangiam primeiros socorros, culinária e técnicas de recepção e comunicação com turistas.
- **Grupo de Turismo:**
 - Inicialmente com quatro membros, com alguns saindo e outros entrando.
 - Após o evento de "soltura dos quelônios" (liberação de tartarugas) em 9 de março, novos membros se juntaram.
 - É solicitada nova capacitação para os novos integrantes, seguindo o modelo anterior (CETAM/SEBRAE), pois muitos membros também mudaram em outras comunidades.
- **Comunidades Envolvidas:** Seis comunidades participam dos grupos de turismo: Tauari, Bom Jesus, São Francisco do Bauana, Arraial, Papucu e Bacuri.



- **Atrações em Outras Comunidades:**

- **Bom Jesus:** Trilha, praia (na seca), visitas a produtores locais.
- **São Francisco do Bauana:** Trilhas por terra, canoa ou igapó (cheia), apresentações culturais quilombolas.
- **Arraial:** Dança do Macaco Doido, danças de Nina, trilha, visitas à comunidade, produção de mel, artesanato.
- **Bacuri e Ipapucu:** Principalmente trilhas de igapó. Bacuri perdeu acesso à trilha terrestre devido a questões com um proprietário. Bacuri também possui viveiros de tambaqui para atração turística e venda.

- **Interação com Turistas:**

- A entrevistada atua principalmente na cozinha.
- Homens são os guias mais frequentes, devido ao maior conhecimento sobre as plantas da mata ("pau-de-lei") e seus usos (ex: para canoas).
- Ela sugere passeios pela comunidade para apresentar as plantas frutíferas e medicinais cultivadas por moradores, além de atividades como a visita ao produtor de mel local.

Mudanças Sociais na Comunidade

- **Passado:** A comunidade era mais unida. As pessoas se reuniam para missas na escola, almoços comunitários, jogos (dominó) e conversas, com muita animação.
- **Presente:** Menos união, "cada qual na sua". Marineide atribui essa mudança à partida dos moradores originais e à chegada de novos.
- **Eventos:** Não havia festejos tradicionais. Atualmente, a igreja evangélica organiza alguns aniversários de grupos de oração, mas não anualmente.

Importância das Plantas na Vida da entrevistada

- **Frutíferas:** Oferecem diversas opções de frutas para a família e evitam a dependência ou "mexer" nas frutas dos vizinhos.



- **Medicinais:**

- Alternativa mais saudável aos remédios de farmácia, que podem ter efeitos colaterais.
- Preservação do conhecimento tradicional e do "ritmo" de cura dos antepassados, que utilizavam predominantemente plantas.

Entrevista 10

Introdução e Dados Pessoais da Entrevistada

- **Tempo na Comunidade:** Mora em Tauary há 25 anos.
- **Origem:** Nascida em Tefé. Migrou para Tauary da comunidade Ponta da Soba com a família, buscando acesso à escola, que já existia em Itamari na época.

Histórico e Mudanças na Comunidade de Tauary

- **População e Desmatamento:** Quando Maria chegou, a comunidade tinha poucas famílias e era menos povoada. O desmatamento era mínimo, existindo apenas "caminhos, trilhos pequenos", o que contrasta com a situação atual.
- **Paisagem:** A paisagem mudou "muito" ao longo dos 25 anos.

Impacto nas Frutas e Plantas Locais

- **Frutas Antigas:** O tucumã, antes abundante ("um povoado de tucumã"), não existe mais na comunidade como antigamente.
- **Qualidade das Frutas Atuais:** Frutas como manga e cupuaçu, que antes eram boas, agora saem da árvore "estragadas" ou com "bichos dentro", um fenômeno que Maria observa em todas as árvores e não sabe explicar a causa.
- **Escassez:** O jambo e a azeitona, que deveriam ser constantes na época, estão escassos, enquanto em outras comunidades ainda há abundância.
- **Novas Plantas:** Além das plantas nativas remanescentes, os moradores, incluindo Maria, introduziram novas espécies frutíferas como rabutã, jabuticaba, coco, limão, caju, goiaba e abricó.



Economia e Atividades Agrícolas

- **Renda Principal:** Inicialmente, a economia da comunidade era baseada exclusivamente na agricultura. Atualmente, o turismo também é uma fonte de renda, considerado um "extrativista" (pelo aproveitamento dos recursos naturais).
- **Culturas Agrícolas:** A família de Maria ainda cultiva roças de macaxeira, caraba, banana, cana e abacaxi, tanto para consumo quanto para venda (recentemente venderam dez caixas de banana).
- **Cuidado com a Roça:** As plantas são cuidadas com adubo orgânico, utilizando material verde e seco da própria limpeza da roça.

O Turismo e a Trilha Ecológica: Motivações e Importância

- **Importância das Plantas no Turismo:** As plantas medicinais são de grande importância para o turismo, pois despertam a curiosidade dos visitantes sobre seus usos e benefícios. Uma trilha com diversas espécies medicinais é vista como "rica" e atrai mais pessoas.
- **Participação na Trilha:** participou da abertura da trilha ecológica.
- **Motivação para a Trilha:** A principal motivação foi a preservação ambiental. A comunidade notou a perda de mata virgem perto dali, ficando apenas "capoeira". A criação da trilha e o fomento do turismo visaram proteger uma grande área de mata virgem remanescente. A trilha foi aberta primariamente por uma questão de preservação, com o turismo surgindo como um benefício secundário
- **Regras e Benefícios da Trilha:** Na área da trilha, é proibido caçar, matar animais, desmatar ou serrar árvores, garantindo a conservação. O turismo auxilia ativamente nessa preservação.
- **Localização:** A escolha do local para a trilha deveu-se à sua proximidade com "terra virgem" e "terra firme".

Vegetação da Trilha Ecológica

- **Origem:** As plantas na trilha não foram plantadas por humanos, são árvores nativas da mata.



- **Plantas Medicinais (Mato):**

- Talari (que também é o nome da comunidade).
- Copaíba.
- Andiroba.
- Breu Branco.
- Cipós (como cipó d'água).

- **Palmeiras:**

- Açaí.
- Patauá.
- Soveira.

- **Concentrações:** Existem concentrações de açaí (açaizais) e patauá (patauazais). Embora algumas estejam próximas à trilha, as maiores concentrações estão mais para o interior da mata e não foram plantadas.

Importância das Plantas

A entrevistada enfatiza a importância "total" das plantas, comparando-as à água: são essenciais para a sobrevivência. Elas fornecem tanto alimentos (plantas frutíferas) quanto medicamentos (plantas medicinais) para o dia a dia, servindo como remédios caseiros quando não é possível ir à farmácia.

Plantas ao Redor do Casarão

- **Plantas Medicinais:**

- Alho.
- Afavaca.
- Mangarataia.
- Boldo.

- **Plantas Frutíferas:**

- Manga.
- Jambo.
- Lima.
- Pupunha.



- Ingá.
- Abio.
- Limão.
- Tangerina.



Apêndice 4 – Declaração de uso de IA

Declaro que ferramentas de Inteligência Artificial generativa foram utilizadas neste trabalho nas seguintes etapas:

ChatGPT, Gemini foi utilizado como apoio auxiliar na organização textual e revisões seguindo as normativas da ABNT para coesão, ortografia, gramática e fluidez linguística. Principais prompts: Revisão dissertação ABNT, Estruturação e fluidez, revisar coesão textual, melhoria de parágrafo científico, revisar referencial bibliográfico de acordo com as normas da ABNT. Também foi usado a IA **NotebookLM e ChatGPT** para elaboração de infográficos usados para ilustrar os dados gerados por gráficos e quadros a fim de tornar esses resultados mais lúdico aos leitores. Principais prompts: crie uma imagem com base nos dados do cap. 2 da dissertação com foco nos resultados das unidades de escavação 1x1 e 3x1, crie uma imagem do cap. 3 da dissertação com base nas atividades realizadas com a comunidade com foco em paisagem, roças e turismo de base comunitária. Crie uma imagem do folder a partir do esboço guia e dados da dissertação.

Todo o conteúdo gerado foi revisado criticamente e validado pela autora, que assume integral responsabilidade pela originalidade e veracidade do texto final, em conformidade com a Portaria CNPq n 2.664/2026.